UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação
Área de Ciências Humanas

**Edson Romário M. Paniagua**

# FRONTEIRAS, VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA REGIÃO PLATINA: O CASO DO MUNICÍPIO DE ALEGRETE (1852-1864)

Dissertação

Orientadora
Professora Drª Heloísa Jochims Reichel

São Leopoldo
2003

EDSON ROMARIO MONTEIRO PANIAGUA

# FRONTEIRAS, VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA REGIÃO PLATINA: O CASO DO MUNICÍPIO DE ALEGRETE (1852-1864)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, Área de Concentração em Estudos Históricos Latino-americanos, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora:
Prof.ª Dr.ª Heloisa Jochims Reichel

São Leopoldo

2003

P192f Paniagua, Edson Romario Monteiro
Fronteiras, violência e criminalidade na região platina: o caso do município de Alegrete / Edson Romario Monteiro Paniagua. – São Leopoldo, 2003.
205 f.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2003.

1. História – Rio Grande do Sul 2. História – Rio Grande do Sul – Séculos 17/18 3. Fronteira oeste – Rio Grande do Sul – Formação I. Título

CDU: 94(816.5)

Bibliotecária: Dilva Carvalho Marques – 10/583

EDSON ROMARIO MONTEIRO PANIAGUA

# FRONTEIRAS, VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA REGIÃO PLATINA: O CASO DO MUNICÍPIO DE ALEGRETE (1852-1864)

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Aprovada em 07 de outubro de 2003

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.ª Dr.ª Heloisa Jochims Reichel
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof.ª Dr.ª Ana Luiza Setti Reckziegel
Universidade de Passo Fundo

Prof.ª Dr.ª Ieda Gutfreind
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

**DEDICATÓRIA**

*À esposa Marli, pelo seu companheirismo ao compartilhar minhas angústias intelectuais e ao filho, o pequeno Rennes Leon, por “suportar” minhas ausências.*

## AGRADECIMENTOS

*A minha orientadora, a Prof.ª Dr.ª Heloisa Jochims Reichel, em especial, pela confiança depositada e por forjar-me nessas "novas fronteiras históricas".*

*Ao Coordenador do Curso de Pós-graduação em História da UNISINOS, o Prof. Dr. Werner Altmann pela sua atenção ao receber-me no programa.*

*Aos demais professores do Programa de Pós-graduação, que de uma forma ou outra contribuíram na minha formação.*

*À Secretária do Programa de Pós-graduação, Janaína, no seu pronto desprendimento das vezes em que me atendeu.*

*A minha mãe, pelo seu exemplo de coragem e perseverança que me nortearam nessa caminhada.*

*Ao meu irmão Jorge, por sua paciência e esmero ao elaborar os diversos mapas do presente trabalho.*

*Ao amigo e companheiro fronteiriço Queiroga que, entre um mate e outro, compartilhou comigo um pouco de suas "Viagens aos Mares do Sul".*

*Ao amigo, companheiro e colega Adailton, pelo trabalho voluntário nos arquivos de Porto Alegre, pois também acredita no "novo homem fronteiriço".*

*Ao amigo e colega Lauro Rubim, por compartilhar sinceramente alguns percalços dessa caminhada.*

*Ao amigo e colega Prof. Ms. Ronaldo, por não ter deixado o clube sucumbir.*

*Aos amigos e militantes sociais João Fernandes e João Auri Garcez, por verem esse trabalho como parte da luta por uma sociedade mais justa.*

*Ao Professor e Historiógrafo Danilo Assumpção, por ter possibilitado o acesso ao acervo do Centro de Documentação e Pesquisa de Alegrete (CEPAL) de forma irrestrita.*

## EPÍGRAFE

*Pátria, querência e nação*
*Trindade que hoje revivo*
*E essa pátria quem governa*
*É a força das minhas pernas*
*E as botas firmes no estribo.*

*Sou mais um dos campeadores*
*Que fez a pátria num basto*
*Sou parte desse universo*
*Sou um pedaço do verso*
*E do Rio Grande sou rastro.*

*Gujo Teixeira e Lorensoni Barbosa*

## RESUMO

Este trabalho analisa a violência e a criminalidade que se fizeram presentes na fronteira sul do Brasil, situada à oeste do estado do Rio Grande do Sul, na qual o município de Alegrete ocupou uma função geoestratégica relevante. Nesse sentido trabalhamos com as seguintes hipóteses: a fronteira do Alegrete, durante o período focalizado (1852 a 1864), não esteve marcada apenas pela intensidade dos intercâmbios comerciais e pela paz na política externa. Ela serviu como resistência social aos setores marginalizados da campanha oeste sul-rio-grandense, diante da nova ordem capitalista que se impunha nessa área, com a privatização da terra e dos rebanhos. Sendo assim, ela foi reduto de uma intensa movimentação de pessoas, de violência e de atos criminosos; a fronteira oeste da Província de São Pedro, entre os anos de 1852 a 1864, não foi reconhecida pela população da campanha como um limite às suas ações econômicas e sociais. Essa forma e uso desse território foram reencontrados pelos agentes sociais, caracterizando uma tradição de espaço regional, vivenciado desde o período colonial, os séculos XVII e XVIII. Dividimos o trabalho em três capítulos. No primeiro, analisamos a formação de um espaço regional na campanha oeste durante os séc. XVII e XVIII, o qual foi ponto de partida para a construção de experiências econômicas e sociais que sedimentaram uma tradição cultural na população rural em ambas as margens do rio Uruguai. No segundo, enfocamos a formação das fronteiras do Rio Grande do Sul por parte da Coroa Portuguesa, processo que ganhou força e definição a partir do séc. XIX e que, rompendo com o espaço regional construído nos séculos anteriores, ocorreu paralelamente à privatização da terra e dos rebanhos. O terceiro capítulo analisa a violência e a criminalidade na campanha oeste sul-rio-grandense. Inicialmente, as focalizamos a partir do ângulo do estado, isto é, como contravenção. Num segundo momento, como fenômenos de resistência social. Concluímos que a fronteira oeste do Rio Grande do Sul foi organizada e reorganizada no interior de um espaço regional e, nesse sentido, ela foi questionada de maneira inconsciente pela classe popular da campanha, orientada por padrões culturais formados durante os séc. XVII e XVIII.

**Palavras-chave:** Espaço, Região, Fronteira, Violência, Criminalidade e Resistência.

## *ABSTRACT*

*This work analyzes the violence and criminality that were present in Brazilian's south frontier, in the west of Rio Grande do Sul state, where Alegrete city occupied a relevant geographic and strategic position. In this sense, we worked with the following hypotheses: Alegrete's frontier, during the focused period (1852 to 1864) was not marked only by the commercial exchanges intensity and by the peace in external politics. It served as social resistance to the marginalized sectors of the west sul-riograndense campanha, in face of the new capitalist order imposed in this area, with land and cattle privatization. So, it was place of an intense movement of people, violence and criminal acts; the west frontier of São Pedro province, between years 1852 to 1864, wasn't recognized by the local population as a limit to their economic and social actions. The form and use of such territory were "found again" by social agents, characterizing a regional space tradition, lived since the colonial period, centuries XVII and XVIII. We divided the work in three chapters: In the first one, we analyze the formation of a regional space in the west campanha during centuries XVII and XVIII, which was the starting point for the construction of social and economic experiences that consolidated a cultural tradition in the country population in both banks of Uruguay river. In the second one, we focused the formation of Rio Grande do Sul frontiers from the Portuguese Crowd part, a process that gained force and definition since century XIX and, breaking the regional space built in earlier centuries, happened at the same time of land and cattle privatization. The third chapter analyzes violence and criminality in west sul-riograndense campanha. Initially, we focused them since the state angle, that is, as a contravention. We concluded that Rio Grande do Sul west frontier was organized and reorganized inside a regional space and, in this sense, it was questioned by campanha popular class, oriented toward cultural patterns formed during centuries XVII and XVIII.*



***Keywords:*** *Criminality, Frontier, Region, Resistance, Space and Violence.*

## *RESUMEN*

*Este trabajo analiza la violencia y criminalidad que se hicieron presentes en la frontera sur de Brasil, ubicada al oeste del estado de Rio Grande do Sul, en lo cual el municipio de Alegrete ocupó una función geoestratégica relevante. En este sentido, trabajamos con las siguientes hipótesis: la frontera de Alegrete, durante el periodo enfocado (1852 a 1864) no estuvo marcada solamente por la intensidad de los intercambios comerciales y por la paz en la política externa. Ella sirvió como resistencia social a los sectores marginales de la campana oeste sur rio-grandense, delante de el nuevo orden capitalista que se impuso en esa área, con la privatización de la tierra y de los rebaños. Así, ella fue reducto de una intensa agitación de personas, de violencia y de actos criminosos; la frontera oeste de la provincia de São Pedro, entre los años de 1852 a 1864, no fue reconocida por la población de la campafia como un límite a sus acciones económicas y políticas. Esa forma y uso de ese territorio fueron "reencontrados" por los agentes sociales, caracterizando una tradición de espacio regional, vivido desde el período colonial, en los siglos XVII y XVIII. Dividimos el trabajo en tres capítulos: En el primero, analizamos la formación de un espacio regional en la campaña oeste durante los siglos XVII y XVIII, lo cual fue punto de partida para la construcción de experiencias económicas y sociales que sedimentaron una tradición cultural en la población rural en ambas las márgenes del río Uruguay. En el segundo, enfocamos la formación de las fronteras del Rio Grande do Sul por parte de la Corona Portuguesa, proceso que ganó fuerza y definición a partir de del siglo XIX y que, rompiendo con el espacio regional construido en los siglos anteriores, ocurrió paralelamente a la privatización de la tierra y de los rebaños. El tercer capítulo analiza la violencia y la criminalidad en la campaña oeste sur-riograndense. Inicialmente, las enfocamos a partir del ángulo del estado, o sea, como contravención. En un segundo momento, como fenómenos de resistencia social. Concluimos que la frontera oeste de Rio Grande do Sul fue organizada y reorganizada en el interior de un espacio regional y, en ese sentido, fue cuestionada por la clase popular de la campaña, orientada por padrones culturales formados durante los siglos XVII y XVIII.*

***Palabras-llave:*** *Criminalidad, Espacio, Frontera, Región, Resistencia y Violencia.*

## LISTA DE FIGURAS

## LISTA DE TABELAS

**SUMÁRIO**

# 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a violência e a criminalidade que se fizeram presentes na fronteira sul do Brasil, situada à oeste do Estado do Rio Grande do Sul, a qual se apresenta demarcada num território contínuo, constituído por uma mesma topografia, a campanha, e, por isso, é chamada muitas vezes de "fronteira seca". Ela possui uma extensão de aproximadamente 1.003 km, sendo que, dessa área, ao município de Alegrete, entre os anos de 1852 e 1864, correspondia uma parcela significativa.

O município de Alegrete, nos anos focalizados, situava-se na fronteira oeste da Província de São Pedro com a República Oriental do Uruguai, abrangendo os atuais municípios sul-rio-grandenses de Quaraí, Rosário do Sul e Santana do Livramento, sendo que este último somente até o ano 1856.[1] Devemos apontar que o atual município de Uruguaiana também pertenceu a Alegrete, porém desmembrou-se, em 1844, o que significa que essa área era bem maior, chegando a fazer fronteira com a Argentina, dividida pelo rio Uruguai,[2] com uma de extensão 724 km.

Para a configuração territorial desse município, em 1852, foram tomadas como referência, as informações prestadas por sua Câmara Municipal aos presidentes da Província.[3] Seus limites compreendiam: pelo lado leste, era separado pelo rio Santa Maria, distante quinze léguas[4] da então vila de Alegrete. A oeste, pelo arroio Inhanduí e o rio Quaraí. O primeiro divisava com o município de Uruguaiana, e o segundo, com o Estado Oriental. Ao norte, pelo rio Ibicuí-Guaçu. Ao sul, pela coxilha de Santa Ana, ponto extremo com o Uruguai, e o arroio Pamorotti. Essa

---

[1] A 10 de fevereiro de 1857, a Lei Provincial n. 351 elevou a freguesia de Santa Ana do Livramento a condição de vila. Ocorreu o segundo desmembramento territorial do município de Alegrete, perdendo o seu 4.º distrito com uma área de 6920 km.

[2] Para termos uma melhor noção do tamanho territorial do município de Alegrete até 1843, tomaremos as áreas territoriais dos municípios que deste desmembraram-se. Alegrete (sede) 7.808 km; Uruguaiana 5.713,6 km; Quaraí 3.148,8 km; Rosário do Sul 4.357 km e Santa Ana do Livramento 6.963 km. Podemos dizer que o município de Alegrete até 1843 possuía pelo menos 27.990,4 km. Novos municípios da fronteira oeste, como Manuel Viana, ao emanciparem-se absorveram 12 km de Alegrete e Barra do Quaraí 846,4 km de Uruguaiana. Apesar dessa divisão administrativa, o município de Alegrete continua tendo a maior extensão territorial do Estado do Rio Grande do Sul. Cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Territorial do Rio Grande do Sul**. 1996.

[3] Cf. SOUTO. **Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Alegrete em 1856 ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o Barão de Muritiba**. Porto Alegre, mai. 1856. (lata 102, maço 05, n. 863).

área, incluindo o município de Uruguaiana, foi uma parcela do antigo território missioneiro pertencente à redução de Yapeyú que se estendeu até o rio Negro, no Uruguai.[5] Algumas dessas delimitações expressavam os próprios limites fronteiriços do Império Brasileiro com a República Oriental do Uruguai.

A delimitação espacial e o corte cronológico acima apresentado articulam-se a uma determinada conjuntura política, vivenciada pelo Império e pela Província do Rio Grande do Sul, no que concerne às suas relações com os países do Prata, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Cervo e Bueno (1992), em "História da política exterior do Brasil", realizaram uma síntese da política externa brasileira para o Prata. Segundo os autores, no período de 1844 a 1878, ocorreu a ascensão, o apogeu e o declínio do Império Brasileiro sobre a área platina, quando se sobressaiu com sua política de potência periférica.[6]

Para Cervo e Bueno, é possível dividir este período em três momentos: o primeiro, de 1844 a 1852, pautado por uma política intervencionista de forma direta; o segundo, de 1852 a 1864, caracterizado pela presença e retomada ativa da atividade comercial entre os países do prata e o império, suprimida no período anterior; e o terceiro, de 1864 a 1876, notabilizado pela intervenção militar brasileira que culminou na guerra contra o Paraguai.

A presente dissertação busca focalizar o segundo momento, entretanto, faremos uma síntese da política externa da área platina, envolvendo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai durante a década de 40 do séc. XIX, pois tal síntese contribuirá também para a justificativa da delimitação do período de 1852 a 1864 como marco temporal de nossa análise.

A Argentina, durante a década de 40 do séc. XIX, sobressaiu-se em relação aos demais países do prata, em decorrência de seu desenvolvimento econômico. No âmbito interno desse país, duas províncias rivalizavam: Buenos Aires e Entre-Rios. A primeira, governada por Juan Manoel de Rosas, e a segunda, por Urquiza,

---

[4] Segundo Chaves (1978), uma légua correspondia a "medida itinerária equivalente a 3.000 braças ou 6.600 m". Assim, essa distância era aproximadamente de 99.000 m ou 99 km.

[5] A respeito da formação e da configuração territorial do povo missioneiro de Yapeyú, durante os séc. XVII e XVIII, estaremos trabalhando detalhadamente no primeiro capítulo desta dissertação.

[6] O Império Brasileiro projetou-se na área platina como uma política de potência periférica, pois Inglaterra e França deslocaram-se nesse momento para a Ásia, facilitando a incidência brasileira sobre essa área. Cf. CERVO; BUENO. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992. p. 97-115.

desenvolveram tendências políticas e comerciais substancialmente diferenciadas devido exclusivamente à postura de seus governantes.

Rosas governou Buenos Aires de 1829 a 1831 e de 1835 a 1852. Em seu segundo governo, chegou ao poder pelo movimento "restauracionista", que impôs o seu nome à Junta de Representantes. Começou a chamar a atenção quando realizou as campanhas militares contra os índios do rio Colorado, ampliando as fronteiras internas da Argentina e iniciando, de certa forma, uma limpeza étnica no território nacional.

O porto de Buenos Aires,[7] nesse período, era o centro gravitacional da economia platina, pois possibilitava a entrada para o interior da Argentina e do Paraguai, bem como de contato com o exterior. Rosas, além de submeter várias províncias argentinas, exceto Corrientes e Entre-Rios, manteve o controle desse importante porto entre 1835 e 1852. Chegou a contrapor-se aos intervencionismos francês[8] e inglês, medindo forças com essas duas potências européias, e a impor a nacionalização das águas dos rios da bacia platina quando esses passavam em território argentino.

Essa política externa de controle das principais vias fluviais platinas, dos rios Uruguai e Paraná, precisava ser fortalecida. O controle do porto de Montevidéu[9]

---

[7] A importância do porto de Buenos Aires durante o séc. XIX é destacada pela historiografia em geral, e, já Sarmiento, em 1848, escreve a respeito. Cf. SARMIENTO. **Facundo:** civilização e barbárie no pampa argentino. Porto Alegre: UFRGS: EDIPUCRS, 1996. p. 25.

[8] Em 1838, a frota francesa bloqueia o porto de Buenos Aires e ocupa a ilha de Martín Garcia. Esse fato teve como estopim a aplicação, por parte de Rosas, nesse ano, da lei de 1821, que obrigava os cidadãos franceses residentes há mais de dois anos na cidade portenha a prestarem o serviço militar. As pressões do Vice-cônsul Aimé Roger para a revogação desse ato não surtiram efeito de imediato. Rosas expulsou Aimé e o bloqueio estendeu-se até 1840. Por outro lado, a lei aduaneira de 1836, de caráter protecionista, restringiu o comércio dos franceses e brasileiros a partir de Montevidéu com o porto de Buenos Aires, limitando a entrada de mercadorias. Esse último fato pode ser entendido como o fio condutor dessa intervenção francesa. A partir desse bloqueio, a situação política interna enfrentada por Rosas tornou-se aguda e revoltas sucessivas vieram à tona. Essas tensões fizeram com que o Governador de Buenos Aires, estrategicamente, estabelecesse um tratado de paz com a França, eliminando um inimigo externo temporariamente. Em 31 de outubro de 1840, pela convenção de Mackau-Arana, a França levantou o bloqueio e Rosas cedeu aos vários aspectos exigidos, porém saiu fortalecido. Cf. DONGHI. **História da América latina**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1975. p. 121.

[9] O porto de Montevidéu, no período de 1843 a 1850 apresentava-se como estratégico tanto para a Inglaterra como para a França. Possibilitava a comunicação com o interior da Banda Oriental e com o litoral fluvial argentino. Em 1845, Oribe, aliado de Rosas, pressionava o domínio sobre o porto que estava sob controle da facção colorada uruguaia, apoiada pelo Império Brasileiro, França e Inglaterra, desde a década de 30 do séc. XIX. Sendo assim, foi bloqueado por Rosas e Oribe. A reação da esquadra francesa a essa situação foi imediata, apoderando-se de uma frota naval argentina e revertendo o bloqueio para Buenos Aires. A perda do porto de Montevidéu significaria a quase renúncia forçada, por parte dessas duas potências européias, dos importantes mercados rioplatenses. Rosas, paralelamente, nesse ano de 1845, bloqueava a embocadura do rio Paraná. Novamente, a frota anglo-francesa, após o combate naval de "Vuelta de Obligado", em 20 de novembro de 1845, escoltava um comboio de noventa navios até Assunção no Paraguai. Diante

situado no território uruguaio, onde a presença francesa e inglesa era significativa, colocava-se como um obstáculo a essa consolidação pretendida por Rosas.

Rosas conseguiu superar o bloqueio do rio da Prata imposto pelos franceses em 1838, e ainda, o bloqueio imposto pelos franceses e ingleses de 1845 a 1848, fortalecendo assim sua política externa de controle dos rios Uruguai e Paraná.

Rosas afirmava o cunho nacionalista de sua política, embora sem ter o domínio do porto de Montevidéu, entretanto, a ampliação do território argentino possibilitaria a consolidação desse domínio por sua parte, pois representaria a proteção aos litorais fluviais dos rios Uruguai e Paraná, onde existiram vários portos que movimentavam a economia do interior argentino, além de pressionar as províncias rebeladas de Corrientes e Entre-Rios. Nesse sentido, Rosas projetava reconstituir o antigo Vice-reinado do Prata. Tratava-se da área que tinha pertencido à Espanha pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1777[10] e que foi intensamente disputada, nas décadas de 10 e 20 do séc. XIX, entre espanhóis e portugueses, naquilo que a historiografia sul-rio-grandense denominou de a "primeira e a segunda guerra cisplatina".[11]

Diante do quadro político da hegemonia de Rosas no Prata, a preocupação do Império Brasileiro era com a possibilidade de que este viesse a restaurar o antigo Vice-reinado do Prata, de reminiscências coloniais. Esse fato colocaria em risco não só as fronteiras das províncias do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, como o comércio pelos rios Paraná e Uruguai. Para completar a solidez do Governador de Buenos Aires, o apoio de Oribe, na Banda Oriental, parecia avalizar o caminho dessa reestruturação territorial. Ficava novamente latente a emergência de antigos conflitos internacionais na bacia platina, os quais se efetivaram posteriormente.

Na defesa da livre navegação, estavam as províncias argentinas do litoral fluvial de Entre-Rios, Corrientes e Santa Fé. Seus produtos e mercados não conflitavam com os do Império Brasileiro, pelo contrário, serviam de abastecimento

---

dessa nova situação de beligerância, o tempo corria favoravelmente para Rosas, pois a França e a Inglaterra necessitavam escoar seus produtos manufaturados. Assim, em 1847, o bloqueio é levantado pelos ingleses e, no ano seguinte, pelos franceses. Ambas as potências reconheciam a exclusividade do direito de navegação do rio Paraná pela Confederação Argentina e lhe devolviam a ilha de Martín Garcia.

[10] Cf. CESAR. **História do Rio Grande do Sul:** período colonial. 02. ed. Porto Alegre: Globo, 1979. p. 199-205.

[11] Cf. MARCONATO. **O Rio Grande do Sul e a Guerra Cisplatina (1825-1828)**. São Leopoldo, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

ao Rio Grande do Sul, como o charque de Corrientes.[12] Essas províncias, juntamente com o Paraguai, a França, a Inglaterra e o Brasil eram contrárias a essa hegemonia política de Rosas, de controle da navegação dos rios Paraná e Uruguai, embora tivessem, entre si, interesses econômicos substancialmente diferenciados. No caso do Império Brasileiro a ameaça envolvia também as fronteiras sulinas e, conseqüentemente, a propriedade privada da classe estancieira da campanha, pois muitas dessas, se estendiam além dos limites com o Estado Uruguaio,[13] isto é, eram contínuas, não reconheciam a fronteira política. Rosas era um inimigo em comum que, juntamente com Oribe, precisavam ser eliminados do cenário da política externa platina.

Diante dessa conjuntura, em 1843, o Império Brasileiro procurou uma aproximação política com Rosas, objetivo esse que, segundo Cervo e Bueno (1992, p. 53), não foi bem sucedido, pois os interesses brasileiros e portenhos conflitavam, ao desenvolverem economias protecionistas antagônicas. Assim, o Brasil aproximou-se do Paraguai.

No ano seguinte, 1844, o Império Brasileiro enviou a Assunção, Pimenta Bueno com o intuito de reconhecer a independência do Paraguai e, concomitantemente, estabelecer um tratado de amizade, comércio e navegação com o país. Rosas, como retaliação e temendo o caráter competitivo dos produtos brasileiros, fechou os portos argentinos para todo o comércio com o Paraguai.

Essa iniciativa de uma política externa brasileira de aproximação com o Paraguai, governado na época por Carlos Antônio Lopes, de 1841 a 1862, esbarrou no protecionismo da Argentina, que não reconhecia a independência do Paraguai e, ainda, controlava a única via fluvial que possibilitaria o escoamento dos produtos desta nação.

A política bilateral anti-rosista não obteve resultados práticos, penas justificou a presença do Império Brasileiro no Prata. Os dois países apenas possuíam em comum o objetivo da livre navegação dos rios Paraná e Uruguai. As

---

[12] Cf. MEDRANO. **A Livre Navegação dos Rios Paraná e Uruguai:** uma análise do comércio brasileiro e argentino (1852-1889). São Paulo, 1989. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História. Universidade de São Paulo.
[13] "Calcula-se que em 1857 os rio-grandenses possuíam um total de 428 estâncias sobre a fronteira, ocupando 1.780 léguas quadradas, ou seja, 30% do território Oriental. Em 1889 47% das propriedades rurais pertenciam a estrangeiros" (PEREGALLI, 1982. p. 67-69).

mercadorias que produziam eram as mesmas: erva mate e fumo. E do ponto de vista de mercados, eram concorrentes, pois se destinavam à área platina.[14]

O Império Brasileiro, não conseguindo um resultado significativo na sua política de aproximação com o Paraguai, buscou dialogar com Oribe. O objetivo, neste segundo momento, era neutralizar o braço armado de Rosas no Uruguai que já fazia pressão sobre as propriedades de brasileiros nesse país, confiscando o gado sob o pretexto de abastecer as suas tropas, se assim podemos dizer, principalmente na área fronteiriça. No entanto, como o Brasil havia apoiado Fructuoso Rivera do partido Colorado, esse entendimento ficou difícil, visto que tinha sido Oribe, pertencente ao partido Blanco, que havia derrubado Rivera do poder. Mesmo Montevidéu sendo o eixo das atividades diplomáticas brasileiras no Prata a partir de 1845, Oribe continuou como aliado de Rosas exercendo constante pressão sobre a fronteira sul-rio-grandense.

A política externa brasileira que visou a alianças regionais para se contrapor à hegemonia de Rosas foi infrutífera, também, nesse aspecto. Diante da iminência cada vez mais próxima de conflito, o império buscou a paz interna negociando com os líderes da Revolução Farroupilha que se desenvolvia no Rio Grande do Sul. Em 28 de fevereiro de 1845, foi assinada a “Paz de Ponche Verde”. Várias concessões foram feitas aos rebeldes,[15] razões essas que foram motivadas, em grande parte, pelo fortalecimento de Rosas no Prata, com o apoio de Oribe, na Banda Oriental, o que colocava obstáculos às pretensões do Império Brasileiro referentes ao comércio sobre as vias fluviais dos rios Uruguai e Paraná. Pairava, ainda, a ameaça expansionista de Rosas sobre as fronteiras do Rio Grande do Sul. Desta forma, a área da campanha oeste sul-rio-grandense ganhava um peso geoestratégico regional e nacional significativo, na medida em que os interesses econômicos do Império e da Província de São Pedro estavam articulados e vinculados essencialmente à manutenção dessa área. Portanto, as concessões políticas e econômicas do Império aos farroupilhas atenderam, de imediato, algumas das antigas reivindicações dos estancieiros e aproximaram novamente a Província da política externa imperial, na qual atuava como um braço armado fronteiriço.

---

[14] Este último fator contribuiu para a formação da Tríplice Aliança em 1864, tendo como conseqüência a guerra contra o Paraguai, de 1865 a 1870.

[15] Cf. PESAVENTO. **História do Rio Grande do Sul**. 02. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982 p. 39-40.

O Império sustentado política e militarmente pelos estancieiros, a classe proprietária hegemônica sul-rio-grandense, com apoio da Província Argentina de Entre-Rios, liderada por Urquiza e do partido Colorado Uruguaio, derrotou Manoel Oribe entre 1848 e 1851, desalojando-o do poder. Esse conflito, caracterizado como a “Guerra Grande”, foi a retomada da “diplomacia da força” por parte do Brasil, permitindo a implantação de seus interesses econômicos e estratégicos na Banda Oriental, ou seja, a preservação de seu território no extremo sul e das propriedades de sul-rio-grandenses, no Uruguai. Abriu caminho, porém, para o enfrentamento direto com Rosas que se efetivou em 1852.

Em decorrência da vitória sobre Oribe, foram estabelecidos os tratados de limites, de comércio, de extradição e de empréstimos, que arrancaram concessões do Uruguai muito favoráveis ao Brasil e, principalmente, à Província do Rio Grande do Sul num primeiro momento. Foram os chamados “tratados malignos”.[16]

Esses tratados de 1851[17] são importantes, pelos seguintes aspectos: estabeleceram os limites fronteiriços atuais do Brasil com o Uruguai e deram base legal para a intervenção brasileira nesse país, permitindo a violação direta dessa fronteira, quando os interesses sul-rio-grandenses fossem ameaçados; possibilitaram uma reabilitação da economia sulina, abalada com a Revolução Farroupilha, e uma inserção mais efetiva da economia e da política da Província de São Pedro no contexto platino e nacional da época; impediram qualquer possibilidade de articulação entre uruguaios e argentinos. Essa vitória abriu espaço para que o Brasil, juntamente com uma fração do Uruguai e com as Províncias de

---

[16] Cf. POMER. **Os conflitos na Bacia do Prata**. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 33-35.

[17] Sobre os conteúdos dos tratados de 1851, Reckziegel assim resumiu-os: “*O Tratado de Aliança*, de fato consagrava o direito de intervenção brasileira nos assuntos internos do Uruguai, quer solicitada por este, quer quando fosse conveniente aos interesses do Brasil. O *Tratado de Extradição* comprometia o Uruguai com a devolução dos escravos brasileiros fugidos, pois a fuga para o território oriental recrudescera a partir de 1842, quando fora abolida a escravidão naquele país. Em razão da fronteira aberta com o Rio Grande do Sul, a fuga para o país vizinho era o principal meio de rebelião adotado pela escravaria gaúcha. O *Tratado de Prestação de Socorros* configurava a dependência financeira do Estado Oriental na medida em que, em troca de um subsídio mensal ao governo uruguaio, este outorgava em garantia suas rendas aduaneiras. O *Tratado de Comércio e Navegação* mantinha isento de impostos o charque o charque oriental enviado pela fronteira terrestre rio-grandense, em contrapartida, o Uruguai deveria abolir os impostos incidentes sobre a exportação de gado em pé para o Rio grande. De fato, o Uruguai convertia-se em reservatório de gado para o Brasil, prejudicando a sua própria indústria saladeril. A cláusula continha também o direito de navegação comum no rio Uruguai e seus afluentes, concedendo ao Brasil o *status* de nação mais favorecida. O *Tratado de Limites* estabelecia como limite o rio Cuareim e concedia ao Brasil a navegação exclusiva na lagoa Mirim e no rio Jaguarão. Isso significava a renúncia definitiva ao território das missões orientais, que, de acordo com o tratado de 1777, eram possessão espanhola” (1999, p. 82). Cf.: DOCCA. **Limites entre o Brasil e o Uruguai**. Rio de Janeiro: Gráfica de Material de Intendência, 1939; PEREGALLI, op. cit.

Corrientes e Entre-Rios, constituíssem um bloco com o objetivo de retirarem Rosas do poder.

Sendo assim, a derrota de Rosas na batalha de Monte Caseros ou Morón, a 03 de fevereiro de 1852, não se caracterizou apenas pelo número de homens envolvidos. Foi o êxito das pretensões inglesas, francesas, das Províncias de Entre-Rios e Corrientes, do Paraguai e do Brasil, através da principal característica geopolítica que os aproximava: a livre navegação dos rios Uruguai e Paraná. Assinalava também, o fim da ameaça rosista sobre as fronteiras sulinas que haviam sido demarcadas nos tratados de 1851.

Rosas, derrotado, retirou-se para a Inglaterra. Porém, logo ocorreu a ruptura de Buenos Aires com as demais províncias, sendo a Argentina reunificada apenas no ano de 1861, sob o comando de Bartolomeu Mitre. Estas distensões internas, porém, não apresentaram ameaças para o Brasil e, já em 1856, foram estabelecidos tratados comerciais importantes com a Confederação Argentina.[18]

Dessa forma, o recorte temporal de 1852 a 1864 é significativo em decorrência da consolidação geopolítica e comercial do Império Brasileiro e da Província de São Pedro na área platina, além de ser um período de paz nas fronteiras, o que até então não era muito comum. Isso ficava evidente pelos seguintes pontos: a fronteira sulina do Brasil com o Uruguai estava definida; tratou-se de um momento de estabilidade política em nível das relações oficiais estabelecidas entre o Império Brasileiro com o Uruguai e com a Argentina; o comércio foi plenamente ativado a partir dos dois aspectos iniciais destacados; a fronteira, nesse momento, atuou como uma outra “zona fronteiriça”, assumindo a conotação de “zona de integração”.[19]

O marco final do nosso trabalho, 1864, representou a interrupção das boas relações políticas que possibilitaram atividades comerciais expressivas nesse período de 1852 a 1864. Tratou-se da retomada da política intervencionista do Império Brasileiro, que levou a um grande movimento de tropas pelas fronteiras da Província de São Pedro. Essa nova situação nas relações fronteiriças nesse momento, não contempla a nossa análise, pois, a partir de então, uma conjuntura de guerra se sobressaiu.

---

[18] Cf. OLIVEIRA. **Actos Diplomáticos do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1997. t. 01. p. 214-215.

[19] O conceito de “zona de integração” ou “fronteira-zona”, bem como o de “fronteira-linha” serão abordados mais adiante nesta introdução.

Portanto, o recorte espacial articula-se expressivamente com o período acima. No cenário político exposto, o município de Alegrete ocupava uma posição geoestratégica[20] de extrema relevância na política imperial e provincial, na medida em que atuava como "fronteira-linha" entre os países da Argentina e do Uruguai. Esta área fronteiriça era objeto de interesse da política externa brasileira, pois possibilitava uma inserção efetiva na área platina que era um pólo comercial importante nesse momento.

Partindo das considerações apresentadas, elaboramos as seguintes hipóteses que nortearão o presente estudo.

A fronteira do município de Alegrete, durante o período focalizado, não esteve marcada apenas pela intensidade dos intercâmbios comerciais e pela paz na política externa. Ela serviu como resistência social aos setores marginalizados da campanha oeste sul-rio-grandense, diante da nova ordem capitalista que se impunha nessa área, com a privatização da terra e dos rebanhos. Sendo assim, ela foi reduto de uma intensa movimentação de pessoas, violência e de atos criminosos;

A fronteira oeste da Província de São Pedro, entre os anos de 1852 e 1864, não foi reconhecida pela população da campanha como um limite às suas ações econômicas e sociais. Essa forma e uso desse território foram reencontrados pelos agentes sociais, caracterizando uma tradição de espaço regional, vivenciado desde o período colonial, os séc. XVII e XVIII.

A estabilidade interna e externa que viveu a Província de São Pedro no período de 1852 a 1864 possibilita-nos uma análise segura da presença dessa fronteira-zona e, essencialmente, da violência e da criminalidade em que ela se expressava. Sendo assim, os tempos de paz permitem focalizar a fronteira como mecanismo de resistência social presente no município de Alegrete, sem que os conflitos fronteiriços possam ser desfocados desses objetos de análise, levando a percebê-los exclusivamente como resultados de uma fronteira em disputa.

A orientação teórica e metodológica que subsidiará as hipóteses propostas partirá dos trabalhos da geografia crítica e da história social, levado a efeito pelo

---

[20] Cf. TOSTA. **Teorias Geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. p. 30-31.

geógrafo brasileiro Milton Santos[21] e pelos historiadores ingleses Hobsbawn[22] e Thompson[23]. As duas tendências vinculam-se ao materialismo histórico.

No desenvolver do nosso trabalho, três conceitos são fundamentais no sentido que perpassam diretamente e indiretamente todos os capítulos. São eles: espaço, região e fronteira. Entretanto, conceitos como resistência, violência e criminalidade, serão trabalhados quando forem necessários no terceiro capítulo.

Milton Santos fornece-nos elementos substanciais para a discussão sobre o conceito de espaço e a sua real dimensão e importância, Coloca-o no centro dos debates, como o resultado de uma permanente elaboração do homem e revelador de processos históricos, trata-o como um produto histórico inacabado e em conflito.

Segundo Milton Santos (1990), o espaço dentro da concepção dialética é algo em constante mudança, provocada pela luta permanente do homem para transformar e dominar o meio ambiente em que se insere e isto se dá através do trabalho.[24] Neste processo, "a tecnologia se transforma em história por intermédio das técnicas. E as técnicas são o intermediário entre o grupo humano e a natureza com o objetivo de modificá-la" (p. 108). As mudanças técnicas nos dizem da forma como está organizado o espaço em determinado momento, ocorrendo a ruptura com a "natureza natural", para uma "natureza artificial ou social", como aponta o autor, sendo o indicativo de espaço humanizado, organizado (p. 119).

---

[21] Obras do autor: **Por uma Geografia Nova:** da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 03. ed. São Paulo: HUCITEC, 1990; **A Natureza do Espaço:** técnica e espaço, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

[22] Obras do autor: **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense, 1975; **Rebeldes Primitivos:** estudos sobre as formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. 02. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

[23] Obras do autor: Tradición, revuelta y conciencia de classe. In: **La sociedad inglesa del siglo XVIII:** lucha de clases sin clases? 02. ed. Barcelona: Crítica, 1984; **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

[24] Santos, a respeito da importância da ação do homem sobre o espaço, afirma: "A natureza foi o celeiro do homem, ainda quando se encontrava na sua fase pré-social. Mas para que o animal homem se torne social é indispensável que ele também se torne o centro da natureza. Isto ele consegue pelo uso consciente dos instrumentos de trabalho. Nesse momento a natureza deixa de as ações dos homens e a atividade social começa a ser uma simbiose o trabalho do homem e uma natureza cada vez mais modificada por esse mesmo trabalho. Esta fase da história não poderia realizar-se se não houvesse um mínimo de organização paralela do espaço. Nosso enfoque é fundamentalmente baseado no fato de ser o espaço humano reconhecido, tal é em qualquer que seja o período histórico, como resultado da produção. O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço. A promoção do homem animal a homem social deu-se quando ele começou a produzir. Produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis. Pela produção o homem a natureza primeira, a natureza bruta, a natureza natural, socializando dessa forma aquilo que Theilhard de Chardin chama de 'ecossistema selvagem'. É por essa forma que o espaço é criado como Natureza Segunda transformada, natureza social ou socializada. O ato de produzir é ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço" (1990, p. 162-163).

Este espaço organizado, no caso do presente trabalho, é uma estrutura social fortemente ligada à economia. Esse fator é o elemento revelador de uma estrutura espacial mais ampla e complexa. No entanto, não é um produto acabado, cabe interpretá-lo, pois, muitas vezes, as modificações operadas na natureza pelo homem podem ser confundidas como movimentos naturais, impedindo-nos de identificar as reais mudanças. O espaço é, desta forma, o lugar da reprodução social. Significa dizermos que o homem, ao produzir o espaço social, possibilita que muitas das suas formas sejam apropriadas e reorganizadas, produzindo história com uma memória duradoura e materializada.[25]

O segundo conceito fundamental em nosso trabalho é o de região, que, admitindo diversas abordagens,[26] está associado à noção de espaço estabelecida anteriormente. A região é a expressão concreta e ativa da transformação e organização mais ampla operada no espaço pela ação dos grupos humanos, na medida em que, pela produção econômica, impõe uma divisão do trabalho, permite o desenvolvimento de técnicas e tecnologias. Ou seja, nessa perspectiva da geografia crítica, o produto das suas forças produtivas está possuindo um movimento de desenvolvimento próprio. Diante dessas características, a região produz uma identidade cultural específica em seus agentes sociais que a distingue, dotando-a de uma singularidade humanamente influenciada por essas relações econômicas.

A região não se trata de algo que está isolado em si. Para manter-se como unidade produtiva e social, a região tem a necessidade de articular-se a outros espaços regionais e, portanto, sofre influências desses, em proporções que variam conforme o seu nível de inserção nos mesmos e a conjuntura histórica. Cabe ressaltarmos que, essa integração dos espaços regionais a um centro econômico hegemônico, ocorreu com o processo de mundialização da economia a partir do séc. XV, de forma gradual, onde foram ditados novos ritmos de produção e mercados.

Assim, a região é o espaço tomando forma e conteúdo, envolto em contradições, num ritmo particular e num ritmo geral, ou seja, captando e adensando as suas particularidades, sem perder o vínculo com o global, o nacional e o mercado, traduzindo também, processos históricos distintos.

---

[25] "A construção do espaço é obra da sociedade em sua marcha ininterrupta. [...] A sociedade se transforma em espaço através de sua redistribuição sobre as formas geográficas, e isto ela o faz em benefício de alguns em detrimento da maioria; [...] O estudo do espaço exige que se reconheça os agentes dessa obra, o lugar que cabe a cada um, seja como organizador da produção e dono dos meios de produção, seja como fornecedor de trabalho" (SANTOS, 1990, p. 214).

O terceiro conceito, o de fronteira, está associado inegavelmente à noção de limite, da projeção do poder sobre o espaço, servindo, muitas vezes, para definir regiões específicas, concepção esta de conquista.

Nesta perspectiva, a representação cartográfica dos tratados[27] concretiza a idéia da fronteira ligada à noção geopolítica das linhas demarcatórias de um Estado, dividindo, portanto, grupos e sociedades.[28]

A fronteira-linha é assim, o local do exercício do poder, delimitada por linhas demarcatórias físicas ou, outras vezes, medida através de localizações geodésicas que definem territórios, onde vigoram as leis e encerram a atuação do Estado.[29]

De uma maneira geral, a temática fronteira, dentro da historiografia sul-rio-grandense, é abordada conforme a ótica dos tratados de limites, das guerras, ou seja, como fronteira-linha,[30] correspondendo aos elementos até agora apresentados.

Conforme Reichel e Gutfreind (1995), outra possibilidade se apresenta para o estudo da fronteira. É a fronteira-zona, que trata da aproximação e integração entre as sociedades através dos contatos de várias naturezas, proporcionando o surgimento de interesses sócio-econômicos e culturais, sobrepondo-se à idéia cristalizada da divisão imposta pela fronteira-linha.

O estudo da fronteira-zona torna-se relevante, pois não se coloca como uma forma divisionista, mas que aproxima as semelhanças de realidades sócio-culturais. Este é o caso do período de 1852 a 1864, onde a violência e a criminalidade no

---

[26] Cf. CORRÊA. **Região e Organização Espacial**. 07. ed. São Paulo: Ática, 2002.

[27] Na Idade Moderna, a cartografia destacou a representação da fronteira. No caso do Brasil, as representações cartográficas das fronteiras estão associadas aos tratados, remetendo-nos para uma ocupação e conquistas simultaneamente. O processo de ocupação territorial do Brasil ocorreu de leste para oeste, o qual fica perceptível a partir do momento em que são examinadas as representações dos tratados de Tordesilhas (1494), de Madri (1750) e o de Santo Ildefonso (1777). No caso da ocupação da área do Prata, local onde se encontravam colonizadores espanhóis e portugueses, a fronteira-linha adquiriu uma forma divisionista e segregadora que, para o Rio Grande do Sul, extremo sul do Brasil, serve para acentuar e afirmar o discurso da nacionalidade e da dominação portuguesa, que foi determinada e imposta historicamente. A partir dessa característica, fica expressa a predominância de uma história exclusivamente de Portugal, negando, dessa forma, para o Rio Grande do Sul, o território colonial de predomínio guarani-espanhol.

[28] “A fronteira é sempre uma área sensível. Ali se contam interesses soberanos diferentes, dirigidos por pólos de poder diversos. Nessa **zone de voisinage** como denomina o geógrafo francês Lapradelle, ‘tocam-se fisicamente’ interesses soberanos, valores culturais, línguas e economias […] tornando inevitável uma interpretação que resulta, muitas vezes, num jogo de pressão. A pressão fronteiriça tem sido o primeiro passo para a desarmonia e o conflito entre Estados” (MATTOS, 1990, p. 05, grifo do autor).

[29] Cf. CASTELO et al (Orgs.). **Fronteiras na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS: Fundação de Economia e Estatística, 1997. p. 68-74. (“Reflexões conceituais sobre fronteiras” de Melo e “Dos espaços sem fronteiras às fronteiras dos espaços” de Moura).

[30] Cf.: DOCCA. **História do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954; CESAR, op. cit.

município de Alegrete aproximaram os interesses e as características da população rural dessa área.

Estes três conceitos não só são fundamentais como se articulam entre si, na medida em que, a produção do espaço social reflete-se na construção da região e na determinação das fronteiras, em processos históricos distintos ou concomitantes, muitas vezes, contraditórios.

Para a viabilização do presente trabalho, no que se refere ao material empírico, as nossas fontes estão divididas em dois grupos.

No primeiro, para a análise do período colonial, séc. XVII e XVIII, a nossa documentação é essencialmente de origem espanhola, sendo as principais fontes as seguintes: os inventários dos Trinta Povos Missioneiros de 1768; os inventários do povo missioneiro de Yapeyú dos anos de 1768, 1780, 1784, 1798 e 1806 e as contas do Departamento de Yapeyú de 1767 a 1806. Cabe destacarmos que esta documentação foi retirada de vários trabalhos, dos seguintes autores: Villar e Boni (1983), Blumeds (1992), Garavaglia (1975), Maeder (1990) e Masy (1992). Também, alguns artigos das edições de 1977, 1983, 1985, 1990 e 1991 do Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros, além uma revisão da bibliografia existente compuseram o corpo documental deste primeiro grupo de fontes.

No segundo grupo, para o séc. XIX, a documentação por sua vez é luso-brasileira, composta desta forma: os relatórios dos presidentes da Província do Rio Grande do Sul de 1850 a 1867; os balanços das receitas e despesas das rendas provinciais de 1855 a 1864; as correspondências expedidas pela Câmara Municipal de Alegrete de 1847 a 1867 e as correspondências expedidas pela delegacia de polícia desse município, de 1847 a 1861. Realizamos também, uma revisão bibliográfica.

Com base no objetivo, nas hipóteses, nos referenciais teóricos e nas fontes, o trabalho divide-se em três capítulos. É importante salientarmos que, para a análise tornar-se mais didática, a ordem de apresentação inverte a ordem das hipóteses.

No primeiro capítulo do desenvolvimento, o objetivo é identificar e analisar a presença de um espaço regional na área geográfica que corresponde à campanha, na margem esquerda do rio Uruguai, durante os séc. XVII e XVIII. Esse espaço, na sua formação inicial, desconheceu a existência de fronteiras internas, pois, se levarmos em consideração o Tratado de Tordesilhas (1494) e o processo de ocupação dessa área constatamos que ele se localizava em território espanhol e

fazia parte da Banda Oriental que integrava a Província de Buenos Aires. Sendo assim, focalizamos, num primeiro momento, a constituição do território da redução de Yapeyú, processo que se iniciou com a sua fundação em 1626 e se estendeu até a expulsão Jesuítica em 1768, e, logo em seguida, a continuidade do desenvolvimento do mesmo durante as administrações laicas espanholas até o final do séc. XVIII. Através da análise, buscamos acompanhar algumas modificações econômicas e sociais que foram implementadas na área da campanha.

No capítulo seguinte, analisamos o processo de delineamento da fronteira oeste sul-rio-grandense com a Argentina e o Uruguai entre os anos de 1800 a 1852, período em que ocorreu, por parte dos luso-brasileiros, a conquista de uma parcela significativa do espaço regional do povo de Yapeyú. Nessa nova conjuntura, um dos resultados foi o surgimento do município de Alegrete que organizou política e administrativamente este subespaço regional da fronteira. A partir da década de 40 do séc. XIX, essa área começou a sofrer fraturas internas, ou seja, foi dividida internamente pela classe proprietária da campanha em disputas que evidenciaram interesses econômicos e políticos localizados.

Procuramos, neste segundo capítulo, não só constituir um quadro cronológico, mas relacionar o processo de desestruturação do espaço regional com o de reorganização de outro. Cabe apontarmos que este capítulo estendeu-se um pouco em relação ao primeiro, pois julgamos importante analisar a nova estrutura econômica e social que foi se constituindo, considerada, por nós, as razões históricas da violência e da criminalidade na campanha oeste sul-rio-grandense.

O terceiro capítulo do desenvolvimento do trabalho focaliza a criminalidade e a violência que se fizeram presentes na fronteira, durante os anos de 1852 e 1864, anos estes que se destacam por se constituírem num dos poucos “períodos de paz” que a área vivenciou. Este capítulo, que se divide em duas partes, apresenta em sua primeira uma análise da violência e da criminalidade na Província do Rio Grande do Sul a partir da ótica do Estado, ou seja, como fenômenos de contravenção. Buscamos uma visualização mais consistente dessas situações até então encobertas pelas lutas fronteiriças. Num primeiro momento, identificamos o processo de organização do Poder Judiciário na Província de São Pedro na época focalizada, pois ele nos possibilita perceber o alcance e as limitações dessa estrutura na repressão à criminalidade. Logo a seguir, a partir de uma série estatística de dados completos, procuramos verificar a permanência, a intensidade, as variações e as

formas como o Império Brasileiro interpretava as situações de violência e de criminalidade. Num terceiro momento, buscamos estabelecer as conexões existentes entre a situação geral da Província com as do município de Alegrete, cruzando informações locais, da Câmara de Alegrete, com os relatórios provinciais.

Na segunda parte do capítulo, focalizamos algumas formas de crimes que registrados no município de Alegrete, estiveram relacionadas à presença da fronteira política do território brasileiro com a República Oriental do Uruguai. Nesta abordagem de violência e de criminalidade, procuramos relacionar uma história social e cultural que estava submersa e latente, forjada no antigo espaço regional colonial, com o quadro objetivo que é proposto na primeira parte do capítulo e analisar esses conflitos e resistências específicas. Sob esse enfoque, a violência e a criminalidade são vistas como formas de resistência social.

## 2 A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DA CAMPANHA COLONIAL NOS SÉCULOS XVII E XVIII

*Quando passamos sãos e salvos a queda d'água do Uruguai, tínhamos que continuar navegando contra a corrente. No dia 1.º de junho chegamos felizmente ao território de Japeyu. Portanto, transcorrera um mês todo com esta nova viagem fluvial. Japeyu é a primeira redução neste rio. È dedicada aos Três Santos Reis, achando-se debaixo do 26.º grau e distando 6 léguas de Buenos Aires. […] No dia 02 de junho, ao sol-nascer, chegamos finalmente à vista da margem oposta e passamos, em linha reta e na referida ordem, para a redução. Mal nos viram os índios que moravam no aldeamento, levantaram logo alegre vozerio, gritando Jopaean! Jopaean! saíram correndo de suas cabanas, um aqui, outro ali, este meio nu, aquele amarrando uma pele em torno de si, um outro montando seu cavalo branco e o caracolava, um terceiro veio disparando em nossa direção montando num zaino, fazendo-nos uma parada e alguns cumprimentos americanos, um outro mais tomou de arco e flecha ou seus laços e boleadeiras, e todos corriam quanto podiam, outeiro abaixo em direção do rio.*

*Viagem às Missões Jesuíticas e trabalhos apostólicos*
*(Pe. Anton Sepp, s.j.)*

Este primeiro capítulo do desenvolvimento integra-se ao trabalho na medida em que, ao reconstituirmos o processo de ocupação e organização da campanha colonial, em sua margem esquerda do rio Uruguai, destaca-se uma identidade cultural no território. Esse aspecto, resultante das relações econômicas e sociais nesse espaço, é relevante para a nossa problemática.

Cabe balizarmos o espaço regional a que nos referimos. Ele estendeu-se pela margem esquerda do rio Ibicuí em direção às suas cabeceiras. A partir desse ponto, ao leste, por toda a extensão do rio Ibirapuitã, direcionando-se para o rio Negro (no Uruguai). Para a porção oeste, o rio Uruguai avança por uma parcela de sua margem ocidental. Essa área pertenceu à redução jesuítica, denominada de Yapeyú que se situou na margem direita do rio Uruguai, originando a atual cidade argentina de San Martín.

Conforme Raul Pont (1983), esse território do povo missioneiro de Yapeyú possuiu mais de dez mil quilômetros quadrados. Abrangeu os atuais municípios sul-rio-grandenses de Alegrete, Uruguaiana, Quaraí, Rosário do Sul e Santana do Livramento; aos departamentos de Artigas, Salto, Paysandú, Rio Negro e

Tacuarembó no Uruguai e uma parcela da Província de Corrientes, na Argentina.[31] É importante destacarmos que a ocupação territorial do Brasil, de leste para oeste, tem invertido o sentido na ocupação deste espaço no Rio Grande do Sul, que foi de oeste para leste, isto é, das margens do rio Uruguai para o interior do atual estado sulino. Na cartografia dos séc. XVII e XVIII, a área da campanha que descrevemos se apresentava como um espaço integrado que não conhecia uma fronteira-linha. Nesse sentido, ao verificarmos o mapa do Pe. Sepp, na Figura 01, percebemos que outros povos missioneiros também possuíram territórios em toda a atual campanha sul-rio-riograndense e uruguaia.[32] Porém, a área de Yapeyú sobressaiu-se em relação às demais, pelo seu tamanho e abrangência dentro da conjuntura missioneira e da campanha e pelo fato dela, ao contrário dos demais territórios, nos possibilitar identificar uma organização econômica e social em que a presença das

---

[31] Sobre a constituição do território de Yapeyú, Pinto informa-nos o seguinte: "Corresponde decir que las tierras de Yapeyú tuvieron una extensión, según Vadell, de ochenta léguas de longitud norte-sur, desde los confines del pueblo de La Cruz hasta el Arroyo Don Esteban, en el actual departamento de Río La latitud este-oeste era de cuarenta leguas, desde la margem oriental del Uruguay, hasta las cabeceras de los ríos Ibicuy y Queguay, lindando por este lado con las tolderías de los indios charruas y minuanes.Al occidente, se extendía en sesenta leguas de longitud norte-sur, desde los términos divisorios indicados desde el citado pueblo de La Cruz hasta el Yeruá y cabeceras del río Gualeguay, linderos por esta parte, de la villa de la Concepción del Uruguay y de la ciudad de Santa Fe. Su latitud, desde la orilla mencionada del uruguay hasta los lindes la jurisdicción de la ciudad de Corrientes y del pueblo de Yapeyú, era de cuarenta leguas en la parte septentrional y de veinte en la austral, cuyos confines estaban poblados de españoles. Abarcan íntegramente en el actual territorio nacional, los departamentos de Artigas, Salto, Paysandú y parte de Río Negro, Tacuarembó y Rivera. A su vez pertencia al Pueblo de San Borja una cuarta parte, aproximadamente, de la superficcie de este último departamento" (1967, p. 46-47).

[32] Podemos dizer que, no pampa, existiu uma pluralidade étnica significativa composta de dois grupos dominantes. O Chaná-Timbú que se subdividia em: Mapne, Mocoretá, Calchine, Quiloza, Coroanda Timbú, ou Atamburse, Carcacá, Chaná-Timbú, Chaná-Begua e Chaná. Localizava-se essencialmente na margem oriental do rio Uruguai. O segundo grupo era o Charrua, também subdividido em: Minuanos, Bohame, Yaró, Guenoa e Charrua. Situavam-se a sudoeste e sudeste do atual Estado do Rio Grande do Sul e avançavam para a margem ocidental do rio Uruguai. Nesse mesmo grupo (Charrua) também estavam o Guarantiran, o Balomar e o Machado, porém, estes predominavam na atual Argentina. É importante acrescentarmos que os guaranis compuseram essa paisagem humana e social, mas não eram originários do pampa. Emigraram da Amazônia há cerca de 2000 anos e descendiam da tradição Tupi-Guarani. Esse grupo concentrou-se, desde então, no delta do rio Paraná, nas margens do rio Uruguai, até ao estuário do Prata e por suas ilhas. Dentro desses grupos étnicos, os guaranis reduzidos, foram os que desencadearam mudanças relevantes na paisagem natural da campanha. Entretanto, foi a introdução do gadoque, favorecida pelas condições naturais da campanha, pela qualidade dos campos e pela abundância de mananciais, que proporcionou as bases de uma nova organização econômica e social na campanha. Surgiram, assim, as vacarias, as estâncias e os postos missioneiros, onde a redução de Yapeyú destacou-se nesse novo cenário platino.Cf.: CABEY; BECKER. Os índios da Banda Oriental do Uruguai, os Charruas e Minuanos: seu movimento, abastecimento e assentamento. Sua relação com as frentes expancionistas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 02., 1977, Santa Rosa. **Anais.** Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1977. p. 61-74; REICHEL; GUTFREIND. **As Raízes Históricas do Mercosul:** a região Platina Colonial. São Leopoldo: UNISINOS, 1996. p. 57; Anexo B (Localização aproximada dos Charrua e Minuano nos séculos XVII e XVIII).

duas metrópoles coloniais, Espanha e Portugal, não interferiram. Vejamos o mapa apresentado na Figura 01.

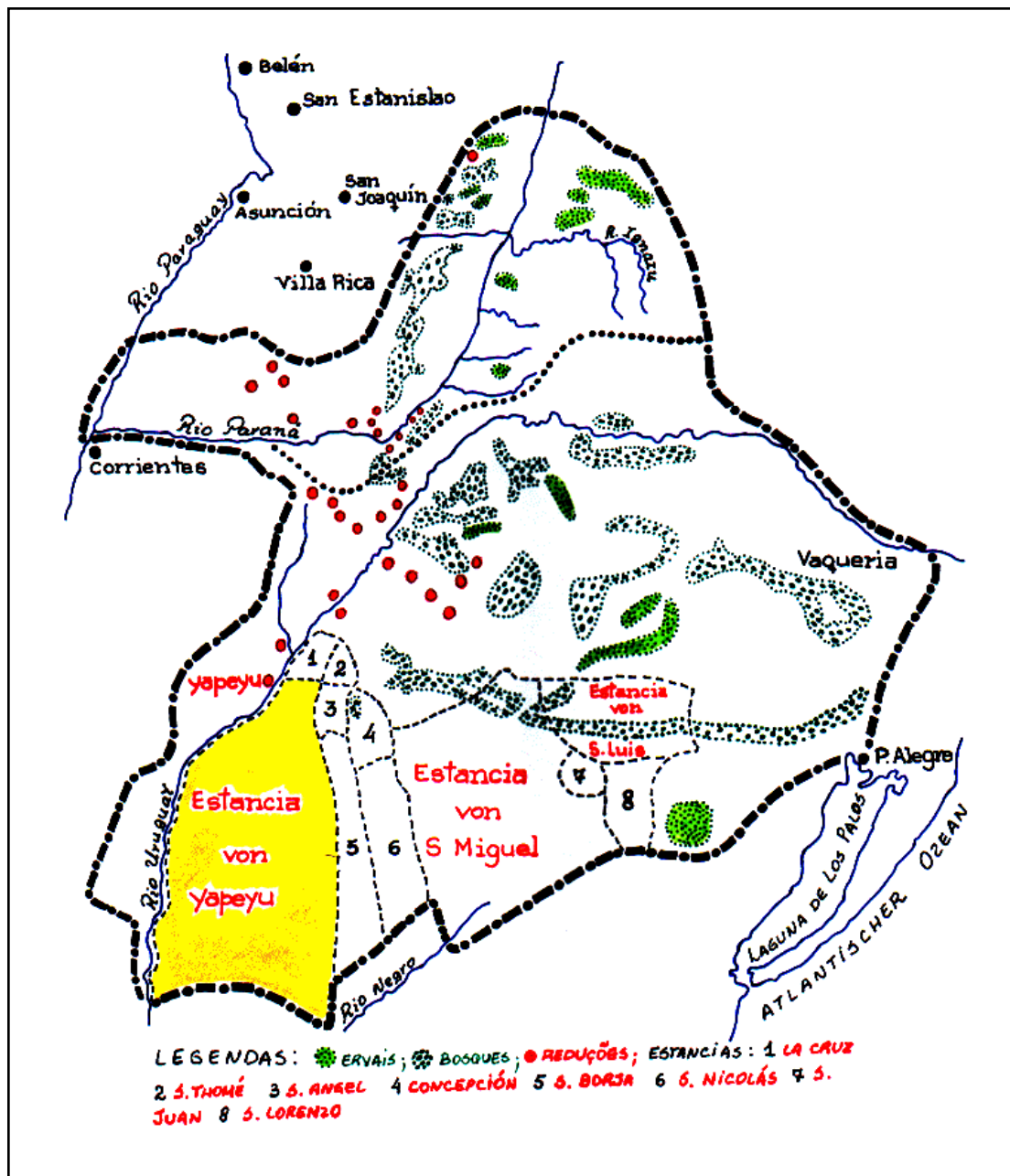



Figura 01 – Mapa das estâncias missioneiras no século XVII (SEPP, 1941)

O marco temporal deste capítulo compreende os séc. XVII e XVIII, estendendo-se da fundação da *Redución de Nuestra Señora de los Santos Reyes Magús* de Yapeyú, em 1627, à conquista dos Sete Povos Orientais em 1801, pelos portugueses.

Esse período de 174 anos representou a expansão e a organização do povo missioneiro de Yapeyú sobre a campanha, processo esse que entrou em declínio acelerado a partir de 1768, quando as administrações laico-espanholas, os conflitos entre espanhóis e portugueses que ocorriam desde a fundação da Colônia do Sacramento e as disputas entre brasileiros e platinos posteriormente, fragmentaram definitivamente esse território e deram origem às fronteiras políticas nacionais no extremo sul do continente, no séc. XIX.

Para a análise da formação desse espaço regional, dividimos o capítulo em quatro partes.

Na primeira, avaliamos a produção historiográfica sul-rio-grandense no que diz respeito à forma como esta identifica a campanha colonial, em especial o espaço e o período que definimos. Procuramos também perceber como esse discurso historiográfico constrói esse espaço e suas implicações.

A segunda parte, focalizamos a fundação da redução de Yapeyú, formada por guaranis reduzidos,[33] que desencadeou uma organização econômica e social a partir das vacarias.

Na terceira, abordamos o impacto que as vacarias tiveram na organização territorial do povo de Yapeyú, desdobrando-se na formação das suas estâncias e postos. Posteriormente, analisamos, para termos uma melhor dimensão desse desenvolvimento, a situação econômica e social desse povo missioneiro quando se efetivou a expulsão jesuítica em 1768, detectando o nível produtivo, comercial e populacional, em que se encontrava até então.

Na quarta e última parte, identificamos a forma como esse espaço regional foi reorganizado pelos espanhóis a partir de 1768, tendo como base a estrutura econômica e social que havia sido implementada pelos missioneiros e as transformações advindas.

---

[33] O grupo étnico essencialmente reduzido foi os Guarani, através da ordem jesuítica. Entretanto, existiram experiências reducionais com os Charrua e Chaná na Banda Oriental por parte das ordens Franciscana, Dominicana e Mercedária. Cf. CABEY; BECKER. op. cit., p. 57.

## 2.1 A CAMPANHA NOS SÉCULOS XVII E XVIII SOB O PRISMA DA HISTORIOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE

O período colonial, na produção historiográfica sul-rio-grandense, é apresentado sob três abordagens distintas no que diz respeito à ocupação da área da campanha oeste durante os séc. XVII e XVIII.

A primeira abordagem remete-nos diretamente à presença jesuítica, dividindo a ocupação em dois momentos distintos. O primeiro foi com a fundação das reduções da 1ª fase, de 1626 a 1637/38, através de duas frentes missionárias: a do Paraná e Uruguai, em sua margem direita, e a do Tape, que compreendeu a área dos rios Ibicuí, Ijuí, Piratini e Jacuí. A 2ª fase, de 1682 a 1768, correspondendo ao retorno dos jesuítas e dos guaranis à margem esquerda do rio Uruguai, quando fundaram os Sete Povos das Missões.

No processo de expansão inicial jesuítico, o Pe. Roque Gonzaléz de Santa Cruz, ao subir o rio Ibicuí entre os anos de 1626/1627, fundou a redução de *Nuestra Señora de la Candelaria*, distante 50 km da confluência desse mesmo rio Ibicuí com o rio Uruguai. Penetrou ao norte do atual município de Alegrete, sendo assim considerado, o “primeiro” europeu a ter passado por estas terras no séc. XVII e o promotor de uma ocupação inicial incipiente e rápida.

Dentro dessa mesma perspectiva historiográfica, a campanha oeste sul-rio-grandense voltou a ser ocupada a partir de 1657, sob uma outra forma. Os jesuítas e os Guarani começaram a estabelecer as estâncias e os postos de criação de gado. Aurélio Porto (1943), em “História das Missões Orientais no Uruguai” recompôs esse quadro de forma detalhada e informativa. Entretanto, esse espaço foi percebido como pano de fundo, onde os eventos estão incrustados. Um espaço exclusivamente natural e linear. É interessante dizermos que, na esteira de Porto, encontramos, por exemplo, historiadores recentes como Moacyr Flores (1996) que destaca a presença missioneira na área da campanha, bem como as estâncias e postos desde o rio Jacuí até as cabeceiras do rio Negro.

Arno Kern (1982), outro exemplo, em "Missões: uma utopia política", aborda o contexto político missioneiro dos Sete Povos, administrados pelos jesuítas, destacando as especificidades dessa organização. Conforme o Kern, a mesma inseria-se em condições históricas específicas e não se propunha a realizar o

paraíso cristão ou comunista. Observamos mais uma vez que o espaço da campanha fica num segundo plano, como um apêndice dos Sete Povos.

Independentemente das posturas teóricas e metodológicas adotadas pelos autores mencionados nos parágrafos anteriores, entendemos que os mesmos constituem-se como consultas obrigatórias no que se refere à presença missioneira no Rio Grande do Sul. Além desses, podemos acrescentar Bruxel (1978), Lugon (1977), Masy (1992), Teschauer (1918-1922), e Júlio Santos (1991), para mencionarmos os mais conhecidos.

A segunda forma de abordagem focaliza a ocupação da campanha através da ação dos grupos nômades Chaná-Timbu e Minuano.[34] Nesse sentido, é salientada uma "terra selvagem", em que esses primeiros habitantes, não sendo subjugados por espanhóis e por portugueses, deixaram heranças culturais, formadoras da identidade sul-rio-grandense que se perpetuaram, como por exemplo, no domínio do cavalo. Essa visão tende, porém, a encobrir a limpeza étnica que se processou nessa área.

O terceiro enfoque aborda a campanha oeste como um grande espaço vazio, uma "terra de ninguém"[35] que serviu de ponto de atração e fricção entre espanhóis e portugueses desde o séc. XVII, sendo que os conflitos se agudizaram no séc. XIX.[36] Esta percepção do espaço oeste do Rio Grande do Sul visa única e exclusivamente justificar a expansão e ocupação lusitana do litoral para o interior, apresentando como legítimas as disputas e conflitos advindos e negando, conseqüentemente, qualquer outra organização econômica e social nessa área. Luiz Araujo Filho, ao comentar sobre a 1ª Guerra Cisplatina, refere-se aos Guarani-missioneiros e Minuanos como "[…] 'elementos passivos', […] 'carne devoluta de canhão' e 'largados' (sic) após prestarem serviços de campanha […]" (1908, p. 19-20) nessas e outras disputas anteriores. Portanto, a conquista dessa "terra de ninguém" era legítima e necessária, pois trazia a civilização.

Poderíamos continuar com uma série longa de outros autores. No entanto, esse procedimento é desnecessário, pois o conjunto das obras aqui arrolado

---

[34] Cf.: FERREIRA FILHO. **História Geral do Rio Grande do Sul**. 05. ed. Porto Alegre: [s.n.], 1978; LIMA, A. **História popular do Rio Grande do Sul**. 03. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983; TRINDADE. **Alegrete do século XVII ao século XX**. Porto Alegre: Pallotti, 1991. v. 02.

[35] Esta noção de "terra de ninguém" é defendida por Guilhermino Cesar quando diz: "Mas, desde o descobrimento até 1737, fora o Rio Grande uma espécie de 'terra de ninguém' – quer dizer: índios, missionários, aventureiros de Portugal e Espanha, bandeirantes paulistas, todos se atritavam sem encontrar uma cultura que fosse o seu denominador comum" (1981. p. 109).

expressa certas tendências gerais da historiografia sul-rio-grandense referente ao período colonial, convergindo em uma única direção. Entre as conclusões, destacamos as seguintes:

- as posições historiográficas indistintamente admitem uma herança aborígine. Porém, seccionam esse período como parte não integrante e significativa da formação histórica do Rio Grande do Sul;
- o espaço missioneiro era, por excelência, os Sete Povos, não estando, conseqüentemente, a campanha oeste a ele articulado. Esta representava um espaço vazio, uma terra selvagem e uma “terra de ninguém”;
- a campanha não conheceu uma organização e povoamento típicos do período colonial, como os fortes e vilas. As outras formas de ocupação são tidas como “inferiores” e “incapazes” de sedimentarem padrões econômicos, sociais e culturais duradouros;
- o discurso historiográfico luso-brasileiro predomina como elemento “civilizador” da campanha oeste sul-rio-grandense.

As informações analisadas e sintetizadas são apenas pontos iniciais que nos permitem repensar parcialmente o período e o espaço aqui mencionados. Todavia, o importante é resgatarmos alguns elementos para uma história da campanha colonial espanhola, portuguesa, Guarani, Minuano e Chaná-Timbú, multifacetada, humanamente crua, numa terra que era comum a todos.

## 2.2 FUNDAÇÃO DA *REDUCIÓN DE NUESTRA SEÑORA DE LOS SANTOS REYES MAGÚS* DE YAPEYÚ

A redução guaranítica de *Nuestra Señora de los Santos Reyes Magús*[37] de Yapeyú foi fundada pelo Pe. Pedro Romero, em 04 de fevereiro de 1627.[38] Localizou-se na parte ocidental do rio Uruguai, em sua margem direita, a 29 graus

[36] Cf. DOCCA. **História do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.
[37] Mantivemos a denominação em espanhol, pois entendemos que uma tradução para o português, embora não altere o seu significado, descaracterizaria a sua origem hispano-guarani.
[38] Cf. PORTO. **História das Missões orientais do Uruguai**. Rio de Janeiro: SPHAN, 1943. p. 275. v. 03.

de latitude sul. Ficava precisamente às margens do atual rio Guavirarí, afluente do rio Uruguai, conhecido por Yapeyú[39] pelos indígenas do séc. XVII.

Essa redução[40] fazia parte da frente missionária do Uruguai, dentro da rápida expansão das reduções jesuíticas sobre a margem direita desse rio, sendo a mais meridional entre os trinta povos missioneiros. Apresentou-se de extrema importância para a evangelização. O Pe. Mastrilli Duran *apud* Porto destacava que a redução de Yapeyú era

> […] de máxima importância para os trabalhos da Companhia de Jesus, porque garantia a conversão de toda essa Província e dos do Rio Ibicuiti, que também faz parte dela, e nos fazíamos senhores do passo para subir e descer a Buenos Aires, coisa de suma importância para o governo e proveito destas reduções, pela brevidade do caminho comparado com o que se andava antes de abrir este (1943, p. 275).

A Carta Ãnua de 1626/27 trata de outros pontos favoráveis da localização de Yapeyú. Entre eles, mencionava o clima, o solo fértil, a abundância de recursos hídricos e o número expressivo de indígenas que estariam "dispostos" a receber a evangelização. Conforme esta carta citada por Layerenza:

> […] há de ser una de las Reduciones mas abundantes de comida deste Uruguay, […] sus campos fertilissimos […] por haber “dado gusto e estos indios que son los satrapas de todo este Uruguay e Ybicuytí” […] por se “puerto y llave destos dos Rios donde os índios a sus rescates” […] de lo contrario se hubiera cerrado a la compañhia una “muy lata puerta y perdido de la mano una mui copiosa mies” […] todos los indios a una dizen que la gente es muchissima […] (1990, p. 247).

A redução de Yapeyú converteu-se em uma das portas de entrada jesuítica para a campanha oriental. Assim, várias reduções foram estabelecidas entre 1631 a 1634, denominadas de Tape, que partiram da bacia do Ibicuí em direção à costa

---

[39] Segundo Pont (1983), os padres da Companhia de Jesus quando fundavam uma redução, denominavam-na com o nome de um santo católico e articulavam a nomenclatura de algum acidente geográfico. No presente caso, acrescentaram o nome do rio Yapeyú que era parte integrante do universo econômico, social dos guaranis dessa área, demonstrando a preocupação dos missionários em preservarem certos vínculos culturais (a língua guarani) como base para a catequização. Etimologicamente Yapeyú pertence à língua guarani, sendo esta palavra composta por APEYÚ, significando maduro, pintão ou amarelo. Literalmente se dividem em APE, superfície e YU amarelo. Também pode ser decomposta da seguinte forma: Y (água) APE (superfície) e YU (amarela, passada, de aparência madura). Podemos traduzir por “rio da superfície amarela”, “rio maduro” ou “rio amarelo” (p. 47, v. 01).

[40] Era composta predominantemente por várias parcialidades guarani, ou seja, diversos grupos dessa mesma etnia, sendo que cada grupo estava sob a liderança de um determinado, cacique. A redução de Yapeyú em 1657 possuiu 34 caciques. Cf. BLUMEDS. **La contabilidad em las Reduciones Guaranies**. Assunción: CEADU, 1992, p. 60.

Atlântica,[41] apesar de terem sido destruídas, entre os anos de 1638 a 1640. Porém não temos condições de precisar se essa redução também sofreu ataques dos bandeirantes paulistas.

É importante apontarmos que Garavaglia (1975) nos apresenta, como data de fundação dessa redução, o dia 04 de fevereiro de 1672, dado este, baseado em José Torre Revello (1958, p. 11). Podemos entender que, provavelmente, tenha ocorrido uma segunda fundação, visto que, a primeira estância yapeyuana foi fundada somente em 1692, denominada de Santiago, na margem esquerda do rio Uruguai. Entretanto, essa segunda data não inviabiliza a primeira, (04/02/1627), pois Blumeds (1992, p. 60) nos diz da existência da redução de Yapeyú em 1657. Nesse caso, Yapeyú poderia ter sido um núcleo reducional em menores proporções. Entretanto, a projeção efetiva desse povo sobre a campanha oriental se deu a partir da metade do séc. XVII, como nos diz Porto (1954).[42]

Independentemente dessa divergência, a redução de Yapeyú continuou tendo uma importância estratégica na expansão territorial do seu povo em direção à margem esquerda do rio Uruguai, processo esse que se desencadeou, como veremos a seguir.

### 2.2.1 As vacarias na constituição inicial do território do povo de Yapeyú

Entre os anos de 1636 e 1638, ocorreu o abandono das reduções do Tape em virtude das investidas intensas dos bandeirantes paulistas. O reflexo desses ataques foi conseqüentemente, também, o abandono do gado introduzido[43] pelos

---

[41] Entre 1631 e 1634 foram fundadas as seguintes reduções nessa área: S. Carlos de Caapí (1631); Santos Apósteles Pedro e Paulo (1631), na bacia do Ijuí. Santo Tomé (1632); S. Miguel (1632); S. José (1632); S. Cosme y Damián (1 634) na bacia do Ibicuí. Santa Tereza (1632); S. Joaquim (1632); Natividade de Nuestra Señora y Jesus Maria (1632) na bacia do Jacuí e S. Cristóbal (1634).

[42] "Foi no ano de 1660, mais ou menos, depois de ter sido descoberta a Vacaria do Mar, que os japejuanos fundaram na Banda Oriental, em território fronteiro a seu povo, uma grande estância, que teve inicialmente por limites os rios Ibicuí, Uruguai, Quaraí e Ibirapuitã. Mais tarde, essa estância estendia-se até o rio Queguai, aproveitando assim as vacas que constituíam a vacaria do Rio Negro, proveniente das que eram deixadas por esses rincões em várias ocasiões, em que o gado era levado para as estâncias" (p. 324).

[43] Existiram duas vias de entrada de difusão do gado na área platina. A primeira, por Assunção no Paraguai foi comandada pelos irmãos Góis, comerciantes da Capitania de São Vicente. Esse rebanho proliferou-se e disseminou-se pelo Prata, chegando a Buenos Aires e a Santa Fé, entre os anos de 1573 a 1580, a Corrientes em 1528 e a Banda Oriental por volta de 1620. A segunda forma foi através das reduções dos Tapes, na margem esquerda do rio Uruguai, principalmente, após o abandono desses estabelecimentos, em decorrência dos ataques dos bandeirantes paulistas. Esse

jesuítas nessas reduções e a dispersão do mesmo, o que ocasionou sua procriação livre e rápida. Esse gado inicial, porém, deslocou-se dessas paragens. Desceu a serra do Tape, atravessou os rios Camaquã e Jaguarão em direção à costa Atlântica e atingiu os arredores da Colônia de Sacramento por volta de 1680, formando a Vacaria del Mar.[44]

Após 1680, os Guarani e espanhóis, ao retornarem ao território missioneiro, foram deixando o gado espalhado por arroios e campos até a embocadura do rio Negro, pois muitas reses, debilitadas por esses deslocamentos, ficaram para trás. Desse lançamento de gado não intencional, surgiu a vacaria de São Gabriel.[45] Foi um novo núcleo ganadeiro, originário da Vacaria do Mar, de reses que tinham servido de abastecimento para as tropas missioneiras e espanholas no cerco da Colônia de Sacramento.

Tanto a Vacaria do Mar, como a Vacaria de São Gabriel surgiram de formas não planejadas. A primeira foi resultante dos conflitos entre bandeirantes paulistas e as reduções do Tape. A segunda, a partir do cerco da Colônia do Sacramento. Ambas as vacarias foram, assim, resultado da beligerância entre as Coroas Ibéricas.

Essas vacarias, durante o séc. XVII, foram focos permanentes de atração. Inicialmente, para elas convergiram os missioneiros e os demais povos da campanha e, logo em seguida, os espanhóis e portugueses. Esses últimos

---

gado deu origem a outros rebanhos, surgindo a vacaria do Mar na costa Atlântica. No que se refere à introdução de gado especificamente na Banda Oriental, o primeiro tipo foi o eqüino, por volta de 1516, na ilha de Martín Garcia. A segunda partida foi em 1574, introduzida por Juan de Garay em frente à ilha de São Gabriel. O segundo tipo de gado foi o bovino. Hernandarías o introduziu em três momentos: em 1616, um lote proveniente do Paraguai foi destinado ao povoamento, novamente da ilha de Viscaíno e da área do rio São Gabriel; a terceira partida através dos missionários jesuítas, em meados de 1635, para as zonas missioneiras. A introdução do gado ocorreu assim em vários momentos e locais. Cf. REICHEL; GUTFREIND, op. cit., p. 112-114.

[44] Conforme Masy (1990), o local em que se originou essa vacaria não foi abandonado de vez, foi quase durante meio século repovoado com gado pertencente aos povos, pois: "Durante 47 años las Doctrinas fueron encauzando 15.000 vacas a las **"taperas"** de los pueblos de los padres missioneros que están por las partes del Mar, mietras ganado de origen anterior seguia descendiendo por las suavas estribaciones de las serranias Del Tape y, atravesando los rios, hoy llamados, Camaquan y Jaguarão, alcanzaban las costas atlânticas de la actual República Oriental del Uruguay" (p. 171).

[45] Segundo Masy, "[en] la documentación jesuítica hallamos la denominación singular y plural de la Vaquería del Mar; también, la designación desta última como de la Vaquería de S. Gabriel, originada con el desplazamiento de reses con motivo del sitio a la Colonia de Sacramento. Antes de fijar una denominación a una Vaquería, de entablar su uso, existen zonas de tránsito ganadero: de la Vaquería del Mar a la de S. Gabriel; de la de S. Gabriel a la boca del río Negro; de ambas vaquerías ampliadas procede el ganado de las denominadas, en 1704, como la de Río negro y la de Pinares. Ya desde 1680 cuando las Missiones auxiliaron a las tropas de soldados guaraníes y españoles desplazados hacia Colonia con ganado de la Vaquería del Mar. Al volver las tropas guaraníes fueron dejando ganado por los arroyos y campos, hasta la desembocadura del río Negro" (1990, p. 172).

direcionavam o gado para o comércio clandestino com a Colônia do Sacramento, a partir do intercâmbio com o grupo Charrua.

A partir dessa conjuntura, no final do séc. XVII, novos espaços de reservas de gado selvagem emergiram na área da campanha oriental. Representavam uma forma de preservação desse recurso e povoamento das estâncias missioneiras que estavam sendo organizadas e, conseqüentemente, possibilitavam o sustento alimentar das reduções. Assim, foi organizada a Vacaria do rio Negro[46] e a Vacaria dos Pinhais.[47] Essa primeira vacaria foi relevante para o povo de Yapeyú, pois viabilizou a fundação das suas primeiras estâncias na campanha oriental, ainda no séc. XVII. A estância de San José, estabelecida nas proximidades do arroio Malo foi a porta de entrada para essa reserva de gado, sendo também o ponto inicial de fixação e organização do território yapeyuano.

Todavia, as vacarias do rio Negro e a dos Pinhais foram extintas até a década de trinta do séc. XVIII. Essa situação forçou os missioneiros a repensarem o espaço econômico da campanha. Proliferam-se, a partir de então, os postos e as estâncias yapeyuanas, rompendo definitivamente com as estruturas das vacarias.

### 2.2.2 Os conflitos por ocasião da ocupação do território yapeyuano pelos Guarani-missioneiros

Esse processo de expansão territorial do povo de Yapeyú sobre o espaço da campanha oriental não ocorreu pacificamente. Os conflitos que os Guarani-missioneiros enfrentaram deram-se em três frentes constantes, de intensidade variada, mas não totalmente isoladas entre si.

---

[46] A sua localização estava dividida em dois espaços, sendo: "[…] uno abarcaba la costa del rio Uruguay comprendida entre sus afluentes Negro y Quarey (donde Yapeyú había fundado uma estancia en 1694) y se prolongada en el espacio interpuesto hasta las nacientes del Quarey; el otro, al sur del río Negro, desde que recibe las aguas de su afluente Yi hasta la cabecera de este mismo afluente, hacia la costa atlântica. […] Em 1702, dentro del espacio de la Vaquería de Rio Negro acotado por el Uruguay, Yapeyú la Cruz aportaron ganado; y, dentro del segundo, S. Borja (14.000 ó 15.000 en 1709), S. Nicolás y S. Miguel" (MASY, 1990, p. 177.180).

[47] Segundo Masy (1990) essa vacaria situou-se a nordeste do atual Estado do Rio Grande Sul (Brasil), sendo estabelecida entre 1703 a 1705, determinada pelo Provincial Pe. Lauro Nuñez em 1703. Cf. Anexo A (Território do povo de Yapeyú).

Estas frentes de disputas foram com os “índios infiéis”, como eram denominados os índios do pampa que não foram catequizados, com os portugueses e com os espanhóis.

Durante dois anos intensos, de 1636 a 1638, a região do Tape, no atual Estado do Rio grande do Sul, foi assolada pelos bandeirantes que buscavam mão-de-obra escrava indígena para as grandes lavouras de cana de açúcar da região sudeste. Os Guarani-missioneiros conseguiram deter essas investidas somente em 1641, quando derrotaram os paulistas em Mbororé.[48]

No entanto as tensões não terminaram e se concentraram em outra dimensão. Os Guarani não estavam familiarizados com o espaço geográfico da campanha oriental, pois não eram originários dessa área e a consideravam um terreno inóspito. Diante desse quadro inicial adverso não tiveram como evitar o enfrentamento com os grupos Chaná-Timbú e Charrua, seus tradicionais inimigos. A carta Ãnua do Pe. Pedro Romero nos informa que, em 1636, um grupo de 190 índios Guarani passou cerca de um mês em busca do gado nas paragens orientais e, no retorno para a redução, sofreram o ataque dos Yarós, o que vitimou muitos Guarani. Também no mesmo ano, ocorreram choques com esse mesmo grupo, na margem ocidental do rio Uruguai.[49]

Apesar desses conflitos com os povos do pampa serem freqüentes, Maria Isabel de Rebés (1990, p. 252) nos diz que, mais tarde, esses grupos, entre eles o Charrua, o Guenoa e o Minuano, usaram da estratégia de aliarem-se aos portugueses da Colônia do Sacramento para atacarem os missioneiros, em decorrência da derrota que sofreram em Mbororé. Conforme Masy (1990, p. 198), em 1701, a estância de San José, fundada por volta de 1700, situada na campanha oriental, uma das mais distantes da redução de Yapeyú, foi atacada e incendiada, por aqueles grupos (Charrua, Guenoa e Minuano). Foram mortos 47 e feridos 80 Guarani, roubados gado e cavalos para serem comercializados com os portugueses de Sacramento. Esse mesmo fato também é confirmado por Porto (1954, p. 325), referindo-se aos índios “confederados”. Em 1702, esse grupo de índios foi derrotado nas proximidades do rio Yi por um exército composto de espanhóis e Guarani,

[48] Batalha nas proximidades desse arroio da margem direita do rio Uruguai, atualmente conhecido como “arroio Nonje”, na Argentina (PORTO, 1954, p.180-191).
[49] Cf. PORTO. **História das Missões Orientais no Uruguai**. Rio de Janeiro: SPHAN, 1954. v. 04. p. 276.301.

comandados pelo Mestre de Campo Alejandro de Aguirre e, por volta de 1715, já não tinham mais apoio dos portugueses (REBÉS, 1990).

Na medida em que o povo de Yapeyú criava e aumentava o número de suas estâncias, a partir do final do séc. XVII, as tensões com os "índios infiéis" tornavam-se constantes e agudas. Um outro elemento agregou-se, além da luta pela posse do gado. Foi a busca do espaço da campanha como sinônimo de reprodução de modos de vidas que, embora apresentassem traços em comum, eram sintomaticamente diferenciados, até porque os missioneiros "invadiram" o espaço dos grupos Chaná-Timbú e Charrua, além de procurarem garantir a posse dessa terra para a Espanha. Esses grupos, porém, continuaram sendo os principais obstáculos para a realização das vacarias e da constituição das estâncias e postos daquele povo. Para termos uma noção da dimensão desse obstáculo, o Pe. Fray Gerónimo Alvarez, em 1707 e 1708, comandou duas expedições contra os Charruas com relativo êxito, percorrendo todo o território desse povo para combatê-los.[50] No entanto, a mobilidade dos mesmos dificultou vitórias expressivas dos Guarani. Percebemos que a campanha apresentava-se, desta forma, como um espaço de fricção interétnica.

Esses conflitos com os "índios infiéis" demarcaram todo o séc. XVII e o séc. XVIII,[51] não impedindo a expansão territorial Yapeyuana. Entretanto, o Tratado de Madri, de 1750, que determinou a passagem dos Sete Povos Missioneiros para Portugal e a Colônia de Sacramento para Espanha, gerou um outro nível de tensão na área da campanha, até então não visto. Os Guarani levantaram-se contra os exércitos luso-espanhóis, no que ficou denominado de "Guerra Guaranítica" de 1754 a 1756.

Essa nova conjuntura exerceu uma pressão direta sobre o território do povo de Yapeyú, pois as linhas demarcatórias desse tratado eram próximas do rio Ibicuí, um dos seus divisores naturais. Era ameaça ao espaço econômico e social Yapeyuano, onde predominavam suas estâncias povoadas de gado. Esse fato se

[50] Pinto (1967) transcreve a "Memória para las generaciones venideras de los índios de Yapeyú" (p.42-43).

[51] Na mesma "Memória para las generaciones…", transcrita por Pinto, temos uma noção desses conflitos, vejamos: "En el año de 1704 el R. P. Cura del Pueblo de Yapeyú Fray José Tejedas pasó a San Gabriel, y desde allí escribió a los R. R. Fray Martín Yegros y Fray Bernardo de la Vega, ordenando que a las órdenes del Corregidor D. Tomás Tamandé se pusiesen 42 naturales y pasasen a la Costa de la Mar, a hacer vaquerías; y cuando ya había juntado veinte y un mil cabezas en el paso del Piray, fue atacado por los infieles, y tuvo la desgracia de que le matases siete naturales que estaban cuidando dicho ganado en el Corral Grande por fines del referido año" (1967, p. 41).

materializou na requisição de bois e eqüinos pelos espanhóis e portugueses, para o aprovisionamento das tropas que deveriam atacar os Sete Povos. Conforme Juan de Escandón,[52] essas “requisições” causaram sérios danos para o abastecimento de Yapeyú. A pressão foi aumentada, pois os grupos Charrua, Mboane, Yaró, Guenoa e Minuano incidiram sobre essa área em busca de recursos e proteção.

Por causa da Guerra Guaranítica, os caciques yapeyuanos, Rafael Pacaratu e Santiago Caendi não ficaram passivos diante dessa ameaça de dilapidação de sua principal riqueza, depuseram o corregedor do povo de Yapeyú e passaram a dirigi-lo, além de apoiarem os Sete Povos.[53] Esses aspectos evidenciaram a autodeterminação dos guarani-missioneiros de Yapeyú e a compreensão que esses possuíam sobre a importância dos recursos ganadeiros que estavam dispostos nas suas estâncias e postos.

Apesar das pressões constantes, o povo de Yapeyú ocupou o espaço da campanha. Conseguiu enfrentar e deter os demais povos do pampa e, com o abandono das demarcações do Tratado de Madri, a redução permaneceu em território espanhol até 1817, quando foi saqueada e destruída. Entretanto, de 1768, com a expulsão jesuítica, a 1817, esteve sob constante pressão externa dos interesses expansionistas portugueses e passou por um processo de decadência interna, fruto das administrações laico-espanholas.

---

[52] Juan de Escandón foi padre jesuíta contemporâneo dos acontecimentos do Tratado de Madri de 1750, deixando-nos informações relevantes sobre o mesmo. Em relação ao impacto do Tratado de Madri sobre a área da campanha, nos informa o seguinte: “Em último lugar pediu o Superior ao General que ele, como Governador que ainda era de Buenos Aires, revogasse a licença iniqüamente ali concedida antes da recente campanha. Consistiria ela em seu conteúdo que todo espanhol ou português, em o querendo, podia ir a estância de Yapeyú e dela tirar gado para si, contanto que desse ao rei a terça parte do que recolhesse… A partir desta iníqua permissão de furtar, tanto portugueses como espanhóis estava a pique de arruinar-se, por conseguinte privava aqueles índios do Yapeyú de seu sustento. Mas não só a eles, pois também os demais, situados na parte espanhola, sobretudo os do Paraná, quando tinham necessidade de gado – o que era freqüente! –, não encontravam outra saída que a da ”do Yapeyú”. Melhor dito, impunha-se-lhes que o adquirissem através da troca ou permuta de gêneros, que o Yapeyú incessantemente necessitava, como vem a ser a erva, o algodão e tabaco. Isso porque nenhum dos três citados produtos, ali indispensáveis, existiu no Yapeyú, uma vez que este Povo não os cultiva em suas terras, nem possui outra coisa que seja, para adquiri-los, a não ser o gado de sua estância. Esta, pois, a única “produção”, de que dispõe aquele grande Povo, uma vez que é o mais numeroso de todas as Missões, por contar então a 1700 famílias e ainda, indubitavelmente, crescer mais no futuro” (1983, p. 361).

[53] Cf. FLORES. **Colonialismo e Missões Jesuíticas**. 03. ed. Porto Alegre: EST, 1996. p. 115.

## 2.3 OS SIGNIFICADOS E OS DESDOBRAMENTOS DAS VACARIAS PARA O POVO DE YAPEYÚ: OS POSTOS E AS ESTÂNCIAS

As vacarias foram os núcleos por excelência da concentração e do desenvolvimento inicial do gado, que se procriou espontaneamente, favorecido pelas condições de pastagens, mananciais e proteção dos rios. As vacarias estavam localizadas na área da campanha, em sua porção oriental, em locais eqüidistantes da redução de Yapeyú.

Entretanto, é preciso distinguir algumas características concernentes às vacarias. Embora possam parecer mínimas, expressaram um movimento endógeno de mudanças no espaço da campanha. Vamos estabelecer desta forma uma divisão: as vacarias da primeira fase, a do Mar e a de São Gabriel e as vacarias da segunda fase, a do rio Negro e a dos Pinhais.

Entendemos por vacarias da primeira fase, aquelas que se originaram de forma espontânea, sem nenhum planejamento propriamente dito. As vacarias da segunda fase são aquelas surgidas intencionalmente, a partir das primeiras, em lugares escolhidos previamente. No caso dessa segunda, identificamos a preocupação na preservação desse recurso, ao criarem novos locais, que fugissem da exploração predatória dos espanhóis e portugueses, porém também não ficaram imunes aos ataques dos Ibéricos. Para os missioneiros, as vacarias representavam reservas de gado essenciais para o seu abastecimento e, concomitantemente, uma atividade de recolhimento desse gado que envolvia um grande contingente na sua realização, exigindo perícia, técnica dos vaqueiros, pois o trabalho era prolongado e arriscado.[54]

Cabe destacarmos que, para os grupos Chaná-Timbú e Charrua, e para os tropeiros e contrabandistas portugueses e espanhóis, as vacarias foram

---

[54] Conforme J. Cardiel, as vacarias para recolhimento de gado por parte dos missioneiros caracterizavam-se da seguinte maneira: “Vão 50 ou 60 índios com cinco cavalos cada um. Põem eles num alto uma pequena manada de bois, ou vacas mansas, para serem vistos das selvagens (chimarronas), e à pequena distância as rodeiam ou as acurralam 30 ou 40 homens para a sua guarda. Entremeadas com essas as chimarronas seguem as mansas, fazendo-se à noite grandes fogos em torno para que aquelas não disparem. Assim, em dois ou três meses, conseguem pegar e trazer a seus Povos, de distâncias consideráveis, 6000 ou mais cabeças” (CARDIEL *apud* PORTO, 1954, p. 329); “[…] De los caballos mueren alguns, ya a cornadas de los toros, que arremeten a cornadas a caballo y jinete; ya del mucho cansancio, y mal trato que les da el índio. Lodemás qtales, que no pueden servir en todo el año: y se ponen en lozanos pastos a convalecer y engordar. Todo esto custa esta faena” (CARDIEL *apud* PINTO, 1967, p. 55).

essencialmente áreas para a caça, o abate do gado chimarrão em grandes proporções, para o aproveitamento do couro e gorduras para o respectivo comércio. A esse respeito, Félix de Azara fornece-nos uma excelente descrição desse tipo de vacaria durante o séc. XVII.[55]

"Fazer uma vacaria ou vaquear", segundo Porto (1954, p. 308), foi uma das principais atividades do povo de Yapeyú durante o séc. XVII e as primeiras três décadas do séc. XVIII. Constitui-se no reconhecimento e no transporte do gado chimarrão das áreas onde se localizavam, com destino, primeiro, para as estâncias e postos e, posteriormente, para a redução desse povo.

A importância das vacarias para os missioneiros fica mais evidenciada quando Crawford *apud* Rebés observa que, durante o séc. XVII, em certos locais onde eram realizados esses recolhimentos de gado, como no vale do rio Cebollatí, ocorreu "la formación de una ecologia ambientada a la ocupación ganadeira realizada a grandes distancias" (1990, p. 254). Essas vegetações, introduzidas na campanha, oriental, foram a erva e o carapé. Essa última serviu como substituta da mandioca tropical, muito utilizada pelos Guarani. Isso traduziu o seguinte: o regime alimentar baseado na carne vacum precisava ser complementado; essas plantações indicavam que grupos de vaqueiros permaneciam nessas áreas por longos períodos e que retornariam novamente; as localizações desses cultivos indicavam a presença de acampamentos-dormitórios e guardas. Assim, o vale do rio Cebollati, um dos locais das vacarias, nos indica uma toponímia como: Asperezas del Yerbal, Chuchilla del Yerbal e Cerro del Yerbal, não só como sinônimos dessa presença dos Guarani-missioneiros, como também dos grupos Chaná-Timbu e Charrua.

É importante apontarmos que outros vegetais alheios à paisagem do pampa foram introduzidos. Eram o umbu e as palmeiras Yatay e Caranday (MASY, 1990, p. 176). Podemos inferir que esses vegetais, por sua vez, poderiam indicar os caminhos para o transporte do gado, bem como pontos de descanso e abrigo. Essas culturas foram novas adaptações a um terreno desconhecido dos Guarani.

[55] "Reúne-se uma quadrilha de gente pelo comum perdida e facínora, e vão onde á o gado, e quando acham uma ponta ou tropa dele, formam uma meia lua: os de lado unindo o gado, e o que vai no meio leva um pau comprido guarnecido de uma meia lua bem afiada com que desjarreta todas as reses ou tem as necessárias; então voltam pelo mesmo caminho e o que desjarretou, armado de um cucho, dá uma chucada em cada rês que lhe penetra as entranhas, com que morre e se apeiam os demais para tirar o couro carregá-lo e estendê-lo com estacas. Pelo comum se paga ao que desjarreta e chuceia, um real por rês e os peães, um real e meio por couro" (AZARA *apud* FREITAS, 1980, p. 18-19).

Combinados com o gado, elas representavam, um acréscimo substancial na ocupação e na fixação de um modo de vida relevante.

Apesar das modificações que se processavam na paisagem da campanha, auxiliando essas grandes excursões, as localizações das vacarias em relação à redução de Yapeyú ficavam a distâncias expressivas. As excursões dos missioneiros levavam em média três meses. Além disso, o pouco conhecimento desse terreno, os obstáculos e as ameaças iminentes dos grupos Chaná-Timbú e Charrua, tornavam essas jornadas difíceis e perigosas.

Foi dentro desse contexto inicial de dificuldades para o recolhimento e o transporte do gado das vacarias para essa redução, que emergiram as primeiras estâncias yapeyuanas na campanha oriental. Era preciso encurtar as distâncias com locais permanentes que facilitassem essa atividade com o gado e garantissem o abastecimento desse povo.

Na última década do séc. XVII (1690) e início do séc. XVIII (1702), tensões internas e pressão externa agiram para que houvesse um aumento significativo das estâncias yapeyuanas, que passaram de três para seis.[56]

Nesse processo, segundo Masy (1990), quatro fatores eclodiram e agiram paralelamente. Foram os seguintes:

1. as tensões demográficas: a fundação dos Sete Povos na Banda Oriental exigiu recursos para a organização e a manutenção dos mesmos (p. 173);

2. os conflitos entre os missioneiros e as cidades de Santa Fé, Corrientes e Entre-Rios: tratava-se da posse do gado situado na margem ocidental do rio Uruguai, por ambas as partes e que determinou a existência de áreas intensamente conflitivas (p.199);

3. a ação indireta da Colônia do Sacramento sobre as vacarias do Mar e a de São Gabriel. Esse ponto estratégico, até esse momento sob controle português, capitalizava o comércio e o contrabando, fazendo pressão sobre esses recursos vitais para os missioneiros (p. 197);

4. a localização da redução de Yapeyú: sem cairmos num determinismo geográfico, a posição desse povo apresentava facilidade de penetração para a campanha oriental. Esse critério ficou evidenciado, quando da sua fundação.

---

[56] Apesar do aumento das estâncias missioneiras, ocorreu uma diminuição do número de reses entre 1690 a 1696. Isso foi em decorrência do esgotamento da vacaria do Mar e a de São Gabriel que estava se processando (MASY, 1990, p. 174).

Entendemos que o segundo e o terceiro fator, foram os que melhor exerceram pressão sobre o povo de Yapeyú, para que se dirigisse para a margem esquerda do rio Uruguai e intensificasse a fundação de suas estâncias na campanha oriental. No entanto, podemos acrescentar que a extinção das vacarias dos Pinhais e a do Rio Negro, também contribuíram nesse processo.

É importante, a partir desse momento, buscarmos algumas definições para o que foram e o que significaram as estâncias yapeyuanas dentro do contexto missioneiro dos séc. XVII e XVIII. Vejamos como se caracterizavam.

As suas localizações giravam em torno das nascentes e margens dos rios. Esses critérios para estabelecimento possuíam dois objetivos:

1. a proteção para o gado: geralmente esses locais apresentavam-se em ,forma de ferradura. Tratava-se de uma grande área cercada por rios com uma única saída terrestre, denominada de "rincón", possibilitando manter, controlar e preservar o gado. É o caso, por exemplo, da "estancia del rincón del rio Quaraí" (PINTO, 1967, p. 38-39), também conhecida por Belém, próxima as nascentes desse rio, estabelecida em torno de 1694, e a de Santa Ana de Yapeyú, que ficava próxima das nascentes do rio Ibirapuitã;[57]

2. o estabelecimento de rotas para o transporte do gado, tanto por via fluvial como terrestre. Muitas estâncias e postos estavam localizados em ambas as margens do rio Uruguai.[58] Isso facilitava o contato da redução de Yapeyú com os demais povos da costa desse rio e com Buenos Aires. Entretanto, às margens do rio Queguay, balizando um outro caminho interno pela campanha,[59] estava um conjunto de capelas que foram indicativos de postos yapeyuanos.

Podemos deduzir o seguinte: os estabelecimentos das estâncias e dos postos não ocorreram de maneira aleatória. Atenderam a um certo planejamento na utilização dos recursos naturais; os rios não se colocavam como obstáculos, mas funcionavam como elementos estruturantes dessa configuração. Torna-se difícil

[57] Outras estâncias ou postos que se localizavam conforme as características que apontamos eram as seguintes: San José, nas proximidades do arroio Malo; Santa Gertrudis, a margem esquerda do rio Tacuarembó Chico e a direita do rio Grande em sua confluência em V.

[58] San Andrés foi a primeira estância yapeyuana fundada em 1657 na Banda Ocidental, ao oriente do rio Miriñay e na Banda oriental foi a estância de Santiago em 1692. Além dessas podemos mencionar algumas que se situavam na margem ocidental do rio Uruguai, sendo as seguintes: San Pedro, San Luiz, Mandisoví, na margem oriental Paysandú, San Antonio, San José, San José de Higueritas. Cf. Anexo C (Postos e portos yapeyuanos).

[59] Esse caminho interno da área da campanha consta no mapa do Pe. Marimon 1752. É descrito e analisado por Pinto (1967, p. 64-65). Constavam das seguintes capelas: San Borja, San Juan, San Jerónimo e San Martín.

identificar qual desses dois critérios foi o determinante. Todavia é certo que eles sempre estiveram presentes durante os séc. XVII e XVIII.

Outro elemento que sempre esteve constante na fundação dos postos e estâncias missioneiras foram as edificações de capelas. Geralmente a designação era o nome de um santo ou do lugar. Evidenciou o caráter da evangelização jesuítica, numa certa transferência do centro irradiador, a redução, para esses locais.

Segundo Garavaglia, estabelecer uma diferença entre as estâncias e postos yapeyuanos torna-se difícil, pois

> [no] és fácil distinguir, salvo por su tamaño, una estancia de un puesto. Suponemos que la primera és algo mayor que el segundo, y que se bién debió haber puestos independientes, es decir no subordinados a una estancia es evidente y las fuentes lo confirman, que las estancias más grandes tienen varios puestos que depende de ellas. La mayor parte de las estancias cuenta en esa fecho, com una capilla, algunos ranchos y sus obligados corrales de palo a pique. En caso de una estancia grande, como la de Mandisoví, se le agregam vários cuartos, galpones y currales de mayures dimensiones (1975, p. 471).

As características apontadas por Garavaglia são reconhecidas por Porto, vejamos.

> Cada Doutrina, ou Povo, recebia doação de uma extensão de uma faixa de terra que dividia em estâncias de criação de gados. Cada estância subdivide-se em postos, ou pequenas invernadas, sob ordens de um posteiro. Quer nas estâncias, quer nos postos erigiam-se pequenas capelas, que se tornavam núcleos de futuras povoações e cidades. Assim também os acidentes geográficos que rebaptizam (1954, p. 321).

Podemos ainda acrescentar algumas características dessas estâncias e postos que estiveram vigentes durante os séc. XVII e XVIII:

1. a terra pertencia à coroa espanhola e os missioneiros eram súditos, recebendo concessões para ocupá-las;[60]

---

[60] O povo de Yapeyú foi um dos primeiros a incidir sobre a campanha oriental na busca de gado selvagem, após o afastamento definitivo dos bandeirantes dessa área. No entanto, ainda não encontramos documentação referente à concessão para esse povo ocupar essa área. É certo, porém, que outros povos receberam essas concessões como nos diz Porto: “A primeira estância para a criação de gados que se estabeleceu na Banda Oriental é a que pertenceu à Doutrina de São Xavier, nas terras fronteiras ao seu povo. A concessão tem data de 10 de Julho de 1657 e é feita por D. João Blázquez de Valverde, Governador do Paraguai que, na ocasião, visitava essa doutrina. Além de outras terras, à margem direita do Uruguai, que ficava entre os rios Taquararé e Mbororé, declara que, “para as suas estâncias lhes dou e assino por terras as que há da outra banda do rio Uruguai, que são as que estão desde o dito rio até Ijuí acima,com todos os seus matos, entradas e saídas que de direito lhe pertencem e mando que nenhum outro que não for deste mencionado Povo entre nas ditas terras” (1954, p. 322).

2. inicialmente, foram pontos para descanso das tropas, vaqueiros e distribuição de víveres em decorrência das jornadas às vacarias;

3. eram elos de ligação com a redução de Yapeyú. Proporcionavam que o rebanho fosse tratado e amansado, ou seja, transformava-se em gado de rodeio, antes de chegar ao seu destino, aumentando conseqüentemente o seu valor comercial no rio da Prata. Assim, o espaço econômico da campanha expandia-se e ganhava em qualidade;

4. a estrutura desses locais eram aparentemente simples e funcionais, possuindo capelas, galpões e currais,[61] porém eram suscetíveis de destruição pelos grupos Chaná-Timbú e Charrua exigindo, muitas vezes, reconstruções em outros locais;

5. o trabalho envolvia uma mão-de-obra especializada e constante nesses estabelecimentos, onde um capataz coordenava o conjunto das atividades realizadas com o gado, que eram permanentes e variadas durante todo o ano;

6. na ocupação, estavam presentes as famílias dos vaqueiros que pelo tamanho desses locais, não deveriam ser um grupo numeroso;

7. a produtividade expressava-se pela quantidade, pela produção de excedentes e pela variedade de animais, viabilizando um comércio expressivo entre a redução de Yapeyú, os ofícios do Paraguai, Santa Fé e Buenos Aires e os demais povos missioneiros;

8. nesses locais, existiu o cultivo de pequenas hortas, semelhantes às existentes na redução.

Em síntese, esses locais situados na campanha oriental e outros na margem ocidental do rio Uruguai, proporcionavam condições necessárias para que o povo de Yapeyú possuísse um território organizado e articulado econômica e socialmente. A estância colonial missioneira, portanto, foi um estágio intermediário para a estância capitalista que se consolidou no séc. XIX.

---

[61] Em 1754, o Governador geral das províncias do Rio da Prata, o tenente general José de Andonaegui *apud* Porto, nas operações de demarcação do Tratado de Madri, informa-nos as características de um posto missioneiro: "El dia 30 [de mayo de 1754] se marcho hasta las orillas del Uruguay, em el paraje nombrado San Fernando, adonde estuvieron para establecerse los índios Del pueblo de San Borja; allí se encontro um galpón como de 60 varas com cinco divisiones y uma ramada; también había outro grande galpón sin techo que, según el tamaño de su puerta, parecia destinado para iglesia; había señales de haber habido más galpones, y se conocían quemados; dióse el nombre a este paraje de San Fernado por haber llegado a él dia Del Tey, que se festejo Del modo que lo permitia lo rígido de la estación y lo incómodo de aquella campaña" (1967, p. 61).

### 2.3.1 Situação econômica e social do povo de Yapeyú no ano da expulsão jesuítica (1768)

No momento em que se efetivou a expulsão jesuítica dos domínios coloniais da Espanha, as atividades econômicas dos Trinta Povos Missioneiros fundamentavam-se em três grupos: na agropecuária, nas manufaturas artesanais e no comércio. No território de Yapeyú, os trabalhos com o gado formavam uma parte significativa e, até certo ponto, predominante.

Com a expulsão jesuítica, foi realizado um inventário geral em todos os povos missioneiros, ficando concluído no mesmo ano de 1768. É interessante realizarmos uma análise do mesmo, referente aos números totais e às variedades do gado pertencentes aos 30 povos, comparando-os com o do povo de Yapeyú. Isso nos possibilitará detectar a real situação produtiva da área de Yapeyú, e identificar a sua importância em relação aos demais povos Guarani.

Segundo Blumeds (1992, p. 208), a produção dos Trinta Povos Missioneiros, conforme os respectivos inventários em 1768, perfazia um total geral de 1.112.403 cabeças. Esse rebanho animal foi um aspecto relevante e presente, denotando por sua vez, de forma subjacente, o nível técnico em que se encontrava a produção. Para uma melhor sistematização da mesma, dividimos da seguinte maneira: 1.º animais de rodeio: vacas, bois e terneiros com 753.944 cabeças; 2.º tropa cavalar: éguas, cavalos, potros, potrilhos, potrancas, mulas, éguas-mulas, burros e garanhões com 117.877 cabeças; 3.º rebanho lanígero: ovelhas, com 240.007 cabeças; 4.º outros animais: cabras, porcos e galinhas com 575 unidades.

A seguir, no gráfico da Figura 02, pode observar que os valores apresentados se referem aos quatro grupos de animais em relação ao total geral, ficando evidente a importância da produção de animais de rodeio e do rebanho de ovelhas.

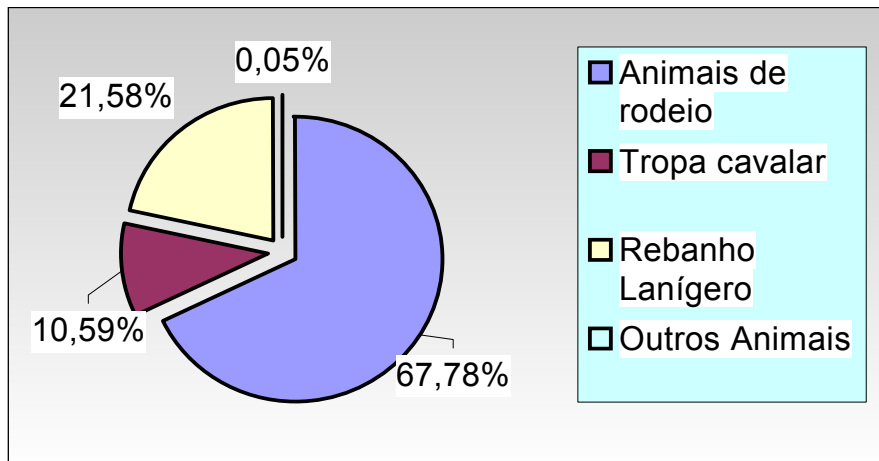



Figura 02 – Gráfico da produção ganadeira dos Trinta Povos Missioneiros em 1768 (BLUMEDS, 1992, p. 208)

Com relação à produção do povo de Yapeyú, nesse processo inventariante, sua participação foi, segundo Blumeds (1992), de 121.008 cabeças de gado, ou seja, 10,88%, da produção geral. Era, até então a maior entre os demais povos e dividiu-se assim: animais de rodeio, 62.679 (8.31%); tropa cavalar 12.087 (10,25%); rebanho lanígero 46.118 (19,22%) e outros animais 124 (21,56%).

Na seqüência, a Figura 03 apresenta o gráfico que aponta apenas para as características específicas de Yapeyú, ou seja, o nível da sua produção no seu território. Destacam-se os animais de rodeio e o rebanho de ovelhas, confirmando mais uma vez, a posição de destaque que a redução ocupava na área da campanha quanto à produção pecuária.

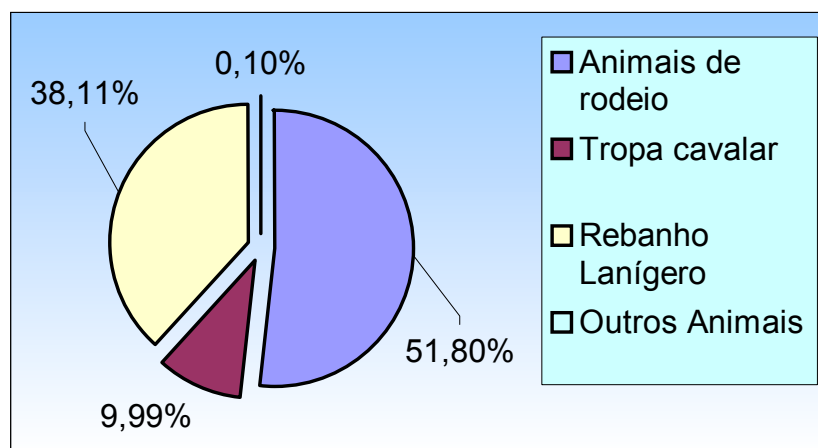



Figura 03 – Gráfico da produção ganadeira yapeyuana em 1768 (BLUMEDS, 1992, p. 208)

Apesar de haver o predomínio da pecuária, outras atividades econômicas como a agricultura e o artesanato coexistiram em Yapeyú.

Tomando o inventário de 1768 mais uma vez como ponto de partida, existiram, no território desse povo, as seguintes plantações:[62] 01 erval, 08 algodoais,[63] 33 fânegas de trigo e 09 fânegas de cevada.[64]

É importante apontarmos para o fato de que a atividade artesanal estava vinculada diretamente à criação de ovelhas[65] e ao cultivo de algodão, abastecendo os 24 teares existentes até 1768. Para avaliarmos a importância do rebanho de ovelhas e a sua relação com a tecelagem, vejamos alguns números referentes a alguns povos. Yapeyú participava com 46.118 cabeças. Esse número representava 19,22% da produção geral de ovelhas dos trinta povos, que era de 240.007 cabeças, sendo a maior. Alguns povos tinham a seguinte produção: La Cruz, 27.000; Santo Tomé, 18.471; San Borja, 13.425; Santo Apósteles, 11.400; Concepción 11.215; Santos Mártires, 10.764. Os demais 23 povos missioneiros juntos perfaziam a quantia de 101.614 cabeças.

O gráfico da Figura 04 mostra-nos que o rebanho de ovelhas yapeyuano[66] era o maior entre os 30 povos, representando a sua segunda maior produção, com 46.118 cabeças, ou 38,11%, como já foi destacado. Além disso, o comércio desse

---

[62] Cf. Anexo E (Inventário das plantações em 1768).

[63] Escandón (1983) salientava que, entre 1754 e 1756, o povo de Yapeyú não possuía plantações de algodão, porém os dados desse inventário de 1768, já nos diz o contrário, indicando-nos mais um acréscimo ao seu sistema produtivo.

[64] "Fanega de tierra = cuadrado de veinticuatro estadales = 9.216 varas quadradas = 6.439,4 m" (MASY, 1992 p. 379).

[65] A introdução de ovelhas nos povos Guarani se deu, segundo Porto, a partir do Paraguai em dois momentos: "[…] o gado menor que entra na governança do Paraguai procede do Peru, onde foi introduzido em 1548. Foi nesse ano, com o socorro ao presidente La Gasca, em luta com Gonçalo Pizarro, que à frente de um bando revolucionário, se insubordina às determinações reais, desembarcou o marechal Alonso de Alvarado na baía de São Mateus, conduzindo cavalos, bestas, ovelhas e cabras de procedência espanhola, os primeiros que ali aparecem […]. Dez anos depois, em 1569, com o bispo de la Torre, que volta do Peru, em companhia do general Filipe de Cáceres, preposto do **adelantado** João Ortiz de Zárate, novos rebanhos de gado menores entram em Assunção. Pela grande proliferação das ovelhas e cabras, dentro de tempo, Assunção se torna o empório fornecedor desse gado a todas as demais cidades que se vão fundando no Prata" (1954, p. 303, grifo do autor).

[66] Ainda referente à introdução de ovelhas e cabras na redução de Yapeyú, Porto informa-nos o seguinte: "[…] tratou logo o Pe. Pedro Romero de promover ali a introdução do gado, não sendo de menor importância a de cabras, ovelhas e porcos. Designou então, em 1630, mais ou menos, o Pe. Vicente Badia, cura da redução de los Reyes de **Japeju**, [grifo do autor] para ir a Buenos Aires adquirir um lote de ovelhas e cabras que deveria constituir o casco desses rebanhos para suprimento às novas reduções de ambas as margens do Uruguai. Em companhia de Pe. Vicente foi o índio Jaguareça que, mais tarde, relatou ao Pe. Diogo de Salazar as dificuldades da travessia desse gado e do temor que todos tinham de serem assaltados pelos jarós, por cujas terras era necessário passar para atingir Japeju" (1954, p. 305, grifo do autor).

tipo de animal na área platina chegou a ser um dos mais caros, pois, em 1730, foi cotado a 4 real de peso forte e chegou, em 1765, a 48r.[67]

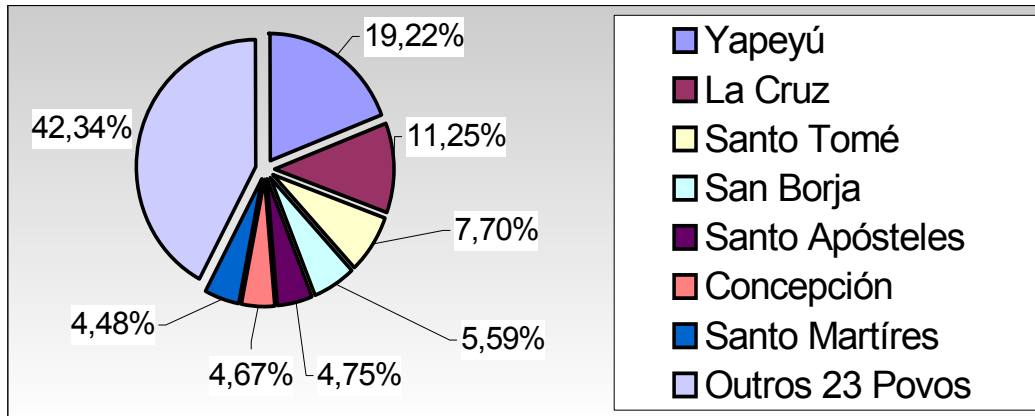



Figura 04 – Gráfico do rebanho ovino dos Trinta Povos Missioneiros em 1768 (BLUMEDS, 1992, p. 208)

Os dados apresentados pelo gráfico revelam-nos uma outra face desse espaço econômico. A criação de ovelhas e o cultivo de algodão articulavam uma terceira atividade: a tecelagem. Desta forma, a cadeia produtiva era aumentada pela especialização da mão-de-obra[68] e pela variedade de produtos.

### 2.3.2 Comércio e população: reflexos da organização econômica e social yapeyuana

Esse processo produtivo do povo de Yapeyú expressou um certo grau de autonomia dos missioneiros, mas substancialmente, desdobrou-se internamente, isto é, teve pelo menos duas conseqüências: a prática do comércio e o crescimento da população.

Na primeira, o excedente produzido por esse povo proporcionou condições para a existência de um comércio que se situava em dois níveis.

---

[67] Cf. MASY. **Estrategias de Desarrolo Rural en los Pueblos Guaraníes (1609-1767)**. Barcelona: Antoni Bosch, 1992, p. 380.
[68] Cf. Anexo F (Organograma do trabalho Guarani).

Um era realizado com os demais povos missioneiros, sendo os preços regulados em “Reales de Peso Fuerte”. Outro, com os Ofícios de Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes e Assunção.[69]

Entre 1685 e 1765, passou a existir a fixação de preços para alguns tipos de produtos que eram comercializados entre os povos Guarani. Entre eles, chama-nos atenção o valor da vaca chimarrona. Em 1685, custava 2r, subindo progressivamente, chegando em 1765 a 8r. Podemos inferir que essa alta era resultante do assédio constante de portenhos e santafesinos na busca de gado na campanha oriental, para povoamento de suas estâncias, diminuindo, conseqüentemente, a oferta. Outros produtos de valor significativo eram o cavalo domado (1609-1613 = 16r); (1735=16 reale), a égua potros (1609-1613=8r); (1765= 16 reale).[70] Esses preços traduziam não só a regularização do comércio entre os povos, mas o nível de demanda e a capacidade de produção dos mesmos.

Em decorrência desse comércio entre os povos missioneiros, em 1768, o povo de Yapeyú possuiu um crédito de 18.851 pesos e 1 reale. Os devedores eram os seguintes povos: San Borja, San Juan, San Lorenzo, San Miguel, Santo Tomé e Loreto. Quanto ao débito, ficou em apenas 122 pesos com S. Cosme e 66 pesos com S. Ignacio Mini.[71] Esses valores, provavelmente, foram resultantes da comercialização do gado e dos tecidos de lã e algodão, com base no que foi exposto no parágrafo acima. Esse comércio interno regional auto-regulava-se, se assim podemos dizer, sem interferências expressivas que pudessem desarticulá-lo, até aquele momento.

Outro aspecto que merece atenção é o que diz respeito à população. Masy, em “Estrategias de Dessarrolo Rural en los Pueblos Guaraníes (1609-1767)”, apresenta nos capítulos V a XII, uma análise geral da evolução demográfica missioneira, abordando objetivamente as variáveis que interferiram nesse processo, indicando-nos que até o momento da expulsão jesuítica, Yapeyú foi uma exceção nesse cenário demográfico, pois, devido a sua localização, tinha menos contato com outras reduções, o que teria reduzido significativamente a incidência de epidemias, como a varíola. Alguns autores nos fornecem alguns números sobre essa população yapeyuana.

---

[69] Os produtos comercializados com esses ofícios eram regulados com outros preços. Cf. MASY, op. cit., p. 232.380.
[70] Cf. MASY, op. cit., p.365.

Becker (1992, p. 133) nos informa que, de 1711 a 1753, essa população alcançou a cifra de 6.910 Guarani. Conforme Jorge Comadrán Ruiz (1969, p. 61),[72] em 1767, possuía 5.974 habitantes, representando 6,72% de um total geral de 88.864.[73] Para Raimundo Fernandez Ramos (1929, p. 141), alcançou em 1768, 7.947 habitantes.

Apesar desses dois últimos autores apresentarem números divergentes, entendemos que esses dados nos direcionam para a compreensão de que houve um aumento demográfico desse povo, que se relacionava, em certas proporções, com a produção, de certa subsistência agrícola e artesanal e com o consumo de proteína animal.

Em Yapeyú, antes da expulsão jesuítica, o consumo diário de carne vacum era de 0,346 Kg[74] ao dia por pessoa adulta. Representava, em um ano, 124,56 Kg. Esse valor não pode ser tomado como um padrão constante, pois dependia da capacidade produtiva, que sofreu quedas bruscas, principalmente após 1768. Além disso, esse regime alimentar básico era consubstanciado com outros produtos de origem vegetal, entre eles figuravam o milho, a mandioca, a batata e a erva-mate.

O comércio e o crescimento populacional representavam, assim, as dimensões materiais desse espaço organizado e articulado a partir de 1627 e que foi rearticulado em 1768, constituindo numa região que não perdeu as características específicas, mas caminhava irreversivelmente para uma nova estrutura produtiva e a inserção definitiva num mercado externo.

## 2.4 (DES)CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL YAPEYUANO

A expulsão jesuítica[75] dos domínios coloniais da Espanha, em 1768, representou o fim do modelo reducional implementado por essa ordem e o começo

[71] Cf. MASY, op. cit., p. 262-266.
[72] Cf. GARAVAGLIA. Las Actividades Agropecuárias en el Marco de la Vida Econômica del Pueblo de Indios de Nuestra Señora de los Santos Reyes Magos de Yapeyú: 1768-1806. In: FLORESCANO [Org.]. **Haciendas, latifundios, plantaciones en America Latina**. México: Siglo XXI, 1975. p. 473.
[73] Cf. MASY, op. cit., p. 377-378.
[74] Cf. MASY, op. cit., p. 106-107.
[75] Cf. VILLAR; BONI. La Expulsión de los Jesuítas en los diez Misiones Occidentales del rio Uruguay. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 05., 1983, Santa Rosa. **Anais.** Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1983. p. 232-250.

da decadência irreversível dos povos Guarani, com a desarticulação interna do espaço regional yapeyuano.

Os espanhóis, por sua vez, ocuparam o espaço econômico e social que até então tinha sido construído. Desta forma, o Governador do Rio da Prata, Francisco Bucarelli, paralelamente à expulsão jesuítica, deparou-se com a tarefa de criar um sistema administrativo que viabilizasse o controle econômico dos Trinta Povos Guarani. Inicialmente, criou um governo político-militar com sede em Candelária,[76] representado por um governador e um comandante. Devido à grande extensão dos domínios missioneiros e à longa distância de Buenos Aires, Bucarelli distribuiu e delegou poderes administrativos a dois tenentes. O primeiro, com base em Candelária, tinha jurisdição sobre os Vinte Povos da "Mesopotâmia" Argentina.[77] O segundo, com sede em São Miguel e comandado pelo capitão de Dragões Bruno de Cevala, para administrar os Sete Povos da Banda Oriental, além de La Cruz, San Tomé e Yapeyú.

As instruções iniciais de Bucarelli, dirigidas aos administradores particulares dos povos Guarani, apontavam para o cuidado que deveriam ter para com os bens inventariados e a distribuição das tarefas em comum acordo com o cabildo. Além disso, teve a preocupação em especial para com os postos e estâncias, no sentido de que não descuidassem de suas produções.

Essa administração geral foi subsidiada por administrações regionais em Assunção, Corrientes e Santa Fé. Nestes locais, a facilidade do tráfego fluvial era melhor, permitindo o aprovisionamento dos povos. No organograma administrativo, vinham os administradores particulares ou locais, auxiliados pelos cabildos, que em conjunto decidiam sobre as questões comerciais. Suas funções ficavam em torno do controle dos armazéns e dos livros contábeis.

---

[76] Segundo Becker, Candelária foi uma redução que ocupou uma posição importante no contexto missioneiro: "Iniciou em 1626/27 com o Pe. Roque González, sobre o Rio Ibicuí, foi fundada em 1628 sobre o Rio Piratini, sempre à margem oriental do Rio Uruguai. Em 1637 transferiu-se para a margem ocidental do rio Uruguai, nas proximidades de Itapuã por causa do bandeirismo paulista. Daí ter-se-ia mudado novamente tendo em 1615, sua localização definitiva. [...] Ela foi uma espécie de sede das missões, porque nela se localizavam os armazéns gerais de todas as reduções do que nos outros povoados. [...]" (1992, p. 167-168).

[77] O termo "Mesopotâmia Argentina" é utilizado para designar às reduções que se localizavam entre os rios Uruguai e Paraná, sendo as seguintes: Yapeyú, La Cruz, S. Tomé, Concepción, Apósteles, S.José, S. Carlos, Santa Maria La Mayor, S. Javier, Martires, Santa Ana, Loreto, S. Ignacio Miri, Corpus, Candelaria, Itapua, Trinidad, Jesus, S. Cosme e Santiago. Cf. BONI; VILLAR, op. cit., p. 232-250.

Em dezembro de 1769, Bucarelli dividiu os Trinta Povos Missioneiros em quatro departamentos, todos com uma sede própria e jurisdição em Buenos Aires. Por sua localização e importância econômica, principalmente o rebanho de gado, Yapeyú tornou-se cabeça de um desses departamentos. Foi constituído assim, o departamento de Yapeyú (sede), tendo abrangência sobre La Cruz, S.Tomé, e S. Borja.[78] Vejamos o mapa seguinte na Figura 05.

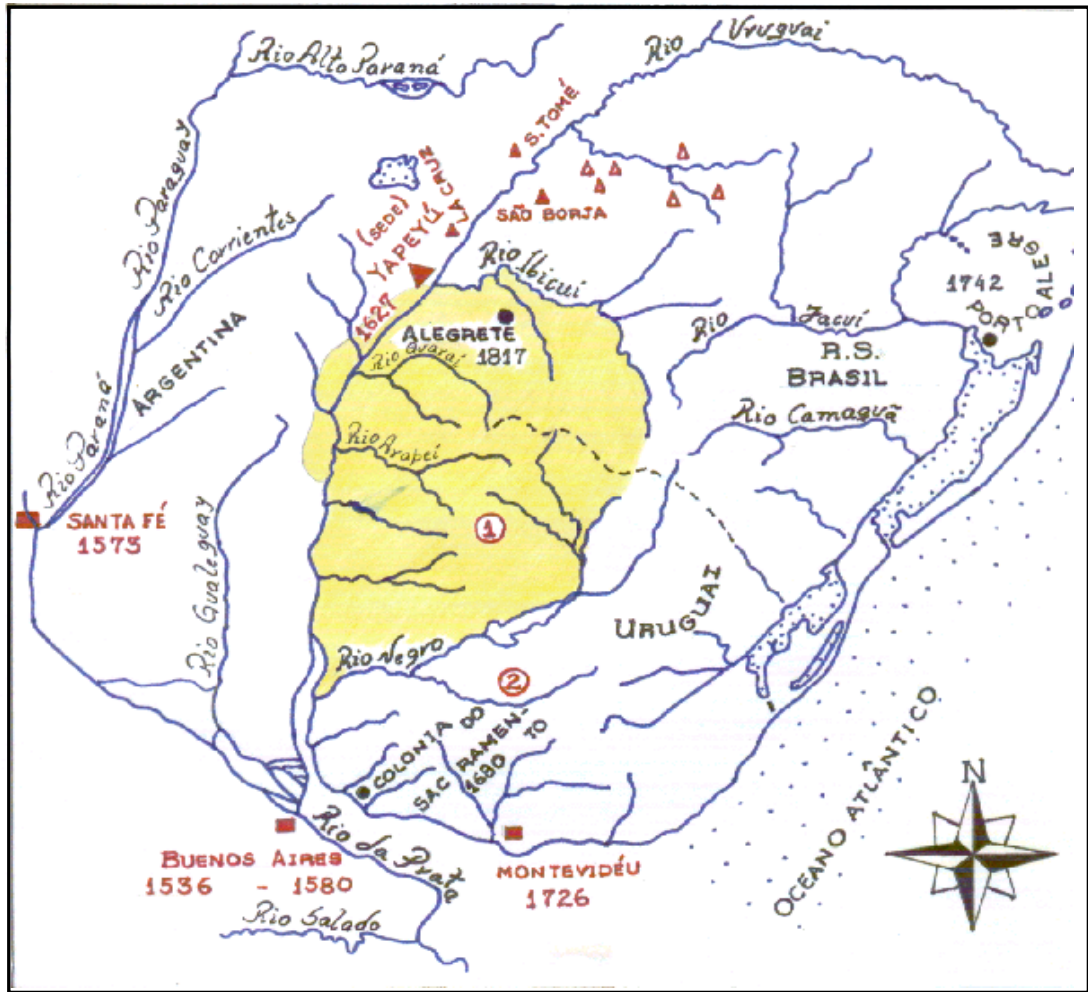



Figura 05 – Mapa do Departamento de Yapeyú (GARAVAGLIA, 1975, p. 466)

Legenda: Departamento de Yapeyú — Yapeyú; La Cruz; S. Tomé; São Borja; Território do Povo de Yapeyú

**1.** Estâncias yapeyuanas

**2.** Campos em disputa e Realengos

---

[78] Cf. VILLAR; BONI, op. cit., p.143.

### 2.4.1 Contas do Departamento de Yapeyú

As Ordenanzas para regular el comércio de los españoles com los pueblos índios tapes e guraníes del Paraná y Uruguay,[79] promulgada por Bucarelli em 1770, determinavam aos administradores gerais a prestação de contas a cada biênio.

Essas prestações de contas expressavam, por sua vez, o movimento contábil dos produtos que eram enviados pelos povos a Buenos Aires. A contabilidade desse período (1767-1806) era representada da seguinte maneira: “cargo” da administração referia-se ao crédito correspondente a cada povo e departamento, a partir das vendas dos seus produtos; “data”, traduzia o débito efetivo, representado pelas compras e os pagamentos realizados em nome de cada povo missioneiro.

A análise das contas do Departamento de Yapeyú possibilita-nos perceber e identificar o movimento do comércio e da produção missioneira, a pesar de alguns biênios estarem sem registros.

Na gestão de Juan Angel Lazcano (1772 a 1788), a mais longa da administração geral das missões, as cifras relativas ao Departamento de Yapeyú mantiveram-se em níveis relativamente altos. Todavia, os valores das vendas dos produtos eram inferiores aos pagamentos e às compras o que denota um certo desequilíbrio. A exceção foi o biênio de 1776-1777, em que ocorreu um superávit de 15.396% sobre o débito. No período de 1787 a 1800, observamos a tendência de déficit. Podemos dizer que apenas um biênio apresentou saldo positivo, foi o de 1791-1793, com 79,74% a mais que o débito.[80]

Conforme Maeder (1990, p. 146-147), as cifras referentes aos créditos e débitos constantes nas contas do Departamento de Yapeyú e nos demais departamentos apresentavam três características. A primeira é de que, uma grande parte das dívidas da época jesuítica, passou para as administrações laico-espanholas. A segunda expressou-se pelo fato de que entre 1785 e 1787, houve uma grande extração de couros das estâncias de Yapeyú e de San Miguel, operação essa que foi acordada entre Gregório de Soto, Domingo Igarzábal e Antonio Pereyra, distorcendo o quadro contábil, visto que os valores totais reais

[79] Cf. MAEDER. La Administración Económica de Missiones. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 08., 1990, Santa Rosa. **Anais.** Santa Rosa: FFCL, Dom Bosco, 1990. p. 125.

talvez não fossem contabilizados. O terceiro aspecto foi de que, no biênio de 1791-1793, a inclusão nas contas dos departamentos do movimento comercial dos povos de índios de Corrientes (Itatí, Santa Lúcia e Las garzas), não foi expressiva. Independente desses três aspectos, a tendência do declínio das contas do Departamento de Yapeyú e dos demais, não se alterou.

As contas do Departamento de Yapeyú mostram um constante desequilíbrio entre os ingressos e os gastos. As dívidas anteriores e o peso da nova estrutura de governo, a presença de uma administração numerosa e cara, se tornaram incompatíveis com a estrutura produtiva missioneira. Isso contribui para que a situação econômica desse povo se tornasse deficiente e irreversível dentro desse modelo.

A deteriorização crescente das finanças missioneiras contribui para a queda dessa nova organização e as conseqüências imediatamente apareceram, tais como: a diminuição da tributação e o decréscimo significativo da produção pecuária.

Nessa estrutura administrativa aflorou um elemento até então latente, se assim podemos dizer. Tratou-se da corrupção. Juan Angel Lazcano, por exemplo, administrador geral, organizou uma grande vacaria para extração de couros em 1775, pois havia uma grande quantidade de gado disperso, pertencente aos povos, principalmente na área do Departamento de Yapeyú.

Yapeyú, nessa conjuntura de espoliação, conservou a sua importância e integridade até o final do séc. XVIII. O gado e os tecidos, ainda proporcionavam certas condições de comercialização, as quais se traduziam em suas contas.

Entretanto, o novo aparato político-administrativo laico-espanhol foi conflitivo e corroeu a estrutura produtiva missioneira. Além de promover a deterioração financeira, inviabilizou qualquer retorno aos índices produtivos e técnicos que Yapeyú havia atingido até 1768.

### 2.4.2 A riqueza ganadeira yapeyuana sob o controle laico-espanhol

A riqueza ganadeira de Yapeyú e todos os seus bens após a expulsão jesuítica, em 1768, passaram para o controle de uma administração geral com sede

---

[80] Cf. Ibid., p. 143-146.

em Buenos Aires. A partir desse momento, começou o monopólio dos produtos missioneiros, praticados através dos ofícios da época jesuítica, passando para as administrações laicas.

É interessante apontarmos que, segundo Garavaglia (1975, p. 483), pelos inventários dos anos de 1768, 1780, 1784. 1798 e 1806 ocorreu uma queda drástica da produção pecuária de Yapeyú, caracterizando-se da seguinte forma: 1. em 1780, o número de cabeças de gado era de 75.054, ou seja, diminuiu 37,97% em relação ao inventário de 1768; 2. em 1784, o declínio foi brusco, montando em 25.123 reses, ou, 79,24% a menos que 1768; 3. em 1796, ocorreu pequeno crescimento, ficando em 27.998 reses, ou 76,26% a menos que 1768; 4. em 1806, 20.965 cabeças ou 82,67% inferior a 1768.

Nesse período de 38 anos, demonstrado percentualmente, o principal tipo de gado que se manteve e não houve perdas foram os eqüinos. Porém, a crise afetou principalmente os rebanhos bovinos e ovinos, ocorrendo o desaparecimento desses últimos em 1806.

Apesar de todo esse processo de dilapidação da riqueza pecuária do povo de Yapeyú, os inventários do ano de 1780 revelam-nos alguns dados importantes. Eles apontam para a existência de estâncias e postos distintos. Assim, os estabelecimentos de Mandisoví, Santa Ana, San Pedro, Paisandú, San Gregório, la Merced, Yeruá e El Rosário, dedicavam-se à criação de Vacuns, Eqüinos e Bois. Já em San Patrício, San Francisco, Santo Angel, Santo Domingo, San Joaquim San Isidro, San Alonso, San Jorge e Santa Maria, a produção constava de eqüinos, mulas e burros.[81]

A existência dessas estâncias, postos específicos, representara uma forma racional da organização produtiva pecuária no território de Yapeyú que ainda persistia, apesar do decréscimo que se processava.

É importante destacarmos que uma dessas estâncias yapeyuana que teve um significado importante para as administrações espanholas foi Paysandú em decorrência de sua riqueza ganadeira e localização privilegiada na campanha oriental. Conforme o general Diego Cassero *apud* Pinto,

> [después] de 1768, em que se consumo la expulsión de los jesuítas, los pueblos de Misiones quedaron bajola dependencia de Administradores que

[81] GARAVAGLIA, op. cit., p. 472.

> por lo general actuaron dominados por una insaciable codicia. El pueblo de Yapeyú, dentro de cuya jurisdicción se hallaba Paysandú, poseía las estancias más ricas de la región. Para mejor defenderlas, la administración civil de Yapeyú se interesó en formalizar la ocupación de aquellas tierras hasta el arroyo Bellaco. Con tal propósito levantó nuevamente en 1768 el puesto de San Javier. A la vez en la población de San Borja abandonada, o en sus proximidades, Gregorio de Souto levantó en 1768 el puesto y fuerte de Paysandú, llamado a convertirse bien pronto en centro de la faena de cueros a todo lo largo del río Uruguay (1967, p. 69).

O depoimento acima confirma mais uma vez a importância da riqueza ganadeira yapeyuana e a função que teve Paysandú como local estratégico para a extração de couros a partir de 1768. Por outro lado, revela-nos que os espanhóis estavam apenas interessados no "saque" do gado que levou inevitavelmente a decadência produtiva, como já foi demonstrado.

Diante dessa intensidade espoliativa espanhola, a desestruturação econômica e social interna do povo de Yapeyú foi inevitável. Esse processo por sua vez, desarticulou irremediavelmente a unidade desse espaço regional, contribuindo para que os portugueses viessem a conquistar uma parte dessa área, a partir da tomada dos Sete Povos Missioneiros em 1801, conquista essa que não foi sobre uma "terra de ninguém" ou sobre um "espaço vazio".

# 3 A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA OESTE SUL-RIO-GRANDENSE (1800-1852)

*Brasileño y oriental / Rio-grandense y argentino,*
*Piedras del mismo camino, / Aguas del mismo caudal,*
*Hicieran, de tu señal / Himnos de pátria y clarin,*
*Hasta el mas hando confin / Bajo el cielo americano,*
*De Ósório – Artigas – Belgrano, / Madariaga y San Martín!*

*Milonga das Tres banderas*
*(Jayme Caetano Braun)*

O delineamento da fronteira oeste sul-rio-grandense ocorreu de forma concomitante à construção do espaço regional yapeyuano durante os séc. XVII e XVIII, porém ganhou intensidade a partir da expulsão jesuítica.

O segundo capítulo do desenvolvimento deste trabalho possuiu, como objetivo, focalizar a construção da fronteira oeste sul-rio-grandense, a qual ganhou os limites atuais a partir do séc. XIX. Foi nesse período que emergiu o município de Alegrete, como o resultado da beligerância entre as coroas Espanhola e Portuguesa. Destacamos a conquista, a ocupação, a resistência guarani-missioneira e a organização de uma parcela do espaço da campanha pelos luso-brasileiros no período de 1800 a 1852, apesar desse processo já estar em andamento desde das últimas décadas do século anterior.

O recorte espacial de nossa análise compreende a área da campanha, denominada de fronteira oeste do Rio Grande do Sul, que foi conquistada e ocupada pelos portugueses e brasileiros durante o séc. XIX. O marco temporal inicial recua a 1801, momento em que o território das Missões Orientais passou oficialmente ao Rio Grande do Sul e se estende até 1864. Sendo assim, dividimos o capítulo em seis partes.

A primeira recompõe o quadro histórico referente à formação da fronteira externa do Brasil com a atual República Oriental do Uruguai, entre 1800 a 1852, onde os conflitos militares demarcaram os seus contornos.

A segunda parte aborda a divisão política e administrativa do espaço da campanha oeste sul-rio-grandense, processo este que ocorreu paralelo à conquista

luso-brasileira, refletindo o próprio ritmo e desenrolar dos conflitos, com os espanhóis num primeiro momento e, logo após, com os argentinos e os uruguaios.

A terceira focaliza a ocupação territorial da campanha oeste, ou seja, como os portugueses procuraram garantir efetivamente a posse da terra que estava em disputa.

A quarta parte identifica a forma como esse espaço foi organizado economicamente, possibilitando a fixação luso-brasileira, ou seja, o fundamento econômico que permeou a ocupação e que também se articulou à conquista dessa fronteira.

A quinta analisa a resistência guarani-missioneira diante da ocupação e reorganização imposta pelos luso-brasileiros na área da campanha, pois, como analisamos no primeiro capítulo, não se tratava de uma “terra de ninguém” ou de um “espaço vazio”.

Por fim, a sexta e última parte enfoca a integração econômica da área da campanha oeste sul-rio-grandense com área platina no período de 1852 a 1864. Essa nova conjuntura recuperava, de certa forma, o antigo espaço regional dos séc. XVII e XVIII que também podemos chamar de fronteira-zona.

## 3.1 HISTÓRICO DA FRONTEIRA EXTERNA DO BRASIL COM A ATUAL REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI (1800-1852)

A formação da fronteira do Brasil com a Banda Oriental remonta ao séc. XVII, com a fundação da Colônia do Sacramento em 1680, na foz do rio da Prata, pelos portugueses. Consolidou-se, porém, apenas na metade do séc. XIX. Apresentando momentos distintos ao longo desse período, esteve submersa em tensão e conflitos entre as coroas Ibéricas e depois, entre Brasil, Argentina e Uruguai.

Dessa forma, o Tratado de Madri de 1750[82] e o Tratado de Santo Ildefonso de 1777,[83] evidenciaram as pretensões territoriais sobre o espaço da campanha

[82] A 13 de janeiro de 1750 era afirmado o Tratado de Madri ou de Permuta. Tratava-se de uma tentativa mais aguda entre os lusos e os castelhanos de acabar os conflitos instaurados a partir de 1680 na área platina e fixar os limites territoriais na Banda Oriental. Essa tarefa foi mediada por

oriental do Rio Grande do Sul por ambas as coroas. Ocorreram, porém, avanços e recuos das fronteiras políticas que não garantiram uma hegemonia territorial na área, mesmo após a assinatura dos tratados.

Durante o início do séc. XIX, Portugal entendia que a campanha da Banda Oriental, separada pelo rio Uruguai, era um prolongamento natural do seu território americano, materializando-se no projeto expansionista de D. João VI. Em contrapartida, para a Espanha, essa vasta área possibilitava uma proteção para as principais vias fluviais internas (rios Uruguai, Paraná e Paraguai) contra a pressão lusitana sobre esses rios. Entretanto, os projetos de "Pátria Grande" de Bolívar, de San Martín, e em específico, o de Artigas na década de 10 do séc. XIX, entraram inevitavelmente em choque com as pretensões portuguesas de domínio total da Banda Oriental. A fronteira, nesse caso, era uma área de fricção, de disputas e indefinida territorialmente. Essa situação belicosa das décadas de 10 e 20 do séc. XIX na campanha oeste expressou os interesses de espanhóis e portugueses, servindo como fio condutor na fragmentação desse território.A conjuntura européia, mais a situação americana, com os processos de independência das colônias espanholas e, conseqüentemente, platina, desdobraram-se sobre a campanha oeste, configurando uma outra realidade geopolítica, na conformação e definição das fronteiras no extremo sul do Brasil. Vejamos esse processo que já estava em andamento e que teve a sua gênese nos séculos anteriores.

---

Alexandre de Gusmão (Portugal) e José de Garavajal (Espanha). O tratado de Madri manteve a tese de que a "terra pertencia a quem a ocupava" (espanhóis ou portugueses) e chegaram a um consenso frágil, durando pouco tempo. Estabeleceu que a Espanha receberia a Colônia do Sacramento, em troca cederia o território dos Sete Povos a Portugal. Os castelhanos obtinham o monopólio da navegação do rio da Prata e os lusitanos ficavam com uma área rica em pastagens e gado, necessário ao abastecimento das Minas Gerais. O tratado estabeleceu ainda os limites. Essa linha divisória começava ao sul do monte Castilhos (Uruguai); coxilha grande; às cabeceiras dos rios Negro, Ibicuí-Guaçu, (atual rio Santa Maria) Quaraí, desembocando na margem oriental do rio Uruguai. Em seu artigo XVI determinava a remoção dos Guarani-missioneiros pertencentes aos Sete Povos e no artigo XXIII, fixava o prazo de um ano para a sua execução.

[83] O Tratado de Santo Ildefonso foi amplamente favorável aos castelhanos em decorrência da sua hegemonia militar durante o séc. XVIII. Acordava-se que: a Espanha ficava com a posse definitiva da Colônia do Sacramento, das Missões Orientais e da ilha de São Gabriel localizada no estuário do rio da Prata. Em contrapartida Portugal recebia de volta a ilha de Santa Catarina e Rio Grande. A novidade desse tratado foi a instituição dos campos neutrais. Essa área, situada entre as lagoas mangueira e Mirim e a costa Atlântica, serviu muito mais ao contrabando e ao roubo de gado do que ao seu propósito inicial. Esse tratado fixou novos limites na Banda Oriental. Esses partiam do arroio Chuí, seguindo o rio Piratini em direção das cabeceiras do rio Negro. Atravessava posteriormente a serra do Tape, findando na embocadura do rio Periri-grande. É importante destacarmos que, por esses limites, a Espanha também recuperou as guardas de Santa Tecla e São Martinho, pontos estratégicos importantes e balizadores do território espanhol na Banda Oriental.

Em 29 de janeiro de 1801, a França e a Espanha celebraram um tratado de aliança pressionando indiretamente a Inglaterra. Sendo assim, a 27 de fevereiro de 1801, a Espanha declarou guerra a Portugal como parte daquela aliança. Esse conflito, advindo da conjuntura européia, se refletiu na Banda Oriental e na Capitania do Rio Grande de São Pedro.

O Governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro, o general Veiga da Câmara, diante das disputas entre as Coroas Ibéricas, mobilizou tropas. O objetivo inicial era atacar e destruir as guardas espanholas, evitando que fossem recuperadas posteriormente pelos castelhanos.

O ano de 1801 se caracterizou por uma certa hegemonia militar portuguesa projetada em direção à campanha oeste. Isto ocorreu, em parte, devido à desarticulação do exército espanhol, iniciada a partir da expulsão jesuítica. Ele era composto essencialmente de guarani-missioneiros, insuficientes para conter os diversos avanços portugueses que já se processavam sobre os campos neutrais, desde a metade da década de 80 do séc. XVIII.

Em julho de 1801, Felix Gomes de Azara abandonou a vila espanhola de Batovi (atual cidade Rio-grandense de São Gabriel). Apesar disso, essa localidade foi completamente destruída por tropas portuguesas. Iniciaram-se, também, as ofensivas para a invasão dos Sete Povos Missioneiros. A guarda de São Martinho, por ter uma posição estratégica, por ser a “porta” de entrada para as Missões Orientais, foi conquistada, inicialmente, por tropas lideradas por Maneco Pedroso.[84]

Em meados de agosto de 1801, José Borges do Canto e Manoel Santos Pedroso se apossaram rapidamente dos postos espanhóis de São Pedro, Santo Inácio e São João Mirim. Até o final desse mês, os Sete Povos Missioneiros caíram.[85]

Completando o quadro ofensivo de 1801, os portugueses tomaram o distrito espanhol de Cerro Largo e seu forte no mês de outubro. A tomada da fortaleza de Santa Tecla, coube a Domingos José Gonçalves.

Dessas conquistas mencionadas, a mais importante foi a dos Sete Povos, o que possibilitou três desdobramentos. Foram estes: definiram-se os limites entre

---

[84] Cf. MACEDO. São Martinho, da guarda ao povoado: um perfil histórico-arqueológico sobre a formação da vila de São Martinho ver em: QUEVEDO (Org.). **Historiadores do novo século**. São Paulo: Nacional, 2001.

[85] Cf. WIEDERSPAHN. Das Guerras Cisplatinas às guerras contra Rosas e contra o Paraguai. In: **Enciclopédia Rio-grandense**. Porto Alegre: Sulina, 1968. p.180-181.

a Capitania de São Pedro e a Confederação Argentina; o rio Uruguai passou a servir como um divisor, uma barreira para o avanço português em direção à outra margem,[86] com a imposição dos limites entre as coroas ibéricas pelo rio Uruguai, a tendência da conquista portuguesa, projetou-se para oeste, abaixo do rio Ibicuí. Essa característica ficou destacada pela intensidade da ocupação militar lusitana que se desencadeou a partir de então nessa área, como veremos a seguir.

O Tratado de Badajós, em 1801, colocou um fim à guerra entre as coroas Ibéricas. Portugal entregou à Espanha a cidade de Olivença, além de ser submetido a pagar uma indenização à França. Em compensação, ficou de posse dos Sete Povos Missioneiros. É importante constatar que foi a partir da sua assinatura que a militarização da área da campanha oeste intensificou-se com a presença lusitana.Esse tratado, apesar de ser anterior aos conflitos, não impediu que os mesmos acontecessem e não alteraram as conquistas portuguesas, pois as notícias do acordo de paz chegaram posteriormente.

Entre 1801 e 1810, os portugueses mantiveram as áreas conquistadas. Além disso, projetaram-se sobre a campanha oeste estabelecendo uma vigilância permanente. Criaram uma espécie de "cordão" de isolamento contra possíveis investidas espanholas. Inicialmente, o exército foi dividido em duas frentes. Uma localizava-se em direção ao sul, concentrada entre Jaguarão e Cerro Largo, chefiada por Patrício Corrêa da Câmara. A segunda estava direcionada na área das Missões Orientais. Abrangia o norte do rio Ibicuí, entre os rios Uruguai e Ibicuí, sob o comando do general Francisco das Chagas Santos, sobressaindo-se os postos de observação de São Francisco e do Inhanduí, caracterizados pela sua mobilidade. Esse último posto móvel (Inhanduí), a partir de 1805, foi fixado definitivamente, tornando-se uma guarda.

Em 1810, a campanha oeste recebeu um reforço de tropas recrutadas em Rio Pardo, em Rio Grande e nas capitanias de São Paulo e do Rio de Janeiro que compuseram duas divisões. A primeira coluna foi comandada pelo marechal de campo de cavalaria, Manoel Marques de Souza e concentrou-se junto aos "cerros de Bagé", atual município sul-rio-grandense com a mesma designação. Já a segunda coluna militar, sob as ordens do marechal de campo de infantaria,

[86] Alguns autores, como Pawels, defendem a noção de limites naturais como o melhor balizador para as fronteiras. Cf. PAWELS. Contribuição para o estudo dos conceitos de "limites" e "fronteira".

Joaquim Xavier Curado, estacionou nas nascentes do rio Ibirapuitã, no atual município também sul-rio-grandense de Livramento, estabelecendo o acampamento de São Diogo. Inicialmente, reforçaram a vigilância ao longo da serra de Santana, dos rios Quaraí e Uruguai, além de serem bases operacionais militares luso-brasileiras.

Essa vigilância na área da campanha oeste foi expressiva, como mostra o mapa da Figura 06, pois os números de postos de observações e guardas sobressaíram-se, sendo os seguintes: posto do Ibirocaí (sobre o arroio desse mesmo nome nas proximidades da atual fazenda Santa Camila, próxima ao cerro do Charrua); guarda do Inhanduí (sobre esse arroio) e guarda da Conceição (nas pontas do Ibicuí da armada). Esses três pontos no atual município de Alegrete. A guarda de Santana (município de Quaraí). O posto de Pamoroti (município de Dom Pedrito). O posto do rio Negro (município de Hulha Negra). O posto do Cerro do Baú (município de Herval do Sul).[87]

Essa movimentação de tropas expressava a preocupação para com a Junta Governativa de Buenos Aires que, a partir da revolução de maio de 1810, colocava em risco não só a unidade monárquica espanhola, como a portuguesa.

Apesar da significativa presença militar na área da campanha durante a década de 10 do séc. XIX, a posse do território permaneceu indefinida. Por isso, os portugueses dividem-na, inicialmente, numa organização que foi mais militar do que administrativa propriamente dita. Poderíamos dizer que se tratavam de "distritos militares". Assim, na campanha oeste, foi constituído o Departamento de Missões, onde estavam inseridas as guardas e os postos mencionados anteriormente. Ele dividia-se nos seguintes distritos: o "Distrito de Missões", abrangendo os Sete Povos; o "Distrito de São Diogo", entre os rios Santa Maria e Ibirapuitã; o "Distrito de Entre-Rios", situado no perímetro dos rios Uruguai, Ibicuí, Ibirapuitã e Quaraí; o "Distrito de Belém", entre os rios Uruguai, Quaraí e Arapey. Os rios estavam servindo de balizadores internos nessa ocupação militar.

Cabe apontarmos que o Distrito de Entre-Rios tinha, como comandante, o marechal de campo Luís Teles da Silva Caminha de Menezes (1814-1818). Essa área, do ponto de vista estratégico, era importante devido às guardas militares

---

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, p. 64-91, jan./jun. 1925.

[87] Cf. CAGGIANI. **Cadernos de Sant'Ana**. Edigraf. Santana do Livramento, n. 05, p. 09, 1995.

existentes e por ser o ponto de entrada para o “Distrito de Missões”, onde se localizavam os Sete Povos Missioneiros, comandados pelo general Chagas Santos.

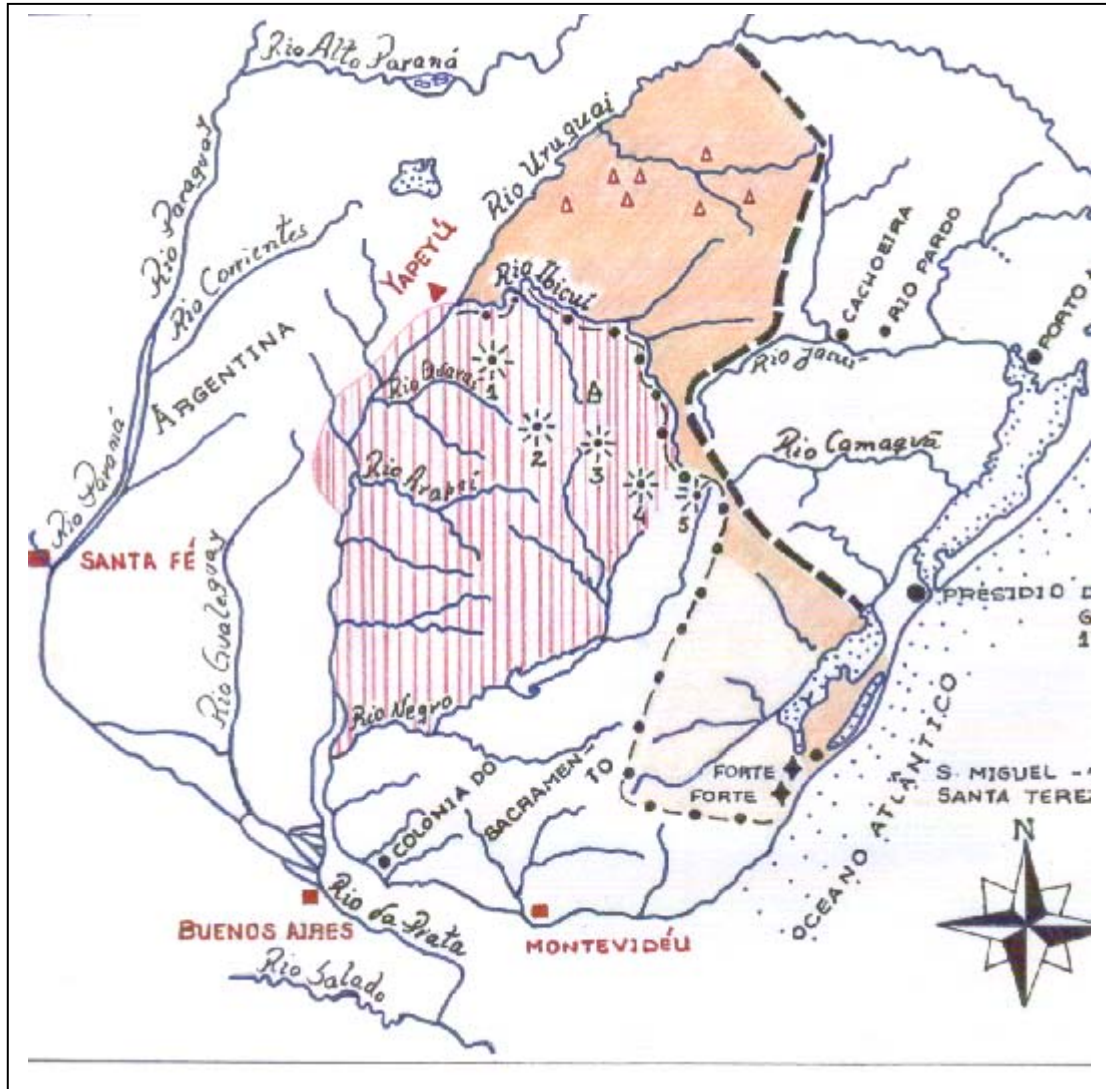



Figura 06 – Mapa da ocupação militar portuguesa da Campanha Oeste sul-rio-grandense durante as décadas de 10 e 20 do séc. XIX (CAGGIANI, 1995, n. 05, p. 09)

Legenda: — ● — ● — ● Tratado de Madri ▬ ▬ ▬ Tratado de Sto. Ildefonso
Área conquistada pelos portugueses | | | | Antigo território yapeyuano

**1.** Guarda do Inhanduí
**2.** Guarda de Santana
**3.** Posto de Pamoroti
**4.** Posto do Rio Negro
**5.** Posto do Cerro do Baú

Essa conquista parcial portuguesa sobre a campanha oeste integrou em parte, e de forma subjacente, o processo contínuo de desarticulação e desintegração do espaço regional missioneiro, iniciado em 1768, com as administrações laicas espanholas. Também expressou a instabilidade política na

área platina, devido às intensas disputas internas. Entretanto, esse avanço português sobre a campanha oeste não estava consolidado.

De 1802 a 1810, a Capitania do Rio Grande viu repercutir nela a situação tensa na área platina, oriunda da conjuntura européia em questão, mais especificamente das guerras napoleônicas.[88] Em 1807, foi criada, a Capitania Geral do Rio Grande de São Pedro, subordinada a Santa Catarina. Foi nomeado D. Diogo de Souza como capitão-general da Província, em substituição a Paulo da Gama. Em 1809, a Capitania foi dividida em quatro distritos, sendo: Porto Alegre, Santo Antonio da Patrulha, Rio Grande e Rio Pardo.[89] Como vimos, apesar das conquistas portuguesas de 1801, essa organização administrativa não se expandiu para a campanha oeste. Essa área permaneceu ocupada militarmente, pois as tensões na Banda Oriental começavam a se intensificar, estimuladas pela conjuntura européia.

Entre fevereiro e março de 1811, D. Diogo de Souza, comandante em chefe, passou em revista as tropas concentradas no acampamento “São Diogo” e a dos “cerro de Bagé”. No mês de abril, reforçou a defesa dos Sete Povos, com dois batalhões de milícias do Rio Pardo, comandados pelo coronel João de Deus Menna Barreto.

A partir dessas duas divisões militares, concentradas nesses respectivos acampamentos, D. Diogo começou em junho de 1811, a invasão da Banda Oriental. Marchou em direção a Cerro Largo, à fortaleza de Santa Tereza e a Maldonado, sem encontrar resistência.

---

[88] A Revolução Francesa (1789) convulsionou intensamente a Europa, tendo vários desdobramentos no período de 1792 a 1815. Napoleão procurou isolar a Inglaterra, pois estava em jogo a hegemonia comercial entre as novas potências emergentes (França e Inglaterra) Decretou o bloqueio continental em Berlim (1805). Nessa disputa, invadiu Portugal, aliado dos ingleses, no final do ano de 1807, obrigando a transferência do trono e da corte portuguesa para o Brasil, em março de 1808. A Espanha, apesar e aliada da França, resistiu ao avanço desse liberalismo. Até meados do século XIX sucumbiu temporariamente à pressão exercida por Napoleão Bonaparte. O Imperador francês interferiu na coroa espanhola e forçou D. Carlos IV a abdicar em favor do seu filho D. Fernando VII, destituindo-o logo após, para colocar seu irmão José Bonaparte. A Espanha organizou, assim, a resistência a Napoleão através da Junta Central Governativa de Sevilha (1808), transferida posteriormente para Cádiz (1810), apoiada pela Inglaterra. Foi estabelecido um novo governo paralelo ao de D. José. A jurisdição da junta, entretanto, foi negada para as colônias hispânicas na América. Mesmo assim, se estabeleceram juntas governativas na área platina, contribuindo para alterar a ordem colonial espanhola de forma irreversível, acirrando os interesses regionais, até então sufocados pela metrópole castelhana.

[89] Cf. BARROSO. A formação da primeira rede de vilas no Rio Grande do Sul. **Estudos Iberos Americanos**. PUCRS. Porto Alegre, v. 06, n. 02, p. 149-167, Dez. 1980.

Portugal foi auxiliar Francisco Javier de Élio,[90] Governador de Montevidéu que tinha sido nomeado pelo Vice-rei do Rio da Prata, D. Santiago de Liniers[91] no ano de em 1808 e, em decorrência da revolução de maio de 1810, permanecia fiel à coroa espanhola e à junta governativa de Cádiz. Esse socorro português atendeu aos interesses lusitanos sobre a Banda Oriental, visto que, Fernando VII era irmão da princesa Carlota Joaquina. O projeto expansionista iniciado com a colônia do Sacramento em 1680, que era retomado, nesse momento, por D. João VI, além de buscar fortalecer a ordem monárquica, seriamente ameaçada por Napoleão Bonaparte.

D. Diogo, comandante geral das duas divisões, recebeu em Maldonado o comunicado do Governador de Montevidéu, Élio,[92] de um armistício com o general Rondeau, comandante das tropas de Buenos Aires que sitiavam a cidade-porto de Montevidéu. Mesmo assim, D. Diogo continuou a sua marcha até Paisandú e estacionou as suas tropas na confluência do arroio São Francisco com o rio Uruguai.

Em 20 de outubro de 1811, era assinado um Tratado de Pacificação, o "Tratado Rademaker/Herrera",[93] composto de 24 artigos. Em síntese, determinava o recuo das tropas de Buenos Aires para a outra margem do rio da Prata e a Junta de Buenos Aires reconhecia a autoridade de Élio em Montevidéu. Em contrapartida, determinava a retirada das tropas de D. Diogo de Souza, para abaixo do rio Ibicuí.

Conforme Wiederspahn (1968, p. 192), esse acordo procurou neutralizar a presença intervencionista portuguesa na Banda Oriental. Souza Docca (1954) indica a fragilidade da Junta Governativa portenha, que não conseguia manter a

---

[90] O Governador de Montevidéu, Élio, suspeitava da fidelidade do Vice-rei do Rio da Prata, Liniers, a partir da invasão da Espanha por Napoleão Bonaparte, pois era francês e rompeu politicamente com este.

[91] D. Santiago de Liniers foi fuzilado pela Junta Governativa de Buenos Aires em 1810, pois pairavam suspeitas dos portenhos de sua "colaboração" ou "complacência" em relação ao comissário português, Joaquim Xavier Curado, em 1808, que transitou livremente na Banda Oriental, realizando levantamentos militares que seriam utilizados posteriormente durante a guerra contra Artigas.

[92] Em abril de 1810, Francisco Javier de Élio, deslocou-se para Espanha. No ano seguinte, 1811, era investido pelo Conselho de Regência como vice-rei do Rio da Prata em sucessão a Baltasar Hidalgo de Cisnero, expulso de Buenos Aires pela revolução de maio de 1810. No entanto, a Junta Revolucionária Boinarense não reconheceu a sua autoridade. Em decorrência desse fato, Élio declarou guerra a junta em nome da Espanha, instalando o seu governo em Montevidéu. Apesar do bloqueio naval que estabeleceu aos portenhos, não conseguiu impor-se militarmente.

[93] Cf. GOLIN. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 269-276.

unidade política das províncias. A separação do Paraguai, em 1811, e a derrota sofrida em Desaguero, no Alto Peru, traduzem esse contexto.

Segundo Docca (1954, p. 200-201), além da tomada de Paisandú, em 30 de agosto de 1811, ocorreram algumas escaramuças entre os portugueses e as tropas lideradas por Artigas. Esses confrontos não alteraram em nada o armistício estabelecido, sendo apenas o prenúncio de um outro conflito mais intenso que ainda estaria por vir.

O "Exército Pacificador", assim se autoproclamaram os portugueses,[94] ao retornar da Banda Oriental, chegou às cabeceiras do rio Cunha-Peru ou Cuñapiru, atual departamento de Rivera, no Uruguai, permanecendo na área da campanha oeste. Nesse ponto, D. Diogo dividiu as suas tropas em duas colunas. A primeira divisão, comandada pelo marechal de campo, Manuel Marques de Souza, dirigiu-se para os "cerros de Bagé". A segunda divisão, comandada pelo também marechal de campo, Joaquim Xavier Curado, deslocou-se para a guarda da Conceição, na confluência do rio Ibicuí com o rio Ibicuí-Mirim, reforçando a proteção aos Sete Povos Missioneiros.

A conseqüência da invasão da Banda Oriental foi o reforço militar português na campanha oeste, a partir da instalação de outras guardas permanentes e volantes, reforçando as já existentes. Entre aquelas, podemos mencionar as seguintes: os "postos de patrulhas" do Ibirocaí, de Santa Ana, de Pamaroty, de Santa Maria e do Rio Negro. As guardas do Jarau, do Inhanduí, da Conceição, situadas abaixo do rio Ibicuí, além de reforçarem os demais postos de patrulhas, eram as mais avançadas. Pairava sobre a campanha, indefinida territorialmente, as ameaças das facções política unitária e federativa em efervescência na área das Províncias Unidas do Rio da Prata que substituiu o Vice-reino, em 1810.

O período de 1812 a 1815 foi marcado pela vigilância portuguesa da campanha oeste. A Banda Oriental estava sob intensos conflitos. Essa conjuntura platina desembocou num outro período de lutas, entre 1816 a 1820. Entendemos a

[94] João Borges Fortes defende a tese de que os portugueses não eram invasores da Banda Oriental e sim pacificadores quando diz: "[...] O exército de D. Diogo trazia o título de Pacificador porquanto vinha na aparência restabelecer a ordem e a união entre os espanhóis e seus descendentes no Prata, reconduzindo-os à obediência às instituições tradicionais de Espanha com seu legítimo rei D. Fernando VII. [...]" (2001. p. 157).

importância de resgatarmos alguns elementos desse cenário platino como sinônimo de uma mesma fronteira ainda tensa e em disputa.

Em fevereiro de 1811, Artigas abandonou as tropas espanholas da Banda Oriental,[95] rompendo com a coroa castelhana. Cruzou Paysandú, no rio Uruguai, e ofereceu seus serviços à Junta Governativa de Buenos Aires. Juntamente com outros caudilhos, Ortogués, García de Zúñiga, Manuel Artigas, Blas Dasualdo, Baltasar Vargas e Félix Rivera, estabeleceram o "Grito de Asencio". O levante contra os espanhóis começava a ganhar intensidade.

Artigas, com o apoio da Junta Governativa de Buenos Aires, regressou à Banda Oriental em março de 1811. Foi promovido a tenente-coronel e instalou o seu quartel general em Mercedes. Seu objetivo era tomar Montevidéu, Colônia e Maldonado, ainda de posse dos espanhóis.

Artigas obteve várias vitórias. A partir da batalha de "Las Piedras", em maio de 1811, onde derrotou os espanhóis, estabeleceu o controle do interior da Banda Oriental, ficando os espanhóis apenas em Montevidéu. Entretanto, o armistício entre o Vice-rei Élio e o general Rondeau, provocou a ruptura parcial de Artigas com a junta bonairense, pois ficou isolado na Banda Oriental, além de não reconhecer a autoridade de Fernando VII. Em decorrência dessa conjuntura, retirou-se para o acampamento de Ayui, na margem ocidental do rio Uruguai, na Província Argentina de Entre-Rios, retirada essa também conhecida como o "êxodo do povo oriental" ou "la redota". Enquanto isso, os portugueses, por sua vez, permaneceram com suas tropas estacionadas e vigilantes na área abaixo do rio Ibicuí, até o rio Quaraí.

A Junta Governativa de Buenos Aires, formada por um triunvirato a partir de 1811, foi derrubada no ano seguinte pelo grupo de "La Logia Lautano". Em 1813, a "Assembléia de Buenos Aires" foi transformada em "Assembléia Geral Constituinte", instalada a 31 de janeiro de 1813, reunida na "quinta del Maciel". E, apesar de criada a "Província Oriental do Rio da Prata", permaneceu o conflito entre Buenos Aires e as demais províncias argentinas. A Banda Oriental foi

---

[95] Artigas até esse momento estava a serviço das tropas espanholas sediadas em Montevidéu, sob o comando de Francisco Xavier de Élio. Inicialmente aderiu a Junta Revolucionária, visualizando a independência e autonomia da Banda Oriental. Entretanto, a partir do Tratado Rademaker/Herrera, de 20 de outubro de 1811, Artigas protestou em relação as suas cláusulas, pois entre essas, consentia de forma velada, a presença portuguesa na área situada abaixo do rio Ibicuí o que não concordava, rompendo assim, com a Junta Revolucionária de Buenos Aires. A partir de então,

excluída inicialmente dessa Assembléia. Mas, a pressão exercida por Artigas permitiu incorporar dois deputados orientais na Assembléia para defenderem as teses federalistas, acirrando os antagonismos internos já existentes e latentes, defendo assim, o projeto Artiguista.[96]

A "Assembléia Geral Constituinte", em 1814, delegou poderes a Gervasio Antonio de Posadas que adotou as seguintes medidas: apurou as operações contra Montevidéu, em conseqüência do enfraquecimento militar dos espanhóis, rompeu politicamente com os orientais e o diretório declarou Artigas fora da lei. O federalismo de Artigas ameaçava seriamente o centralismo de Buenos Aires e, conseqüentemente, o domínio das demais províncias, sendo que muitas dessas estavam sobre forte influência de Artigas. Essas medidas, por sua vez, provocaram uma ação direta de Artigas.[97]

Em 1814, os espanhóis defensores de Montevidéu se renderam às forças de Buenos Aires. Concomitantemente, Artigas expandiu o seu domínio sobre o interior de Entre-Rios, Santa Fé e Corrientes (Argentina), provocando a reação dos portenhos. Em 1815, Artigas, no combate de Guayabos, obteve uma vitória decisiva. Em decorrência disso, lhe foi entregue a cidade de Montevidéu, ampliando o seu domínio sobre a Banda Oriental. Os portenhos, com essa concessão, buscavam refrear a hegemonia de Artigas e trazer o caudilho para a esfera do centralismo político de Buenos Aires.

O "Congresso de Tucumám", em 1816, reafirmou novamente o centralismo de Buenos Aires. Estabeleceu a independência total em relação à Espanha, surgindo as "Províncias Unidas del Sur América",[98] através do regime republicano. Entretanto, as províncias de Entre-Rios, Santa Fé e Corrientes não compareceram, pois estavam sob forte influência de Artigas. Não reconheceram a autoridade do congresso.

Entre 1811 e 1816, Artigas se consolidou na Banda Oriental. Sua insubmissão política ao centralismo portenho, respaldado por vitórias militares,

---

Artigas deparou-se com três frentes de lutas: Buenos Aires (a Junta Revolucionária); Montevidéu (os monarquistas espanhóis) e a monarquia portuguesa.

[96] Cf. NEIRA; NICOLINI. **Geografia y Historia del Uruguay**. Madrid: Cultural, 1996. p. 198-217.

[97] Cf. ROMERO. **Breve historia de la Argentina.** 07. ed. Buenos Aires: Abril, 1986. p. 51-72.

[98] Com relação a esta denominação da República Argentina, Wiederspahn nos informa o seguinte: "[…] Neste congresso proclamou-se, finalmente, a independência total do país aos últimos vínculos que uniam ainda à metrópole e seus reis hispânicos, em 09 de julho de 1816. Na mesma ocasião decidiu-se por grande maioria pelo sistema republicano e dava-se o nome pomposo de 'Provincias Unidas de Sul-América', do qual restaria depois apenas a atual República Argentina" (1968, p. 196).

garantiu-lhe essa posição hegemônica. Artigas criou a Liga Federal, composta pelas províncias argentinas de Corrientes, Entre-Rios, Santa Fé, Córdoba, Misiones e a "Província Oriental", todas dissidentes da política unitarista de Buenos Aires.

Essa composição política permitiu a Artigas, a partir de 1816, se lançar na execução do seu projeto federativo que incluía o restante da área da campanha. Chocou-se, assim, com os portugueses, estacionados na campanha oeste sul-rio-grandense, no que é denominado de "1ª Guerra Cisplatina". Vejamos alguns dos artigos expressos na "Instruções do Ano XIII" elaborada por Artigas *apud* Neira e Nicolini:

> Art. 1.º Primeramente pedirá la declaración de la independencia absoluta de estas colonias que ellas están absueltas de toda obligacion de fidelidad a la Corona de España, y familia de los Borbones, y que toda conexión, política entre ellas y el Estado de la España es, y debe ser totalmente disuelta. Art. 2.º No se admitirá otro sistema que el de confederación para el pacto recíproco con las provincias que formem nuestro Estado. [...] Art. 8.º El território que ocupam estepueblos de la costa oriental del Uruguai hasta la fortaleza Santa Teresa, forma una sola provincia denominada la Provincia Oriental. Art. 9.º Que los siete pueblos de Misiones, los de Batoví, Santa Tecla, San Rafael y Tacuarembó, que hoy ocupam injustamente los portugueses, y a su tiempo território de esta provincia. (1996, p. 223-224).

Diante do quadro tenso na Banda Oriental demonstrado acima, em 1814, D. Diogo de Souza foi substituído. O marechal de campo, D. Luiz Teles da Silva Caminha de Menezes, o Marquês de Alegrete, assumiu a Província de São Pedro, criando três divisões, sob o comando do general Joaquim Xavier Curado. O conflito novamente tornou-se inevitável.

O "Reino Unido de Portugal do Brasil e Algarves", unificado em dezembro de 1815, em função do acirramento das disputas na área platina e na Banda Oriental, intensificou uma nova mobilização militar em direção ao extremo sul.

D. João VI, príncipe regente a partir de 1816, organizou os "Voluntários Reais". Eram tropas formadas por veteranos da guerra contra Napoleão. O seu comandante, Carlos Frederico Lécor, dirigiu-se para Santa Catarina, chegando posteriormente a Cerro Largo em agosto de 1816. Seu objetivo era tomar Montevidéu que estava sob o controle dos federalistas de Artigas.[99]

---

[99] WIEDERSPAHN, op. cit., p. 197.

Na Província de São Pedro, o general Joaquim Xavier Curado se deslocou de Rio Pardo para a campanha oeste. Estabeleceu outro acampamento militar, situado na margem direita do Ibirapuitã-Chico. Essa área, no alto Caverá, era estratégica. Inicialmente, possibilitava proteção às tropas. A disposição do terreno constituído por cerros escarpados formava trincheiras naturais, facilitando a defesa da área. Os portugueses, além disso, tinham mais uma base para possíveis avanços sobre a Banda Oriental.

Artigas, sabendo dos movimentos do general Lécor, partiu para a ofensiva, com o objetivo de reconquistar os Sete Povos missioneiros. Em seu deslocamento, penetrou na campanha oeste, que estava ocupada militarmente pelos portugueses desde 1801, área essa denominada de “distrito de Entre-Rios”, pois era delimitada pelos rios Uruguai, Quaraí, Santa Maria e Ibicuí, como já mencionamos, sendo a “porta de entrada” para Missões Orientais.[100]

Em setembro de 1816, Andresito estabeleceu o cerco a São Borja. Entretanto, o tenente coronel José de Abreu e o general Chagas Santos conseguiram deter essa investida.No combate de Butuí, no atual município sul-rio-grandense de São Borja, as tropas de Andresito foram vencidas parcialmente, forçando a sua retirada para a margem ocidental do rio Uruguai.[101]

As tropas de Artigas ainda tentaram tomar a campanha oeste, mas foram refreadas. O brigadeiro João de Deus Mena Barreto deteve José Antonio Verdum no combate de Nancay ou do Ibirocaí (outubro de 1816). Curado obteve vitória em “Corumbé”, (em outubro de 1816). Lécor sobre Artigas em “Índia Muerta” (novembro de 1816) e em “Casupá” (dezembro de 1816).[102]

Em 1817, o brigadeiro Francisco da Chagas Santos, em decorrência das vitórias obtidas contra Andresito, partiu para a ofensiva. Destruiu e incendiou a redução de La Cruz e de Yapeyú. Chagas procurava desarticular o exército artiguenho, composto essencialmente de guarani-missioneiros. O avanço português não tinha a finalidade de expandir a fronteira para a margem ocidental do rio Uruguai.

---

[100] Andresito, caudilho artiguista e yapeyuano, comandou essa operação. Em julho de 1816, a guarda de Santa Ana, nas proximidades do rio Quaraí foi atacada. Em setembro desse ano, investiu contra a guarda do Inhaduí, incendiando a sua capela, localizada nas costas do rio desse mesmo nome, na sua passagem por essa área, em direção aos Sete Povos.
[101] Cf. DOCCA, op. cit., p. 203-211.
[102] Cf. Ibid., p. 201-211.

Nos anos de 1817 e 1818, os combates entre Artigas e os Portugueses ficaram restritos a margem oriental do rio Uruguai, abaixo do rio Arapeí.[103] Carlos Frederico Lécor, entretanto, ocupou Montevidéu em 20 de janeiro de 1817. Nesse período, houve uma certa indefinição militar. A substituição do Marquês de Alegrete pelo Conde de Figueira, nomeado como capitão general da Província de São Pedro do Rio Grande, traduz em parte o impasse no campo militar presente na área da campanha oeste.

Em 1819, ocorreu nova investida de Andresito sobre as Missões Orientais, conseguindo ocupar São Nicolau. Sofreu logo em seguida, em 09 de maio desse ano, o ataque do brigadeiro Chagas Santos, repelindo essa investida. Entretanto, no combate de "Itacurubí" no município de São Borja, José de Abreu conseguiu desfazer essa ocupação. E, em 12 de junho, o conde de Figueira ocupou novamente São Nicolau, já abandonada pelos artiguistas.

Em dezembro de 1819, ocorreu uma terceira investida artiguista sobre a campanha. No combate do Ibirapuitã, o comandante Andrés Latorre derrotou José de Abreu. No entanto, essa vitória foi incapaz de alterar o conflito a favor de Artigas.[104]

A batalha de "Taquarembó", a 22 de janeiro de 1820, onde o conde de Figueira derrotou o coronel Andrés Latorre, marcou o fim "1.ª Guerra Cisplatina". Artigas não conseguiu obter o apoio novamente, principalmente das províncias argentinas de Corrientes e Entre-Rios, para prosseguir na luta contra os portugueses e consolidar territorialmente a Banda Oriental que incluiria a atual campanha oeste sul-rio-grandesnse, área essa que tinha pertencido à Espanha pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1777. A derrota de Artigas ainda teve desdobramentos durante a década de 20 do séc. XIX, evidenciando uma fronteira política ainda em intensa disputa e formação. Essa situação de conflito é apresentada pelo mapa da Figura 07.

O "Reino Unido de Portugal, do Brasil e Algarves", após ter derrotado Artigas, manteve a ocupação militar na campanha oeste, em Montevidéu e em Sacramento.

A Banda Oriental, em 1821, em decorrência da conjuntura acima descrita, foi incorporada ao reino português com a denominação de "Província Cisplatina",

---

[103] Cf. Ibid., p. 206-209.
[104] Cf. Ibid., p. 209-210.

sendo o seu capitão general, Carlos Frederico Lécor. No entanto, eventos articulados direta e indiretamente, à independência do Brasil, contribuíram para desencadear a “2ª Guerra Cisplatina” ou a “Guerra contra Buenos Aires”.[105]

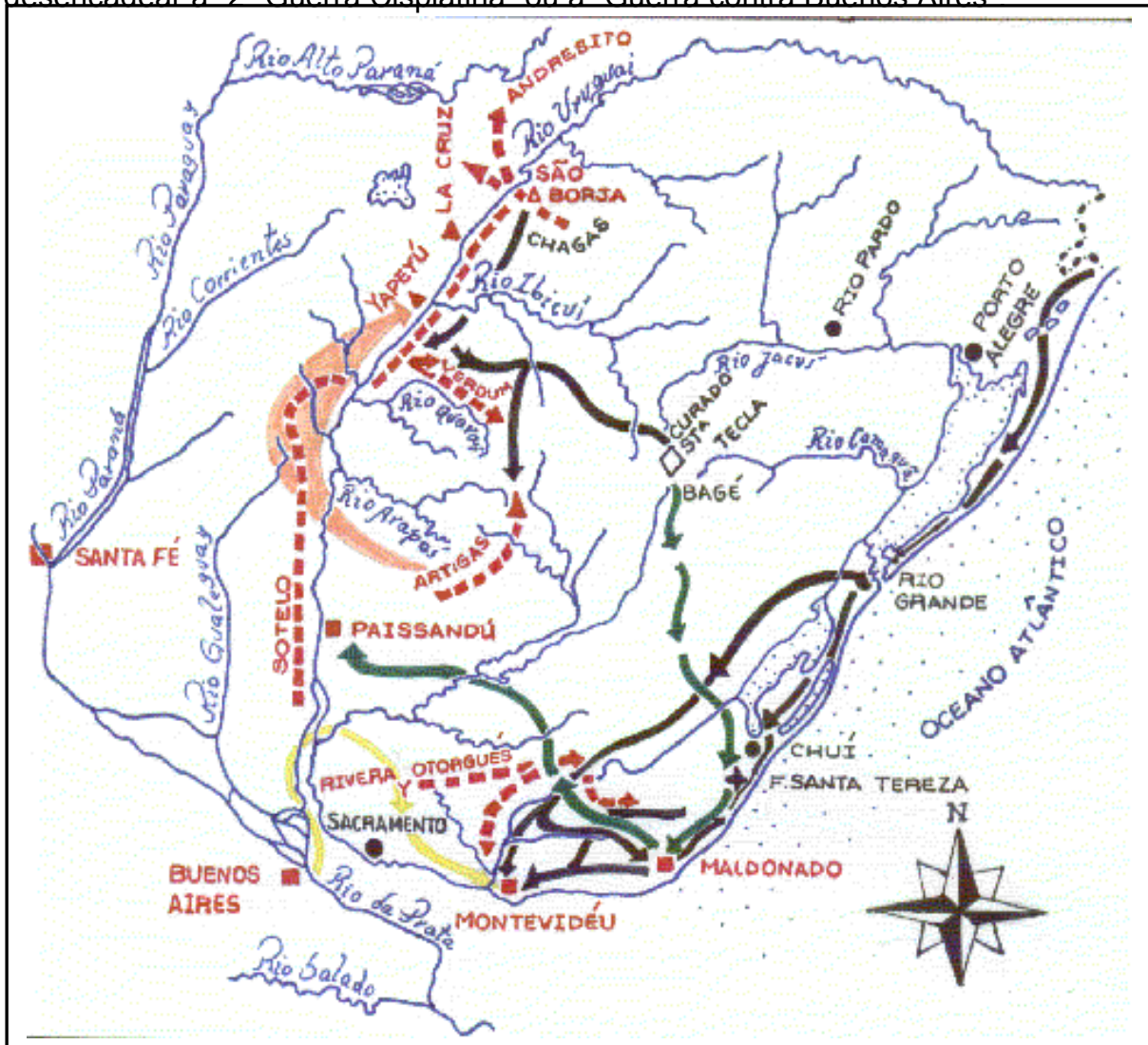



Figura 07 – Mapa dos conflitos cisplatinos nas décadas de 10 e 20 do século XIX na área da campanha (HISTÓRIA Ilustrada do RS, 1998, p. 98; NEIRA; NICOLINI, 1996, p. 235)

Legenda: Forças Artiguistas — Forças Portuguesas

Êxodo do povo oriental — Marcha de D. Diogo de Souza

A Cruzada Libertadora de Juan Lavalleja

A independência do Brasil abriu flancos na recém anexada “Província Cisplatina”, devido ao fato de que o brigadeiro D. Álvaro da Costa Souza Macedo, diante desse contexto, permaneceu fiel a Portugal e manteve as suas tropas em Montevidéu em 1822. Em contraposição, o tenente-general Carlos Frederico Lécor

[105] Cf. LIMA, A., op. cit., p. 100-106.

aderiu ao Império Brasileiro. A partir desse momento, se estabeleceu um conflito entre o grupo que defendia a unidade monárquica portuguesa e aquele que propugnava pela separação do "Reino Unido de Portugal, do Brasil e Algarves". Em novembro de 1823, D. Álvaro, ainda sitiado, capitulou e Lécor, desta forma, voltou novamente a ocupar Montevidéu em 1824. Essas situações política e militar entre os luso-brasileiros canalizaram, de certa forma, o levante dos orientais contra essa dominação.

A "Província Cisplatina", a partir de 1825, começou a sublevar-se. O coronel D. Juan Antonio Lavalleja, antigo caudilho de Artigas, partindo de Buenos Aires, desembarcou em praia "Agraciada", na margem esquerda do rio Uruguai, com o grupo denominado de "trinta y três orientales". Rivera, a serviço do império, foi designado para combatê-lo. Porém, abandonou os luso-brasileiros e reforçou o grupo de Lavalleja que mobilizou tropas e sitiou Montevidéu.

A "Assembléia Nacional Provisória", em Florida, em agosto de 1825,[106] proclamou a autonomia da Banda Oriental, tornando-se confederada às "Províncias Unidas do Rio da Prata". Lavalleja foi nomeado general-em-chefe do "Exército Libertador" e Rivera, inspetor geral das armas. Essa posição política e militar dos orientais, desembocou em um outro conflito.

Os choques militares entre os orientais e o império brasileiro se intensificaram depois do Congresso de Florida. No combate de Sarandi, 12 de outubro de 1825, na Cisplatina, Lavalleja derrotou o coronel imperial Bento Manoel Ribeiro. Para Docca (1954, p. 212), essa vitória contribuiu para que as "Províncias Unidas do Rio da Prata", reunidas no Congresso Nacional em Buenos Aires, em

[106] Esse congresso foi articulado por um grupo de caudilhos da Banda Oriental. Foi instaurado a partir de então um governo paralelo à ocupação luso-brasileira, contribuindo para a independência uruguaia em 1828. Neira e Nicolini, a esse respeito, informam: "Al iniciar la revolución se vio la necesidad de formar um gobierno patriótico. A instancias de Lavalleja los cabildos Del interior nombraron los siguientes delegados: Manuel Calleros (Colônia), Francisco Muñoz (maldonado), Loreto Gomensoro (Canelones), Manuel Durán (San José), Juan José Vázquez (Soriano) y Pablo J. Laguna (Durazno). El 14 de junio de 1825 quedó instalado en Florida el gobierno provisorio, con la presidencia de Manuel Calleros. Se designa a Lavalleja brigadier y comandante en jefe de los ejércitos y a Rivera como inspector general del ejército; se nombram delegados ante el gobierno de Buenos Aires y se llama a elecciones para integrar la Sala de Representantes de la Provincia. El 20 de agosto de 1825 quedó instalada en Florida la Sala de Representantes (disputados), con la presencia del padre Francisco Larrobla, que funcionó hasta 1827, que fue disuelta por Lavalleja. Tuvo como sede Florida, Canelones y San José. La Sala Organizó el gobierno, nombró diputados ante el Congresso Constituyente. Organizó la administración de justicia y de los dineros del Estado, Prohibió el tráfico de esclavos, estableciendo a su vez que ya nadie nacería esclavo en este territorio. Pero las resoluciones más importantes se relacionan con la elaboración de tres leyes fundamentales para el funcionamiento del nuevo Estado, y que fuern de Independecia, Unión y de Oficialización del Pabellón" (1996, p. 238).

1825, aceitassem a incorporação da Banda Oriental. O capitão general da Cisplatina, Lécor, foi substituído pelo Barão de Vila Bela. Na Província de São Pedro, o Brigadeiro José Egídio Gordilho Veloso de Barbuda, substituiu a José Feliciano Fernandes Pinheiro Machado, o Visconde de São Leopoldo, sendo nomeado em 1825, mas tomou posse em novembro de 1826. Essas mudanças de comando nas províncias imperiais no extremo sul refletiram novamente a debilidade militar em que se encontrava o Império Brasileiro nesse momento. D. Álvaro, ao retirar-se de Montevidéu, pelo acordo feito com Lécor, removeu as suas tropas constituídas pelos “Voluntários Reais”.

Os orientais investiram em direção à campanha oeste, pois buscavam recompor mais uma vez, o quadro territorial que foi delimitado pelo Tratado de Santo Ildefonso em 1777. Nesse sentido, tomaram os fortes de Santa Teresa e Chuí, em 1825. Obtiveram vitórias no passo do Umbu, passo do Rosário, Camaquã e ocuparam Bagé em 1826.

O Império Brasileiro, por outro lado, procurou refrear esses avanços e manteve sua posse sobre Sacramento e Montevidéu, apesar do permanente assédio dos orientais. Para essa finalidade, foi constituído o “Exército do Sul”, reunido na capela de Nossa Senhora do Livramento, atual município sul-rio-grandense de Livramento, para fazer frente aos orientais.Esse local também ficou conhecido por “Acampamento da Imperial Carolina”. Segundo Gaggiani (1995, n. 07, p. 10-17), foi o “matadouro do exército”, pois teriam morrido muito mais soldados por fome e doenças do que em combate.

Em 21 de abril de 1828, Fructuoso Rivera atravessou o rio Ibicuí, no passo do Mariano Pinto, na campanha oeste, em direção as Missões. Apoderou-se com facilidade da região dos Sete Povos, evidenciando a fragilidade da defesa do império brasileiro nessa área.

Neste novo conflito, apesar das vitórias dos orientais, existiu uma indefinição militar. Mesmo com a posse dos Sete Povos, estes não dominavam totalmente a área da campanha oeste e, além disso, apenas sitiavam Montevidéu e Sacramento.[107]

Em 27 de agosto de 1828, foi firmada a convenção de paz, ratificada posteriormente entre a Argentina e Brasil. Nesse processo iniciado em 1826, houve

[107] Cf. DOCCA, op. cit., p. 212.

a intervenção do Lord John Ponsonby, pois Buenos Aires e o Brasil não chegavam a um acordo e o impasse militar perdurava.

Assim, em 1828, o Estado Nacional Uruguaio[108] surgiu para romper com as pretensões de Buenos Aires e do Império Brasileiro. A fronteira entre o Brasil e o Uruguai começava a ganhar os seus contornos, ficando assim delimitada inicialmente:

> Os limites exteriores da parte de O.(sic) (oeste) não deixam igualmente lugar a dúvidas nem discussões; pois um rio largo, imutável, o profundo Uruguai, separa a Província do Rio Grande do estado independente de Entre-Rios; porém, não acontece o mesmo da parte S.; os limites com a República Oriental ficaram para se regular, em conformidade da convenção preliminar da paz de 27 de agosto de 1828; entretanto, serve de regra o tratado de 1819,[109] pelo qual a linha divisória, nesse lado, principia pela costa do mar, na Ponta de Castilhos,seguindo o barranco setentrional da Lagoa de Palmares a procurar o arroio de S. Luís, e dali prolongando a Lagoa Mirim até a embocadura do Jaguarão, subindo neste pelo braço mais meridional, cortando a Serra de Aceguá, pela, na Coxilha grande, até o galho principal do **Rio Arapeí**, pela margem direita do qual continua até chegar ao Uruguai. A E. está o Oceano. Medida pela costa do mar, desde o Rio Mampituba, pelos 29º30', até a Ponta de Castilhos, pelos 33º50', mais ou menos, acrescentando a fração geométrica para a sinuosidade dos caminhos, a Província terá de comprimento N. a S. um pouco mais de 100 léguas, de 20 ao grau. Sua largura, desde o Oceano até o Uruguai, abrange um espaço de mais de 120 léguas, da mesma dimensão, isto é, contadas sobre uma linha reta tirada do Oceano até a Junção do Ibicuí-Guaçu no Uruguai, passando quase na altura de Porto Alegre; pois, contadas somente da embocadura do Rio Grande, até o mesmo Uruguai, haveria apenas uma largura de 100 léguas. A mesma diferença se nota a respeito do comprimento, que, se contasse a partir do

---

[108] A desintegração da Banda Oriental, surgindo o Estado Uruguaio, foi um curto caminho para a subordinação das economias platinas ao capital inglês. As elites locais ficavam com o ônus do governo e as distorções para inserção ao mercado regional. Essa balcanização pode ser entendida como uma estratégia para esvaziar a possibilidade de um nacionalismo integrador e forte que viesse impor barreiras comerciais. O Uruguai transformou-se em ponto de apoio e sustentação da geopolítica inglesa na área platina. Cf. PADRÓS. A "Pax Britânia" e a Independência do Uruguai: Estado-tampão e balcanização do espaço platino. **Anos 90**. UFRGS. Porto Alegre, n. 05, p. 107-135, Jul. 1996. p. 107-135.

[109] Esse tratado estabelecia os seguintes limites entre o Brasil e o Uruguai em 1819, sendo: "La línea divisória por la parte Del Sur entre las capitanias de Montevideo y Rio Grande de San Pedro do Sul, empezará em la mar a uma légua al Sud., Oeste y N.O. el fuerte de Santa Tereza, seguirá al N.O.del fuerte de San Miguel; continuará hasta la confluência del Arroyo San Luis incluyendo los cerros Merin segun la antiga demarcacion, continuará como antes por el Rio Jaguaron hasta las nacientes del Jaguaron chico; y seguiendo el rumbo del N. O. caminará en linea recta al paso de Lezcano en el Rio Negro mas alla de la confluencia del Pirahi: despues continuará por la antigua divisoria hasta Itaquatiá; y de allicosteará por la antigua divisoria hasta Itaquatiá; y de alli costeará al O. N. en derechura a las nacientes del Arapey, cuya margen izquierda seguiorá hasta la confluencia en el Uruguay dividiendo los limites del territorio de ambas capitanias, segun se indica con mas exatitud en el plano topografico que presenta a V" (GOLIN, 2002, p. 314).

[35] É importante observarmos no mapa que, a área compreendida entre o rio Quaraí e o rio Arapeí estava na posse dos portugueses em 1828, conforme a descrição dos limites por Dreys. Esse fato fica evidenciado pelas doações de sesmarias nessa área em 1823 e pela constituição do distrito de Belém em 1831, pertencente à vila de Alegrete. Sobre isso veremos mais no decorrer deste capítulo.

> Rio Pelotas em cima da serra, chegaria a mais de 120 léguas (DREYS, 1961, p. 97-98, grifo nosso).

Após a delimitação territorial, Rivera retirou-se dos Sete Povos e o império desocupou as praças de Sacramento e Montevidéu em 1828. O mapa a seguir,[110] apresentado na Figura 08, nos mostra essa nova configuração da fronteira, advinda desses conflitos.

A fronteira entre o Brasil e a Banda Oriental que emergiu em 1828 impediu que um único país, Argentina ou Brasil, controlasse o litoral fluvial entre a Terra do Fogo, a Província de São Pedro e a Banda Oriental. Também evidenciou as diferenças regionais, e um certo fracasso da política expansionista de D. João VI, a pressão das lutas cisplatinas e os interesses econômicos e geopolíticos dos ingleses.

Essa fronteira, construída durante as décadas de 10 e 20 do séc. XIX, "silenciou" durante a década subseqüente, a de 30. Tivemos um refluxo das lutas fronteiriças, mas que não significou o final da tensão nessa nova fronteira. Estava ocorrendo uma rearticulação, a partir de então, dos interesses regionais. A Província de São Pedro esteve envolvida no conflito entre os estancieiros e o Império Brasileiro, a Revolução Farroupilha. Na Argentina, Rosas submeteu as províncias ao seu controle, exceto Corrientes e Entre-Rios que resistiram. No Uruguai, Oribe lutava contra Rivera, derrubando-o em 1845. Essas disputas, aparentemente isoladas, potencializaram novos conflitos na fronteira, que ficariam evidentes no período de 1848 a 1852.

De 1845 a 1847, a fronteira oeste esteve permeada por conflitos de "baixa intensidade", isto é, pequenos "choques", entre alguns proprietários sul-rio-grandenses e o Estado Uruguaio, representado por Oribe.

O coronel Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí, em decorrência das "espoliações" realizadas por Oribe sobre as estâncias de brasileiros no Uruguai, onde também era proprietário, partiu para uma ofensiva "privada". De 1849 a 1850, investiu sobre a Banda Oriental, no que ficou denominado das "Califórnias de Chico Pedro", o "Moringue" acirrando as tensões na fronteira.

---

[110] É importante observarmos no mapa que, a área compreendida entre o rio Quaraí e o rio Arapeí estava na posse dos portugueses em 1828, conforme a descrição dos limites por Dreys. Esse fato fica evidenciado pelas doações de sesmarias nessa área em 1823 e pela constituição do distrito de Belém em 1831, pertencente à vila de Alegrete. Sobre isso veremos mais no decorrer deste capítulo.

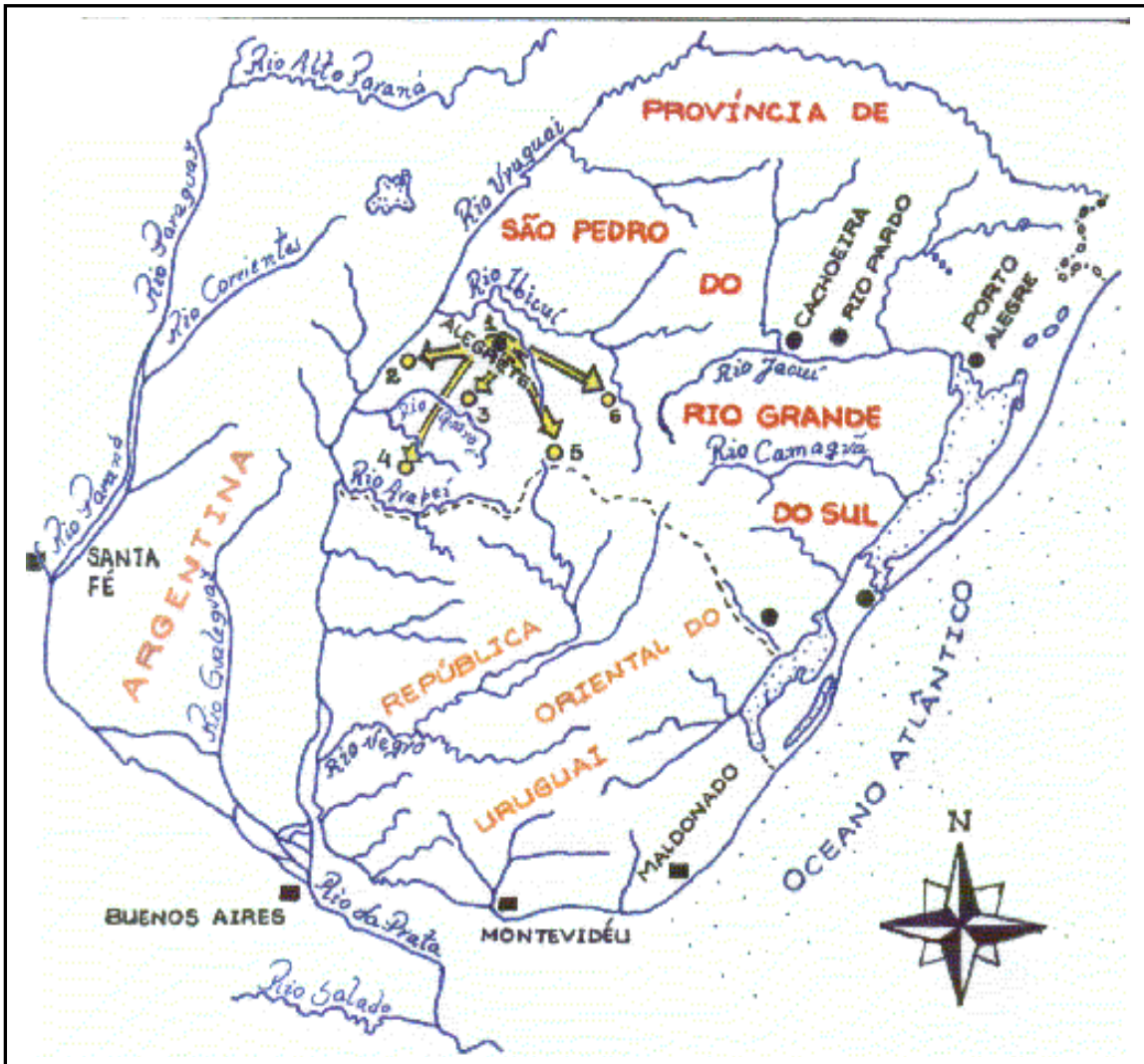



Figura 08 – Mapa das fronteiras políticas em 1828 (SEEP, 1941; BLUMEDS, 1992; HISTÓRIA Ilustrada do RS, 1998; NEIRA;NICOLINI, 1996)

Legenda: **- - - -** Limites do Rio Grande do Sul em 1828; **1.** Vila de Alegrete (sede, 1831); **2.** Distrito de Santa Ana; **3.** Distrito do Jarau; **4.** Distrito de Belém; **5.** Distrito de Sana Ana do Livramento; **6.** Distrito de Rosário

Segundo Wiederspahn (1968, p. 222) era uma retaliação militar, como resposta aos roubos de gado, às perseguições a aos assassinatos sofridos por sul-rio-grandenses em território uruguaio, por partidários de Rosas e Oribe, mas que não fugiu dessa mesma prática.

Helga Piccolo (1998, p. 53), entretanto, salienta dois pontos importantes. A disputa entre Blancos e Colorados ameaçava a propriedade sul-rio-grandense e conseqüentemente essa intervenção de “Chico Pedro” refletiu-se politicamente no Uruguai, ou seja, existiu uma tomada de posição política, a favor dos Colorados, e, uma retaliação por parte dos Blancos. O segundo aspecto refere-se à autonomia

da classe proprietária da campanha oeste no que diz respeito à política imperial brasileira, agindo de forma independente.

Em 1849, o Império Brasileiro, diante da pressão exercida pela política externa de Rosas sobre a fronteira sul-rio-grandense, a partir das ações de Oribe, realizou parcialmente um levantamento topográfico da Província de São Pedro com a República Oriental do Uruguai, executado pelo conselheiro Candido Batista de Oliveira e auxiliado pelo capitão-tenente da Armada, Joaquim Raymundo Delamare.

As observações de Candido Oliveira (1850) atentavam para a importância da fronteira da Província e sugeriram um sistema de defesa contra possíveis ataques que pudessem vir da área platina, destacando três fronteiras parciais.[111] A primeira partia da embocadura do Chuí com o oceano Atlântico, chegando às cabeceiras do rio Jaguarão (a fronteira do Jaguarão). A segunda, desde o rio Jaguarão até as cabeceiras do rio Quaraí (a fronteira de Bagé). A terceira, dirigia-se do rio Quaraí em direção as águas acima do rio Uruguai (a fronteira do Alegrete). Esses três pontos deveriam ter postos efetivos com tropas regulares para a realização da guarda e da polícia dessa vasta área. Por exemplo, a então vila de Alegrete poderia ser o local de concentração de tropas que por sua vez poderiam ser destacadas rapidamente para a vila de São Borja e Uruguaiana. Eram considerados, nesse período, pontos estratégicos para a defesa do território da Província de São Pedro. A fronteira no extremo sul do Império Brasileiro era ainda uma área sensível e propensa a tensões e choques violentos entre os estados nacionais, acentuando-se novamente o caráter militar.

A partir da derrota de Oribe (1848-1851) e de Rosas, (1852) a fronteira do Brasil com a Banda Oriental, ganhou seus limites atuais, sendo praticamente os mesmos delineados em 1828.

---

[111] Cf. GOLIN, op. cit., p. 367-375.

## 3.2 DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DA CAMPANHA OESTE SUL-RIO-GRANDENSE

Os luso-brasileiros, a partir da década de 10 e 20 do séc. XIX, iniciaram a reorganização do espaço da campanha, paralelamente aos conflitos com Artigas e Rivera. Essa reorganização espacial e geopolítica possibilitou a formação inicial de núcleos urbanos a partir das guardas militares. A divisão eclesiástica e administrativa da Província de São Pedro expandiu-se quando se configuraram os distritos, as vilas e as cidades na área da campanha oeste sul-rio-grandense.

Conforme Araujo Filho (1985, p. 14), os portugueses, em 1814, fundaram na costa do rio Inhanduy, rio das avestruzes ou das emas, a capela de Nossa Senhora da Conceição. Nessa área, desde 1805, existiu uma guarda militar com a mesma denominação, já mencionada anteriormente. Nas doações de sesmarias do séc. XIX, temos referência a esse local, como: "Distrito da Guarda do Inhaduy" (1814); "Distrito da Capela do Inhanduy" (1814); "Guarda do Inhanduy" (1815) e "Acampamento do Inhanduy" (1818). O contexto tenso e explosivo do período (1ª Guerra Cisplatina de 1816 a 1820) não contribui para fixação desse incipiente povoado português. Em 16 de setembro de 1816, Andresito Artigas, ao dirigir-se para os Sete Povos Missioneiros, atacou a guarda e incendiou o local, ficando conhecido a partir de então como "Capela Queimada".

Em 1817, a Capela de Nossa Senhora da Conceição Aparecida foi transferida da margem do rio Inhanduí para a margem esquerda do rio Ibirapuitã. Ocorreu uma solicitação de um grupo de moradores do "distrito de Entre-Rios" ao Governador da Capitania, o Marquês de Alegrete. Esse requerimento, citado por Araujo Filho, diz o seguinte:

> Ilmo. Exmo. Sr. – Dizem os moradores do distrito de Entre-Rios (27), que em razão de lhes haver sido, pelos insurgentes, reduzido a cinzas a Capela de Alegrete, assim como todas as suas estâncias, se acham impossibilitados de poder tornar a tomar [sic] a povoação naquele mesmo lugar, […], e nas margens do Ibirapuitan, no passo denominado Guassú-passo tem muito boas proporções, não só pelas madeiras mais fáceis e o rio ser de canoa, […], póde augmentar-se com mais vigor que não no antigo lugar, […] ainda mesmo para serem aldeados os Naturaes que se acham presente em serviço de campanha com suas famílias, estas dazendo pezo ao exercito, por não haver um lugar certo onde as depositem, e no fim da dita campanha ficando dispersos serão muito prejudicados […] transferira a mencionada povoação ao lugar indicado, e

> ainda que é na margem de um rio, não ficará lezado o povoador [...] (1985, p. 23-24).

O povoado português de Alegrete começava a efetivar-se no local referido acima. A característica militar foi um traço marcante em relação a sua origem. Dreys salienta esse aspecto da seguinte maneira:

> [...] na guerra contra Artigas, tendo algumas tropas ficado estacionadas naquela fronteira, vários mercadores foram imediatamente aí estabelecer-se, como é costume; e animados pelo concurso dos compradores da vizinhança, deixaram-se ficar, dando princípio à nova freguesia de Alegrete, presentemente assaz notável pela venda de fazendas de importação, e pela compra do gado, dos animais muares e cavalares e dos couros (1961, p. 126).

A derrota de Artigas na batalha de Taquarembó (22/10/1820) começou a consolidar mais efetivamente a presença luso-brasileira na campanha oeste. Foram criadas novas capelas e as já existentes adquiriram a condição de curadas.

As Provisões Eclesiásticas criaram as capelas de "Nossa Senhora do Rosário" (25/01/1819) e a do "Povo de Belém" (02/10/1820). As capelas elevadas a curadas foram as seguintes: "Nossa Senhora da Conceição Aparecida" (19/04/1820 – Alegrete)[112] e a de "Santa Ana do Livramento" (22/03/1824). Esta última capela esteve envolvida em divergências para a sua construção e, conseqüentemente, para a fixação de seu povoado.

A "Provisão Eclesiástica" de 16 de março de 1822 determinava a construção da "Capela de Nossa Senhora do Livramento", próxima ao arroio Ibitapuitã-Mirim, no antigo acampamento de São Diogo, (1814) na sesmaria de Antonio José de Menezes.[113]

Em 24 de junho de 1822, o padre coadjutor da capela de Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Alegrete, José Pahim Coelho de Souza, foi encarregado de celebrar a missa inicial e de administrar os sacramentos na capela de Livramento. Entretanto, negou-se a realizá-la, alegando o seguinte: a capela não cumpria as determinações da provisão; o local era inadequado para a sua localização; não houve a presença de um oficial engenheiro para as devidas

---

[112] Cf. RUBERT. **História da Igreja no Rio Grande do Sul:** época imperial (1822-1889) Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 79-81.
[113] Cf. CAGGIANI, op. cit., n. 06, p. 17-18.

demarcações do povoado. Pahim também destacava a existência de "interesses particulares" para a escolha do local.

Em 12 de agosto de 1822, diante do impasse na regularização da capela de Livramento, o tenente-coronel João Machado de Moraes e os sargentos José Antonio Martins e João Antonio de Moraes mobilizaram cerca de oitenta moradores do distrito de São Diogo. Enviaram um requerimento assinado por todos, salientando que a capela não poderia ser destruída e deveria ser oficializada.

O governo provincial encaminhou a questão para o vigário geral João Batista Leite de Oliveira Salgado. Em 24 de dezembro de 1822, determinou ao vigário da Vara de Alegrete o cumprimento da provisão inicial de 16 de março último.

José Pahim Coelho de Souza dessa vez não compareceu, alegando doença. Entretanto, enviou o pároco coadjutor, Manoel Fernandes de Almeida para a oficialização dessa capela, mas o vigário geral, pelo despacho de 14 de fevereiro de 1823, suspendeu essa provisão, continuando o impasse.

O governo provincial interferiu de forma mais coesa. Enviou o sargento mor graduado José Joaquim Alves de Moraes ao distrito de São Diogo, verificando ser este o local em que estava localizada a capela de difícil acesso. Conforme Caggiani (1995, n. 05, p. 13), o comandante do distrito teria intenções de "prejudicar" o sesmeiro Antonio José de Menezes.

A Junta Governativa da Província de São Pedro, em 28 de junho de 1823, através das informações do sargento José Joaquim Alves de Moraes, autorizou a construção da nova capela, agora na sesmaria de José Pinheiro Novilhar.

Em 20 de julho de 1823, em decorrência de decisão provincial, o vigário geral interino, João Batista Leite de Oliveira Salgado, concedeu nova licença eclesiástica, agora definitiva para a nova edificação e estabelecimento do povoado. A invocação da capela continuava a mesma, "Nossa Senhora do Livramento" e a primeira construída em São Diogo ficava desautorizada de qualquer prática eclesiástica e civil.

A Provisão Eclesiástica de 22 de março de 1824 estabeleceu, assim, a "capela curada de Nossa Senhora do Livramento". Foi nomeado o seu primeiro cura o frei Bernardo das Dores. O vigário da vara de São Borja, o mesmo que fora contra a consolidação da primeira capela foi nomeado para estabelecer os limites dessa circunscrição eclesiástica. Eis o que diz José Pahim Coelho de Souza *apud* Caggiani:

> Registro dos limites que dividem a Capela do Livramento com este Curato [...]: pela Coxilha Grande que divide o Estado Cisplatino, corre do oeste para Leste até o vertente do Banhado Upamoroti que desce o rumo do Norte a entrar no Ibicuí do Passo da Armada e seguindo por este até as barras do Vacacaí e continuando por este acima a rumo oeste até a Serra a procurar a vertente mais próxima do Ibirapuitã Grande e voltando por este a rumo do sudoeste até sua vertente em um ramo da dita Coxilha Grande e voltando a procurar a próxima vertente do galho do Quaraí denominado Sarandí descendo por este até a sua entrada no dito Quaraí que fica imediata a confluência do arroio Catlaan e continuando por este acima até a sua vertente na supradita Coxilha Grande que divide o Estado Cisplatino, edaqui procurando a vertente do Mata-Olho que vai a entrar no Rio Arapeí que divide a Província Cisplatina e por esta forma se designaram os limites do território que fica pertencendo ao sobredito Curato [...] (1995, n. 05, p.14-15).

É importante notarmos que a instituição Igreja aparecia como elemento administrativo central do Império Brasileiro, cumprindo a função de cartório civil e eleitoral até 1870.

Com o fim da “2ª Guerra Cisplatina” e do estabelecimento inicial dos limites entre a Província de São Pedro e a República Oriental do Uruguai, (1828), a organização administrativa da campanha oeste pelos luso-brasileiros, teve um outro impulso e desdobramentos internos.

Em 1831, a vila de Alegrete[114] emergiu como resultado desse expansionismo luso-brasileiro, para demarcar e administrar um “novo espaço” geopolítico. Assim, o decreto regencial s/nº de 25 de outubro de 1831 elevou a capela curada de Nossa Senhora da Conceição Aparecida à condição de vila e sede do município, desmembrando-a de Cachoeira. A instalação efetiva da vila somente ocorreu em 17 de fevereiro de 1834.[115]

O município de Alegrete ocupou uma porção significativa do antigo espaço missioneiro. Entretanto, não correspondeu à totalidade da antiga configuração territorial Yapeyuana, pois ocorreu a fragmentação do mesmo, com a imposição da fronteira com o Uruguai. Nesse perímetro, o povoado português de Alegrete localizou-se desde 1816. Estava à margem esquerda do rio Ibirapuitã, a 29º 46’ 59” de latitude sul e 59º 46’ 43” de longitude oeste. É relevante apontarmos que

---

[114] Na década de 30 do séc. XIX, Arsène Isabelle fez a seguinte descrição da então vila de Alegrete: “[...] A vinte léguas, nos arreadores do Sul de Guaiaraça se acha *Alegrete*, pequena cidade na fronteira da Província com a Banda Oriental; está segundo as informações que obtive, perto de 30º10’ de latitude (salvo erro), sobre a margem direita do Guarapuitan, pequeno arroio que os guaranis chamam *Ybirita* e que vai lançar-se ao norte do Ybicui. Esta cidadezinha, toda nova, fica assentada em colinas rochosas, produzindo pastagens extremamente alimentícias. Criam-se muitos animais e mulas bastante famosas. O comércio é ativo [...]” (1983, p. 24, grifo da autora).

[115] Cf. ARAUJO FILHO. **O Município de Alegrete**. Porto Alegre: CORAG, 1985. p. 28-29.

durante toda a década de 20 do séc. XIX, convergiram para o povoado português de Alegrete, um contingente significativo de guarani-missioneiros, oriundos dos antigos Trinta Povos e, principalmente, da redução de Yapeyú.[116]

Independentemente da categoria de capela ou vila, o povoado luso-brasileiro de Alegrete foi erguido na sesmaria de Antônio José de Vargas, ou seja, em propriedade privada. Conforme Luis Araujo Filho, esse emergente município foi dividido inicialmente em sete distritos, ficando assim composto: Alegrete (sede), Rosário, Santa Ana, Pacarahy, Ibirocay, Jarão e Belém.[117] Um fato interessante é que o distrito de Belém ficava entre os rios Uruguai, Quaraí e Arapeí, local em que durante os séculos anteriores (XVII e XVIII) localizou-se uma estância missioneira yapeyuana também com a denominação de Belém, aspecto esse tratado no primeiro capítulo.

Observamos que esta delimitação afirmava o processo de conquista e ocupação portuguesa sob uma parte da campanha oriental. Nessa nova configuração, os rios, principalmente o Uruguai, serviram como limites, dividindo, ficando caracterizado um forte determinismo geográfico.

A partir das décadas de 40 e 50 do séc. XIX, esse espaço da campanha oeste começou a ser dividido internamente. Alguns distritos que até então compuseram o município de Alegrete, desmembraram-se. Ganharam autonomia política e administrativa em nível local. Essas fraturas internas evidenciaram o jogo de interesses localizados na área da campanha, aonde vieram à tona com intensidade, após a consolidação dessa fronteira.

## 3.3 OCUPAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO DE TERRAS NA CAMPANHA OESTE SUL-RIO-GRANDENSE NO SÉCULO XIX

Ao mesmo tempo em que a fronteira se delineava no séc. XIX, a ocupação territorial luso-brasileira ganhou um impulso expressivo sobre a área da campanha

[116] Cf. SOUZA. **Livro de Batismo da Capela Curada de Nossa Senhora Aparecida de Alegrete**. Alegrete, 1822.
[117] Cf. ARAUJO FILHO, op. cit., p.29-30.

oeste. As doações de sesmarias promoveram a fixação lusitana e forneceram a base jurídica que fundamentava a propriedade privada nessa área.[118]

A experiência secular portuguesa das sesmarias foi transferida para a área da campanha oeste sul-rio-grandense no séc. XIX. Entretanto, esteve recheada de alguns elementos novos, traduzindo em parte o contexto explosivo de uma fronteira em formação. Algumas dessas particularidades convém serem apontadas.

As doações de sesmarias na campanha oeste ocorreram intensamente a partir de 1814 a 1823. Nesse momento, tivemos as lutas entre Artigas e os portugueses. O Império Português visava uma ocupação e, paralelamente, intensificava a militarização, "legitimando" uma conquista parcial, sob o pretenso aspecto da defesa do território. Essas doações eram concedidas aos militares que, concomitantemente aos interesses do império, defendiam as suas propriedades privadas. Sendo assim, as sesmarias constituíram-se em estratégias de conquista e ocupação, extrapolando as características de simples premiações por serviços prestados por esses militares lusitanos.[119]

Até o ano de 1696, as dimensões fixadas para as doações de sesmarias eram de cinco léguas quadradas. A carta régia de 07 de setembro de 1697 reduziu o seu tamanho. Determinava uma dimensão de uma légua por três de fundos, correspondendo a 13.068 hectares.[120]

A eqüidade no tamanho de terras expressa nas cartas de sesmarias, não se traduziu na prática na área da campanha, devido aos seguintes fatores: várias concessões deram-se para membros da mesma família; a "liberalidade" dos chefes militares portugueses que distribuíam terras a seus parentes e protegidos; as vendas nominais dos proprietários pobres pressionados pelos chefes militares ou a apropriação pura e simples dos campos. Essas foram provavelmente as razões da desigualdade no tamanho das propriedades na área da campanha oeste, pois os

---

[118] No reino português, a lei de sesmaria de 1375, representava o fundamento jurídico, trazendo no seu bojo, a formação do capital comercial. Gradativamente, foram incorporados a essa legislação as Ordenações Manuelinas e, posteriormente, as ordenações Filipinas. Até o ano de 1795, existiu uma grande e dispersa legislação sobre sesmarias. Cf. LIMA, R. **Pequena história territorial do Brasil:** sesmarias e terras devolutas. 02. ed. Porto Alegre: Sulina, 1954.

[119] Cf.: ARAUJO FILHO. **O Município de Alegrete**. Alegrete: Irmãos Prumes: Livraria Coqueiro, 1908; LAYTANO. **Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1983; PONT. **Campos Realengos:** a formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul. 02. ed. Porto Alegre: Renascença, 1983. v. 01-02.

[120] Cf. COSTA. **Rio Grande do Sul:** latifúndio e identidade regional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 34.

conflitos que estavam instaurados nesse momento facilitavam essas práticas extra-oficiais.

Em 1814, o tenente Hipólito Francisco de Paula, recebeu a sesmaria de São Gerônimo, concedida por D. Diogo de Souza. Tratava-se do primeiro povoador português que ocupou o Rincão de São Miguel.[121] Essa área era delimitada pelos seguintes rios: ao norte, o rio Ibicuí; a oeste, o rio Ibirapuitã; ao sul, rio Caiboaté e ao leste, Arroio da Palma, correspondendo a um total de quinze léguas quadradas.[122]

Segundo Araujo Filho (1985, p. 250.274), dentro dessa sesmaria, localizou-se a estância do Pinhal, chegando ao ano de 1898 com três léguas ou 126.875 $Km^2$ (20% desse perímetro) aproximadamente. Também ali se situava a sesmaria de São Miguel, concedida, em 1822, a Francisco Machado da Silveira e que possuía inicialmente duas léguas e meia de campo ou 16.500 $m^{2.}$ Em 1898, contava com 86.516.766 $m^2$.

A área acima descrita pertenceu nos séc. XVII e XVIII ao povo missioneiro de São Miguel. Esse espaço foi organizado dentro das mesmas circunstâncias e parâmetros que o povo de Yapeyú realizou na sua porção mais a oeste da campanha. Possuiu as seguintes estâncias: São Pedro, São Fabiano, Santo Isidro, São José Juja, São João Mirim, Santo Inácio, Menino Jesus e Santo Antônio.[123] O território do povo de São Miguel era o segundo entre os demais povos missioneiros, avançando por uma parte significativa do atual Estado Uruguaio. Nessa área de São Miguel,[124] na zona costeira do rio Ibicuí, foram encontrados artefatos materiais que reforçam essa ocupação. Dentre esses objetos, constavam talhares, cruzes e castiçais, além de um sino que foi transportado para a igreja matriz de Alegrete.

A presença portuguesa na área da campanha, segundo apontamos no capítulo anterior, se processava no sentido leste para oeste, contrário daquele movimento de ocupação nessa área durante os séc. XVII e XVIII. Ocupava

---

[121] Rincão era a área cercada por rios com uma única saída e serviu como proteção e local onde o gado era tratado. Foi assim, um elemento técnico das estâncias missioneiras durante os séc. XVII e XVIII e continuava com essa mesma função durante o séc. XIX, na parte conquistada da área da campanha oriental pelos portugueses. Podemos notar que a designação de “São Miguel” referia-se a área desse povo missioneiro.

[122] Segundo Rocha Filho, “uma légua são 6.600 m; é a légua de sesmaria de 3.000 braças” (1988, p. 29). Podemos dizer então que, 15 léguas correspondiam aproximadamente a 99.000 m.

[123] Cf. PORTO, op. cit., p. 330, v. 03.

[124] Cf. ARAUJO FILHO, op. cit., p. 273-274.

progressivamente parte do antigo espaço econômico e social missioneiro, principalmente o espaço Yapeyuano. A toponímia de vários lugares, como por exemplo, rincão de São Miguel, e a forma de delimitação espacial foram aspectos remanescentes de uma antiga organização, anterior aos lusitanos.

Em 1815, o Marquês de Alegrete concedeu ao Tenente Quartel Mestre, Joaquim Antônio de Alencaster, a sesmaria do Guarapuitã sob o n. 7232. Segundo Pont, citando a concessão do Marquês, a sesmaria possuiu inicialmente uma légua de frente por três de fundos, e é delimitada da seguinte forma:

> [...] um rincão de campo devoluto, na costa Oriental do Uruguai que comportava pelo Norte com o arroio Guarapuitã que deságua no Uruguai, dividindo o campo de Santana; pelo sul, com uma vertente que nasce na Coxilha e deságua no mesmo Uruguai, donde Tem uns salsos e deles para baixo forma matos; pelo leste com a coxilha que verte águas a Quaraí; e pelo oeste, com o rio Uruguai [...] (1983, p. 574, v. 01).

Nessa área, Alencaster atuou militarmente durante as décadas de 10 e 20 do séc. XIX, evidenciando o caráter dessa ocupação lusitana. Podemos perceber que essa expansão para o oeste chegava a um extremo. O rio Uruguai era uma barreira definitiva desse avanço para a outra margem.

Em 1816,[125] o cirurgião-mor, Joaquim dos Santos Prado Lima recebeu inicialmente uma légua de frente por três de fundos. Essa área aumentou consideravelmente, a partir do momento em que seu filho, Joaquim dos Santos Prado Lima, incorporou parte dos campos do alferes Francisco Luiz de Magalhães, pois se casou com sua filha, Francisca Benardina e também teria comprado mais terras. Esses campos partiam do arroio Capivari, desciam a coxilha de Santana em direção ao rio Quaraí, ocupando uma parcela do antigo território do povo de Yapeyú. Conforme Pont, esses campos corresponderam aproximadamente a nove léguas. É certo que em 1896, representava no mínimo 32.836.526$m^2$.[126]

Nessas doações de sesmarias para militares e milicianos portugueses, durante esse período, em alguns casos, a forma como esse grupo social utilizava-se do seu poder para aumentar as suas terras não passou despercebido do olhar atento e indignado de Saint-Hilaire.

---

[125] Cf. PONT, op. cit., p. 638-647, v. 02.
[126] Cf. Ibid., p. 646, v. 01.

> Já passei por três estâncias pertencentes ao Marechal Chagas, e, entre chácaras e estâncias possui ele oito na Província de Missões, calculando-se em **24 léguas** a extensão do terreno que podem ocupar. Todas essas terras foram compradas, porém, a preços baixos e, a acreditar-se na voz do povo, foi o medo que por mais de vez obrigou os proprietários a vendê-las. Admitindo-se mesmo nunca tenha sido empregada a coação, é preciso reconhecer-se ser escandaloso um comandante de província tornar-se, durante seu governo, possuidor de tamanha extensão de terrenos, enquanto deixava seus administrados em completo abandono. **Escandaloso** que o mais abastado proprietário da província, porque fosse comandante, não tivesse fornecido sequer uma vaca para alimentação das tropas, enquanto sugava dos pobres todo o produto de suas terras. **Escandaloso**, ainda, seus empregados não contribuírem para o serviço militar, enquanto pais de família, os mais úteis, eram arrancados anos inteiros do convívio de seus lares, da cultura de suas terras e criação de seu gado. Em governo algum devia ser permitido ao administrador tornar-se proprietário na região sob sua jurisdição, mas, sobretudo em se tratando de um governo militar essa medida devia ser esperada (1974, p. 138, grifo nosso).

Dessa forma, as doações de sesmarias como forma reguladora e eqüitativa de acesso a terra não funcionou. Foi essencialmente no caráter social dessas distribuições a militares que se tornaram estancieiros, o ponto inicial da expansão do latifúndio.[127] A conquista e a ocupação da campanha oeste, ocorreram paralelamente, beneficiando esse grupo que agiu com plena liberdade e desenvoltura, proporcionando-lhe as bases para a acumulação de capital e, conseqüentemente, a ascensão social e a hegemonia econômica e política sobre essa área, em detrimento de outros grupos sociais, como destacou Saint-Hilaire.

Isso dotou os seus proprietários de um grande poder substancial que se refletia numa significativa autonomia da estância e do município frente ao estado.[128] Dessa forma, o acesso era praticamente imediato ao poder local, ocorrendo uma permanente “rotatividade” entre os proprietários e, em muitos casos, caracterizados por disputas e conflitos. Um outro exemplo dessa ascensão baseada no binômio do militar-estancieiro e na concentração fundiária foi Joaquim dos Santos Prado Lima.

Em 1840, Prado Lima, elegeu-se vereador com a maior votação para a segunda legislatura da Câmara Municipal da vila de Alegrete, ocupando concomitantemente a sua presidência. Nesse mesmo ano foi chefe de polícia e eleito deputado constituinte à Assembléia Constituinte Republicana, dos farroupilhas, por essa vila. Durante toda a década de 40 do séc. XIX, foi eleito

---

[127] Cf. COSTA, op. cit., p. 34.
[128] Cf. Ibid., p. 38.

vereador, exercendo também em alguns momentos, as funções de juiz de paz e coletor geral da comarca das Missões. A sua participação política na década de 50, comparada com as anteriores (décadas de 30 e 40) foi menor, mas não pode ser desprezada.

A lei de 1822 extinguiu as doações de sesmarias, mas não desarticulou as formas extra-oficiais de acesso à terra na campanha. Conforme Kliemann (1986, p. 18), intensificou-se a posse desordenada e o aumento de terras por particulares. Essa situação foi constante na década de 30 do século XIX. O processo de ampliação do latifúndio foi dessa vez identificado por Isabelle:

> E como a ambição dos *estancieiros* consiste em possuir grandes rebanhos, de cinco, dez e trinta mil cabeças de gado, resulta que procuram possuir a maior extensão possível de campo; deste modo não é raro ver-se *estâncias*, sobretudo nas Missões e na parte vizinha da Banda Oriental, **de dez, vinte e trinta léguas ou mais de extensão**. E se não obtêm todos esses vastos terrenos a título de *concessão* de parte do governo, compram de seus vizinhos pobres as terras que os rodeiam e se livram assim de qualquer concorrência inoportuna. […] O governo brasileiro quis de alguma maneira, remediar esse grave inconveniente (para não dizer abuso), fazendo uma lei proibindo a concessão ao mesmo indivíduo de mais de uma *sesmaria*; a sesmaria foi fixada em três léguas em todos os sentidos, mas parece que não se cumpre rigorosamente, além do que, como despojar de seus direitos, sem injustiça flagrante, os grandes proprietários de terras? (1983, p. 43, grifo nosso).

Essa expansão territorial apontada por Isabelle, estava ocorrendo, “pacificamente”, sem a presença dos conflitos fronteiriços nesse momento. Mas apontava para um outro elemento relevante. A eliminação, pelos grandes proprietários, dos camponeses pobres, indicando assim, não só uma outra estratégia de ampliação do latifúndio, como a presença de outros grupos sociais, diferentemente do grupo dominante dos estancieiros militares na área da campanha, situação que também foi percebida por Saint-Hilaire (1974, p. 138).

É importante apontarmos para o fato de que se as concessões de sesmarias concentraram-se durante as décadas de 10 e 20 do séc. XIX, praticamente toda a terra da campanha oeste conquistada pelos luso-brasileiros, já tinha sido doada nesses períodos. Entretanto, com a emergência do Estado Uruguaio em 1828 e a extrema dificuldade dos orientais em povoar a linha fronteiriça, se assim podemos dizer, essas situações foram potencializadas pelos sul-rio-grandenses que já vinham ocupando essa área, principalmente, por aqueles que não foram contemplados por terras nos períodos mencionados. Podemos

entender dessa forma o porquê do grande número de propriedades no Uruguai, situação essa que se consolidou e destacou-se a partir de 1851, com a afirmação dessas fronteiras sulinas.[129]

O inventário das sesmarias doadas na área da campanha oeste entre 1814 e 1823 é extenso.[130] Elas corresponderam aos atuais municípios sul-rio-riograndenses de Alegrete, Uruguaiana, Quarai, Rosário do Sul e Santana do Livramento. Entretanto, ao destacarmos essas sesmarias, podemos ainda dizer o seguinte: a sesmaria de Guarapuitã, a do Prado Lima e a de José Cândido, entre outras, ocuparam uma parcela significativa do antigo espaço missioneiro yapeyuano; contribuíram para formação do latifúndio na fronteira oeste sul-rio-grandense; permitiram consolidar a economia pecuária, ocupando a área onde se localizavam os grandes rebanhos; as demarcações dos limites, geralmente encaixavam-se dentro dos acidentes naturais, como por exemplo, rios, matos e coxilhas, não possuindo cercas, fato esse que apenas começou a efetivar-se a partir de 1870. Os campos eram indivisos, tinham quando muito, apenas marcos de pedras.

A partir do segundo reinado ocorreu uma série de reformas centralizadoras que, para Kliemann (1986, p. 19), visavam amenizar as tensões sociais e viabilizar

[129] Reckziegel nos fornece outro elemento para a ocupação de sul-rio-grandenses no Uruguai. Conforme a autora, "a penetração brasileira, notadamente de gaúchos, na área oriental foi estimulada em grande parte pela queda do preço das terras. Muitos proprietários orientais, arruinados durante a Guerra Grande, forma obrigados a vender suas estâncias – com uma área correspondente a dois mil hectares e avaliadas em cerca de três mil pesos. Valendo uma terça parte do seu, a terra foi uma presa fácil para os compradores do outro lado da fronteira, que se estimava possuírem uma extensão de 1.782 léguas quadradas, ou seja, quase um terço do território nacional" (1999, p. 84).

[130] Em 1845, o Marquês de Alegrete doou terras a Manoel Dias, possuindo a sesmaria as seguintes confrontações: "campos na fronteira do Rio Pardo, sitos no lugar denominado Imandoin (Inhanduhy), que confrontam: ao Norte com o arroio que deságua em Inhanduy, fazendo ponto à Coxilha, que entra na Guarda desse nome; ao sul com a sanga que deságua no referido arroio; a Leste com a mesma Coxilha e Gaspar Nunes e a Oeste com o dito rio Inhanduy" (ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1922, p. 160) O município de Rio Pardo nesse momento, 1815, como fica expresso na carta de sesmaria, era o ponto extremo do Império Luso-brasileiro no extremo sul do Brasil. Dessa forma, percebemos que as doações de sesmarias, além de se projetarem cada vez mais para o oeste, chegando até o rio Arapeí, contribuíram para a expansão dessa fronteira nessa direção. Esse aspecto fica evidenciado nas cartas de sesmarias, do período de 1814 a 1823, ao referirem-se a campanha de forma subjacente, como uma "nova fronteira", a ser ocupada. Vejamos o que nos diz duas concessões de sesmarias a partir de 1820: "Rincão de Campo denominado Cambuiretá, na Fronteira de Missões. Limita-se: ao norte, com o arroio denominado Cambuiretá; ao sul com o Arroio Piavuy; a leste, com um banhado adeante da tapera de Santo Antonio e, ao Oeste, com o mesmo Arroio Piavuy, dividindo-se com o campo do Capitão Fabiano Pires de Almeida. […] campos na Fronteira de Entre-Rios, entre os dois Arapey grande; ao Norte com o Arapey Chico; ao Oeste, no lugar onde se juntam os dois Arapey e, a leste onde se finalizam trez léguas de comprimento e uma de largura" (ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1922, p. 336-337).

a conciliação política nacional. Entre essas medidas, estava a Lei de Terras de 1850 que fixou a compra e a venda como forma legal de acesso a terra, substituindo a concessão. Vejamos a síntese dessa lei:

> A Lei de Terras de 1850 e o seu respectivo regulamento de 1854 estabelecem que a aquisição de terras devolutas, a partir de então, seria feita através de compra, em hasta pública, reservando-se as 10 léguas de fronteira, bem como as terras para colonização indígena, fundação de povoados, abertura de estradas, construção naval e de estabelecimentos públicos. Consideravam-se terras devolutas as que não cultivadas em poder do Estado ou as posses não legitimadas. Isso fez com que o governo imperial tivesse que se preocupar em legitimar as antigas posses e medições, criar registros e títulos, além de enquadrar na nova ordem todo o sistema de colonização vigente desde as primeiras décadas do século XIX (KLIEMANN, 1986, p. 21).

Essa nova legislação moderna e reformista procurou inserir o Brasil em um novo contexto racional em relação à produção, que, até o momento, se baseava na mão-de-obra escrava,[131] principalmente nos grandes centros produtores, como o Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto, essa lei apresentou um descompasso com diversas realidades regionais.[132]

Esse novo contexto modernizador da década de 50 do séc. XIX não se disseminou sobre a área da campanha oeste, onde se destacava a grande propriedade, a economia pecuária e a escravidão. Não alterou essa estrutura fundiária, iniciada com as doações de sesmarias.

A ineficiência da Lei de Terras na campanha oeste foi em decorrência dos seguintes fatores: os estancieiros tinham sido beneficiados pelo império com a “Paz de Ponche Verde” e, após derrotarem Oribe e Rosas, saíram fortalecidos, pois eram os braços armados fronteiriços do império; muitas propriedades, na área da campanha oeste sul-rio-grandense delimitavam a fronteira política e avançavam

---

[131] “No Brasil, as grandes mudanças foram operadas em 1850, através de um gabinete conservador que coloca em prática um amplo projeto de modernização econômica do país, inicialmente proposto pelos liberais. Uma medida básica foi a lei Euzébio de Queiroz que leva ao fim do tráfico transatlântico de negros, cortando o abastecimento de mão-de-obra das grandes plantações de café. Ao mesmo tempo, uma lei de terras impõe, ao menos para as áreas já ocupadas, a compra como única forma de acesso a terra, […]. Nenhum dispositivo estabelece limites à grande propriedade ou um imposto territorial, da mesma forma que a abolição gradual, que se completará em 1888, não prevê qualquer mecanismo ou colonização agrícola para os ex-escravos. […]” (LINHARES, 1999, p. 64).

[132] Cf. KLIEMANN. **Rio Grande do Sul:** Terra e Poder: história da questão agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

para o território uruguaio de forma contínua,[133] onde os interesses privado e público de certa forma articulavam-se. Era um espaço econômico importante e também um espaço geoestratégico vital, convergindo interesses locais, regionais e nacionais, já estabelecidos. Assim, a Lei de Terras de 1850 apenas reforçou essa concentração, pois somente passaram a ter acesso a terra aqueles que dispunham de recursos que eram uma minoria, sedimentando cada vez mais uma classe social proprietária que estava fortalecida.

A fronteira fortalecia o latifúndio e vice-versa, não havendo brechas para a colonização de imigrantes europeus e de indígenas. A introdução de novos elementos sociais e econômicos nessa área poderia rebelar essa estrutura social latifundiária e desestabilizar principalmente a política externa imperial vigente no Prata. Assim, os tratados de limites de 1851, entre o Império Brasileiro e a República Oriental do Uruguai, não só garantiram a fronteira política, mas permitiram a manutenção do latifúndio, pois intrinsecamente se sobressaiu a ideologia da fronteira como área de segurança nacional, onde se inseriam essas grandes propriedades, portanto era do "interesse" do estado preservá-las.

## 3.4 ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DA CAMPANHA OESTE SUL-RIO-GRANDENSE

A partir de 1801, civis e militares se interessaram pelas terras da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. A riqueza ganadeira localizada no território foi o elemento de convergência dos luso-brasileiros para essa área. Além desse aspecto, a emergência e o crescimento das charqueadas de Pelotas[134] que

[133] Em relação ao número de propriedades de sul-rio-grandenses no Estado Uruguaio em 1850, Reckziegel informa-nos o seguinte: "Em atendimento ao solicitado, o comandante da fronteira informou que havia 35 fazendeiros, proprietários, em conjunto de 342 léguas quadradas somente na região adjacente à lagoa Mirim e Chuí. O comandante de Jaguarão apresentou a relação de 154 estancieiros estabelecidos nos atuais departamentos de Treinta y Três e Cerro Largo; o de Bagé apresentou 87 nomes, pertencentes ao departamento de Tacuarembó, entre eles, o de Carlos Silveira, pai de Gaspar Silveira Martins; na fronteira de Quaraí e Missões, havia uma lista de 238 proprietários" (1999, p. 84). Cf. MARQUES. **A Economia do Charque**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992. p. 58.

[134] Marques, a respeito das primeiras charqueadas no Rio Grande do Sul informa-nos o seguinte: "[...] As charqueadas apareceram muito cedo, no litoral, na região do Quintão, no município atual de Palmares do Sul. Do litoral, seguindo o rio dos Sinos, que se dirige de leste para oeste,

necessitavam dessa matéria-prima para a produção do charque, agiram também de maneira direta sobre o saque dos rebanhos dessa área. Dessa forma esse avanço intensificou-se no sentido leste/oeste, movimento esse que se chocou com os “fragmentos” da ocupação guarani-missioneira na campanha.

Com a conquista dos Sete Povos Missioneiros em 1801, a área abaixo do rio Ibicuí não só foi ocupada militarmente, mas ocorreram operações de pilhagem do gado existente, de uma forma constante como nos diz Porto:

> Logo após a conquista das Missões aumentaram diariamente as deserções de milicianos e até de dragões, entregando-se á caça de gados chimarrões e invadindo mesmo as estâncias espanholas situadas além da linha divisória ainda não fixada ao sul do Ibicuí (1954, p. 331, v. 04).

A correspondência, citada por Fortes, do major engenheiro e astrônomo José de Saldanha ao Governador Paulo da Silva Gama, em 1805, também se refere a essa pilhagem do gado das estâncias missioneiras na campanha como se tratando do “direito de conquista”, portanto sob essa ótica conquistadora, legítimo.

> As estâncias ou fazendas de S. Luiz e Sto. Antonio, denominada esta de Sto. Antonio, situadas ao Sul do Ibicuhy-grande forão logo manejadas debaixo da nossa Direcção como evidente Conquista Portugueza: As desertas do Povo de S. Francisco de Borja, igualmente ao sul do mesmo |Ibicuy, e ao ocidente do Ibirá-puitã, presestindo já dantes em abandono da Nação Hespanhola, por causa das hostelidades dos Índios Charruas e Minuanos, não deixarão comtudo de ser exploradas durante a Guerra, por motivos da mais conveniente percaução pelas nossas repetidas patrulhas, assim de Milicianos, como de Naturais, combinados com aquelles indomesticos Indios, moradores nas solitárias Serranias intermedias e declarados Inimigos dos Hespanhoes. […] A vista do referido me persuado que temos todo o Direito de conquista na Fronteira do Sul de Missões pelo menos athé a Serra dos Infieis inclusos todos os Terrenos entre a D.ª Serra e Ibicuhy-guaçu Estâncias de S. Luiz e Sto. Antonio; aos intermédios dês o Arroio Issaca athé o de Sta. Maria, transitados quase diariamente, no tempo de Guerra, pelos nossos Combatentes, Destacamentos e Patrulhas, e na paz pelos nossos Viajantes e Commerciantes, alem de Estabelecimentos Portuguezes que ali se collocarão; E ao occidente do Ibirá-puita com hum juz de preferência, em

---

chegaram às margens do Guaíba e do Baixo Jacuí. Essa foi a marcha seguida pelas charqueadas que acompanhavam o povoamento e a instalação das primeiras estâncias. […] José Pinto Martins era português, natural de Meixomel, bispado do Porto e tinha vivido no Ceará, onde exercia a profissão de fabricante de carne seca. Ao se instalar às margens do rio Pelotas, em 1779, numa área onde ainda não havia um único núcleo urbano, teve a intuição da importância do lugar, para a futura localização do mais importante centro saladeril do Rio grande do Sul. Em pouco tempo, muitos estabelecimentos semelhantes vieram a se instalar na mesma área, ao longo do rio Pelotas, do canal de São Gonçalo e do arroio Santa Bárbara, no rincão formado por esses recursos d'água. A concentração industrial saladeril, em Pelotas, depois da charqueada de Pinto Martins, consolidou e deu impulso a uma atividade que já existia, mas era ainda incipiente, e transformou-a na mais importante do Rio Grande. […]” (1990. p. 24-25).

> que ficamos dês a mesmo Guerra, a toda a Campanha, que se extende da Barra do próprio Ibicuhy-guaçu athé o Jaráo, Ponta Occidental da mencionada Serra. Em consequencia do que,se me figura estarem bem situados as duas nossas actuais Guardas Meridionais de S. Rafael, ou Sto. Estaquio, e de Pareró; aquella na Forqueta dos Ibira-puitãs cobrindo os extremos austrais das espressadas Estâncias, e explorando a Oêste athé Iguarapá E esta trez legoas athé as Cabeceiras do Arroio Nanduy (2001, p. 143-145).

Dessa forma, as guardas portuguesas, além de vigiarem a nova fronteira guardavam também as estâncias onde predominavam o gado. A fronteira adquiria o estímulo econômico para ser conquistada, mantida e defendida, ou seja, a motivação material, o gado missioneiro.

Durante a "1ª guerra cisplatina" (1816-1822), os saques por parte dos portugueses continuaram na campanha oeste. Saint-Hilaire confirma essa tendência:

> Diziam no Rio de Janeiro que as hostes de Artigas haviam feito a primeira incursão em território português, roubando gado, mas isso não era exato. Um padre espanhol, amigo da verdade, que foi obrigado a deixar Entre-Rios, refugiando-se em Porto Alegre, devido às suas idéias fiéis ao Rei, assegurou-me que antes mesmo das primeiras hostilidades os estancieiros portugueses lançaram-se sobre terras dos espanhóis, daí levando grande número de bovinos (1974, p. 39).

Segundo Golin (2002, p. 112), após a derrota de Artigas na batalha de Tacuarembó, o exército português fez o arreamento de cerca de oitenta mil cabeças de gado.[135] Também nesse sentido, Alfredo Castellanos[136] refere-se a conseqüência imediata dessa vitória: o saque desse gado por parte dos lusitanos.

O general João Carlos Saldanha, comandante de uma das divisões do general Joaquim Curado, transferiu para Rio Grande uma grande quantidade de animais,[137] favorecendo as charqueadas de Pelotas, além de povoar as estâncias luso-brasileiras.[138] Esses dados reafirmam o grande interesse econômico sobre a

---

[135] Cf.: SAINT-HILAIRE. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)**. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: EDUSP, 1974; FERRAND. **La cruzada de los Treita y Três**. Montevideo: [s.n., s.d.]. p. 40; MACHADO. **Historia de los orientales**. Montevideo: Banda Oriental, 1988. p. 100. v. 01.

[136] Cf. GOLIN, op. cit., p. 324.

[137] "[…] 18.000 animais adestrados para a cavalaria, 5000 bois de carretas do trem militar e milhares de cabeças de gado de corte. A matéria-prima dos gados desencadeou a multiplicação das charqueadas do Rio Grande, que, de dez, passaram a 123 durante o período da Província Cisplatina" (GOLIN, 2002, p. 112-113).

[138] Este aspecto econômico das guerras cisplatinas também foi identificado por Isabelle nos anos de 1833 e 1834 no Rio Grande do Sul. Vejamos: "Os brasileiros não são mais empreendedores e trabalhadores do que os "Orientais" e argentinos, mas as estâncias se multiplicam muito nessas

Banda Oriental e, conseqüentemente, o empenho português durante as décadas de 10 e 20 do séc. XIX para a sua conquista total.

Entretanto, não foi só a pilhagem do gado que realizaram os luso-brasileiros. Saint-Hilaire, ao passar pela campanha em direção às Missões, também testemunhou a presença das estâncias missioneiras, de origem colonial (séc. XVII e XVIII) que foram analisadas no primeiro capítulo. Indicou-nos assim, a importância dessas estâncias missioneiras, como base econômica produtiva relevante para estruturação econômica portuguesa nessa área durante o séc. XIX.

> A aldeia de Japeju, de onde vieram esses índios, fica a duas léguas daqui, à margem direita do Uruguai, e era uma das mais importantes das Missões jesuíticas de Entre-Rios, sendo fácil concluir-se tal ao saber-se que *Sando* (Uruguai), tão distante, formava outrora uma das estâncias dessa aldeia. [...] As pastagens que se estendem entre os rios Ibicuí e Butuí pertencem ao Povo da Cruz, situado em frente desse terreno, do outro lado do Uruguai. As que formam a margem direita do Ibicuí pertenciam como disse a Yapeyú. Os Minuanos e os Charruas, tendo feito algumas incursões nas terras dessa última aldeia deram aos seus habitantes permissão para fazerem pastar seus rebanhos sobre as terras do Povo da Cruz [...] hoje o Rio Ibicuí demarca deste lado a província portuguesa das Missões, que se compõe de 7 aldeias e faz parte da Capitania do Rio Grande. Essa província subdivide-se em diversos distritos e o que percorri hoje tem o nome de Rincão da Cruz porque depende, como já disse, da aldeia desse nome. O Rincão da Cruz, fica compreendido entre o Ibicuí, o Uruguai, o Butuí e o Itu, tem forma quase quadrada e conta com cerca de 30 estâncias. As pastagens aqui são excelentes, as melhores mesmo de toda a província. Contudo, não apresentam a delicadeza das de Montevidéu (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 110.117).

Desta forma, a toponímia "estância" não pode ser vista sob o ângulo de mero legado missioneiro-espanhol que apenas ficou como característica de um tempo perdido, como pretende Trindade (1985). A estância portuguesa do séc. XIX, para que fosse viável economicamente, apoiou-se em um conjunto de técnicas e tecnologias produzidas essencialmente nas estâncias missioneiras. Os portugueses, quando chegaram na área da campanha a partir de 1801, não poderiam produzir esses elementos num curto espaço de tempo. O guarani-missioneiro e todo o seu aparato cultural e social foi uma das saídas para essa situação técnica. Foi um dos elos de ligação, transferindo um conjunto de experiências de mais de um século e meio de atividades com o gado, alicerçado no período colonial, os séc. XVII e XVIII.

---

regiões durante a guerra de ocupação. Uma grande parte do gado roubado pelos gaúchos, durante

Dentro desse contexto de conquista, ocupação e pilhagem das décadas de 10 e 20 do séc. XIX, o processo produtivo da estância portuguesa fundamentou-se na privatização da terra e dos rebanhos. A legislação referente à doação de sesmarias foi ao encontro da produção pecuária na campanha oeste, estimulando de certa forma a formação dos latifúndios nessa área e, conseqüentemente, a apropriação dos rebanhos.

A grande propriedade era necessária para a produção pecuária. Dreys (1961, p. 131), ao percorrer o Rio Grande do Sul de 1817 a 1827, nos informa que os campos durante esse período tinham a capacidade máxima de 1.500 a 2.000 reses por légua de sesmaria ou 4.443 hectare, mas, devido à variedade e fertilidade dos mesmos, não chegavam à capacidade máxima. Essa tendência perdurou durante todo o séc. XIX. Mesmo assim, esses dados correspondiam de 0,33 a 0,45 cabeças por hectare, ou seja, possuía uma lotação baixa.[139] Soma-se também o fato dos campos também serem povoados com cavalares, como eqüinos e muares o que contribuía para o baixo povoamento do gado bovino por hectare e diminuía as pastagens.[140] Podemos ainda acrescentar que esses campos das estâncias não possuíam cercamentos. Dessa forma, apenas uma parcela do gado era mansa. O restante permanecia selvagem, denominado de “gado alçado”, conseqüentemente, reduzindo a produtividade.[141]

Dreys assim descreve a composição da estância portuguesa e qual seria a sua estrutura física ideal. Vejamos:

> Chama-se *estância*, no Rio Grande, uma circunscrição dada das Campinas do país, povoada de gado, cavalos, mulas, e, em certas partes

as lutas de partido, veio povoar as pastagens brasileiras” (1983, p. 11).

[139] Cf. MARQUES. **Episódio do ciclo do charque**. Porto Alegre: EDIGAL, 1987. p. 46.

[140] Além desse problema existiam outros em relação aos campos. Para melhorar as pastagens, combater o carrapato e as ervas daninhas era comum a queima dos campos com essas finalidades. Isso nos dá uma idéia dos recursos técnicos e do seu nível, em relação ao tratamento do gado no séc. XIX. Cf. MARQUES, op. cit., p. 49.

[141] Saint-Hilaire (1820-1821) também se referiu à produtividade das estâncias portuguesas que apesar da grande produção existiam “perdas” constantes. O viajante fez essa constatação quando se dirigiu para as Missões Orientais. “[…] Entre os animais duma estância deve-se contar cerca de metade em machos. Aqui, disse-me meu hospedeiro, pode-se marcar, anualmente um quarto do rebanho existente. Quando um estancieiro possui 4.000 bovinos pode marcar anualmente 1.000 novos, donde saem 100 para os dizimeiros. Dos 900 restantes as vacas (cerca de 450) ocuparão os lugares das que são abatidas ou morrem. Dos 450 machos são deduzidos 50 que morrem de moléstias naturais, ou por acidente de castração. Poderá então o estancieiro vender anualmente 400 bois ou um décimo de seu rebanho normal, cálculo que difere extremamente, a menos, dos fornecidos pelos agricultores de Porto Alegre. Mas é de crer-se que seja errônea a conta desses últimos, pois também não confere com os criadores espanhóis, possuidores de excelentes pastagens” (1974, p. 117).

> de carneiros; tem ordinariamente a extensão de uma sesmaria; às vezes de 2, de 3 e mais; os animais multiplicam-se nelas na razão da quantidade inicial, da vastidão do território e da bondade dos pastos. **Estância perfeita**, e que mais segurança oferece aos interesses do especulador, é aquela que é cercada por limites naturais, como morros íngremes, matos impenetráveis, e melhor que tudo rios profundos, pois dali não pode sair o gado vagabundo, e mais resguardada está a fazenda das depredações dos roubadores e mesmo dos viajantes (1961, p. 129-130, grifo nosso).

Apesar da "estância perfeita" não existir plenamente, como analisou Dreys, a estância portuguesa configurou-se a partir das características apontadas por esse viajante, ou seja, situava-se dentro de limites naturais, como os "rincões", semelhante nesse sentido, às estâncias coloniais do povo missioneiro de Yapeyú durante os séc. XVII e XVIII.

Após a conquista territorial portuguesa das décadas de 10 e 20, a expansão territorial das estâncias continuou em direção à Banda Oriental. Arséne Isabelle, detectou essa ampliação da propriedade privada, durante a década de 30 do séc. XIX, como já foi demonstrado no item anterior.

Assim, durante trinta e quatro anos, de 1801 a 1835, as estâncias luso-brasileiras, segundo Joseph Hörmeyer (1986), prosperaram, mas, de 1835 a 1845, durante a Revolução Farroupilha, ocorreu uma desarticulação da produção pecuária sulina. Durante o movimento, a utilização do gado foi de forma predatória.[142]

Na década de 40 do séc. XIX, essa desarticulação econômica começava a se tornar mais visível. Em 1848, Zeferino Coelho Neto traçou um perfil deplorável das estâncias na campanha oeste. A sua grande maioria encontrava-se abandonada, sem cuidados. O gado estava alçado, isto é, abandonado e selvagem. Os estancieiros, por sua vez, utilizavam-se do expediente de deixarem o gado internado no mato, pois isso facilitava a apropriação dos rebanhos alheios e

---

[142] Segundo Hörmeyer, a produção pecuária antes da Revolução Farroupilha tinha sido significativa: "[…] Em escala maior é praticada a criação de gado. Existem estancieiros que, numa área de 15 a 20 léguas quadradas, têm 60 a 80.000 cabeças de gado. O volume total da pecuária importará em bons 2 a 3 milhões, senão mais. Antes o número foi bem maior, pois houve anos em que a cidade de Rio Grande exportava, sozinha, 1 milhão de couros. […] Mas durante a última revolução da Província, as estâncias foram afligidas de maneira canibalesca. Os dois partidos, tanto imperiais como republicanos, cortaram do gado apenas a língua e os pedaços mais apropriados para o churrasco nacional, de forma que um bando de 50 homens consumisse, diariamente, 10 a 12 reses. Os restos ficaram entregues às feras. O estancieiro cuja propriedade ficava próxima a um dos partidos em luta, arrebanhava grandes e pequenos animais e tocava todo o seu rebanho para a mais próxima charqueada (matadouro e fábrica de carne seca), vendendo a tropa em bloco para a faca do magarefe, sendo dessa forma o gado dizimado de maneira inaudita " (1986, p. 58-59).

dos campos por serem indivisos. Essa situação gerava retaliação do proprietário que era lesado, apropriando-se da mesma forma do gado dos vizinhos.

Em 06 de março 1850, o tenente-general Francisco José de Souza Soares de Andréa, em seu relatório provincial, detectou o caráter precário do processo produtivo da pecuária, apresentando-o da seguinte maneira: as estâncias estavam abandonadas; tanto o estancieiro como o charqueador, matavam as vacas de cria, necessárias como matrizes para a reprodução; o roubo de gado entre os proprietários era comum. Andréa apontava uma medida emergencial para essa situação, como sendo:

> […] obrigar os estancieiros a costear os gados alçados e dar rodeio aos seus vizinhos para que cada um possa retirar o que é seu; regular o registro de tropas que se enviam as charqueadas quando entram nos lugares onde elas existem, bem como a entrega de marcas; e tudo quanto pode dar pleno conhecimento dos abusos que se cometem […] (1850, p. 16-17).

Andréa, diante desse quadro caótico, organizou um regulamento visando disciplinar a produção pecuária da área da campanha. A lei provincial n. 203 de 12 de dezembro de 1850[143] ditava medidas a serem tomadas para amenizar essa situação. Entre essas, constavam a obrigatoriedade da realização dos costeios[144] nas estâncias.

Identificamos, na posição de Andréa, a tentativa de uma legislação, visando organizar e disciplinar o espaço da estância, procurando compensar a precariedade técnica que perdurava e prejudicava a produção pecuária. Por exemplo, uma légua quadrada de campo (6.600 m), era suficiente apenas para 1.000 reses ou 1.000 cavalos,[145] valores esses bem menores daqueles que foram

---

[143] Essa lei, citada por Pont, no seu artigo 24 dizia o seguinte: “Todos os criadores são obrigados a fazer registrar nas respectivas Câmaras Municipais, as marcas de que usam. Aqueles que dentro de seis meses depois de publicada a presente lei pelas mesmas Câmaras, deixarem de o fazer, não poderão prevalecer-se da marca para comprovarem a propriedade dos animais que com ela estiverem assinalados ou pagarão a multa de 20$000 réis” (1983, p. 405, v. 01). Cabe apontarmos que Dreys (1961, p. 130) já tinha percebido o uso de marcas em animais, mas de forma espontânea pelos proprietários. Essa lei procurou diminuir o roubo de gado, entretanto, esse problema foi constante e agudo, como veremos detalhadamente mais adiante.

[144] “**Costear** – v.tr.: *costear o gado,* é pô-lo em pastoreio e no curral até que fique bem manso e acostumado a obedecer aos *campeiros* quando estes lidam com ele – castigar, corrigir. […] **Costeio** – s.m.: o ato de sujeitar por algum tempo o gado no pastoreio” (CALLAGE, 1964, p. 147).

[145] ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Santa Ana do Livramento ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Ângelo Muniz da Silva Ferraz**. Porto Alegre, 1858. (lata 153, maço 213).

apresentados por Dreys. Significava que a pecuária continuava precisando cada vez mais de grandes áreas para a produção.

Nesse mesmo relatório, criticou essa estrutura produtiva como excludente[146] e apontou um outro caminho para redimensioná-la. Segundo Andréa, a Província de São Pedro possuía muitas terras sem produção, as quais deveriam ser distribuídas em datas[147] a um maior números de pessoas. Isso possibilitaria aumentar a produtividade pecuária e "diminuir", se assim podemos dizer, a concentração fundiária. Referindo-se aos proprietários de sesmarias com títulos, esses deveriam pagar por cada légua quadrada de campo. Caso possuíssem mais de duas léguas, o valor deveria ser em dobro. Para aqueles que não possuíssem títulos, a terra seria proporcional ao número de gado e trabalhadores existentes, livres ou escravos. Podemos notar uma racionalidade produtiva e uma certa eqüidade em relação ao uso da terra. Sem dúvida, tratava-se de uma proposta de forte matiz liberal, numa espécie de ensaio modernizador para o campo, mas que não conseguiu materializar-se.

Nesse cenário da década de 40 e início da década 50 do séc. XIX, a diminuição da pecuária advinda da Revolução Farroupilha, a crise estrutural e técnica[148] do modelo produtivo da estância sul-rio-grandense apontavam para uma economia que ainda não estava plenamente consolidada.

---

[146] O Tenente-general Francisco José de Souza Soares Andréa não foi o único a criticar essa estrutura fundiária excludente. Cf. ISABELLE. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983. p. 43.

[147] Cândida Gancho et. al. nos informa algumas características das datas. Conforme esta autora, "[…] as datas eram doações menores, de mais ou menos 275 hectares (30 x 3 braças – cada braça 2,10 m). A diferença entre sesmarias e datas não é apenas no tamanho. A sesmaria, por exemplo, era isenta de *foro,* espécie de tributo, pagando apenas o dízimo em espécie à Ordem de Cristo, que financiara o descobrimento do Brasil; as datas ou aforamentos eram taxados com foro, além de pagarem o dízimo. Isso se explica em parte pelo fato de os sesmeiros arcarem com despesas maiores referentes ao financiamento das expedições para trazer colonos, sementes etc." (1991, p. 18-19).

[148] Entendemos por crise estrutural técnica da estância sul-rio-grandense a falta dos seguintes avanços: a ausência de cercamentos dos campos; a manutenção da mão-de-obra escrava; a falta de melhoria genética do gado; a deficiência do tratamento veterinário. Estes avanços somente começaram a aparecer a partir de 1870. Segundo Love, "[…] cercas de arame começaram a aparecer a partir de 1870 e o arame farpado veio em seguida, nos anos de 1880. O frigorífico que transformou a pecuária Argentina no término do séc. XIX, não foi introduzido no Rio Grande até o fim da Primeira Guerra Mundial, mas a produção do charque estava transformando-se em grande negócio: na última década de 1880, o charque tinha somente um outro grande concorrente nas exportações externas e interprovinciais da Província, sobretudo os couros. Nos anos de 1870, novas raças de gado haviam começado a ser introduzidas no Rio Grande e, posto que tivessem tido efeito tão grande na produção na Argentina, a economia pastoril permaneceu dominante […]" (1975, p. 17).

Além disso, segundo apontamos na introdução, Rosas, apoiado por Oribe, projetava reconstituir territorialmente o Vice-reinado do Prata. Significava retomar todo um espaço econômico que tinha sido conquistado pelos luso-brasileiros. Tal possibilidade desarticularia a economia sul-rio-grandense que já estava alicerçada nos dois lados da fronteira e colocaria em colapso as charqueadas de Pelotas.

A derrota de Rosas em 1852 abriu caminho para a consolidação e retomada da economia sulina,[149] pois os tratados de 1851, impuseram isenção de impostos do gado uruguaio quando entrassem no Rio Grande do Sul. Preservou e garantiu as estâncias brasileiras que, a pesar da crise estrutural e técnica que enfrentavam, eram compensadas expressivamente com as estâncias no Estado Uruguaio.[150]

Dessa forma, os estancieiros da campanha inseriram-se efetivamente na política econômica Imperial Brasileira, contemplados pelos tratados de 1851 com o Uruguai e o tratado com a Argentina de 1856. Esse espaço fronteiriço, que foi ameaçado por Rosas e Oribe, não comportava a perspectiva de reforma liberal proposta por Andréa em seu relatório provincial de 1850 e tão pouco as reformas propostas pela Lei de Terras também de 1850. Era um espaço que aglutinava o poder privado dos estancieiros e do Estado nacional brasileiro, portanto um espaço vital de extrema convergência econômica onde não cabiam mais divisões e concessões.

## 3.5 A RESISTÊNCIA GUARANI-MISSIONEIRA DIANTE DA NOVA FRONTEIRA NA CAMPANHA OESTE SUL-RIO-GRANDENSE

O séc. XIX, do ponto de vista geopolítico, ficou marcado fortemente pela ruptura da área da campanha oriental. Essa conjuntura regional demarcou o

[149] A retomada do crescimento da economia sulina a partir de 1851 é destacada por Marques, a partir do declínio da produção de charque uruguaio durante a década de 50. Vejamos alguns números apresentados por este autor: "[…] Na mesma época, as exportações de charque uruguaio para o Brasil, caíram de 9.091 toneladas, em 1850-51, para 1.850 toneladas, em 1854-55. Caíram igualmente, os preços do charque oriental: na década de 50, de 7 pesos o quintal; em 1858, para 5,75 pesos; em 1859, 4,25; em 1860, 3 e 2,2 em 1861. No curto espaço de três anos, passou a valer o terço do valor anterior {…]" (1992, p. 53).

[150] Em relação à qualidade dos campos uruguaios e a sua capacidade de absorver uma maior quantidade de gado, Marques nos diz o seguinte: "[…] O 'brazilianist' Spencer Leitman (já citado), refere-se a um relatório do Ministro do Exterior, Paulino Soares de Souza, em 1851, em que este chama a atenção para o fato de que '(…) as estâncias brasileiras na Banda Oriental tinham quase o dobro da capacidade da maioria das suas congêneres, no Rio Grande do Sul' […]" (1992, p. 56-57).

surgimento das fronteiras nacionais entre o Império Brasileiro com a República Argentina e com a República Oriental do Uruguai.

Os guarani-missioneiros, não ficaram desvinculados do contexto de conflitos fronteiriços do séc. XIX. É pertinente, inicialmente, verificarmos essa “inserção” missioneira nas guerras de fronteiras para, posteriormente, nos determos na resistência indígena.[151]

Em 1817, o brigadeiro português Francisco Chagas Santos, após derrotar Andresito, caudilho Artiguista Yapeyuano, cruzou o rio Uruguai no passo de Itaqui. Seu objetivo foi o de ocupar primeiro o povo de La Cruz, que não ofereceu nenhuma resistência a essa ocupação. Paralelamente, enviou o Major Gama, à frente de trezentos homens de cavalaria, para incendiar as casas da antiga redução missioneira de Yapeyú. Garavaglia assim refere-se a esse episódio:

> Este golpe militar viene en realidade a confirmar la decadencia de una organización economica: la comunidade aldeana, a la que avidez del comércio espanhol habia socabado totalmente y a la que los indigenas no parecían demasiado dispuest a defender (1975, p. 485).

Os ataques a povoados Guarani na margem ocidental do rio Uruguai foram verdadeiras operações de saques. Os despojos eram compostos basicamente de ouro e prata dessas reduções. Conforme Chaves (1978), essas operações foram autorizadas pelo Marquês de Alegrete e o destino dessa rapinagem teria sido para Porto Alegre. Vejamos:

> As coisas que são de prata puramente ainda chegam a um peso de 64 arrobas. Pode, portanto dizer-se que existem hoje em Porto Alegre grandes fragmentos da riqueza do Império Guaranítico. Contudo, estamos longe de pensar que estes despojos possam valer uma só folha de louro ao nosso exército. Atribui-se ao Marquês de Alegrete a ordem positiva para se incendiarem as igrejas das missões além do Uruguai e tirar-lhes

[151] É relevante apontarmos que Minuanos e Charruas foram perseguidos e muitos eliminados durante as guerras Cisplatinas (séc. XIX). Operou-se uma limpeza étnica que favoreceu em muito a ocupação portuguesa na campanha oeste. Vejamos o que nos diz Golin a este respeito: “[…] Durante a entrada do Exército Pacificador, a sua segunda divisão, formada por aproximadamente oitocentos homens de cavalaria, foi empregada na ‘guarnição da fronteira designada pelo Quaraí e empregada na polícia do território que lhe era adjacente’. Esse contingente militar teve uma missão decisiva para a conquista territorial. Fez a ‘faxina’ do que poderia significar a presença espanhola e hispano-platina na região. ‘Expeliu dali, não só a diversos magotes de bandidos [gaúchos] que o infestavam, [...] como as hordas de Minuanos e Charruas que se achavam açoitadas na serra do Jarau e suas cercanias, fazendo dali sortidas em diversos sentidos’. Independente das tratativas diplomáticas, os rio-grandenses operavam com uma lógica extremamente singular, como ficara demonstrado na ‘faxina’ entre o Ibicuí e o Quaraí. Além da ofensiva contra ‘malfeitores gaudérios’ e ‘castelhanos’, as operações vislumbravam o etnicídio indígena” (2002, p. 268).

> tudo que lhes fosse pertencente. Essa ordem foi comunicada pelo General Curado ao Marechal Chagas comandante então em Missões, que a fez cumprir e conduzir os despojos para esta província, e sinos até onde puderem transitar (p. 108).

Garavaglia (1975, p. 484-485) está correto em afirmar a pouca disposição dos yapeyuanos e demais guarani-missioneiros em lutarem diretamente contra a investida dos portugueses. Esse fato foi decorrente da desarticulação e das agressões que estava sofrendo desde 1768, o espaço econômico e social missioneiro.

A fronteira não pode resumir-se exclusivamente a questão militar. Entretanto, essa era a tônica. Nesse momento os projetos nacionais eram diferenciados, pois o tratamento de inimigos dado pelos portugueses aos guarani-missioneiros deve-se ao apoio que estes deram ao projeto artiguista.

O projeto federalista de Artigas aglutinou uma parcela significativa dos guarani-missioneiros porque prometia terras para os índios pobres e a liberdade para os escravos em seu “Reglamento do Ano XIII”.[152]

Afora isso, Artigas possuiu uma grande facilidade de identificação com os missioneiros. Saint-Hilaire esclarece a esse respeito:

> Artigas possui particular habilidade para fazer-se querido dos índios e dos camponeses. […] tem entretanto, os mesmos hábitos dos índios, cavalgando tão bem quanto eles, vivendo do mesmo modo e vestindo-se com extrema simplicidade. Diz aos seus soldados que trabalha pela independência dos mesmos e de seus filhos. Derrotado chora com seus comandados, dizendo-se infeliz e atribuindo seus insucessos às iras dos céus em conseqüência dos seus pecados e de seus soldados (1974, p. 32).

Os portugueses também utilizaram os guaranis nos seus exércitos, principalmente, os dos antigos Sete Povos Missioneiros. Não tiveram a mesma facilidade que Artigas, pois o projeto nacional português não contemplava os indígenas. Vejamos:

> O regimento dos guaranis foi começado há doze anos compondo-se hoje de quinhentos e tantos homens considerados somente como soldados. Exceção feita ao coronel e do major todos os oficiais são guaranis. A principio foi difícil reunir esses índios e submetê-los ao regime de disciplina […]. Portugal deve-lhes grande parte do sucesso obtido na

[152] Cf.: NEIRA; NICOLINI, op. cit., p. 221-233; TEIXEIRA. **As Repercussões do Movimento Artiguista na Sociedade Rio-grandense de 1814 a 1820**. São Leopoldo, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

> batalha de Taquarembó. Observou-se serem principalmente aproveitáveis nas manobras de artilharia, [...]. Em armas assemelham-se singularmente aos cossacos regulares; e o Conde de Figueira, admirado dessa semelhança melhorou-a dando uniforme azul com golas vermelhas, mais ou menos do feitio do dos cossacos. Os guaranis possuem, entretanto traços menos grosseiros e membros menos carnudos que os soldados do Don. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 131).

É interessante destacarmos que houve uma resistência missioneira para incorporar-se às tropas portuguesas. Saint-Hilaire revela-nos que a resistência dava-se pela "passividade" e pelas fugas para evitarem o serviço militar.

> [...] Tornando-se em soldados os índios acabaram por perder o que lhes restava dos seus velhos costumes. Os jovens não aprenderam a trabalhar o solo e deixaram-se ficar na mais absoluta ociosidade. Além disso, muitos jovens que não queriam entrar para o serviço militar fugiram, dispersando-se em diferentes partes da Capitania (1974, p. 118).

Os portugueses tentaram controlar essas fugas, colocando guardas às margens do Toropi-Chico, mas a medida não surtiu grande efeito. Vejamos:

> [...] tal medida foi sem dúvida tomada para evitar a deserção dos índios e o roubo das crianças pelos brancos. Parece-me, entretanto, que essa providência é completamente ineficaz, pois os índios são excelentes nadadores, não precisando atravessar o rio junto à guarda, e os brancos poderão também passar por outros pontos, a cavalo, trazendo as crianças roubadas, à garupa (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 166).

Durante a década de 20 do séc. XIX e após a derrota de Artigas, ocorreu a permanência dos guarani-missioneiros na campanha. Muitos guarani-missioneiros de Yapeyú e de outras reduções passaram a viver em território português. Temos o exemplo: em 1816, à margem direita do rio Ibirapuitã era erguida a capela denomina de "Nossa Senhora Aparecida", sob o controle português. Esse local foi o ponto de partida de um núcleo populacional urbano que se consolidou a partir de 1831, como já tratamos. Conforme o primeiro livro de batismos dessa capela,[153] a 20 de março de 1822, foi realizado o primeiro batizado, pelo pároco reverendo José Paim Coelho de Souza, de uma criança de pais guaranis, procedentes da antiga redução de Yapeyú. Isto ocorreu depois da primeira guerra cisplatina e dizia o seguinte:

> Aos doze de maio de mil oitocentos e vinte e dois nesta Capela Curada de Alegrete batizei solenemente a Gregória nascida a vinte de Março, filha

[153] SOUZA, op. cit.

> legítima de Matheus Cuera Casie e de Maria Iraina naturais do Povo de Japeju foram padrinhos Carlos Arombi sua mulher Escolástica Guari. E para constar fiz este assento que assinei (SOUZA, 1822, f. 10).

A imigração dos yapeyuanos da margem direita do rio Uruguai para a margem esquerda permite inferir a persistência de uma memória coletiva espacial missioneira, isto é, o espaço da campanha continuava sendo o vínculo social e econômico missioneiro, apesar dos conflitos fronteiriços, ou seja, um espaço carregado de fortes significados culturais alicerçados nos séc. XVII e XVIII. Podemos dizer que se tratava de uma resistência a partir de padrões culturais que estavam fortemente enraizados.

Saint-Hilaire nos oferece outro exemplo:

> A estância onde parei pertence ao alferes comandante da Guarda de Santana, por nós procurada. A guarda foi mudada para o local a duas léguas daqui, [...]. Sua estância, que como tantas outras fora destruída durante a guerra, compõe-se atualmente de algumas míseras choupanas na maioria ocupadas por famílias indígenas recentemente chegadas de Japeju, de onde vieram esses índios, fica a duas léguas daqui à margem direita do Uruguai, e era uma das mais importantes das Missões Jesuíticas de Entre-Rios (1974, p. 109-110 ).

Saint-Hilaire ainda relata outros aspectos remanescentes da antiga espacialidade missioneira yapeyuana.

> Os estancieiros desta região não tendo escravos, aproveitam a imigração dos índios para conseguir alguns peões. Os guaranis, são voz geral, muito indicados para esse serviço. Montam bem, têm prazer nisso e muitos sabem amansar cavalos. [...] Esses que encontrei aqui não traziam outra roupa além de uma ceroula de tecido de algodão. Os homens estavam sentados no chão e as mulheres balançavam-se em pequenas redes de lã, por elas feitas. [...] Os mais jovens somente sabem montar a cavalo, mas os mais velhos não são estranhos aos trabalhos agrícolas. Há aqui um sexagenário que, segundo o Alferes, possui consideráveis plantações de trigo, centeio e milho (1974, p. 109-110).

Saint-Hilaire deixa consignado nas entrelinhas, embora não afirme enfaticamente, que a área da campanha por ele percorrida tinha conhecido uma ocupação e organização, antecedente à presença portuguesa, aspecto este trabalhado no primeiro capítulo. As fronteiras políticas que estavam em construção nesse momento não tinham conseguido eliminar ou absorver totalmente os guaranis e sua tradição cultural.

Percorrendo a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 1833 a 1834, Isabelle passou pelas proximidades da vila de Alegrete. Embora não fizesse alusão em específico ao povo de Yapeyú, também observou os guaranis na área da campanha. O autor relata:

> Baixando, atravessamos o lugarejo de São Francisco, onde havia outrora uma povoaçãozinha de guaranis, dependendo das Missões. Não há agora mais do que dez ou doze choupanas, três ou quatro casas de madeira cobertas de telhas vermelhas [...]. Passamos pelo lugarejo São Vicente. Uma capela, umas vinte famílias de índios guaranis dirigidos por um tenente brasileiro de São Borja formavam a população. Não é mais do que uma estância em mãos dos guaranis (1983, p. 26.29).

Isabelle, ao referir-se a São Francisco indicava não só uma povoação Guarani, mas uma antiga e permanente estância que pertenceu ao povo de Santo Tomé.[154] Da mesma forma São Vicente, porém essa outra estância pertenceu ao povo de São Miguel.[155] Esses dois locais por onde passou esse viajante, originariam cidades sul-rio-grandenses com essas respectivas denominações. A característica marcante neste período, dos anos 1833 e 1834, era a permanência ainda de algumas estâncias guarani-missioneiras na área da campanha oeste.

A presença missioneira na campanha durante as três primeiras décadas do séc. XIX não se tratou de um casuísmo. Não era a herança de um tempo perdido, porém possui implicações que podemos traduzir na seguinte maneira: os fragmentos apontados por Saint-Hilaire, como por exemplo, a tecelagem, a agricultura e a doma de cavalos eram elos remanescentes da antiga organização missioneira yapeyuana; as estâncias guaranis apontadas por Isabelle traduziam, apesar do contexto belicoso

---

[154] A respeito do Povo de Santo Tomé e suas estâncias Porto informa-nos o seguinte: “A de São Tomé inicia a penetração, que se dá com o estabelecimento dos Sete Povos de Missões, cujas estâncias já se estendem fora do vale do Uruguai em direção ao litoral, povoando assim quase todo o atual território rio-grandense. A estância de São Tomé lindava a Ocidente com a da Cruz, de que se dividia pelo rio Itu, afluente da margem esquerda do Ibicuí, e por este acima até o Jaguarí, cujas nascentes iam se extremar com as do Itu, fechando assim o perímetro da estância. Dentro desse território ficariam os actuais municípios de São Francisco de Assis, Jaguarí e parte de Santiago de Boqueirão” (1954, p. 325-326).

[155] No que se refere às estâncias do povo missioneiro de São Miguel, Porto nos diz: “[...] Pela sua extensão e posição central, que a tornava porta de comunicação dos Povos Para as Vacarias do Mar, São Miguel teve suas estâncias grandemente desenvolvidas. Entre estas notam-se as de São Vicente, que entestava com a de São Lucas, com seus postos de São Borja, Santa Luzia, São João; Santiago e postos de São Joaquim, São Clemente, São José Tubichá, São Diogo e outros. Santo Agostinho, Santa Tecla e Batoví foram também importantes estabelecimentos de criação. Santo Antonio o Velho, abandonada pelas contínuas incursões dos índios, que roubavam cavalhadas e gados. Aí tinham os Jesuítas um curral de pedras para a encerra de gados extraídos das vacarias, passando a estrada que seguia para as Missões pelo passo do arroio de Santo António” (1954, p. 330).

da campanha, a permanência da antiga estrutura social e econômica missioneira, numa proporção estritamente menor e precária.

As evidências demarcadas nos dois parágrafos acima possuem outros desdobramentos, tais como: a conquista portuguesa sobre a área não estava ocorrendo sobre uma “terra de ninguém” ou sobre “um espaço vazio”; a presença missioneira na área da campanha representou nesse momento uma resistência “silenciosa”; a formação das fronteiras políticas no extremo sul, apesar de dilacerarem o território missioneiro, não conseguiram eliminar de imediato os guarani-missioneiros. A resistência indígena que podemos identificar até o momento alicerçou-se nas estruturas missioneiras e no conjunto de suas tradições.

Nos séc. XVII e XVIII, a forma como os missioneiros ocuparam e organizaram a campanha oriental através da economia pecuária estabeleceu uma relação social substancialmente específica. O trabalho nas vacarias e nas estâncias missioneiras era realizado em grupos. O produto, num primeiro plano destinava-se para a comunidade aldeã e a produção de excedentes era apropriada e comercializada pelos jesuítas.

Entretanto, a partir do séc. XIX, a conquista e a ocupação portuguesa sobre a área da campanha, produziu dois grupos sociais diametralmente opostos: o de proprietários e o de não proprietários. Os primeiros detinham os principais bens de produção, a terra e o gado. No segundo grupo, encontravam-se todos aqueles que ficaram á margem desse processo de privatização, formado pela grande maioria da população. Entre esses se encontravam os grupos Guarani, Chaná-Timbú e Charrua.

Os guaranis, de certa forma, buscavam manter a sua forma de organizar o espaço. Identificamos assim, uma resistência missioneira, através de trocas não convencionadas que foram estabelecidas. Uma delas, diz respeito à ética do trabalho. Saint-Hilaire assim referiu-se a essa situação:

> […] em quase todas as estâncias dos arredores de Santa Maria há índios desertados das aldeias. Os homens empregam-se como peões e têm consigo toda a sua família. Os patrões lamentam a inconstância e falta de afetividade dessa gente. Dizem que quando recebem adiantamento, retiram-se, e não reaparecem mais (1974, p. 173).

Essa dualidade em relação ao trabalho dos guaranis demonstrava que este estava fortemente marcado pela cultura. Trabalhava para prover às suas

necessidades, quando se fazia necessário. Os guaranis traduziram, dessa maneira, uma resistência a essa forma de organização capitalista, sendo uma constante.

A resistência guarani para integrar-se ao processo produtivo capitalista, como mão-de-obra especializada, assalariada, permanente e disciplinada pode ser identificada no discurso de João Pereira da Silva Borges Fortes, na Assembléia Legislativa Provincial em 1858.

> Existia uma porção não pequena de brasileiros de raça guarani arranchados no ponto que em outro tempo foi a fazenda de São Vicente: haviam outros estabelecimentos em outros campos também pertencentes àquela fazenda e com especialidade no chamado Rincão de Carajuretã; e além de guaranis, haviam muitos outros moradores antiguíssimo, desde os tempos dos Cabidos com suas famílias, homens laboriosos, aplicados ao trabalho da agricultura e ao preparo de madeiras [...] O que tenho constantemente pedido, é que se procure moralizar essa gente, e torna-la mais sujeita. Podemos fazer deles cidadãos muito úteis; não os queiramos só para grumetes ou para nos fazer-nos o mate, que eles servirão muito. Procuramos fazer com que eles se dediquem ao trabalho; não digo que é preciso ensinar-lhe porque eles o sabem: é uma raça ociosa, indolente por natureza e por hábito, esta é que é a verdade [...] (1998, p. 167-169).

A posição de Fortes serviu inicialmente para rebater as acusações que esse teria praticado violências contra os guaranis, por parte de alguns membros da Assembléia Legislativa. Fortes foi subdelegado de polícia na área do povoado de São Vicente. O seu discurso demarcava a clara compreensão da classe dominante sobre qual a função que deveria ter o indígena na sociedade sul-rio-grandense. No "novo" universo social da campanha, o guarani deveria ser mão-de-obra domesticada e disciplinada às novas exigências produtivas.

A resistência guarani-missioneira à nova organização espacial, econômica e social da campanha, aconteceu "naturalmente". Eram padrões sociais e culturais definidos e antagônicos que foram inevitavelmente conflitivos. A fronteira, nesse período de 1800 a 1852, não conseguiu segregar e eliminar definitivamente o guarani-missioneiro, pois apesar dos "novos" donos da campanha oeste, essa terra tinha uma memória cultural que ainda não estava perdida, manifestando-se nessas ações dos guarani-missioneiros.

## 3.6 A EMERGÊNCIA DA FRONTEIRA-ZONA NA CAMPANHA OESTE SUL-RIO-GRANDENSE (1852-1864)

A consolidação das fronteiras sulinas com a Argentina e o Uruguai no decorrer do período de 1800 a 1852 teve um desdobramento significativo sobre a campanha oeste sul-rio-grandense.

Durante o período de 1852 a 1864 a fronteira-linha esteve "adormecida". A nova conjuntura, proporcionada por uma paz temporária entre os países envolvidos, possibilitou que a campanha oeste recuperasse, se assim podemos dizer, uma característica que esteve presente no período colonial: o de ser um espaço único. Os tratados comerciais de 1851, com o Uruguai e de 1856, com a Argentina, ao revitalizarem o comércio com o Prata e o tráfico de gado pela fronteira uruguaia possibilitaram que as fronteiras sulinas readquirissem o sentido de fronteira-zona ou zona de integração.

O município de Alegrete, diante desse novo cenário de estabilidade fronteiriça, captou esses fluxos e aprofundou sua dependência em relação ao comércio oriundo do Prata. O contato com as principais praças comerciais da Província de São Pedro como Porto Alegre, Rio Grande e São José do Norte era extremamente difícil. A quase ausência de estradas, de pontes e transporte eficiente constituía-se em verdadeiro obstáculo para o comércio com essas áreas.

A posição do município de Alegrete sobre a fronteira era privilegiada, pelo menos nos primeiros anos da década de 50 do séc. XIX. A Vila de Uruguaiana, que até há pouco tempo pertencera a Alegrete como 2º distrito, canalizava substancialmente o comércio através do rio Uruguai. No entanto, chamava a atenção o crescimento econômico que estava ocorrendo em Santana do Livramento. Até 1855, essa localidade pertencia a Alegrete, compondo o seu 4º distrito. Localizada na fronteira com o Uruguai, rivalizou comercialmente com o município sede, o que foi um passo importante para a sua autonomia.

A importância do crescimento econômico da área da campanha oeste e dessa integração foi detectada no relatório do Presidente da Província João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 02 outubro de 1854.

> A criação de gado é o principal, senão o único ramo da riqueza d'este interessante Termo, cuja produção não obstante os males que perseguem a indústria pastoril tem aumentado a ponto de ser entre todos da Província aquele onde mais abunda. Seu comércio é feito com Pelotas para onde envia seus gados, e com **Uruguaiana** d'onde recebe as mercadorias estrangeiras importadas pelo Uruguai. **Santa Ana do Livramento, sobre a fronteira oriental**, que poucos antes era um insignificante Aldeia, aumenta consideravelmente, e já partilha o movimento comercial de **Alegrete**. Ela é o lugar de permuta nas transações que fazem os habitantes de ambas as fronteiras. Uma das maiores precisões que sofre esse Termo é a construção de uma ponte sobre o rio Ibirapuitã que como sabeis corre frente da vila e é de trânsito perigoso durante o inverno (1854, p. 51-54, grifo nosso).

Este crescimento econômico de Livramento continuava progressivo. Em 1855, a sua coletoria arrecadou 1.199.820 e no ano seguinte, 1856, quando se emancipou de Alegrete, tornando-se vila, a sua arrecadação foi de 5.719.778, chagando aproximadamente a 60% da arrecadação da coletoria de Alegrete que foi de 9.971.014.[156]

Os dados das coletorias da vila de Uruguaiana, da cidade de Alegrete e da vila de Santa Ana do Livramento entre 1855 a 1864 nos dão uma visão ampliada do crescimento econômico da área da campanha proveniente dessa estabilidade,[157] como pode ser observado na Tabela 01.

Em 1856, a Câmara de Alegrete detectou uma situação de dificuldade para a arrecadação dos seus impostos. A moeda imperial praticamente não circulava na área da campanha, sendo que era forte a presença de outros tipos de moedas (uruguaia e argentina). A Câmara buscou junto às autoridades provinciais, a indicação de uma moeda que fosse equiparada à nacional para poderem cobrar os impostos.[158] Essa situação expressava a inserção significativa da campanha oeste no contexto comercial platino.

---

[156] Cf. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Balanço de receita e despesa dos exercícios de 1855 a 1864**. Porto Alegre, 1855-1864. (F.04 e F.07).

[157] Estes impostos incidiam sobre o seguinte: na coletoria de Uruguaiana, a décima dos prédios urbanos; imposto de 2$ sobre cabeça de gado talhado para consumo; imposto de 3$ sobre gêneros de produção; meia-sisa de escravos; cobrança da divida ativa; taxa de legados e heranças e emolumentos de passaportes de embarcações. Nas coletorias de Alegrete e Livramento, praticamente os impostos eram os mesmos de Uruguaiana, menos os relativos as taxas de emolumentos de passaportes de embarcações e imposto de 1% sobre o couro vacum exportado. Em relação ao conjunto desses impostos destacava-se o que era cobrado sobre o consumo de carne, reafirmando o revigoramento da economia pecuária.

Tabela 01 – Rendas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: coletorias e mesas

| | Localidades | | |
|---|---|---|---|
| **Ano** | **Uruguaiana** | **Alegrete** | **Santa Ana do Livramento** |
| 1855 | 8.808.181 | 13.033.303 | 1.199.820 |
| 1856 | 15.204.293 | 9.971.014 | 5.719.778 |
| 1857 | 20.295.558 | 9.508.478 | 5.470.238 |
| 1858 | 32.433.315 | 23.959.320 | 5.308.982 |
| 1859 / 1860 | 19.667.532 | 13.923.712 | 7.238.094 |
| 1860 / 1861 | 20.104.296 | 13.890.033 | 7.866.946 |
| 1861 / 1862 | 25.054.311 | 14.635.367 | 6.964.303 |
| 1862 / 1863 | 22.360.065 | 14.011.816 | 6.170.232 |
| 1863 / 1864 | 20.682.397 | 9.929.570 | 8.537.675 |
| 1864 / 1865 | 20.787.030 | 11.251.598 | 15.564.342 |
| **Total** | **205.396.978** | **134.683.641** | **70.040.410** |

Fonte: ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1855-1864, F.04 e F.07.

O crescimento econômico proporcionado pela estabilidade fronteiriça e pelos tratados comerciais também se refletiu na produção pecuária. Em 1856, o subdelegado José Maria de Souza do 3.º distrito do Caverá, pertencente à vila de Alegrete, realizou um levantamento da produção pecuária nesse distrito, composto por onze quarteirões. Nesse relatório, identificou a presença de rebanhos cavalar, vacum e de ovelhas no distrito. Podemos ainda notar a presença da produção de mulas e suínos como sinônimos de uma economia que estava em vias de uma reabilitação provocada pela estabilidade política das fronteiras nesse momento.

> [Dito] mapa só conta o gado e animais atualmente existentes neste Distrito, não os que os diversos moradores têm passado para o outro lado do Quaraí, depois da pacificação daquele Estado em conseqüência da superioridade dos campos, onde há diferentes e grandes invernadas pertencentes a cidadãos brasileiros (SOUZA, 1856, maço 04).

A estabilidade política das fronteiras e os tratados econômicos entre o Império Brasileiro, o Uruguai (1851) e a Argentina, (1856) foram de extrema importância para a economia brasileira e sulina. Na área da campanha oeste, essa

[158] Cf. SOUTO. **Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Alegrete em 1856 ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o Conselheiro Jeronymo**

situação era sintomática e plenamente perceptível, pois melhoraram as condições de explorar as "invernadas", localizadas essencialmente no Estado Uruguaio, que se constituíam numa espécie de "reservas" de campos de melhores condições para a produção do gado. Logo, esse aumento produtivo da pecuária não se deu pela introdução de avanços técnicos, mas foi oportunizado pela estabilidade das fronteiras nesse período. A Tabela 02, a seguir, informa os dados da produção pecuária do 3.º distrito do município de Alegrete, em 1856.

Tabela 02 – Produção pecuária do distrito Caverá em 1856

| **Animais de tração e corte (eqüinos, bovinos, ovinos e suínos)** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| cavalos | éguas | mulas | bovinos | vacas | ovelhas | caprinos | suínos |
| 8.194 | 29.596 | 388 | 697 | 112.682 | 14.604 | 27 | 1.008 |

Fonte: SOUZA, 1856b.

Os números apresentados são uma pequena amostragem da produção pecuária da campanha oeste. É interessante ressaltar que, somente em 1856, observamos a retomada da criação de ovelhas e seu crescimento relativo, produção essa que fora significativa no séc. XVIII para o povo missioneiro de Yapeyú, que se localizara nessa área.

Esta revitalização econômica também se expressou em outras localidades da campanha oeste. Em 1858, Santana do Livramento, que pertencera a Alegrete como seu 4º distrito até 1856 possuía a seguinte produção: 10.004 ovelhas; 1.081 mulas; 14.800 cavalos e 33.485 vacas.[159]

Assim, no período de 1852 a 1864, a crise técnica e produtiva da estância sul-rio-grandense foi escondida pelo aumento da produção pecuária, favorecida com os tratados de 1851 com o Uruguai. A fronteira estava "regulando" e revitalizando a economia sulina, pois a área produtiva no Uruguai também fora preservada.

O relatório do Presidente da Província, Espiridião Eloy de Bairros Pimentel (1864a), é esclarecedor em relação ao tráfico de gado na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, como mostra a Tabela 03.

---

**Francisco Coelho.** Porto Alegre, mai. 1856. (lata 102, maço 05, n. 863).
[159] Cf. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, op. cit., lata 153, maço 213.

Tabela 03 – Tráfico de gado pela fronteira uruguaia em 1864

| Fluxo de importações e exportações de gado | | |
|---|---|---|
| **Fronteiras** | **Importação** | **Exportação** |
| Chuí | 9.282 | 1.513 |
| Jaguarão | 124.530 | 2.668 |
| Bagé | 32.338 | 1.386 |
| Quaraí | 8.233 | 32.898 |
| **Total** | **174.383** | **38.898** |

Fonte: PIMENTEL, 1864a.

Pelos dados apresentados acima, podemos identificar o fluxo de certa quantia de gado que era proveniente do Uruguai para o Rio Grande do Sul e vice-versa, no ano de 1864, ocorrendo assim, uma movimentação em ambos os sentidos da fronteira.

Cabe destacarmos que, pela "fronteira do Quaraí", situada na campanha oeste o fluxo de gado era mais intenso com destino à República Oriental do Uruguai. A localização das charqueadas uruguaias, nas margens do rio Uruguai, ao sul de Santo, Salto, Concórdia e Paysandú estavam mais próximas em relação às charqueadas de Pelotas, o que era vantajoso economicamente para os proprietários da campanha oeste, traduzindo dessa forma, a integração econômica do Rio Grande do Sul com a área do Prata, ou seja, uma nova conjuntura econômica e social regional estava em andamento.[160]

[160] A respeito do significado do tráfico de gado pelas fronteiras do Chuí, Jaguarão e Bagé com destino a Província do Rio Grande de São Pedro em 1864, Marques esclarece o seguinte: "[…] A entrada e saída de gado pelas nossas fronteiras dependia da localização das charqueadas brasileiras e uruguaias ou argentinas. Essa situação existiu até a construção das ferrovias. Ainda em 1892, durante uma discussão na Assembléia dos Representantes do estado, sobre a lei que deveria taxar as exportações e importações de gado em pé, o deputado Dr. Dartagnan Tubino, referia-se ao gado que entrava na região nordeste de República Oriental e que era compensado pelo nosso gado que saía pela fronteira oeste, em busca das charqueadas de Salto e Concórdia, bem mais próximas que as nacionais. O ilustre deputado informava, ainda, que muitos fazendeiros gaúchos tinham campos de criação deste lado e invernadas, em melhores pastagens, do lado uruguaio" (1992, p. 56).

A emergência dessa fronteira zona na campanha oeste sul-rio-grandense, entre 1852 a 1864, possibilitou assim, uma movimentação intensa pelas fronteiras políticas sulinas, situação essa advinda da intensificação comercial e da atividade com o gado. A população rural dessa área reencontrou novamente o seu antigo espaço regional que tinha sido constituído durante o período colonial, os séc. XVII e XVIII. No capítulo seguinte analisaremos as possibilidades de inserção econômica e social da classe popular nesse espaço fronteiriço.

# 4 OS CRIMES DE FRONTEIRA COMO RESISTÊNCIA SOCIAL NA CAMPANHA OESTE SUL-RIO-GRANDENSE (1853-1864)

*O Homem tem um anseio insaciável de justiça. Em sua alma rebela-se contra uma ordem social em que é negado e, qualquer que seja o mundo em que viva, ele acusa de justiça àquela ordem social ou todo o universo material. O homem esta imbuído de um impulso estranho e obstinado para lembrar, para racionalizar as coisas e modificá-las e, além disso, traz consigo o desejo de possuir aquilo que ele não pode ter – ainda que na forma de um conto de fadas. Esta é talvez a base das sagas heróicas de todos os tempos, de todas as classes.*

*Bandidos*
*(Olbracht apud Hobsbawn)*

No primeiro capítulo do desenvolvimento, procuramos resgatar alguns elementos que possibilitam identificar a formação de um espaço regional na área da campanha sul-americana, durante os séc. XVII e XVIII. No seguinte tratamos da ruptura desse espaço, onde a presença de uma fronteira em disputa e a sua posterior definição política foram os aspectos marcantes.

Nesses dois processos, a campanha oeste sul-rio-grandense participou como uma das partes diretamente envolvidas.

A constituição das fronteiras no extremo sul do Brasil foi acompanhada também do processo de privatização da terra e dos rebanhos. De forma sublimada, ocorreram reações a essa nova ordem. A presença da violência e da criminalidade geradas na esteira dessas fronteiras pode nos indicar o caminho do protesto e da resistência às novas relações sociais.

A historiografia sul-rio-grandense tem dado ênfase à fronteira como forma de expansão da pecuária, para o atendimento dos interesses dos estancieiros, das charqueadas e do comércio feito através do contrabando. Sob outro enfoque, este terceiro capítulo tem, por objetivo central, a análise da fronteira, da violência e da criminalidade como fenômenos de resistência social que estavam se contrapondo à ordem capitalista que se consagrou após a Lei de Terras de 1850. Para tal, focaliza

a conjuntura de 1852 a 1864 marcada por seus anos de paz, permitindo identificar esses fenômenos sociais numa relação de antagonismo com os interesses dos estancieiros da campanha oeste. Neste sentido, concordamos com Torronteguy (1994, p. 57) quando afirma: “[…] a violência dos poderosos gerou a violência do banditismo da fronteira”.

José Pedro Barrán (1990), em “Historia de la sensibilidade en el Uruguay”, analisou detalhadamente o contexto da violência cotidiana na campanha oriental. Essa violência, conforme o autor, estava intensamente carregada de significado cultural. O trabalho nas vacarias, nas estâncias missioneiras, o tropeirismo eram atividades extremamente perigosas e violentas, gerando uma convivência constante com a vida e a morte. Dessa maneira, foi engendrado um padrão cultural em que a violência era intrínseca, e numa sociedade extremamente ruralizada, esse homem da campanha não se desvinculava de sua cultura, reproduzindo-a violentamente no seu cotidiano e, às vezes, criminosamente, como por exemplo: ao matar um homem degolado, tratava-se da mesma maneira como matava-se o gado. Essa “sensibilidade bárbara” que nos fala Barrán expressou por outro lado, um padrão cultural típico que entrou inevitavelmente em conflito com os novos padrões capitalistas, entre eles, a necessidade de mão-de-obra permanente e disciplinada para as estâncias do séc. XIX. A violência nesse contexto estava sempre latente, estando na superfície dessa sociedade, sendo também percebida como resistência.

Entendemos que essa violência cultural analisada por Barrán, também esteve presente no processo de ocupação da campanha oeste durante os séc. XVII, XVIII e, também, nas conquistas militares e econômicas desse espaço, ocorridas principalmente durante o séc. XIX. Na luta pela definição das fronteiras, ela foi ofuscada pelas disputas entre os estados nacionais em conflito, apresentando-se como uma violência de disputa fronteiriça.

A violência era tratada, por parte do Estado e pela classe dominante como criminalidade, ou seja, contravenção. Ela consistia, pois, para o estado, em atos que, carregados na sua maioria de violência, atentavam e afrontavam às ordens privada e pública. À medida que o estado se consolidava, a violência e a criminalidade se apresentavam numa única face, ocultando a violência gerada pelo próprio Estado para se construir e manter. Este é o enfoque da primeira parte deste capítulo.

Porém, além de nos fornecer um perfil da violência e da criminalidade no Rio Grande do Sul e na fronteira oeste, este capítulo aborda sobre a existência latente de uma resistência social. Esta resistência aconteceu em dois planos, ligados entre si. No primeiro, podemos dizer que era pré-política como nos fala Hobsbawn (1978, p. 12). A população rural da campanha oeste sul-rio-grandense encontrava, na criminalidade e na violência, uma maneira de se manifestar, como se buscasse uma linguagem mais específica, expressando, de certa forma, as suas aspirações diante da nova realidade fronteiriça do período de 1852 a 1864, ou seja, a de se inserir nessa fronteira-zona, "reivindicando" o seu antigo espaço colonial dos séc. XVII e XVIII.

No segundo plano, podemos dizer que as ações violentas e criminosas não eram planejadas, isto é, não formavam uma unidade com um objetivo específico. Esta população não desejava e nem vislumbrava conscientemente a derrubada e tomada do poder político nessa área, pois as disputas pelo poder local, se deram dentro da classe dominante, situação essa que não pode ser abordada no trabalho, ficando evidente na documentação pesquisada. Porém, essas ações eram uma ameaça à nova estrutura econômica e social capitalista vigente na campanha oeste sul-rio-grandense, podendo ser considerada, como afirma Thompson (1984), uma ação de resistência orientada pela tradição cultural. Nessa mesma perspectiva Thompson aponta para a legislação no sentido de que, esta exerce a função ideológica a serviço da classe dominante com a intenção de legitimá-la e preservá-la no poder. As leis procuram dessa forma regular a ordem social condenando atitudes que possam ser contrárias aos interesses da classe dominante, refletindo também processos históricos distintos. Este é o enfoque da segunda parte deste capítulo.

Para análise do mesmo o dividimos em seis seções. Cabe destacarmos que as quatros primeiras referem-se à violência e a criminalidade através da ótica do Império Brasileiro, portanto sob o ângulo da contravenção (1.ª parte) e as últimas, ou seja, a quinta e sexta seção, a partir da ótica da classe popular, como sinônimos de resistência social subsidiada por seus padrões culturais formados nos séculos anteriores (2.ª parte.)

Na primeira, realizamos uma revisão bibliográfica sobre a constituição e a organização da justiça no Brasil e no Rio Grande do Sul, vigentes de 1852 a 1864.

As fases de organização do poder judiciário, se assim podemos dizer, são próprias de um Estado em formação e envolto em contradições.

Na segunda seção, identificamos a violência e a criminalidade a partir dos dados oficiais do Império Brasileiro, destacando os referentes à área da campanha oeste sul-rio-grandense.

Na terceira, abordamos alguns elementos constitutivos da justiça, como os julgamentos, as punições, o sistema repressivo. Procuramos ver a "justiça por dentro", tentando chegar, assim, mais próximo do seu funcionamento, e, dessa forma, da dominação do estado e suas classes dominantes.

Na quarta seção, resgatamos o perfil sócio-econômico dos "violentos" e "criminosos" da campanha oeste sul-rio-grandense. Essa abordagem permitirá uma identificação da estrutura econômica e social de forma ampliada.

Na quinta, analisamos o discurso oficial contido nos relatórios provinciais do séc. XIX que associavam a presença das fronteiras políticas com o Uruguai e a Argentina no extremo sul do Brasil à violência e à criminalidade, principalmente, na área da campanha oeste sul-rio-grandense.

E, por fim, na sexta e última seção, identificamos alguns "crimes fronteiriços", praticados pela classe popular no espaço da campanha. Verificamos como as fronteiras políticas serviram para sustentar essas práticas que possibilitaram a permanência dos mesmos e deram proteção para esses "infratores". Este item subdivide na análise de quatro crimes: o furto e o roubo de gado, o contrabando, a fuga de escravos e a fuga de criminosos e desertores.

## 4.1 ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL E NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

A década de 30 do séc. XIX foi marcada por mudanças na estrutura do poder judiciário que se instalou no Brasil independente. A constituição do Império, outorgada em 25 de março de 1824, em seu título VI, tratava de forma genérica deste poder. Propugnava a separação da justiça dos outros poderes, instituía os tribunais de 2ª instância nas províncias e, no Rio de Janeiro, o Supremo Tribunal de Justiça. Podemos dizer que essas medidas direcionavam outras mudanças,

mas até 1832 a justiça no Brasil seguiu as Ordenações Filipinas e os demais regulamentos portugueses vigentes no período colonial.[161]

A década de 30 do séc. XIX caracterizou-se por um novo direcionamento do sistema judiciário do Império Brasileiro. A abdicação de D. Pedro I e a instalação da Regência Trina Permanente proporcionaram, segundo Heloísa Fernandes (1973), a hegemonia da classe proprietária e o refluxo de outras forças sociais. Paralelamente, viabilizou-se a reestruturação do aparelho do Estado, principalmente, das suas forças repressivas. Já em 1828, com a regulamentação do Supremo Tribunal da Justiça e, em 1830, com a promulgação do Código Criminal do Império, a classe proprietária buscara se fortalecer e ter, conseqüentemente, um maior controle e autonomia política e econômica.

Nessa descentralização do poder, o ministro da justiça, o Pe. Feijó, destacou-se. Pela lei de 05 de junho de 1831, em seu artigo 10.º, regulamentada pelo decreto de 14 de junho de 1831, autorizava, provisoriamente, a formação das milícias civis, transferindo para os juízes de paz, o papel de polícia nos municípios. Entretanto, os juízes de paz tinham seus mandatos eletivos expostos, pois poderiam ser substituídos e demitidos pelo governo central. A criação da Guarda Nacional, em 18 de agosto de 1831, adaptando as milícias civis e provisórias, fortaleceu o poder em nível local, sendo, portanto, sinônimo dessa descentralização iniciada em 1831.

A Lei de Interpretação da Constituição, de 12 de maio de 1840, devolvia ao poder central o controle do sistema judiciário e, entre essas medidas, podemos destacar as seguintes: as Assembléias Provinciais foram sujeitadas, perdendo as prerrogativas de definirem as atribuições aos agentes previstos no Código de Processo Criminal e os cargos que foram criados antes de maio de 1840, foram retirados; foi estabelecida a distinção entre a polícia administrativa e a polícia judiciária, essa última subordinada ao governo central; o promotor tornava-se, a partir de então, instrumento do poder central, na fiscalização da magistratura entre outras atribuições.

A Lei de Interpretação refreava e neutralizava os avanços do Código do Processo Criminal de 1832. Segundo Fernandes (1973), visava, ao retirar das províncias muitas de suas atribuições, uma centralização nacional, manter a força

---

[161] Cf. MIRANDA. **Continente de São Pedro:** Administração Pública do Período Colonial. Porto Alegre: CORAG, 2000.

de trabalho escrava e impedir tentativas separatistas, como a que estava ocorrendo na Província de São Pedro. A justiça e a polícia ficaram atreladas fortemente ao poder central. Em nível provincial, fortaleceu o poder dos presidentes de províncias no que diz respeito à nomeação do pessoal da polícia civil e das demais forças repressivas provinciais.

A reforma do Código de Processo Criminal, através da Lei n. 261 de 03 de dezembro de 1841, complementava a Lei de Interpretação de 1840. A nova Legislação Processual Criminal caracterizou-se pela forte centralização judiciária. Criava os cargos de chefes de polícia, (no município da corte e nas províncias) delegados e subdelegados, escolhas estas arbitradas pelo imperador ou pelos presidentes de províncias, possuindo, estes, amplas atribuições judiciais, policiais e todas as outras atividades lhe eram subordinadas. O chefe de polícia era escolhido entre os desembargadores e juízes de direito e os delegados e subdelegados entre quaisquer juízes e cidadãos. Estas duas funções eram efetivamente escolhidas pelos presidentes de províncias. Os escrivões de paz e os inspetores de quarteirões eram nomeados pelos delegados e subdelegados. Para termos uma melhor noção dessa centralização, o Ministério da Justiça detinha um grande poder, pois: nomeava os chefes de polícia; os comandantes e oficiais da Guarda Nacional; os 17 ministros do Supremo Tribunal de Justiça; os 91 Desembargadores das Relações; os 433 juízes de direito; os juízes substitutos; os juízes municipais; os juízes de órfãos e os carcereiros.

Os juízes de paz, nesse novo ordenamento jurídico, continuaram sendo eleitos, mas foram desalojados de boa parte das atribuições estipuladas em 1832, dividindo entre chefes de polícia, delegados, subdelegados e juízes municipais, principalmente esses últimos, as funções policiais. Podemos notar uma estrutura de poder rígida e centralizada de poder que vigoraria de 1840 até o final do séc. XIX.

É importante destacarmos que a Lei 261 de 03 de dezembro de 1841, em seu capítulo 9.º, artigo 4.º, no que se refere às atribuições das autoridades policiais, estabeleceu distinções quanto à execução da parte policial e criminal. À polícia administrativa, cabia a prevenção dos crimes. À polícia judiciária, a investigação dos delitos. Temos dessa forma um fortalecimento da polícia civil. Assim, os chefes de polícia, delegados e subdelegados tinham competência sobre o processo e pronúncia sobre os crimes comuns o que representava, por sua vez,

poder expressivo que passava, na maioria das vezes, à margem do controle do império, principalmente em nível local.

A Lei de 23 de novembro de 1841, recriando o Conselho de Estado, extinto no ano de 1834, e a reforma eleitoral de 1846, elevando a renda para o exercício dos direitos políticos, completavam essa centralização do poder iniciada em 1840.[162]

A justiça do Rio Grande do Sul acompanhou a centralização e as diretrizes do Império Brasileiro até 1835. Em 1828, os primeiros juízes de paz eram eleitos. A Guarda Nacional, criada em 08 de junho de 1831, entrava em funcionamento em 18 de agosto desse ano. Em 1833, a antiga Junta de Justiça era extinta e esse espaço, ocupado pelo Tribunal do Júri, conforme o Código de Processo Criminal. Em 11 de março de 1833, o Presidente da Província, em reunião do Conselho, dividiu o território sulino em cinco comarcas, a partir de jurisdição original da Comarca de São Pedro do Rio Grande do Sul, sendo estas, de certa forma, o reflexo também da conquista e da manutenção das fronteiras sulinas. A partir da Tabela 04 pode-se observar como ficou a divisão judiciária em comarcas no Rio Grande do Sul.

Tabela 04 – O poder judiciário na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1833

| **Divisão Judiciária** | |
|---|---|
| **Comarcas** | **Termos** |
| Rio Grande | Vilas de Rio Grande, S. José no Norte e S. Francisco de Paula |
| Piratini | Vilas de Piratini e Cerrito (Jaguarão) |
| Missões | Vilas de S. Borja, Espírito Santo (Cruz Alta) e Alegrete |
| Rio Pardo | Vilas de Rio Pardo, Cachoeira e Caçapava |

Fonte: FORTES; WAGNER, 1963, p. 109.

A Província de São Pedro, durante o período de 1835 a 1844, viu interrompida a reestruturação da sua justiça. Em 20 de setembro de 1835, ocorreu a ocupação de Porto Alegre por tropas comandadas por Bento Gonçalves, Onofre Pires e Vasconcelos Jardim, sendo a cidade retomada em 1836, pelo major

[162] Cf. AXT-GUNTIR. **O Ministério Público no Rio Grande do Sul:** Evolução Histórica. Porto Alegre: Procuradoria Geral da Justiça, 2001.

legalista Marques de Souza. A Revolução Farroupilha dividiu a Província, estabelecendo-se dessa forma uma dualidade administrativa. Os farroupilhas utilizaram-se da estrutura da justiça do Império Brasileiro. Apenas nomearam alguns juízes municipais, juízes de direito e ocorreu a eleição de alguns juízes de paz.

A década de 50 do séc. XIX, como se pode observar na Tabela 05, foi marcada pela busca de funcionalidade do poder judiciário na Província de São Pedro. A Lei n. 185, de 22 de outubro de 1850, desdobrava a comarca das Missões em três e criava a de Caçapava. Até 1860, também foram criadas outras três comarcas.

Tabela 05 – O Poder Judiciário na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1850

| **Divisão Judiciária** | |
|---|---|
| **Comarcas** | **Termos** |
| Porto Alegre | Porto Alegre e Triunfo |
| Rio Grande | Rio Grande, S. José do Norte e Pelotas |
| Rio Pardo | Rio Pardo e Cachoeira |
| Piratini | Piratini e Cerrito (Jaguarão) |
| São Borja | S. Borja e Itaqui |
| Alegrete | Alegrete e Uruguaiana |
| Caçapava | Caçapava, S. Gabriel e Sta. Maria |
| Sto. Antônio da Patrulha | Sto. Antônio da Patrulha e Conceição do Arroio |
| Cruz Alta | Cruz Alta, Passo Fundo e Vacaria |
| Bagé | Bagé e Santana do Livramento |

Fonte: FORTES; WAGNER, 1963, p. 110.

Além dessa outra divisão judiciária, outras medidas foram tomadas. A 21 de fevereiro de 1857, criava a Secretaria de Polícia da Província. A 28 desse mesmo mês e ano, era baixado o regulamento da cadeia civil de Porto Alegre. Essas quatro medidas indicavam essa busca de regularidade e funcionalidade da justiça na Província, refletindo a própria estabilidade política interna e externa que caracterizou o período de 1852 a 1864.

A Lei de Interpretação de 1840, a Reforma do Código do Processo Criminal de 1841, articuladas à Paz de Ponche Verde (28 de fevereiro de 1845)

possibilitaram que essa estrutura judicial vigorasse, a partir de então, na Província de São Pedro, desencadeando uma reestruturação funcional, como foi exposto nos parágrafos anteriores.

Convém ressaltar, porém, que a centralização imperial não se fez sentir completamente na fronteira oeste sul-rio-grandense. A classe proprietária da campanha, embora estivesse atrelada a esse centralismo político e jurídico, saíra fortalecida do confronto com o Império Brasileiro por ocasião da Revolução Farroupilha. Além da posição estratégica que a região ocupava na política externa brasileira, as grandes distâncias da capital da Província em relação ao seu interior, dotavam os proprietários de uma autonomia e de um poder excepcional. Continuavam a dominar todo o aparelho político e repressivo em nível local e, dessa forma, as reformas, na prática, não destituíram o poder local, mas o fortaleceram.

## 4.2 A VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE ENTRE 1852 E 1864 SOB A ÓTICA DAS AUTORIDADES PROVINCIAIS SUL-RIO-GRANDENSES

As lutas fronteiriças foram um traço marcante no extremo sul durante as três primeiras décadas do séc. XIX, aspecto esse abordado no segundo capítulo do desenvolvimento. A violência, nesse contexto, era inerente ao processo de formação das fronteiras políticas sul-rio-grandense. O Presidente da Província João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú (1853, p. 04-05), por exemplo, identificava esses conflitos como uma causa substancial da violência e da criminalidade existentes na Província de São Pedro, ao considerar “os habitantes guerreiros de uma população educada na escola dos combates”.

A violência e a criminalidade, a partir da década de 40 do séc. XIX, ganharam ênfase nos relatórios dos chefes do executivo provincial. Aparecem tratadas nas seções designadas de “Tranqüilidade e Segurança Pública” e “Segurança Individual e de Propriedade”.

O relatório do Presidente da Província Manoel Antonio Galvão, de 05 de outubro de 1847, nos mostra um perfil expressivo e sintomático da violência e da criminalidade na época. Os dados referem-se aos mapas criminais dos anos de

1842 a 1846. Os julgamentos, apresentados na Tabela 06, somente se efetivaram a partir de 28 de fevereiro de 1845 a 1847. Vejamos:

Tabela 06 – Julgamentos de 1845 a 1847 na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul

| **Crimes e réus julgados** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Crimes** | **Percentual** | **Quantidade** | **Réus** | **Percentual** | **Quantidade** |
| Homicídios | 55,24% | 58 | Masculinos | 93,33% | 96 |
| Outros | 44,76% | 47 | Femininos | 6,77% | 07 |
| **Total** | **100%** | **105** | **Total** | **100%** | **105** |

Fonte: ROCHE, 1961, p. 209.

Em síntese, os números nos indicam a presença de uma violência criminosa, pois os homicídios predominavam, sendo, na sua maioria, praticados por homens. Esse Presidente da Província também procurou traçar um certo perfil dos criminosos, revelando-nos algumas informações relevantes que podem ser observadas na Tabela 07.

Tabela 07 – Réus julgados de 1845 a 1847 na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul

| **Réus julgados** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Réus** | **Percentual** | **Quantidade** | **Réus** | **Percentual** | **Quantidade** |
| Brasileiros | 63,81% | 67 | Escravos | 26,27% | 28 |
| Estrangeiros | 30,48% | 32 | Outros | 73,33% | 77 |
| Outros | 5,71 | 06 | | | |
| **Total** | **100%** | **105** | **Total** | **100%** | **105** |

Fonte: ROCHE, 1961, p. 209.

O Presidente da Província, ao procurar delinear o perfil indicativo dos criminosos, considerou que o alto número de homicídios julgados entre 1845 a 1847, onde houve a participação expressiva de estrangeiros e de escravos, não esteve relacionado com o fim da Revolução Farroupilha, mas, sim, pela falta de regularidade da justiça durante este período conflito (ROCHE, 1961, p. 208-209).

Os mapas criminais constavam dos relatórios dos presidentes da Província. Mesmo existindo algumas divergências nos números apresentados, a presença desses mapas, nos relatórios, demonstra a preocupação com o tema da violência por parte das autoridades. Convém lembrar, ainda, que muitos dos crimes ficavam sem registro, sem punição e, conseqüentemente, sem julgamento, o que aumentava em muito os índices apresentados.[163]

O Império Brasileiro classificava e dividia essa violência e essa criminalidade em três grupos: crimes particulares, crimes públicos e crimes policiais. Na Província de São Pedro, como se pode observar no gráfico da Figura 09, temos a seguinte proporção e situação desses dados:

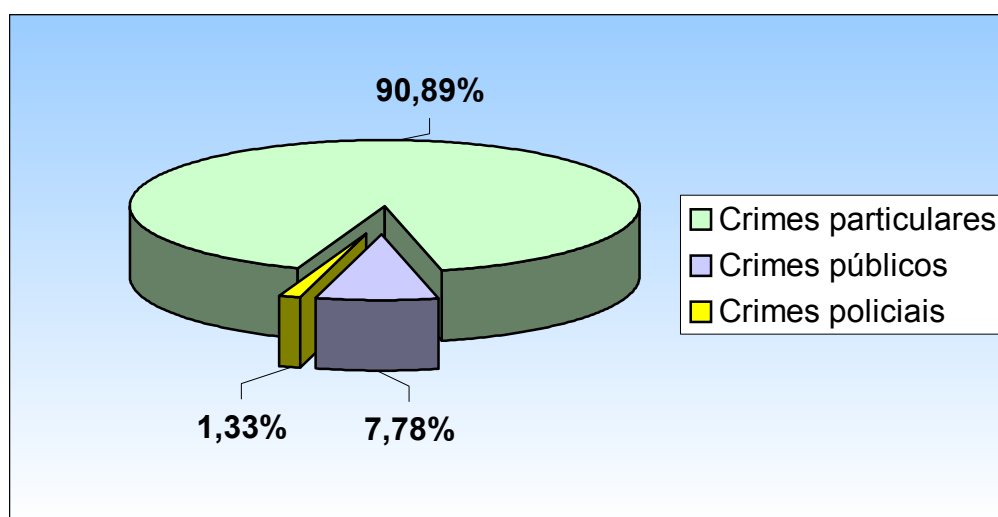



Figura 09 – Gráfico da incidência de crimes cometidos na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 1850 a 1865 (PIMENTEL, 1863 / 1864b; CAMARGO, 1868, p. 144)

Os crimes particulares, como se pode ver no gráfico da Figura 10, subdividiam-se em duas categorias. A primeira consistia nas infrações cometidas contra a vida de uma forma em geral e compreendiam os ferimentos e ofensas físicas, homicídios, tentativas de homicídios, infanticídios, ameaças, estupros, raptos, poligamia e "entrada em casa para fins libidinosos". A segunda tratava das infrações contra a propriedade privada, caracterizada por dano, contra a liberdade individual (reduzir a escravidão), estelionato, roubo, furto, tentativa de roubo e incêndios. É neles que encontramos, segundo apresentou a Figura 09, os maiores

[163] Cf. CAMARGO. **Quadro Estatístico e Geográfico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: [s.n.], 1868. p. 144.

índices de criminalidade e violência, ou seja, 90,90%, destacando-se os ferimentos e ofensas físicas, homicídios, roubos e furtos. Foram os crimes particulares o principal foco de atenção e preocupação dos presidentes da Província. Segundo Jeronymo Francisco Coelho:

> Em nenhum país, ainda o mais civilizado, se pode assegurar afoutamente, e em sentido absoluto que há perfeita garantia á vida e propriedade de seus habitantes; não obstante são as mais preciosas garantias, as principais e indispensáveis para o homem que vive na sociedade. O direito natural nos prescreve a própria conservação, e o direito social nos garante o gozo pleno dos bens, que adquirimos á custa do nosso trabalho ou indústria. […] cabe-me informar-vos que os crimes que mais freqüentemente se praticam nesta Província continuam a ser os que atentam contra a segurança individual, e consistem em homicídios, espancamentos e ferimentos. […], me limitarei a dizer-vos que já ele infelizmente se torna notável por crescido e pelo que diz respeito à generalidade dos crimes em suas variadas espécies […]. Quanto aos crimes atentatórios da propriedade particular, não tem felizmente havido que lastimar no corrente ano fatos de roubos notáveis por sua freqüência e atrocidade (1856, p. 07).

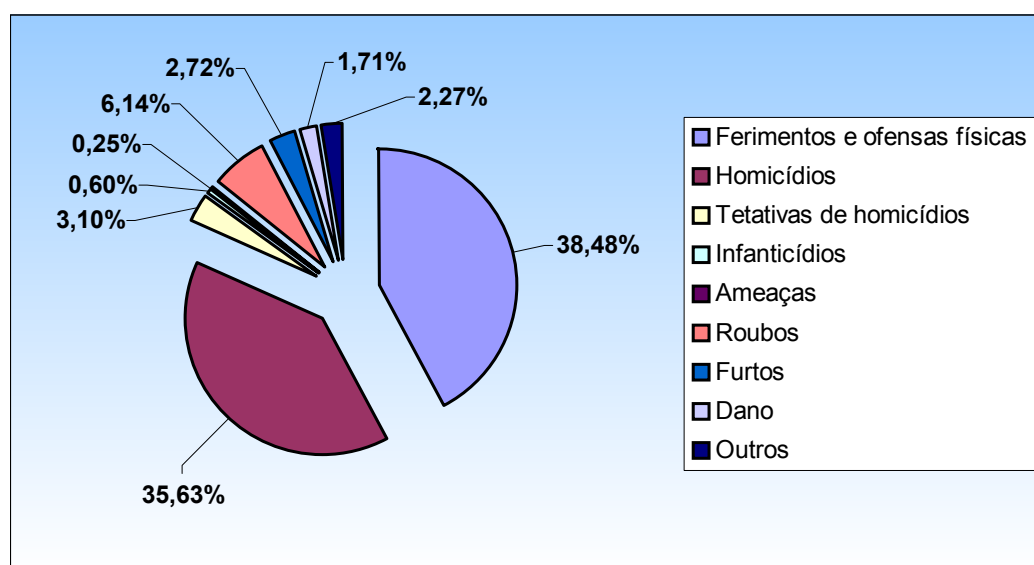



Figura 10 – Gráfico da incidência de crimes particulares cometidos na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 1850 a 1865 (PIMENTEL, 1863 / 1864b; CAMARGO, 1868, p. 144)

Os crimes públicos, segundo apresenta o gráfico da Figura 11, referiam-se às ameaças às ordens política e econômica, representados por: fuga de presos, resistência, tentativas de insurreições, infração de posturas, falsidade, falta no cumprimento do dever e moeda falsa. A maior incidência era de fugas de presos, correspondendo a 4,05%.

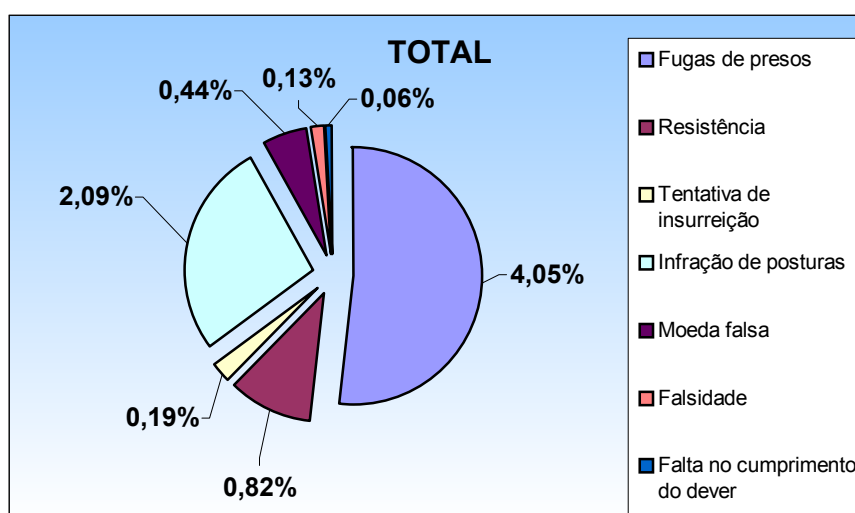



Figura 11 – Gráfico da incidência de crimes públicos cometidos na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 1850 a 1865 (PIMENTEL, 1863 / 1864b; CAMARGO, 1868, p. 144)

Os crimes policiais, representados pelo o uso das “armas proibidas ou defensas”, perfaziam um total de 0,88%. Correspondiam à utilização de adagas, facas e punhais, sendo os mais difíceis de serem identificados ou mesmo registrados. Apesar do baixo índice, podemos dizer que eram comuns na área da fronteira oeste sul-rio-grandense, pois esses objetos estavam ali completamente disseminados, em decorrência da atividade com o gado e estavam associados a outros tipos de crimes como os homicídios e tentativas.

As calúnias, tal como os crimes por uso de “armas de armas proibidas ou defensas”, também figuravam nessa tipologia de crimes. Isto pode ser observado no gráfico da Figura 12.

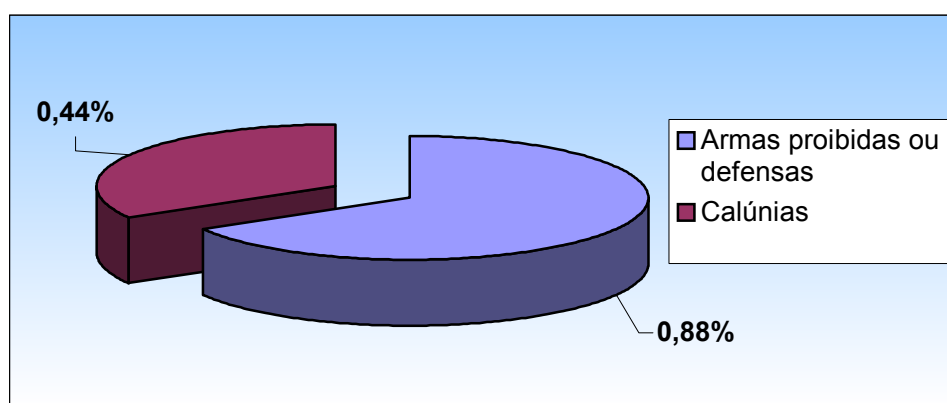



Figura 12 – Gráfico da incidência de crimes policiais cometidos na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 1850 a 1865 (PIMENTEL, 1863 / 1864b; CAMARGO, 1868, p. 144)

O município de Alegrete e, conseqüentemente, a área da campanha oeste se destacavam nesse contexto de violência e criminalidade. O Presidente da Província Eloy Barros Pimentel, em seu relatório do ano de 1863, chegou a elaborar um mapa criminal específico para a comarca que abrangia os termos de Alegrete e Uruguaiana. Nesta comarca, entre 1853 e 1862, os crimes predominantes foram os particulares, sendo por ele classificados como, "contra a segurança individual" e "contra a propriedade", segundo podemos observar na Tabela 08.

Tabela 08 – Processos julgados nas Comarcas de Alegrete e Uruguaiana de 1853 a 1862

| | Julgamentos | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Crimes** | **1853** | **1854** | **1855** | **1856** | **1857** | **1858** | **1859** | **1860** | **1861** | **1861** | **Total** |
| Contra a segurança individual | - | 12 | 13 | 21 | 12 | 09 | 03 | 01 | - | 09 | 80 |
| Contra a propriedade | - | - | 01 | 01 | 03 | - | 01 | - | - | - | 06 |
| Outros | - | 02 | 01 | - | 05 | - | 02 | - | - | - | 10 |
| **Total** | **-** | **14** | **15** | **22** | **20** | **09** | **04** | **03** | **-** | **09** | **96** |

Fonte: PIMENTEL, 1863, p. 16.

Estas situações de violência e criminalidade ganharam relevo e intensidade na campanha oeste sul-rio-grandense durante o período de 1852 a 1864. A estabilidade das fronteiras sulinas contribuiu de certa forma para que essas situações viessem à tona, revelando um estado que estava ainda se consolidando externamente e mostrando, ao mesmo tempo, as "fraturas" sociais, que começavam a ficar evidentes a partir da nova organização fundiária dessa área.

## 4.3 A JUSTIÇA VISTA POR DENTRO

Entre 1852 e 1864, a violência e a criminalidade eram vistas, nos relatórios provinciais, como uma conseqüência da forma como se encontrava a estrutura da justiça na Província de São Pedro, isto é, da deficiência de prevenção, de repreensão e de punição. As situações que procuraremos delinear a seguir são

reveladoras, na medida em que mostram o funcionamento do setor judiciário, nas suas debilidades e contradições.

Durante a década de 50 do séc. XIX, foram feitas, por alguns presidentes da Província, críticas quanto à atuação do poder judiciário. Conforme estes relatórios provinciais, os problemas originavam-se de quatro situações.

Como primeira situação, eram citados os processos crimes que se caracterizavam por apresentar pouca regularidade ou, ao mesmo tempo, pouca instrução ou até falhas na indicação da procedência. Esses problemas dificultavam e atrasavam as sentenças. Além disso, o perjúrio e a falsidade das testemunhas na formação da culpa, a existência de autoridades que não eram “conspícuas”[164] aumentavam a impunidade dos criminosos por parte da justiça, ou seja, a falta de punição.[165] Vejamos um pouco mais detalhadamente essa situação.

Até 21 de outubro de 1850, a então Vila de Alegrete ainda pertencia à comarca das Missões. O chefe de polícia da Província, Antonio Ladislau Rocha, no seu relatório dos crimes cometidos em 1850 e julgados em 1851,[166] referentes aos municípios de São Borja e Alegrete, deixava evidente a ineficiência desses julgamentos. Conforme esse relatório, publicado em 10 de março de 1852, a situação era a seguinte: constava de seis processos e oito réus, sendo que cinco tratavam-se de “autores”, um era ”cúmplice” e outro enquadrado por “simples tentativa”. Desses réus, seis eram acusados de homicídios, um por “ferimentos e ofensas físicas” e outro por “ameaças”. Mas, o fato marcante nesse relatório é que as absolvições foram quase totais. Desses réus, seis foram absolvidos por decisão do júri, um por “perempção”[167] e apenas um condenado a açoites. Essas absolvições representavam 87,50%,[168] sendo que todos os crimes estavam classificados como “particulares”.

Para resolver o problema das absolvições em grande número, a partir de 22 de outubro de 1850, a comarca das Missões foi dividida. Surgiu a comarca de

---

[164] “**Conspícuo:** [Do lat. *Conspicuu*] adj. **1.** Que dá na(s) vista(s); visível. **2.** Notável, eminente, distinto, ilustre. **3.** Sério, grave, respeitável: [...]” (FERREIRA, 1986, p. 459).

[165] Cf. BELO. **Relatório do Vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul entregue ao Exmo. Sr. Barão de Muritiba**. Porto Alegre, 26 set. 1855. (A-7.03).

[166] Cf. BELO. **Relatório do Vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na abertura da Assembléia Legislativa Provincial**. Porto Alegre, 01 out. 1852. (A-7.02).

[167] “**Perempção:** [Do lat. *Peremptiose*] s.f. Bras. Jur. Modo por que se extingue uma relação processual civil (ou penal,caso a ação pertença privativamente à vítima), por causa de taxativas em lei, e que se fundam, por via de regra, na inércia, no desinteresse ou na emulação do autor (ou querelado) [Cf. decadência(s)]” (FERREIRA, 1986, p. 1308).

[168] Tal índice de 87,50% é sobre o total de seis processos.

Alegrete, abrangendo os termos de Alegrete e Uruguaiana.[169] Essa medida visou diminuir as grandes distâncias, permitindo que os juízes de direito pudessem realizar com mais freqüência as sessões do júri. Mesmo assim, após essa medida, a média anual das sessões realizada na comarca foi de duas apenas.

A comarca de Alegrete não fugiu à característica que esteve presente na comarca de Missões: a do grande número de absolvições. Os crimes cometidos e julgados em 1859, conforme o chefe de polícia Eduardo Pindayba de Mattos,[170] constavam de seis processos e seis réus, todos considerados "estrangeiros" e qualificados como "autores", sendo que um era acusado do crime policial de uso das "armas defesas" e o restante, do crime particular, de "ferimentos e ofensas físicas". O tribunal do júri mostrou-se "benevolente", absolvendo quatro acusados e condenando dois. Um, à prisão com trabalho e outro, à prisão simples. O índice de absolvição nesse caso ficou em 66,67%.[171]

A situação descrita e identificada nos parágrafos acima não foi exclusividade dessas comarcas, mas era uma tendência geral em toda a Província. O chefe de polícia José Martins Pereira de Alencaster, no seu relatório referente aos crimes julgados no ano de 1859, constatou que, entre oito comarcas e dezesseis municípios da Província de São Pedro onde se realizaram as sessões do júri, a situação se repetiu.[172]

Esta "liberalidade" do júri e a administração da justiça não só foi percebida pelos presidentes da Província, mas, também, pelo Ministro da Justiça Nabuco de Araujo *apud* Lacombe e Tapajós, em seu relatório de 1857, quando afirmou o seguinte:

> A experiência vem cada dia com fatos novos confirmar a convicção profunda, que me determinou a propor a reforma judiciária pendente no senado. Não são já as absolvições individuais que devemos deplorar, senão o escândalo de absolvições em massa, o triunfo de todos ou quase todos os réus que comparecem a barra do tribunal, como em o ano

[169] Cf. FORTES; WAGNER. **História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1963. p. 110.
[170] Cf. LEÃO. **Relatório apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande na 1.ª sessão da 9.ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial**. Porto Alegre, 1860. (A-7.07).
[171] Tal índice de 66,67% é sobre o total de seis processos
[172] Nesse relatório de Alencaster, constavam 45 processos e 54 réus. 50 eram autores, dois eram "cúmplices" e dois acusados de "simples tentativa". Ocorreram 43 absolvições por decisão do júri, três por "perempção". Cf. LEÃO. **Relatório apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na 2ª sessão da 8ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial**. Porto Alegre, 1859. (A-7.06).

> próximo passado aconteceu em alguns termos do Império. Em geral as sessões se não abrem no dia designado, porém muitos dias depois, com grande esforço, porque não comparecem os jurados sorteados: as multas são impotentes [...] Força é dizer a verdade: a administração da justiça ainda não é efetiva e regular, ainda não presta aos cidadãos e à sociedade a proteção e garantias que lhe são devidas: apenas se faz sentir nas cidades e lugares populosos, é porém nula, senão funesta, em grande parte do interior do país: vem aos olhos a todos as causas que coincidem para esta situação que por ser deplorável não é menos verossímil [...] (1986, p. 214-215).

As punições eram identificadas como a segunda situação problema para o funcionamento adequado da justiça e se distribuíam em três grupos.[173] No primeiro grupo, constavam as punições ao corpo, ou seja, a pena de morte e os açoites. No segundo, estavam as punições que retiravam a liberdade, constando de "galés",[174] prisão com trabalho[175] e prisão simples.[176] No terceiro, a punição econômica, com as multas.

A punição, enquanto ato do Estado que exercia seu poder sobre o culpado, como uma maneira de mostrar a sua presença e atuação na sociedade, era ineficiente. A maioria dos réus recorria das sentenças e beneficiava-se da demora nos julgamentos dos novos recursos. Tudo indica que a pena de morte foi mais efetivada junto aos escravos,[177] mostrando um descompasso em relação às punições de maneira geral.

---

[173] Segundo Silva, "O Código do Império contemplava penas restritivas da liberdade e privativa de direitos que deveriam ser previstas pela lei e proporcionais ao delito, demonstrando preocupação com a sua adequação prévia cominação legal. Aplicavam-se as seguintes penas: morte pela forca, galés perpétuas, galés temporárias, prisão com trabalho forçado (art. 44), prisão simples, banimento do país (exílio – art. 50), degredo para lugar determinado (art. 51), desterro para fora do lugar do delito ou da principal residência do réu e do ofendido (art. 52). Perda de emprego, suspensão de emprego, multa. As penas de prisão com trabalho forçado e prisão simples, segundo Roberto Lyra, eram cominadas a pelo menos, dois terços dos crimes" (1998, p. 23-65).

[174] "[...] A pena de galés era pena privativa de liberdade, e obrigava os condenados a andarem com calceta no pé e corrente de ferro, juntos ou separados, devendo os presos permanecerem à disposição do Governo em trabalhos públicos da província em que tivesse sido cometido o delito. Não era aplicada às mulheres, menores de 21 anos e maiores de 60 [...]" (SILVA, 1998, p. 27).

[175] "[...] A pena de prisão com trabalho era executada dentro das prisões e o trabalho desenvolvido diariamente, na conformidade das sentenças e do regulamento das prisões (art. 46). Podia ser substituída pela prisão simples enquanto não fossem estabelecidas as prisões adequadas para o seu cumprimento, devendo ser acrescida de sexta parte (art. 49). [...]" (SILVA, 1998, p. 30-31).

[176] "[...] A pena de prisão simples era cumprida nas prisões públicas pelo tempo determinado na sentença (art. 47). Se a pena não fosse superior a seis meses poderia ser cumprida em qualquer prisão no lugar da residência do condenado ou outro lugar próximo, devendo a sentença conter tal determinação (art. 48). [...]" (SILVA, 1998, p. 31).

[177] "[...] Havia, além dessas penas, o açoite que era aplicado tão somente aos escravos quando incorressem 'pena que não seja a capital ou de galés' (art. 60). [...] No que diz respeito à pena de morte, quanto à sua execução, dizia o Código Criminal, em seu artigo 40: 'O Réu, com seu vestido ordinário, e preso, será conduzido pelas ruas mais públicas até a forca, acompanhado do juiz criminal do lugar onde estiver, com seu escrivão, e da forca militar que se requisitar. No acompanhamento precederá o porteiro lendo em voz alta, a sentença que se for executar' [...]

Este quadro nos foi relatado pelo Barão Paul Baptist D'Ornano em 1863, quando analisou o sistema judiciário do Rio Grande do Sul a partir de Porto Alegre. Segundo D'Ornano (1996, p. 46-54), a justiça criminal era um descaso total, sendo lenta e ociosa. A sua parte criminal relativa à instituição do júri, era "profanada" em toda a parte, onde a impunidade era algo constante e extremamente "escandaloso". Quanto à justiça correcional, referente às punições, tinha o chefe de polícia da capital e os delegados e subdelegados do interior da Província um poder significativo. Podiam punir ofensas e ferimentos leves atuando, muitas vezes, como parte interessada e como juízes, função esta que deveria ser de prerrogativa do tribunal do júri. Entretanto, as penas e as multas dificilmente atingiam os ditos cidadãos qualificados como votantes, os homens bons, pois geralmente ocorria o envolvimento dos "partidos políticos". A lei de setembro de 1860 veio auxiliar essa impunidade. Os criminosos só poderiam ser presos em flagrante e por queixa à polícia pela parte interessada.

A terceira situação-problema constituía-se da forma deficitária em que se encontrava a polícia distribuída nos diversos termos e distritos. As autoridades locais não dispunham de uma força policial suficiente para perseguir e capturar os criminosos. Muitos desses agentes eram "desleixados", não cumprindo as suas funções adequadamente.[178] Em muitos locais, a polícia não conseguia atingir os criminosos.[179] Mesmo assim, a polícia sofria com ameaças de redução do efetivo.

Em 1852, conforme o relatório do Vice-presidente da Província Luiz Alves Leite de Oliveira Belo, a situação da polícia nos diversos distritos da Província continuava deficitária, pois "a autoridade sem força, senhores, é um corpo sem espírito".[180] Belo tentou organizar a polícia, buscando auxílio no comandante do

---

Ainda quanto à pena de morte, Roberto Lyra, acrescenta que pela lei de 10 de junho de 1835, no artigo 4.º, deveria ser aplicada aos escravos que matassem, por qualquer maneira propinassem veneno, ferissem gravemente ou fizessem outra qualquer grave ofensa física a seu senhor, à sua mulher, a descendente ou ascendente, a feitor e às suas mulheres que com eles vivessem. A imposição de morte, nestes casos precisava de dois terços do número de votos, executando-se a sentença sem nenhum recurso. Por decreto de 09 de março de 1837, determinava que a sentença fosse comunicada ao governo geral, no município da corte, e aos presidentes, nas províncias, aos quais competia ordenar a execução ou submeter o caso ao poder moderador, com efeito suspensivo" (SILVA, 1998, p. 28.30).

[178] "As causas que explicam a freqüência de tantos atentados não podem, a meu ver ser passageiras, nem essa freqüência atribuída somente a desleixo dos agentes da autoridade pública; [...]" (MURITIBA, 1855, p. 05).

[179] "[...] mas forçoso confessar, que se a ação da polícia se estendesse aos lugares longínquos onde o crime se asila e os criminosos escapam a justa vendicta das leis, a estatística criminal ofereceria prova provavelmente algarismos efetivos" (MURITIBA, 1855, p. 05).

[180] Cf. BELO, op. cit., p. 08.

exército, o Barão de Porto Alegre. Solicitou que as tropas localizadas na fronteira oeste fizessem o policiamento das povoações e distritos.

O Presidente da Província João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú (1854, p. 16) destacava a dificuldade existente para o recrutamento do corpo policial a fim de preencher as necessidades dessa corporação. Salientava a importância de conceder algumas vantagens para tornar atrativo esse serviço, pois era uma atividade indesejada. Por outro lado, a manutenção dessa estrutura policial era onerosa para o estado. Os praças dos destacamentos policiais recebiam apenas 200 réis mensais e afirmavam um contrato de até seis anos. Os recursos para manter as cavalariças, as forragens e os cavalos também eram insuficientes, devido o custo elevado.

Em 1850, na vila de Alegrete, estava estacionado o destacamento da 4.ª companhia da comarca de Missões, composto por 34 homens.[181] Em 1854, o município tinha um corpo policial de 18 homens.[182] Esse contingente, apesar de aumentar um pouco ao longo dessa década de 50 do séc. XIX, continuava insuficiente e, muitas vezes, ineficaz nas suas funções.

Em 1855, o corpo policial da Província foi organizado, se assim podemos dizer, tendo um novo regulamento. As suas cinco companhias foram distribuídas entre as cidades de Porto Alegre, Pelotas e as vilas de Cachoeira, Cruz Alta e Alegrete. Em 1856, o efetivo era de 229 praças para um quadro de 335 previstos. Em 1857, o contingente policial da Província foi elevado para 429 homens, sendo que 18 eram oficiais.[183]

Em 1859, a Província de São Pedro tinha um total de dez comarcas e 27 delegacias. No município de Alegrete, nesse mesmo ano, havia uma delegacia e as subdelegacias do 1.º distrito da cidade com 16 quarteirões, do 2.º distrito do Paipasso com oito quarteirões e do 3º distrito do Caverá com nove quarteirões.[184] Cada distrito tinha uma média entre 10 a 15 homens como agentes de polícia para atender uma vasta área da campanha oeste, onde a fronteira estava sempre presente, como possibilidade de fuga para os criminosos.

---

[181] Cf. BUENO. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1851**. Porto Alegre, 01 out. 1850. (A-7.02).
[182] Cf. SINIMBÚ. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na abertura da Assembléia Legislativa Provincial**. Porto Alegre, 02 out. 1854. (A-7.03).
[183] Cf. MARIANTE. **Crônica da Brigada Militar Gaúcha**. [S.l.]: Imprensa Oficial, 1972. p. 73.
[184] Cf. LEÃO, op. cit.

A Guarda Nacional também era uma força que serviu de polícia e repressão à criminalidade nos municípios. Mas, em 1853, conforme o Presidente da Província João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú (p. 04-05), a existência do contingente era percebida somente através dos recebidos de pagamentos. Por isso, ela foi dissolvida neste ano, formando-se um comando superior de tropas regulares nos municípios de Uruguaiana, Alegrete e São Gabriel.

No ano anterior, o Vice-presidente Luiz Alves de Leite de Oliveira Belo (1852, p. 08) já referia que o emprego da Guarda Nacional constituía-se de um recrutamento extremamente impopular e utilizava muitos "braços" que poderiam servir de mão-de-obra, além da sua manutenção custar caro.[185]

Em 1855 o Vice-presidente da Província, Luís Alves de Oliveira Belo, voltava a enfatizar a ineficácia da polícia e a conseqüência disso para a justiça.

> Para os homens sem educação, ou de instintos ferozes, para todos os indivíduos, em fim das classes geralmente registradas nos fatos de polícia, o único móvel, que os pode conter na estrada do crime é a certeza da punição, e esta só pode dar um sistema constando de vigorosa repressão, desenvolvida por autoridades conspícuas e inteligentes apoiados nos indispensáveis meios da ação e da força. Mas V. Ex. reconhecerá tanta regularidade e perfeição no curso da justiça não é possível entre nós. [...] mas em geral **não há muito quem saiba desempenhar os cargos de polícia. D' aqui vem a falta de regularidade nos processos, que sendo uma das causas da impunidade aumentam** o número e a audácia dos criminosos (p. 05, grifo nosso).

A quarta situação-problema referiu-se às condições das prisões, e casas de detenção da Província de São Pedro. Em 1863, o Barão francês D'Ornano (1996, p. 50-51) destacou-as como "imorais". Identificou, também, que os condenados a trabalhos forçados gozavam de mais liberdade do que de trabalho propriamente dito, na cidade de Porto Alegre.

A precariedade das prisões foi detalhada pelo Presidente da Província João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú da seguinte maneira:

> Nenhuma há na Província, e é esta uma das faltas de que mais se recente a administração da justiça. [...] Senhores, vivemos em um estado de contradições queremos o melhoramento da sociedade, e não aplicamos os meios, aumentamos a força pública, multiplicamos os agentes de polícia, armamos por assim dizer metade da população, para resguardar a outra metade, desacreditamos a instituição e afinal amaldiçoamos a legislação

[185] Cf. COELHO. **Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Alegrete em 1854 ao Presidente da Província de São Pedro do Rio grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú**. Porto Alegre, 1854. (lata 101, maço 04, n. 676, 676a).

> penal, por insuficiente e fraca, mas não nos lembramos, que as **prisões** são a garantia da administração criminal, que sem elas, ou com elas mal seguras, que equivale ao mesmo, não há agente policial que acuse, nem juiz que condene o criminoso que, apenas recolhido à prisão, dela se escapa para premeditar uma vingança, se quereis diminuir o crime, tratai de construir prisões seguras, nas quais o criminoso entrando perca a esperança de evadir-se e desarme seus instintos criminosos, diante da certeza do cumprimento da pena, sem isso as queixas que faremos carecem de fundamento (1853, p. 39-40, grifo nosso).

Em 1852, o Vice-presidente Luis Alves de Oliveira Belo[186] destacou a necessidade de se construir uma cadeia adequada no município de Alegrete, pois:

> A Câmara de Alegrete representou a Presidência sobre a grande necessidade de uma cadeia no seu município. E na verdade uma das povoações da Província onde por sua importância e **posição sobre a fronteira**, eu julgo mais urgente a edificação de uma cadeia (p. 26, grifo nosso).

Em 1855, Belo reafirmava suas posições de 1852, dando ênfase novamente à localização desse município junto às fronteiras do Uruguai e da Argentina, as quais eram rotas de fugas, situações que serão analisadas no transcorrer deste capítulo.

Em Alegrete, a precariedade da cadeia local foi expressa pela Câmara Municipal que, ao longo do período de 1852 a 1864, buscou construir outra, em local mais adequado. Em 1854, a Assembléia Provincial aprovou a compra de um terreno e, em 1855, a construção dessa cadeia começou a se delinear pela insistência do Presidente da Província Sinimbú. Mas, até 1864, não havia sido concluída.[187]

Em 1864, ainda persistia a carência de cadeias na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O Presidente da Província Espiridião Eloy de Barros Pimentel salientava que as cadeias existentes não poderiam receber essa qualificação e tão pouco a de penitenciária, pois as condições eram insalubres e desumanas.[188]

---

[186] "Sendo esta uma das povoações que estão mal servidas de cadeia e também um dos pontos da província por causa de sua posição sobre a fronteira, um edifício espaço seguro a que sejam recolhidos os criminosos" (BELO, 1852, p. 39, A-7.02).

[187] Cf. SINIMBÚ. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na abertura da Assembléia Legislativa Provincial**. Porto Alegre, 06 out. 1853. (A-7.03).

[188] Cf. PIMENTEL. **Relatório apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na 1ª sessão da 11ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial**. Porto Alegre, 1864b. p. 19. (A-7.08).

A estrutura judicial na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul era deficitária. Isso contribuiu para que os atos de contravenção demarcados pelo Império Brasileiro tivessem uma incidência expressiva. A irregularidade da justiça, a liberalidade do tribunal do júri, a repressão deficiente e a precariedade das cadeias e prisões não tinham uma eficiência significativa que pudessem conter a violência e a criminalidade neste período.

Alegrete inseriu-se nesse contexto funcional da administração da justiça acima exposto. Além disso, essa localidade estava quase que isolada de Porto Alegre e se localizava diante de duas fronteiras (a uruguaia e a Argentina.) Esses fatores somados à predominância da atividade com o gado, foram elementos que potencializaram a violência e a criminalidade no município, distinguindo-o de outras áreas da Província.

## 4.4 PERFIL SOCIAL DOS "VIOLENTOS" E "CRIMINOSOS"

Como vimos, os mapas criminais constavam dos relatórios de todos os presidentes da Província entre os anos de 1852 e 1864. Porém, agora, vamos nos deter especificamente em um deles, o de 1859, para identificar o perfil dos criminosos deste período.

Em 1860, no relatório provincial de Joaquim Antão Fernandes Leão, o chefe de polícia, Eduardo Pindayba de Matos elaborou um mapa dos crimes cometidos em 1859 e julgados nesse mesmo ano, fornecendo-nos um perfil social dos criminosos da Província de São Pedro.

Esse mapa criminal de 1859 mostra-nos inicialmente a existência de 100% de réus do sexo masculino (64). A nacionalidade dos mesmos constava de brasileiros 53,13% (34) e estrangeiros 46,87% (30). Esses últimos, na sua maioria, eram oriundos dos países vizinhos, Uruguai e Argentina. Quanto às idades, estavam assim distribuídos: de 14 a 17 anos 1,53% (01); de 17 a 21 anos 10,97% (07); de 21 a 40 anos 67,19% (43) e de 40 anos em diante 20,31% (15). O estado civil figurava os solteiros 56,25% (36), os casados 40,63% (26) e os viúvos 3,12% (02).

Outros dados relevantes referem-se às profissões desses criminosos, assim distribuídas: comércio 14,06% (09); agricultura 26,56% (17); artes 12,50% (08); náutica 6,25% (04); serviço doméstico 12,50% (08); sem ofício 7,81% (05); escravos 7,81 (05); milícia 7,81% (05) e letras 4,70% (03). A instrução desses réus era: os que sabiam ler, de instrução elevada e os analfabetos, esses últimos a grande maioria.

A área da campanha e o município de Alegrete não se distanciaram do quadro social exposto anteriormente. No entanto, procuraremos a partir de alguns dados populacionais, identificar o perfil da população e, em especial dos seus criminosos.

Em 1859, a população geral da Província de São Pedro era estimada em 266.254, sendo que o município de Alegrete possuía 10.699 habitantes,[189] correspondendo a 4,02% do total geral.Especificamente, a população do município de Alegrete estava assim distribuída nesse momento: 74,45% (7.965) composta de pessoas livres; 23,60% (2.525) de escravos e 1,95% (209) de escravos libertos. O número de escravos era proporcional a média do Estado. Vejamos a Tabela 09 com os dados da população do município de Alegrete.

Tabela 09 – População do município de Alegrete

| **Livres e escravos na população de Alegrete** | | | |
|---|---|---|---|
| **Ano** | **População geral** | **População escrava** | **Participação relativa** |
| 1858 [a] | 14.596 | - | - |
| 1859 [b] | 10.699 | 2.525 | 23% |
| 1860 [c] | 11.233 | 2.509 | 22% |
| 1862 [d] | 24.886 | 4.560 | 18% |

Fonte: [a] FERRAZ, [1858], p. 63. [b] LEÃO, 1859, p. 66. [c] LEÃO, 1860, p. 46. [d] PIMENTEL, 1864a, p. 108.

A presença escrava na área da campanha, além de expressiva, era uma fonte de recursos da classe proprietária. De 1844 a 1870, era cobrado o imposto de “meia-sisa de escravos” pelas alfândegas (posteriormente as mesas de renda) e

[189] Cf. LEÃO, op. cit., p. 76.

as diversas coletorias de Província de São Pedro.[190] A coletoria de Alegrete, segundo podemos observar na Tabela 10, apresentou os seguintes valores anuais arrecadados com a venda escravos, entre 1845 e 1869.

Tabela 10 – Coletoria de Alegrete: imposto sobre vendas de escravos

| **Valores arrecadados** | |
|---|---|
| **Ano** | **Valor** |
| 1845 / 1846 | 481.650 |
| 1855 | 2.247.712 |
| 1856 | 2.001.042 |
| 1857 | 2.892.872 |
| 1858 | 2.655.057 |
| 1859 | 1.283.450 |
| 1859 / 1860 | 3.207.775 |
| 1860 / 1861 | 3.193.925 |
| 1861 / 1862 | 1.995.000 |
| 1862 / 1863 | 1.775.000 |
| 1863 / 1864 | 1.707.000 |
| 1864 / 1865 | 1.125.000 |
| 1865 / 1866 | 1.752.960 |
| 1866 / 1867 | 1.632.677 |
| 1867 / 1868 | 2.196.192 |
| 1868 / 1869 | 2.041.179 |

Fonte: ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1847; 1855-1869, F.040.

Em Alegrete, a proporção entre homens e mulheres apresentava um certo equilíbrio, a partir dos dados apresentados para esse ano. Entre a população livre, 52,62% (4.191) eram homens e 47,38% (3.774), mulheres. Entre a de escravos, 53,03% (1.339) tratavam-se de homens e 46,97% (1.186) de mulheres. Entre os libertos, 50,24% (105) eram mulheres e 49,76% (104) homens.[191]

[190] Esse valor correspondia a 5% sobre as vendas de escravos realizada no território sulino. De 1871 a 1879, esse percentual cobrado nessas transações passou para 6% e a partir de 1880, ficou em 60$ (sessenta réis).
[191] Cf. LEÃO, op. cit., p. 06.

Para termos uma noção da distância social entre proprietários, que tinham acesso ao poder local, e os não proprietários, realizaremos uma comparação com outros dados.

Em 1856, na eleição no município de Alegrete, para vereadores e juízes de paz[192] em seus quatro distritos eleitorais, apenas 126 nomes concorreram e receberam votos.[193] Este número, comparado com a população masculina livre acima mencionada, representava apenas 3% de uma população que concentrava o poder econômico e, conseqüentemente, político. Se compararmos com a população geral do município de Alegrete (10.699), esse índice cai para 1,18%. Estes dados reforçam e confirmam a intensa exclusão social existente nesse período, pois a pergunta persiste: como se encontrava a população masculina, subtraindo-se a minoria da população dominante (126), ou seja, o restante, os 36,17% (4.065)? Tentaremos encaminhar esta questão, traçando outra comparação, agora com os dados de Santana do Livramento que podem ser estendidos a Alegrete pela proximidade e semelhança da estrutura econômica e social.

Em 30 de junho de 1858, a Câmara da vila de Santa Ana Livramento, antigo 4.º distrito do município de Alegrete, informava a sua situação econômica e social ao Presidente da Província, Ângelo Muniz da Silva Ferraz.[194] Segundo esse relatório, esse município contava com 337 homens para a atividade regular com o gado, nas pequenas e grandes estâncias, sendo que 298 eram peões e 39 capatazes.[195] Tomando como referência a população desse município para o ano

---

[192] Segundo Bueno as condições para ser votante e ser votado eram: "[…] §§ 1.º a 3.º Tem voto nas eleições primárias: 1.º) Os cidadãos brasileiros que estão em gozo de seus direitos políticos. 2.º) Os estrangeiros naturalizados". Constituição, art. 91. (São excluídos de votar nas assembléias paroquiais: 1.º) Os menores de vinte e cinco anos, nos quais se não compreendem os casados, e oficiais militares, que forem maiores de vinte e um anos, os bacharéis formados e clérigos de ordens sacras. 2.º) Os filhos de famílias que estivessem em companhia de seus pais, salvo se servirem ofícios públicos. 3.º) os criados de servir, em cuja classe não entram os guarda-livros e primeiros caixeiros das casas de comércio, os criados da casa imperial que não forem de galão branco e os administradores das fazendas rurais e fábricas. 4º) Os religiosos e quaisquer que vivam em comunidade claustral. 5.º) os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos). Constituição, art. 29. § 4.º os que não podem votar nas assembléias primárias de paróquia não podem ser membros, nem votar na nomeação de alguma autoridade eletiva nacional, ou local. Constituição, art. 93 […]" (BUENO, 1978, p. 189).

[193] Cf. SILVA. **Ata da eleição municipal para vereadores e juízes de paz do município de Alegrete em 11 de dezembro de 1856**. Porto Alegre, 11 mai. 1856. (lata 102, maço 05, n. 875a).

[194] Cf. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Santa Ana do Livramento em 22 de março de 1858 ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Ângelo Muniz da Silva Ferraz**. Porto Alegre, 22 mar. 1858. (lata 153, maço 213).

[195] Cf. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Santa Ana do Livramento em 30 de junho de 1858 ao Presidente da**

de 1856, que era aproximadamente de 4.205 habitantes,[196] e comparando-a com o da mão-de-obra fixa no campo, temos o percentual 8%.[197] Este dado pode parecer elevado, mas se levarmos em conta que predominava uma economia pecuária concentrada na propriedade privada da terra e do gado, esse valor era baixo, pois o restante da população ficava à margem desse processo produtivo, ou seja, 92%.

Esta Câmara ainda nos fornece dados sobre outros trabalhadores que, embora "pequenos", desenvolviam outras atividades na área da campanha. Em 1859, esta localidade contava com artesãos que trabalhavam em "oficinas mecânicas": com 05 ourives, 08 ferreiros, 01 funileiro, 15 carpinteiros, 08 sapateiros, 08 alfaiates 05 marceneiros. Possuía 01 fábrica de farinha e 04 olarias de tijolos e telhados, com uma mão de obra complementar de 08 escravos e 09 livres. A agricultura aparecia em pequena escala. Eram cultivados 01 légua quadrada ou 6.600 metros quadrados, distribuídos na seguinte proporção: trigo 6.000 alqueires; feijão 1.000 alqueires; milho, 2.000 alqueires; cevada, 4.000 alqueires e farinha de mandioca 500 alqueires (36 litros e 27 centilitros).[198] Este perfil social da campanha oeste sul-rio-grandense, nos diz da pluralidade de uma paisagem humana que desvinculada diretamente da nova estrutura fundiária e econômica, manifestou-se de maneira violenta e criminosa.

## 4.5 A FRONTEIRA COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA

No período de 1852 a 1864, a fronteira com os países do Prata continuava a ser identificada como uma das responsáveis pela intensa violência e criminalidade na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul,[199] em especial, na

---

**Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Ângelo Muniz da Silva Ferraz**. Porto Alegre, 30 jun. 1858. (lata 153, maço 213).

[196] Cf. SILVA. **Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Alegrete em 1856 ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Jeronymo Francisco Coelho**. Porto Alegre, 1856. (lata 102, maço 05, n. 875).

[197] Cabe destacarmos dois aspectos presentes nos dados apresentados nos parágrafos anteriores. O primeiro refere-se ao fato que realizamos uma análise a partir de dados absolutos da população, ou seja, não foi levada em conta a faixa etária, pois este dado não estava presente nos relatórios provinciais.

[198] Cf. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, op. cit.

[199] É importante apontarmos que já na década de 30 do séc. XIX, no relatório do Presidente da Província Caetano Maria Lopes Gama, as fronteiras com os países do Prata eram identificadas

campanha oeste sul-rio-gandense. O Presidente da Província João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú destacou que as constantes disputas em que os países estavam envolvidos originaram "[…] criminosos formados na escola da guerra e da anarquia em que constantemente tem estado as Repúblicas vizinhas são causas que muito influem para a segurança individual […]" (1853, p. 04).

Em 1854, Sinimbú (p. 05-06) referiu-se ao aumento da criminalidade devido ao ingresso constante de criminosos vindos da Argentina e do Uruguai. Em 1856, completando o seu relatório do ano anterior, o Presidente Jeronymo Francisco Coelho também foi contundente. Reafirmava e destacava a incidência de duas causas especiais para a propagação de diversos crimes que eram a:

> […] facilidade com que esses criminosos se passam por qualquer ponto de **nossa vasta fronteira** para os Estados vizinhos, com um dos quais somente temos tratado para extradição, porém esta sujeita a tão morosas formalidades, que completamente inutilizam os fins do tratado: 3.º […] criminosos dos Estados vizinhos vem clandestinamente para o nosso território aumentando o número dos primeiros (p. 07-08, grifo nosso).

É interessante observar que, no relatório de Jeronymo Francisco Coelho, a utilização das fronteiras como forma de fuga e, conseqüentemente, proteção por parte dos criminosos ocorria tanto pelo lado dos sul-rio-grandenses como pelos uruguaios e argentinos, fazendo com que as fronteiras ganhassem uma movimentação expressiva e intensa. Dessa forma, as fronteiras sulinas não foram utilizadas apenas no sentido leste para oeste, isto é, da Província de São Pedro para o Uruguai e a Argentina. Esse processo ocorreu inversamente, ou seja, dos países do Prata para a campanha oeste sul-rio-grandense.

Severino de Sá Brito (1992), em "Trabalhos e Costumes dos Gaúchos", estabelece uma conexão eficiente com os discursos provinciais. Esse antigo proprietário que residiu na campanha oeste retratou a face criminosa dessas fronteiras da seguinte maneira:

> Esses foragidos da Banda Oriental tinham ares façanhudos, cabelos compridos até os ombros (clinudos), tipos de ostensivos valentões, olhares provocadores, atitudes insolentes, topetudos, fanfarrões,

---

como uma das causas da violência e da criminalidade, pois: "quando é fácil aos malfeitores a evasão do lugar em que eles têm exercido os seus malefícios e quando é franca a passagem para o Estado Oriental e Entre-Rios em uma extensa fronteira quase toda acessível e por isso sujeita as incursões dos salteadores de que se queixam os habitantes que lhe ficam próximos tanto no nosso território estrangeiro […]" (ROCHE, 1961, p. 66).

> conhecidos pelo nome vulgar de castelhanos. […] Corrientes e Entre-Rios nos davam alguns de seus filhos, homens moços, alguns bonitos, porém de índole má; com raríssimas exceções, eram facínoras de sangue frio. Tão freqüentes tornam-se suas façanhas que quem dizia correntino dizia bandido. Assim pelo sul e pelo oeste vinham esses vizinhos sanguinários, castelhanos e correntinos, malfeitores de toda laia, cometer assaltos e mortes no território rio-grandense, nos empregando má reputação sem nunca termos merecido (p. 127).

Brito não difere dos relatórios dos presidentes de Província durante o séc. XIX. Estabelece a relação de que às fronteiras sulinas vinham sempre bater inimigos externos, procurando balizar os limites entre a civilização e a barbárie. Essa concepção era pejorativa, estigmatizando as populações da campanha, principalmente, as do Uruguai e da Argentina, como estritamente violentas e criminosas.

O Império Brasileiro, a Argentina e o Uruguai tinham conhecimento dessas intensas violações fronteiriças durante a década de 50 do séc. XIX e de seus reflexos econômicos e sociais. Nesse sentido, os tratados desse período são reveladores dessa situação que praticamente fugiu ao controle destes Estados nacionais.

Os tratados entre o Império Brasileiro, a República Oriental do Uruguai e a República Argentina, respectivamente, nos anos de 1851 e 1856, não expressavam exclusivamente a consolidação da política externa imperial. Revelam-nos, nas suas entrelinhas, as debilidades das fronteiras políticas, em limitar a violência e a criminalidade na área da campanha. Assim, foram estabelecidos acordos específicos que pudessem controlar essa situação explosiva.

Em 12 de outubro de 1851, era acordado, no Rio de Janeiro, um tratado com o Uruguai que estabelecia a entrega recíproca de criminosos, desertores e a devolução de escravos. Ficou em vigor até 15 de maio de 1903.[200] Em 1856, o Brasil assinou, desta vez com a República Argentina, o tratado de Amizade, Comércio e Navegação na cidade do Paraná. Entre as suas cláusulas, ficou convencionada a devolução de desertores sendo que esses não deveriam ser empregados no serviço dos respectivos estados.[201] Entre junho e outubro de 1856, estabeleceu-se de forma provisória, entre a Província de São Pedro e a Província

---

[200] Cf. OLIVEIRA. **Actos Diplomáticos do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1997. t. 01. p. 173.
[201] Cf. Ibid., p. 214-215.

de Corrientes (Argentina), um acordo específico para a extradição de criminosos e para a devolução de escravos.[202]

Estes tratados mostram que, apesar de estar ocorrendo a consolidação das fronteiras políticas nacionais, havia uma incapacidade de operar uma conquista interna dos subespaços da campanha oeste, ou seja, de sujeitar completamente a população rural à nova configuração geográfica, política e econômica em que ainda se instaurava.

O Império Brasileiro estava ciente dessa situação, enfatizada constantemente pelos presidentes da Província em seus relatórios. Esses tratados buscavam soluções diplomáticas que visavam extrapolar a autoridade imperial, além dos seus limites fronteiriços. A consolidação das fronteiras com a eliminação de Oribe e Rosas do cenário da política dos países do Prata, impuseram necessariamente essas soluções diplomáticas, pois os interesses econômicos e comerciais eram maiores que essas contravenções fronteiriças de então.

Os tratados, segundo o Jornal Mercantil de Porto Alegre, de fevereiro de 1882, nasceram como letra morta.[203] A estrutura judiciária e policial da Província, além de ter que dar conta da violência e da criminalidade no espaço interno da Província, não tinha estrutura para controlar essas situações na campanha oeste, onde as fronteiras colocavam-se como aliadas dos criminosos. O Estado brasileiro se deparava com uma nova situação, aparentemente sem solução.

Entretanto, por trás dos tratados, estava o interesse do Império Brasileiro e da classe proprietária da campanha oeste: a preservação das propriedades que se localizavam tanto no Rio Grande do Sul quanto no Uruguai, do gado, dos escravos e do comércio com os países do Prata. Estes interesses tinham sido, pelo menos desde 1801, duramente alicerçados e, neles, o privado e o público estavam imbricados. Durante os anos de 1852 e 1864, a estabilidade das fronteiras fez com que a atividade comercial e pecuária se intensificasse e ganhasse um ritmo expressivo na área da campanha.[204]

---

[202] Cf. Ibid., p. 221-222.

[203] BAKOS. **Rio Grande do Sul:** escravismo e abolição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p.16.

[204] É importante percebermos que a estabilidade externa proporcionou o fluxo comercial da pecuária na área da fronteira oeste. Aparentemente, temos uma contradição que deve ser vista da seguinte forma: o incremento comercial e da pecuária foi proporcionado pela política externa imperial, mas não amenizou a crise estrutural do modelo produtivo da estância sul-rio-grandense, que, entre outras conseqüências, não absorvia o grande número de mão-de-obra existente na campanha. Este enfoque, aqui recapitulado, foi tratado no segundo capítulo do desenvolvimento.

Os criminosos da fronteira canalizaram essa situação de tranqüilidade. Intensificaram o roubo e o furto de gado e o contrabando. A fuga de escravos, desertores e criminosos comuns aumentou. Dessa maneira, os crimes fronteiriços entraram em conflito com a nova estrutura econômica e social da campanha oeste sul-rio-grandese.

## 4.6 OS CRIMES DE FRONTEIRA COMO RESISTÊNCIA

### 4.6.1 O furto e o roubo de gado

Entre 1852 e 1864, a classe proprietária estancieira da Província de São Pedro detectava, como sendo o principal crime contra a propriedade privada, o furto[205] e o roubo[206] de gado. Esta violação teve na área da campanha a sua principal incidência. Tratava-se de uma situação endêmica que mereceu uma constante preocupação por parte dos presidentes da Província e da Assembléia Legislativa Provincial, segundo os relatórios provinciais analisados no segundo item deste capítulo, essas práticas estavam relacionadas diretamente com a violência e a criminalidade.

O Presidente da Província João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, em 1854 (p. 05-06), vinculou diretamente a crise econômica por que passava a Província ao aumento da criminalidade. A produção pecuária estava em declínio e sendo a principal atividade, fazia com que aumentasse o grande número de "desempregados" que praticavam o furto e o roubo de gado.

Em 1855, Luiz Alves Leite de Oliveira Belo, reafirmava a posição de Sinimbú. Apresentava algumas observações diferenciadas, permitindo-nos aumentar o painel desta situação explosiva na campanha.

---

[205] "**furtar:** [De furto + ar.2] v.t.d. **1.** Apoderar-se de (coisa alheia); subtrair fraudulentamente (coisa alheia) [...]" (FERREIRA, 1986, p. 823).

[206] "**roubar:** [Do germ. *Rauben*, 'arrebatar', 'roubar', atr. Dum lat. vul. *Roubare*] v.t.d. **1.** Jur. Subtrair (coisa alheia móvel) para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistir [...]" (FERREIRA, 1986, p. 1524).

> Alimentado pela ociosidade das **classes pobres da nossa campanha** especialmente nas proximidades das povoações e pela facilidade de o cometerem e dificuldade de o provar, **este crime** continua a ser o maior flagelo dos estancieiros (p. 08, grifo nosso).

No ano seguinte, o Presidente da Província Jeronymo Francisco Coelho (1856) avalizou tanto as posições de Sinimbú como as de Belo, ao caracterizar o furto e o roubo de gado através da expressão **abigeato**,[207] sendo pouco comum até aquele momento o emprego do termo. Estes crimes causavam grandes prejuízos à atividade pecuária, não sendo raro o estancieiro que tivesse ficado imune a esses atentados contra a propriedade. Coelho, da mesma forma que Belo, analisava o cerne desse problema como sendo decorrente do "[…] grande número de ociosos sem ocupação e sem costumes que nunca deixam de achar a seu serviço dando-lhes guarida e proteção" (1856, p. 07).[208]

O relatório do Ministério da Justiça do Império Brasileiro, apresentado por Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos (1858, p. 07) à Assembléia Legislativa Provincial, reafirmava a posição dos presidentes da Província de São Pedro, no que diz respeito à prática do furto e do roubo de gado. Além disso, salientou que essas ações desencadeavam outros tipos de crimes como assassinatos e tentativas.

No município de Alegrete, tais crimes acompanhavam a tendência geral da Província. Em 1855, por exemplo, o índice foi de 6,7% e, no período de 1853 a 1862, chegou a 6,24%.[209]

Os dados percentuais referentes à prática do furto e do roubo de gado não traduzem a totalidade desse contexto. Os números não são absolutos e sim relativos, pois existiu uma grande dificuldade de flagrar, processar e punir os abigeatários, por parte das autoridades policiais da campanha. No entanto, o quadro até agora exposto é relevante, salientando a existência de um nível de enfrentamento entre a classe popular e a classe proprietária que não se

---

[207] Significa furto, roubo de gado.

[208] Isabelle expressou uma visão estigmatizadora e eurocentrista da população rural sul-rio-grandense quando fez a seguinte afirmação: "[…] Pretendo, contudo falar da gente pouco esclarecida, principalmente dos homens do *campo*; porque são poucos os homens de educação em toda América do Sul, que acolhem bem os estrangeiros e não se esforcem por praticar com eles a hospitalidades mais generosas. Mas não é assim fora das cidades, onde a educação dos homens se limita a saber *laçar* e *bolear* animais com destreza, *domar um cavalo* e monta-lo com graça; vêem com inquietação esses homens meio selvagens que os estrangeiros os obriguem a sair do seu gênero de vida rústica para porem-se ao nível da civilização ou ao menos para procurá-lo" (1983, p. 47).

caracterizava pela luta pelo poder político, mas como afirma Thompson (1998, p. 19): “temos uma cultura costumeira que não está sujeita, em seu funcionamento cotidiano, ao domínio ideológico dos governantes”.

Existem duas possibilidades de interpretação dos fatos. Uma de caráter social e a outra cultural. Ambas as abordagens relacionam-se direta e indiretamente. Trataremos cada uma em específico, como forma de estabelecermos algumas diferenças, relações e as suas dinâmicas.

Do ponto de vista social, em 1859, a população geral na Província de São Pedro, computando-se livres, libertos e escravos, totalizava 282.547 habitantes.[210] Em 1862, apenas três anos depois, esse número chegou a 392.725,[211] aumentando 38,9%.

Este aumento demográfico da Província pode ser atribuído a quatro aspectos que apenas citaremos. O primeiro nos diz da possibilidade de um crescimento vegetativo, isto é, uma maior taxa de natalidade do que de mortalidade. O segundo, se refere à estabilidade das fronteiras, contribuindo para uma imigração oriunda do Prata. O terceiro trata da imigração européia (alemã e italiana), intensificada a partir da década de 50, principalmente após a Lei de Terras de 1850. O quarto trata da intensificação do comércio de escravos na Província, apesar de sua proibição.

O município de Alegrete não fugiu à perspectiva geral de crescimento populacional da Província, como foi demonstrado acima. Em 1859, a sua população era de 10.699 habitantes,[212] passando, em 1862, para 24.866,[213] num acréscimo de 132,42%. Podemos inferir que esse crescimento populacional na área da campanha oeste estava relacionado diretamente com a imigração oriunda do Prata, com o incremento do comércio nessa área, como foi analisado no segundo capítulo do desenvolvimento.

O furto e o roubo de gado podem ser vinculados à pressão demográfica presente na Província de São Pedro, em decorrência de seu crescimento. Em parte essa razão está correta, mas não pode ser tomada como a única, visto que ela encobre uma outra realidade também presente. O modelo produtivo da estância

---

[209] Estes dados percentuais foram apresentados na segunda parte deste capítulo.
[210] Cf. LEÃO, op. cit., p. 76.
[211] Cf. PIMENTEL, op. cit., p. 02.
[212] Cf. LEÃO, op. cit., p. 76.
[213] Cf. PIMENTEL, op. cit., p. 08.

sul-rio-grandense era limitado, no que se refere à absorção de uma mão-de-obra permanente e sazonal e, dessa maneira, o crescimento populacional agudizava essa característica da estrutura econômica.

O trabalho sazonal é de difícil quantificação, pois variava conforme o tamanho das propriedades e, principalmente, com o número de gado existente. Nos diz, porém, que a população da campanha dispunha de liberdade e mobilidade para as suas realizações. Por outro lado, o trabalho permanente nas estâncias sul-rio-grandenses expressava incisivamente o nível de exclusão social imposto pelo capitalismo na área rural.

O sistema produtivo das estâncias sul-rio-grandense, por si só, era incapaz de absorver uma grande quantidade de mão de obra, apesar do trabalho sazonal. Furtar e roubar gado eram respostas a essa estrutura concentradora, tornando-se assim em atos contínuos de resistência por parte da população rural contra a privatização dos rebanhos.

Durante a década de 50 do séc. XIX, a Província de São Pedro passava por uma profunda crise econômica na sua principal atividade, a pecuária.[214] Isso expressava a própria debilidade técnica de um sistema produtivo envolto em contradições ainda não superadas, sendo que uma delas era a defesa do livre mercado enquanto ainda estava vigente a escravidão.

Podemos dizer que o modelo econômico concentrador e excludente e a crise produtiva foram forças centrífugas que canalizaram para o furto e o roubo de gado, como formas de sobrevivência da classe popular.

Estes delitos analisados até o momento, típicos da área da campanha oeste, devem ser interpretados também como parte integrante do padrão cultural da população rural desta área.

O espaço da campanha, tanto na margem ocidental, como oriental do rio Uruguai, conheceu uma intensa atividade com o gado. Isso ocorreu tanto por parte dos guarani-missioneiros quanto por parte dos Ibéricos e dos grupos Charrua e Chaná-Timbú. O gado, desde então, aglutinava relações econômicas sociais e culturais. No séc. XIX, o furto e o roubo de gado, reconstituíam esses padrões, presentes nas vacarias, nos rodeios, nas estâncias missioneiras e com os tropeiros

[214] Entendemos que a crise da economia pecuária no Rio Grande do Sul, durante a década de 50 do séc. XIX, foi em decorrência da sua estrutura técnica, sendo demonstrada e analisada no segundo capítulo do desenvolvimento desta dissertação.

e contrabandistas, dos séculos anteriores. Tratava-se de características como liberdade, mobilidade, acesso imediato ao gado, ausência de fronteiras políticas e da pressão dos estados nacionais.

Antônio José Gonçalves Chaves (1978), em “Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil”, tratando sobre a Província de São Pedro no período de 1819 a 1822, captou alguns nuances referentes ao furto de gado nesse período. É interessante destacarmos que essa situação explosiva da década de 50 do séc. XIX apresentou-se menos difusa e tensa na década de vinte, até porque as lutas fronteiriças escamoteavam essa situação. Era uma prática comum e cotidiana, não estando transpassada pela intensidade da violência, a que tudo indica. Segundo Chaves:

> Não é assim respectivamente ao roubo de animais. Cada um mata as reses de seu visinho para o gasto de sua casa, sem procurar pagá-las, ainda que sempre se cobre com o pretexto de pagar com outras. Quase em geral, há muito pouco escrúpulo em matar reses para comer andando em viagem e tomar cavalos sem consentimento de seu dono, deixando em partes muitas vezes tão distantes que não voltam mais a seus donos (1978, p. 214).

Chaves se refere ao furto e ao roubo de gado como um ato também exercido pela classe proprietária, não gerando conflitos intensos. Este autor, em sua memória, apontava a classe popular da campanha como parte integrante desse cenário espoliativo, pois:

> [os] tropeiros ajuntam muitas vezes com suas tropas de gado reses que encontram por perto dos caminhos e vendem-nas nas charqueadas sem escrúpulo algum. Quando é colhido em flagrante e mesmo preso por algum comandante militar, o castigo é sempre arbitrário e o ladrão solto em poucos dias (falamos dos vagabundos, pois alguns há e levam assim a sua vida), volta sempre ao mesmo erro, até com o pressuposto de se indenizar do que gastará na prisão. É muito raro, haver uma querela por estes furtos, por causa das grandes distâncias de magistrados a 10, 15, 20, 30 e 40 léguas, e mesmo quase se toma por uma malevolência, fazer tais querelas, dizendo-se que se deve botar a prender um homem por uma bagatela (1978, p. 214).

É importante salientarmos que, no período de 1814 a 1822, a Província de São Pedro, tinha, na área da campanha, uma indefinição territorial. As descrições de Chaves são importantes no sentido que apontam para a presença dos tropeiros, dos vagabundos, como portadores de um padrão cultural advindo da atividade com o gado, mas diferentemente da organização que estava se impondo na área da

campanha. Esta liberdade, a falta de um controle social efetivo, a certa desorganização do emergente Estado Nacional Brasileiro e uma consolidação territorial em andamento no extremo sul, refreavam as tensões advindas do furto e roubo do gado na campanha, durante as décadas de 10 e 20 do séc. XIX.

Saint-Hilaire também nos fala dos costumes do homem da campanha e de sua tendência em não abandoná-los. O hábito alimentar da carne, a liberdade de movimento eram decorrentes sem dúvidas, desta atividade permanente com o gado. Segundo este viajante,

> [os] habitantes desta Capitania, ao contrário nunca emigram porque sabem que fora dela serão obrigados a renunciar ao hábito de estar sempre a cavalo e em parte alguma encontrarão tamanha abundância de carne. Receiam, sobretudo embarcar, e todas embarcações que fazem o comércio desta Capitania são tripuladas por estrangeiros (1974, p. 74).

Chaves e Saint-Hilaire dizem-nos, de forma incontestável, da importância do gado como parte de um modo de vida da população da campanha. Era uma memória cultural alicerçada pelo menos desde os séc. XVII e XVIII, sobrepondo-se a essas fronteiras nacionais. A maneira como se utilizava esse recurso, sem "escrúpulo" de furtar, de roubar, refletia um substrato cultural importante, iniciando uma contraposição à ordem privada no campo em andamento.

Com este breve recuo cronológico (1819 a 1822), procuramos mostrar que o furto e o roubo de gado não eram apenas respostas à estrutura social excludente, mas significavam também, a presença de uma cultura popular. Cabe ainda apontarmos que, na década de 20 do séc. XIX, estas situações tiveram proporções menos conflitantes, enquanto que na década de 50, tornaram-se caso de polícia e diplomático, intensificando a violência entre a classe popular e a classe estancieira. A população rural não abdicava de ter acesso ao gado, apesar de sua privatização.

Em 1847, Zeferino Coelho Neto, Presidente da Câmara Municipal de Alegrete, em correspondência ao Presidente da Província, o Conselheiro Manoel Antonio Galvão, enviou em anexo um artigo adicional para ser incluído nas posturas municipais. Expressava a proibição da matança de potros e éguas, procurando preservar a criação cavalar, pois o quadro produtivo era deficitário, decorrente em parte da Revolução Farroupilha. Essa gerência da Câmara visava disciplinar o espaço econômico, proibindo e multando os infratores, mas, a que

tudo indica, foi inócua. As dificuldades de fiscalização devido à grande área da campanha fizeram com que essa lei fosse apenas mais um ato legislativo da classe proprietária. É importante observarmos que, por trás dessas matanças, estava presente um outro costume da população em geral do campo, principalmente dos peões. John Mawe em sua passagem pela Banda Oriental, assim referiu-se a essa prática:

> […] andam geralmente, descalços e como, na verdade raramente andam a pé, quase não tem ocasião de usar sapatos. Alguns peões em particular fabricam uma espécie de botas de couro cru, de potros mortos exclusivamente para este fim. Do animal morto cortam o couro em redor da coxa aproximadamente dezoito polegadas, na parte superior da perna traseira batem-no, esticam-no e raspam-no todo o pelo e ficar inteiramente branco. A parte inferir, que cobre as juntas, forma o calcanhar e a extremidade é ajustada para cobrir os dedos. Estas botas, quando recém acabadas, tem uma cor delicada e são em geral muito apreciadas […] (1978, p. 37).

Coelho Neto (1847) apontava as matanças como sendo práticas cotidianas, servindo de sustento a este costume, do modo de vestir do homem da campanha, além da montaria que era vital na área da campanha. Podemos dizer assim que, furtar e roubar gado estava envolvendo padrões sociais e culturais.

O furto e o roubo de gado não ficaram circunscritos aos limites da Província de São Pedro. As fronteiras nacionais não conseguiram isolar esses ataques na República Oriental do Uruguai, onde existiam muitos proprietários brasileiros aumentando a intensidade e o significado da resistência. Cabe destacarmos que esta prática ganhou o sentido também de contrabando de gado, poderíamos dizer que sob a ótica do Império Brasileiro tratou-se de uma dupla transgressão: o roubo e o contrabando, articulados com a fronteira política com o Uruguai.

Em 1848, a fronteira sul-rio-grandense com a República Oriental do Uruguai estava tensa. Não se tratava exclusivamente da pressão de Rosas e Oribe. Conforme Joaquim dos Santos Prado Lima (1848), delegado de polícia da então vila de Alegrete, estavam ocorrendo reuniões nessa área fronteiriça da campanha. Estes grandes encontros tinham por objetivo, o planejamento de ações para o roubo de gado de proprietários brasileiros no Uruguai e o respectivo contrabando para a campanha oeste.

O Presidente da província, João Capristano, através da circular de 01 de março de 1848, determinava a essa autoridade policial que os responsáveis fossem punidos, conforme o artigo 73 do Código Criminal do Império. Esta preocupação oficial encobria o discurso da "agressão" a um país vizinho, mas procurava proteger e defender a propriedade privada brasileira do outro lado da fronteira.

Entre 15 e 22 de novembro de 1849, ocorreu reunião do júri na vila de Alegrete. Nesse ano, esta localidade pertencia à jurisdição da comarca de Missões, composta pelos municípios de Cruz Alta e São Borja. O chefe de polícia Ladislau de Figueiredo, em seu relatório da secretária de polícia de Porto Alegre (15 de fevereiro de 1850),[215] destacava este julgamento:

> O Réu acusado pelo crime do Artigo 73 do Código Penal foi Candido Antonio Figueró, natural desta Província, mas naturalizado em uma das Repúblicas do Prata, que cometeu hostilidades contra o Estado Oriental. O Réu condenado a açoites em 2.º julgamento havia sido no 1.º condenado a morte. Das apelações interpostas para o Superior Tribunal da Relação não consta ainda às decisões por ela proferidas nesta repartição. Na casa dos Escravos vão compreendidos ainda as que têm ofício (FIGUEIREDO, 1850, p. 47).

Conforme este mapa criminal, Candido Antonio Figueró cometeu um crime público, pois tinha roubado gado de propriedade brasileira em território uruguaio. Era considerado "estrangeiro", com mais de 40 anos. A que tudo indica, foi o único que foi preso e julgado pelo artigo 73, daquele grupo que realizou "reuniões ilícitas" nas proximidades do rio Quaraí. Neste julgamento, aparentemente, existiu uma contradição. Enquanto que o furto e o roubo de gado na Província de São Pedro eram considerados "crime particular", na República Oriental eram entendidos como "crime público".

O roubo de gado permaneceu ativo nos tempos de paz (1852 a 1864). Em 1854, na vila de Alegrete, encontravam-se presos na cadeia local, Manoel Ajala e José Antonio. Segundo o chefe de polícia do Departamento de Salto (Uruguai), Bernardino Alcain *apud* Ortiz Filho, estes brasileiros tinham,

> […] com outros em números de dezenove, ido **roubar** junto ao arroio de Soprais, quarenta e seis cavalos, trezentas reses e várias outras coisas para o que atacaram a quantos se acharam na fazenda, onde cometerão

[215] Cf. BUENO, op. cit.

> as ditas tropelhias, trazendo para esta Província os objetos roubados (1854, maço 01, grifo nosso).

Bernardino Alcain dirigiu reclamação ao comandante da fronteira David Canabarro contra esses brasileiros mencionados. Deveriam ser enviados para o 4.º distrito do município de Alegrete, denominado Santana do Livramento para uma possível extradição. Conforme Ortiz Filho, delegado de polícia suplente, os objetos roubados não foram procurados ou apreendidos quando da prisão de Manoel Ajala e José Antonio.

O conselheiro, o Barão de Muritiba, em 1856, deu ênfase em seu relatório que entregou ao Presidente da Província, no item, “tranqüilidade pública e fronteira”, de um roubo de gado que envolveu reclamações da República Oriental do Uruguai, pois teria sido

> […] nos princípios de Janeiro alguns indivíduos afeitos ao crime entre os quais figurou o desertor da Marinha Itaquatiá, iludindo com o favor da noite a vigilância da guarnição da linha de Bagé conseguirão tirar da fazenda de D. Francisco Sacrias situada no país vizinho, cerca de 300 reses e cavalos. A respeito de tal roubo se dirigiu desde logo ao subdelegado do Livramento, o chefe político de Taquarimbó, reclamando os animais e pedindo punição dos delinqüentes (p. 05-06).

O Vice-cônsul do Uruguai, residente em Bagé, encaminhou ao delegado de polícia de Alegrete, um pedido para que se efetuasse a apreensão dessas reses, pois segundo este, os animais teriam sido comercializadas nesta vila ou em suas imediações. As medidas adotadas por Muritiba foram inócuas. Os animais não foram recuperados e os infratores nesse caso, continuavam livres pela campanha e pelas fronteiras.

A classe popular, ao realizar essas ações contra a propriedade privada, paralelamente na Província de São Pedro e no Uruguai, negava as fronteiras políticas e a autoridade dos estados nacionais. Recuperava assim, o antigo espaço regional colonial dos séc. XVII e XVIII. Estava ocorrendo uma contraposição ao espaço privado e geopolítico, sem que isso fosse plenamente planejado, mas que estava no substrato cultural da população rural da campanha. Essa resistência social era subsidiada por características culturais como mobilidade, liberdade, onde as fronteiras canalizavam essa luta na campanha oeste sul-rio-grandense. Todavia, na década de cinqüenta, o perigo não residia no gado selvagem, e sim, na mobilidade da população rural.

O Presidente da Província João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, em seu relatório de 1853, a respeito da segurança individual na Província de São Pedro, apontava como uma outra causa da violência e da criminalidade "[…] a mobilidade da população, tanto pela natureza das ocupações pastoris em que si geralmente se emprega, como pelas condições do terreno […]" (p. 04-05).

Em 1856, Muritiba enfatizou o nomadismo da população rural da seguinte forma:

> Outra não menos poderosa é a vida quase errante dos proletários da campanha e sem hábitos de trabalho que lhes permite passarem desconhecidos e desapercebidos de um outro ponto do território, porque nossa legislação e mais que ela os costumes inveterados da população autorizam essa mobilidade sem outro corretivo mais de que serem expulsos dos distritos aqueles sobre quem recai suspeita de não estarem exemplos de crimes; corretivo que raras vezes tem aplicação (p. 06-07).

Os relatórios citados da administração provincial confirmam a mobilidade da classe popular, relacionada diretamente com a atividade pecuária. Esta característica não foi forjada no séc. XIX e sim nos anteriores, subsidiando esse tipo de comportamento, ou seja, a liberdade de movimentação e que, de certa forma, continuava com o tropeirismo de gado em direção às charqueadas de Pelotas e uruguaias. Podemos inferir que a prática do furto e roubo de gado estava inserida nesse contexto de mobilidade.

Muritiba reconhecia, na mobilidade da população rural, um costume permanente e perigoso para o Estado. Atribuía a mobilidade como uma das causas da violência e da criminalidade. A repressão sobre essa massa "errante", a esse trânsito livre, era ineficaz.

Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, no relatório ao Ministério da Justiça, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 1858, a respeito da classe popular, entendeu o seguinte:

> A pouca ou quase nenhuma instrução primária dessa classe de homens vivendo sem domicílio certo pela campanha, ocupam-se na postura dos gados e em conduzi-los para as charqueadas no litoral, sempre erradios de estância em estância, e muito poucas vezes nas povoações; e a falta de religião que se observa mesmo em algumas das florescentes povoações da campanha, onde não existem templos dignos do culto divino, e há falta de sacerdotes […] (p. 07).

Vasconcellos não se distanciava da opinião de Muritiba. Fala-nos de uma população errante, onde a condução de tropas para as charqueadas imprimia uma intensa mobilidade pela campanha. Referia-se, assim, àquele padrão dos séculos anteriores: à liberdade, como já mencionamos. A instrução pública e a religião, visto como instrumentos a serviço da civilização capitalista, não surtiram seus efeitos de dominação sobre a população da campanha, até porque as suas estruturas eram precárias.

A resistência através do furto e do roubo de gado expressava algumas características do modelo produtivo da estância sul-rio-grandense. O nível técnico em que se encontrava a estrutura produtiva capitalista na campanha era deficiente. Um desses elementos, era a ausência dos cercamentos dos campos. Essa característica contribui significativamente para que essa mobilidade da classe popular fosse intensa e significativa. Esse fator foi corroborado pela ineficiência dos mecanismos de controle social, apesar da constante militarização da Província de São Pedro.

O furto e o roubo de gado tocavam diretamente no âmago da propriedade privada. A população rural estabeleceu uma relação de força com a classe proprietária estancieira, contudo sem ameaçar a sua hegemonia e sem saber que estava questionando a apropriação do gado de forma conscientemente planejada e com objetivos políticos delineados. Furtar e roubar gado possibilitou a subsistência de um espaço social e cultural na campanha, embora carregado de violência e criminalidade que subvertia as fronteiras políticas, recém consolidadas, pelo Império Brasileiro e como diz Thompson: (1998, p. 112) “a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes”.

### 4.6.2 O contrabando

A Colônia do Sacramento durante os séc. XVII e XVIII foi o epicentro das tensões entre as Coroas Ibéricas, em função do contrabando oficial português, canalizando inicialmente a prata de Potosí e, posteriormente, o couro, a graxa e o sebo da Banda Oriental.

A apropriação e a conquista de uma parte da campanha oriental pelos lusitanos dinamizou a fronteira como área “geopolítica de forte significado para o

contrabando" (TORRONTEGUY, 1994, p. 41). Cabe salientarmos que as fontes referentes a esse assunto não nos permitiram uma análise que decodificasse a intensidade do contrabando pelas fronteiras sulinas no séc. XIX, ou seja, uma quantidade aproximada. Todavia, elas possibilitam, de maneira indicativa, dizer quer o contrabando era uma atividade com significado econômico importantíssimo.

A partir do séc. XIX, a configuração espacial da área da campanha imprimiu um outro ritmo ao contrabando. Essa atividade ilícita tornou-se essencial nesse perímetro. Nessa conjuntura (1852-864), o município de Alegrete situava-se entre duas fronteiras políticas imediatas. Uma com o Uruguai e a outra com a Argentina. Paralelamente, o sucesso da política externa Imperial Brasileira na área do Prata, possibilitou remover os obstáculos para uma maior intensificação comercial entre o Brasil, Argentina e Uruguai. Assim, começava uma organização do comércio brasileiro nas vias fluviais dos rios Paraná e Uruguai. Conforme Medrano, este processo dependia:

> […] em grande parte, da adoção de medidas político-econômicas para desenvolver e incentivar as atividades comerciais pelos rios da Bacia do Prata, […]. Tais medidas iam desde o combate ao contrabando nas fronteiras do Rio Grande do Sul, […], a assinatura de um tratado de comércio e navegação entre os dois países e a criação de Vice-consulados Brasileiros nos portos argentinos habilitados para o comércio exterior sobre os rios Paraná e Uruguai (1989, p. 36).

O contrabando pelas fronteiras da Província de São Pedro era potencializado pela abertura comercial dos rios Paraná e Uruguai e estava longe de ser controlado pelo Estado Brasileiro. A área da campanha oeste apresentava-se como rota permanente desse comércio ilícito.

A Câmara Municipal de Alegrete, em 1853, viu no contrabando uma situação crônica e, nesse momento, sem solução, pois a corrupção dificultava o controle comercial nas fronteiras. Faltava um controle fiscal efetivo para esta finalidade, pois

> […] a vista da extensa fronteira de nossa Província e da falta de Alfândega dos Estados vizinhos e do lucro maior inerente ao contrabando ainda que possível, não pode deixar de haver sem que seja neutralizado por uma fiscalização prudente e pela moralidade dos funcionários públicos (PINTO, 1853, maço 04).

O contrabando ganhou ênfase na Assembléia Legislativa Provincial durante a década de 50 do séc. XIX. Existiram nesses debates, dois enfoques: um referia-se à repressão e outro à estrutura fiscal e à infraestrutura da Província de São Pedro. Em 17 de outubro de 1855, João Jacintho de Mendonça apontava em seu discurso para:

> […] uma das necessidades da Província do Rio Grande do Sul, de proteger o seu comércio lícito, é libertá-lo do contrabando que o tem estragado. É suposto que eu tenha a opinião de que não é só pelos meios repressivos que havemos de obter esse resultado, penso também que sem eles, as autoridades fiscais desarmadas, verão crescer a ousadia dos contrabandistas na razão direta de sua impotência (1998, p. 291).

Nesse mesmo discurso, de 17 de outubro de 1855, Mendonça reforçava sua posição a respeito do contrabando. Tratava esta questão como sendo de segurança pública e defendia a criação de um corpo militar fixo para essa finalidade, pois, segundo suas palavras, imperava

> […] a existência de um cancro roedor que também existe na nossa Província, falo dos extraordinários contrabandos que se fazem nas nossas fronteiras e a simples notícia da criação de um corpo fixo para a guarda e a polícia delas há de assustar sobre modo os contrabandistas, e fazê-los menos ousados (1998, p. 298).

Conforme o discurso de José Cândido Gomes, em 14 de dezembro de 1859, erros na legislação aduaneira contribuíam para que o contrabando fosse intenso na Província de São Pedro. Entretanto, para esse deputado, o seu combate poderia ser feito de forma indireta, através da infraestrutura, com a construção de pontes e estradas. Isso facilitaria ao “comércio lícito” chegar a certas áreas e competir com o contrabando. Segundo Gomes:

> […] o contrabando não se importa com as escrabosidades dos terrenos. Importa-se, meus Srs., o contrabando convém as asperezas, as escrabisidades dos caminhos quando elas existem em prejuízo do comércio lícito. Se o contrabando pudesse atuar diretamente na nossa sociedade, ele pegaria, creio eu para que fossem muito escabrosas as estradas, muito invadiáveis os rios. […] no dia em uma fatura saída de Porto Alegre puder chegar a Alegrete por meio de uma estrada lhana (sic), com pontes seguras, neste dia o contrabando em Alegrete será menor […] (1998, p. 232).

O contrabando no período de 1852 a 1864 expressou a própria debilidade de um estado em formação. As fronteiras políticas colocavam-se como obstáculos

para o controle dessa atividade ilegal. Essas mesmas fronteiras que dificultavam o controle pelo estado eram utilizadas para a realização do contrabando, onde a população rural da campanha oeste sul-rio-grandense participou ativamente.

O contrabando, além de inerente à própria fronteira, representava uma transgressão ao espaço econômico oficial. A sua prática possuía uma característica também presente nos furtos e roubos de gado: a mobilidade. O contrabandista era um exímio vaqueano,[216] conhecedor dos campos antes de tudo, e isso somente adquirido com o trabalho com o gado.

Assim, o contrabando enquanto prática econômica e social, ilícita, lesando a ordem econômica oficial, pode também ser visto como uma forma de resistência, diante de um modelo econômico que não deixava outras opções para a classe popular. Apesar dos constantes riscos e perigos a sua prática nunca foi abandonada. Contribuiu para que a violência e a criminalidade na campanha sul-rio-grandense também tivesse a face humana do contrabandista, pois este, muitas vezes, preferia lutar contra a polícia a ser despojado dos seus produtos.

### 4.6.3 As fugas de escravos pelas fronteiras

A foz do rio Prata também foi ponto importante para o contrabando de escravos desde os séc. XVII e XVIII. O comércio era realizado com os mercados de Salto, Chile, Bolívia, Entre-Rios, campanha de Buenos Aires e a Banda Oriental. A presença de cativos africanos no espaço regional missioneiro yapeyuano nesses séculos, porém, conforme a nossa análise no primeiro capítulo, não fez de escravos a mão-de-obra fundamental na região.

[216] João Simões Lopes Neto em seu conto, “O Contrabandista”, descreve-nos de forma substancial o ambiente da campanha oeste, onde se inseriu o contrabandista, e que podemos inferir que de alguma maneira este se relacionava com a atividade com o gado, da seguinte maneira: “Batia nos noventa anos o corpo magro mas sempre teso do Jango Jorge, um que foi capitão de uma maloca de contrabandistas que fez cancha nos banhados do Ibirocai. Esse gaúcho desabotinado levou a existência a cruzar os campos da fronteira; à luz do sol, no desmaiado da lua, na escuridão das noites, na cerração das madrugadas...; ainda que chovesse reiunos acolherados ou que ventasse como por alma de padre, nunca errou vau, nunca perdeu atalho, nunca desandou cruzada!... Conhecia as querências, pelo faro: aqui era o cheiro do açouta-cavalo florescido, lá o dos trevais, o das guabirobas rasteiras, do capim-limão; pelo ouvido: aqui, cancha de graxains, lá os pastos que ensurdecem ou estalam no casco do cavalo; adiante o chape-chape, noutro ponto, o areão. Até pelo gosto ele dizia a parada, porque sabia onde estavam águas salobres e águas leves, com sabor de barro ou sabento a limo” (2001, p. 87).

A ocupação lusitana no extremo sul trouxe, na sua esteira, o escravo como parte integrante do sistema de produção pecuária e charqueada. A partir das últimas décadas do séc. XVIII, a escravidão na Província de São Pedro, alicerçou-se no desenvolvimento da agricultura extensiva e das charqueadas.[217] No séc. XIX, foi levada para a campanha oeste incorporando-se à estância colonial sul-rio-grandense.[218]

Os números da população escrava na Província de São Pedro e em específico no município de Alegrete no séc. XIX, revelam uma significativa presença da população escrava no município, conforme podemos observar na Tabela 11.

Tabela 11 – População da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul

| Livres e escravos na população da Província | | | |
|---|---|---|---|
| **Ano** | **População total** | **População Escrava** | **Participação Relativa** |
| 1846 | 118.171 | 30.841 | 26% |
| 1858 | 282.547 | 70.880 | 25% |
| 1859 | - | 73.749 | - |
| 1860 | 309.476 | 76.109 | 24% |
| 1861 | 344.227 | 77.588 | 22% |
| 1862 | 276.446 | 75.721 | 27% |
| 1863 | 392.725 | 77.419 | 19% |

Fonte: BAKOS, 1992, p. 18.

Segundo a Tabela 11, a tendência do aumento da população escrava foi uma constante nas décadas de 50 e 60 do séc. XIX. Estes dados revelam-nos dois aspectos importantes. Primeiro, de que o tráfico negreiro interprovincial era

---

[217] Cf. CARDOSO. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. 02. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

[218] Segundo Décio Freitas (1980) o trabalho escravo, principalmente o pastoreio do gado era antieconômico e dispendioso. Necessitava de uma supervisão e vigilância constantes para sua realização. A sua incidência teria sido menor na área da campanha, onde predominou exclusivamente a estância, contrapondo-se às charqueadas de Pelotas, utilizando dessa mão-de-obra escrava em grande quantidade. Reforçando esses argumentos, Freitas compreendeu que a agricultura extensiva favoreceu a utilização do trabalho escravo, muito mais do que nas áreas que se dedicavam exclusivamente à pecuária. Essa afirmação foi baseada no proprietário Inácio Melo, de Arroio dos Ratos, no século XVIII. Essa situação identificada por esse autor possuiu uma argumentação coerente, mas os dados apresentados mostram o quanto a mão-de-obra escrava na área da campanha foi importante e significativa.

intenso. Segundo, a importância da mão-de-obra escrava para a Província de São Pedro. É interessante observarmos que o município de Alegrete, diante dessa conjuntura, não fugiu à regra.

Ao compararmos a população escrava na Província de São Pedro com a do município de Alegrete, veremos que os dados são convergentes. Em 1860, por exemplo, ambas as participações relativas estiveram muito próximas. Entre 1859 a 1862, nessa área da campanha, tivemos um aumento, em apenas três anos, de 120,2% da população escrava, acompanhando o crescimento da população.

O livro de óbitos do município de Alegrete, referente ao período de 1851 a 1858, aponta-nos para algumas informações pertinentes sobre a sua população escrava. Neste período, o índice de mortalidade ficou em 19%. Desse total (92 óbitos), 30% correspondiam a crianças de 0 a 12 anos; 10% a jovens de 13 a 20 anos e 60% a adultos, na faixa etária dos 21 anos em diante. Evidente que essa divisão é apenas descritiva, fornecendo-nos apenas uma melhor noção dessa situação. Entretanto, paralelamente a esses números, queremos apontar que o nível de vida do escravo da campanha era precário, relacionando-se diretamente a essa condição em que estava submetido. Também nesse período, a mortalidade dos “pretos forros” foi pequena, esteve em 1,6% do total geral de óbitos que foi de 481.[219]

Em 23 de janeiro de 1857, o infanticídio praticado por duas escravas e os suicídios destas posteriormente. Conforme Pierantoni:

> Aos vinte e três dias do mês de janeiro de mil oitocentos e cinqüenta e sete nesta Vila d’Alegrete, faleceu Flora afogando-se voluntariamente a mulata Flora e a negra Maria, tendo a mulata Flora afogada suas filhas Ricarda e Ubaldina e a preta Maria afogado sua filha Balbina. Foram os três inocentes enterrados no cemitério Novo desta Vila. Todos são escravos de Francisco da Luz. E para constar mandei fazer este termo que assinei (1857, f. 32).

O suicídio representava a forma mais radical de resistência escrava à dominação branca e, conseqüentemente, a sua autolibertação. Esses três casos apontados indicam que a estância sul-rio-grandense na área da campanha estava longe de representar um local de trabalho ameno e patriarcal. A escravidão fazia

---

[219] Cf. PIERANTONI. **Livro de Óbitos da Capela Curada de Nossa Senhora Aparecida de Alegrete de 1851 a 1858**. Alegrete, 1858. p. 01-50.

parte da paisagem social da campanha em proporções substanciais e com ela, a resistência escrava.

Maestri Filho (1993, p. 51-52) analisou a resistência escrava na Província de São Pedro durante o séc. XIX, tendo como referência as fugas e a formação dos quilombos e quilombolas.[220] Podemos inferir que as especialidades geográficas e topográficas da campanha oeste e as grandes distâncias da sede de uma estância para outra dificultaram a articulação dos escravos e inviabilizando a formação de quilombos nesta área. Entretanto, este grupo social utilizou-se das fronteiras políticas como forma de libertação, acompanhando a conjuntura política da região.

As fronteiras sulinas durante o séc. XIX podem ser identificadas como uma das mais expressivas formas de resistência escrava que se processava na área da campanha oeste sul-rio-grandense. A noção de fronteira associava-se à busca de liberdade. Eram tentativas inconscientes e coletivas de destruição da opressão imposta pela sociedade escravocrata sulina e a execução de um projeto viável. Esse estava delineado para o "outro lado", para a "terra prometida". Atingi-lo não foi uma utopia. Este objetivo de libertar-se esteve sempre presente no escravo. Maestri Filho (1984) *apud* Moreira refere-se a fronteira como sinônimo de liberdade:

> No sul, desde a Colônia, os escravos tinham um destino ainda mais seguro: as terras de além-fronteira. Os negros escravizados que alcançassem as regiões castelhanas eram recebidos como homens livres. Tratados em contrário a este princípio foram assinados, mas não executados. No Uruguai, em Entre-Rios, etc, o ex-cativo podia empregar-se como assalariado. Esta singularidade gaúcha possivelmente diminuiu a incidência e a importância de outras formas de resistência (1998, p. 125).

As especificidades da formação das fronteiras geopolíticas sulinas iniciadas a partir do séc. XVII imprimiram ritmos diferenciados, num ir e vir dos limites que se consolidaram durante o séc. XIX. Mas essas fronteiras, como sinônimos de liberdade de certa forma sempre estiveram presentes na memória coletiva dos escravos.

Entre 1781 e 1801, Félix de Azara percorreu a área da campanha oriental que, embora sob o precário controle espanhol, os seus limites começavam

---

[220] Estes redutos estavam circunscritos a determinadas áreas. Localizavam-se essencialmente na Serra dos Tapes, nas proximidades de Pelotas, Rio Grande e da Colônia de São Leopoldo.

novamente a ser pressionados pelos lusitanos. A fronteira, nesse momento, era utilizada como refúgio e como elemento de barganha política. Segundo Azara (1904) *apud* Moreira,

> [vemos] claramente que os lusitanos desprezam os tratados que usurpam nossas terras e que abrigam todos os ladrões com uma imprudência incrível. À vista disso, exige o direito de represália que não devolvamos os seus escravos fugidos. Assim o dispôs em consulta do seu Conselho, declarando: que ainda que os tratados estipulem a restituição de escravos não se devia nem podia fazê-lo, porque a fuga era o meio lícito de conseguir a liberdade, fundado no direito natural, contra o qual não pode valer nenhuma convenção humana. Mas se tem representado repetidas vezes, sustentando a devolução por nossa parte, convertendo-nos ativos agentes de nossos inimigos naturais, até que este ano veio através do ministério, sem notícia do conselho, a revogação daquela utilíssima disposição. Não se refletiu aqui sobre a conduta portuguesa, nem sobre o direito natural que fica violado, nem sobre o grande interesse do estado que perdemos fomentando os dois inimigos (1998, p. 125-126).

Azara traduz em parte a conjuntura entre as duas Coroas Ibéricas. As fronteiras políticas embora indefinidas, estavam tensas e com outros limites que eram “provisórios”. Representavam desde esse período, para os escravos, a possibilidade de liberdade projetada no outro, no espanhol, “inimigo” do português.

Saint-Hilaire entre 1820 e 1821 referiu-se da seguinte maneira, com relação à fuga de escravos: “[...] é voz geral que os mais valentes soldados de Artigas são os negros fugidos, o que é natural porque eles se batem por sua liberdade [...] a proteção que Artigas dava aos negros fugidos da Capitania [...]” (1974, p. 32.39).

A fronteira em disputa, evidenciada por Saint-Hilaire, era potencializada por Artigas, “cooptando” os escravos sul-rio-grandenses para a sua causa federalista. A fronteira, além de proteção, proporcionava aos escravos, uma possibilidade de “vingança” aos escravocratas luso-brasileiros. Era a perspectiva de uma liberdade, permeada por uma afronta indireta a estrutura escravista sulina.

Durante a década de 50 do séc. XIX, as fronteiras sulinas continuavam sendo utilizadas pelos escravos para fugirem dessa condição social. A liberdade vinda do Prata não estava nesse momento nas mãos de Rosas ou Oribe. A extinção a algum tempo da escravidão na Argentina e no Uruguai serviu como um rastilho de pólvora para a subversão dos escravos sul-rio-grandenses, se assim podemos dizer. O Deputado Provincial José Antonio do Valle Caldre e Fião, em 1854, colocava, como um dos motivos para a extinção do sistema escravista, a

constante perda dessa mão-de-obra pelos proprietários da Província de São Pedro. Segundo o Deputado,

> [a] Província do Rio Grande do Sul mais do que todos tem necessidade de acabar com a escravatura; primeiro porque nos achamos em face de países republicanos aonde se recebem, apesar de nossas contínuas reclamações os nossos escravos fugidos. Não há fazendeiro algum da Província que não tenha sofrido graves perdas com a fuga dos seus escravos para os estados vizinhos (1998, p. 568).

A fuga de escravos para o Uruguai e a Argentina é de difícil quantificação. As fontes abordadas até o momento são indicativas dessa situação. Entendemos que essas fugas tocavam também no âmago da propriedade privada dos estancieiros. A perda de escravos representava, conseqüentemente, perda de mão-de-obra, na boa parte qualificada, significava perda de patrimônio da classe proprietária estancieira.[221]

A movimentação de escravos pelas fronteiras sulinas também era proporcionada pela atividade do gado. Em 1856, o delegado de polícia da vila de Alegrete, foi interpelado pelo sub delegado do seu 4º distrito (Santa Ana do Livramento) sobre que procedimento deveria ter para com os escravos provenientes da República Oriental do Uruguai. A movimentação das tropas de gado, de animais desgarrados dos rodeios, o trânsito de carretas em ambos os sentidos da fronteira era lugar comum no cotidiano dos escravos e justificava as indagações:

> […] 1.º Se devem ser postos em liberdade quaisquer escravo que por qualquer circunstância passem da mesma linha demarcatória, mesmo atrás de animais que sucede disparar para o estado vizinho. 2.º Se esta no mesmo caso qualquer escravo de proprietários cujas fazendas estão parte no Brasil, parte no referido Estado Oriental. 3.º Finalmente, se estão no mesmo gozo os escravos que estando ali contratados […] ou passarem

[221] O contexto de fugas pelas fronteiras era epidêmico, pois ocorreram também em outras províncias, mas no Rio Grande do Sul, segundo Bastos, a situação era mais tensa, pois "[além] disso, em tempo de paz, a fuga de escravos para os territórios vizinhos, e outros fatores promovem conflitos e amarguram algumas de nossas questões internacionais. Ainda pouco, noticia-se do norte a fuga de escravos do Alto Amazonas para o território do Peru, e uma considerável evasão de outros o Pará para a Guiana Francesa. As discussões que provoca a extradição de escravos evadidos pela fronteira do Rio Grande do Sul, as questões que tem isto originado, a série de reclamações do governo oriental contra o brasileiro, renovadas ainda recentemente em 1864, a dificuldade em se cumprirem os tratados de extradição, o constrangimento que a execução produz, e os abusos dos rio-grandenses que nas suas estâncias do Estado Oriental querem conservar a escravidão, ainda que dissimulada sob a forma de contratos de engajamento com prazos enormes (10, 15 e 20 anos); tudo isso conspira para abolir-se a escravidão na grande província do sul" (1975, p. 163).

> para o Brasil […] (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1856).

Jeronymo Francisco Coelho foi categórico respondendo nessa mesma correspondência NÃO, às três dúvidas levantadas pela delegacia de polícia de Alegrete. Em hipótese alguma deveriam os escravos ser postos em liberdade. Chamamos a atenção para o fato que esse documento revela que os escravos da campanha participavam efetivamente de todas as atividades com o gado.[222] A perspectiva de fuga estava sempre presente, o que não significava que fosse realizada de maneira aleatória, mas em grupo, devido ao fato da área da campanha ser um terreno até certo ponto desconhecido pelos escravos da Província.

A escravidão enquanto parte do sistema produtivo sulino encontrava, nas fronteiras políticas, principalmente a partir de 1852, contradições que somente foram amenizadas com o término da escravidão pelo Império Brasileiro. A Assembléia Legislativa Provincial tinha como certo de que o Estado Uruguaio violava o direito de propriedade de muitos sul-rio-grandenses neste país, usando-se de vários subterfúgios. Não cumpria legislações e tratados. Segundo Silvestre Gonçalves Nunes Vieira, em seu discurso parlamentar na sessão de 09 de novembro de 1859,

> […] o Tratado não estabeleceu condição; e antes deles, pela nossa lei de sete de novembro de 1831, os escravos fugidos para países estrangeiros podiam ser reimportados como tais, e assim também por um artigo de Lei Oriental de 14 de julho de 1837, se declarou que os escravos que fossem nessa qualidade do Brasil para lá, seriam devoltos e entregues a seus donos imediatamente. Por tanto existia antes do Tratado de 12 de outubro de 1851 legislação tanto brasileira como oriental, que reconhecia o princípio da devolução dos escravos que estivessem nessas condições (1998, p. 391).

O mito da escravidão paterna e branda na campanha oeste sul-rio-grandense se desvanece na proporção em que as fugas pelas fronteiras dizem, nas suas entrelinhas, da violência branca luso-brasileira contra o negro africano. As falhas na fiscalização e uma vasta fronteira aberta tornavam a resistência

[222] O Jornal do Comércio de Porto Alegre, datado de 15 de abril de 1882, citado por Bernd e Bakos, reafirma a especialização do trabalho escravo nas lides campeiras no seguinte anúncio de fuga: "– Fugiram da nossa casa ontem à noite os escravos Portacio, pardo, quase branco; e Marcolino, preto, meio cabra, ambos campeiros e bolieiros. Quem os prender, e nos entregar, ou me der notícias, pela qual se possa prendê-los será gratificado" (1998, p. 44).

escrava um fato constante e marcante. Essas violações de um modo geral significavam uma pressão contra a propriedade privada e uma transgressão geopolítica. Também ficavam evidentes as debilidades internas do Estado Nacional Brasileiro.

### 4.6.4 As fugas de “criminosos” pelas fronteiras

Na campanha oeste sul-rio-grandense, fugir era algo comum e fazia parte do cotidiano. Tal ato, independente da condição social, carregava, no íntimo de quem o praticava, o desejo consciente da liberdade. Demonstrava uma resistência, não só contra o Estado, mas à sua estrutura repressora.

Os desertores eram um dos que se utilizavam das fronteiras, para evitar as punições pelo crime de deserção. Era a outra face da fronteira humanamente crua e violenta.

A militarização intensa da Província de São Pedro em decorrência da conquista e da formação das fronteiras nacionais, foi vista pela historiografia tradicional sul-rio-grandense, numa perspectiva quase sempre heróica e individual.[223] Contrapondo-se a essa visão dominante, a deserção delineava a face escura da ocupação territorial.

O Presidente da Província Caetano Maria Lopes Gama, já em 1830, compreendeu que, a proximidade com a fronteira e a falta de regularidade no pagamento dos soldos eram fatores que contribuíam para que a deserção fosse o delito mais freqüente na Província de São Pedro.[224]

Sinimbú detectava que a Província era um “depósito de uma grande guarnição militar” (1854, p. 05-06) e que a deserção era um fato comum. Entretanto, Jeronymo Francisco Coelho (1856) percebeu, nessa situação, uma causa “especial” para a intensa violência e criminalidade:

> […] 4.º dos muitos desertores, que há derramado e açoutados em muitos pontos do interior da campanha; e é conseqüência quase infalível que a praça que deserta e levam para a bandeira do seu regimento, como que abre nova praça e se alista nas bandeiras do crime […] (p. 07-08).

---

[223] Cf. VELLINHO. **Fronteira.** Porto Alegre: Globo, 1973.
[224] Cf. ROCHE, **L’ Administration de la province do Rio Grande do Sul de 1829 a 1847**. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 1961. p. 72.

As posições dos presidentes da Província, demonstradas nos parágrafos anteriores, indicam para o fato de que a deserção, de um simples delito, passou, na década de 50, à propagadora da criminalidade. É interessante analisarmos alguns casos que podem esclarecer as razões desse problema.

Em 29 de outubro de 1855, o delegado de polícia do município de Alegrete, Libindo Nunes da Silva Coelho, comunicava ao Barão de Muritiba, do assassinato do preso João Joaquim Paz. Tal fato, no entanto, apresentava algumas singularidades. Esta autoridade policial tinha concedido a esse preso, por "insistência", a permissão de visitar diariamente a sua mãe, Bárbara Maria de Jesus. A mesma tinha vindo para a vila de Alegrete a pedido de seu filho, e como adoeceu, precisou de auxílio. Em 22 de outubro de 1855, o prisioneiro João Joaquim Paz, em uma de suas saídas diárias da prisão local, parou por alguns momentos na venda de Francisco Miguel. Silva Coelho, delegado de polícia, assim descreve-nos o acontecimento, devido ao fato que:

> […] encontrando-se dito Paz com dois soldados do Destacamento do Corpo Policial estacionado no Caverá a disposição do respectivo Sub-delegado, e um paisano de nome Marcos companheiro dos mesmos soldados quis fazer uma aposta com um dos soldados, e o outro dizendo que não apostasse porque esse brinquedo era de moleques. Paz respondeu que todos eram moleques aquele soldado era o mais preto de todos. Os dois soldados deram-lhe tapas, pontapés, chicotadas e pedradas em essa ocasião aproximando-se Marcos deu-lhe três facadas tais que quatro horas depois faleceu o referido Paz e em continente, montarão a cavalo e dispararão sem que as pessoas que estavam presentes na mesma venda a uma hora da tarde procurassem apartar os criminosos (1855).

A ação da força repressiva policial do 3.º subdistrito do Caverá município de Alegrete conseguiu capturar o soldado Pedro Duarte do Amaral. Entretanto, o outro soldado e o "paisano" Marcos, fugiram em direção à fronteira com o Uruguai. Silva Coelho, assim caracterizou os indivíduos: "estes soldados desordeiros e ébrios ao mando do sargento do mesmo corpo tinham vindo trazer dois presos enviados pelo respectivo subdelegado" (1855). Esse fato indica o quanto a violência estava sempre latente na campanha oeste e pronta para explodir.

Dentro da mesma perspectiva exposta, é relevante e significativo analisarmos o processo crime n. 2.864, de 17 de dezembro de 1857.[225] Os soldados do 1.º Regimento de Artilharia Montada, Pedro Rodrigues Machado, Cândido José Luis, João Lemos, Antônio Ângelo de Almeida e Felisberto Vieira Borges, foram flagrados pelo capataz[226] da fazenda Santa Rita, carneando[227] um capão[228]. Em decorrência disso reagiram e feriram o referido capataz. Todavia, esse estabelecimento rural pertencia ao subdelegado de polícia José Maria de Souza. Ao serem indiciados por esses crimes, desertaram e fugiram com exceção de Pedro Rodrigues Machado, que se achava destacado com a 8ª bateria de artilharia em Alegrete. João Lemos que seguiu em direção à Caçapava foi capturado. Os demais se refugiaram em território uruguaio.

Identificamos, inicialmente, duas transgressões: o roubo de gado e a deserção. No entanto, nesses atos estavam implícitas outras circunstâncias. Esses soldados, ao roubarem em grupo apenas um animal, a que tudo indica, buscavam alimentação, demonstrando as condições precárias a que estavam submetidos no exército. A deserção e a fuga em direção à fronteira por parte de alguns membros desse grupo de soldados ocorreu num período de tranqüilidade nas relações entre os países fronteiriços. Desertar também fazia parte do cotidiano na campanha. A fronteira alicerçava, assim, uma divisão que significava liberdade e não submissão. Portanto, a deserção nesse período, estava permeada por todo um contexto social e cultural. Tratava-se de uma resistência ao estado nacional heróico em que "os desertores consistiam matéria prima natural para ingressar as fileiras do banditismo"[229] e que se tornavam inimigos "número um" do Estado e dos estancieiros. A fronteira política garantia-lhes uma proteção ao inverso, a de fugir dos locais onde estavam sendo acusados ou forçados a desempenhar atividades indesejadas.

---

[225] Cf. ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Sumários**. Porto Alegre. (processo 2.864, maço 81, estante 11).
[226] "**Capataz** – s.m.: administrador de uma estância ou charqueada, tendo sob suas ordens todo o pessoal. Há também o capataz de tropa, que conduz, sob sua responsabilidade, os gados de um tropeiro às charqueadas ou a outro qualquer lugar. É voc. port. mas não absolutamente com a significação acima" (CALLAGE et al., 1964, p. 96).
[227] "**Carnear** – v.tr.: esfolar a rês. Diz-se somente do gado vacum e ovelhum. É voc. hispano-americano" (CALLAGE et. al., 1964, p. 103).
[228] "**Capão –** animal emasculado, especialmente o carneiro ou o porco." (CALLAGE, et al., 1964, p. 96).
[229] Cf. HOBSBAWN, op. cit., p. 28.

Em 22 de abril de 1854, o delegado de polícia suplente, Nunes Coelho, caracteriza o 3.º distrito do Caverá, como uma das áreas da campanha de “refúgio” de “criminosos” e de trânsito para o Uruguai, segundo o Delegado,

> […] o Distrito do Caverá necessita de força policial para ser empregada na perseguição de criminosos que para […] tem afluído ou fizesse marcha o quanto antes […] por serem ali por onde caminhão os malvados para o Estado Oriental e atravessa-o duas estradas bem freqüentadas […] (1854).

Nunes Coelho, nesta mesma correspondência encaminhada ao Presidente da Província, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, destacava o que ocorrera neste mesmo distrito:

> […] aconteceu por ocasião dos distúrbios que tiveram ultimamente lugar a 28 de fevereiro n’esse Distrito conservei ali essas 4 praças mais por o mês de Março e só fiz retirar quando foi preso Simão Mendes de Oliveira desordeiro único temível n’aquele Distrito e toda vez que tenho sabido que em qualquer lugar do município existem malfeitores e criminosos os tenho mando perseguir (1854).

As fronteiras sulinas representavam uma única face entre a Província de São Pedro, o Uruguai e a Argentina para a classe popular. Criminosos oriundos destes Estados nacionais direcionavam-se para a área da campanha oeste sul-rio-grandense, aumentando a tensão e o conflito.[230]

Em 1854, o Delegado de Polícia suplente do município de Alegrete, Silva Coelho, informava ao Presidente da Província que:

> […] dos presos **Pedro Marques**, Fabrício Paulo de Souza e **Ignácio Gomes** na qual V. Sª. ordena-me que declarar a nacionalidade desses indivíduos na inteligência de que nessa data oficiou o Coronel Comandante da Fronteira para que soubesse das autoridades Orientais se ainda insistiam na prisão desses homens e que nesse caso exigissem do governo Oriental a devida reclamação na conformidade do Tratado de 12 de outubro de 1851. Em cumprimento, pois a ordem de V. Exª. respondendo que somente Fabrício Paulo de Souza é brasileiro e os outros são Orientais (1854, grifo nosso).

---

[230] Em 1854, o Presidente da Província, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú destacou a intensidade da violência e da criminalidade na fronteira oeste sul-rio-grandense e a presença de uruguaios e argentinos, nessa área da seguinte maneira: “São também dignos de louvor o delegado de polícia de Rio Grande […], o de Alegrete e seu primeiro suplente em exercício, pelas muitas capturas que tem feito de criminosos, quer da Província, quer dos que entram pela fronteira, devendo-se ao seu zelo, e energia do tenente de guardas nacionais, José Joaquim de Oliveira a prisão de Antonio José Pavão, acusado de ter assassinado seu sogro Manoel Paulo de Souza, que asilado no termo de S. Borja, lograva ainda os efeitos do seu crime dispondo dos bens de seu desventurado sogro […]” (p. 05-06).

Joaquim Peralta, natural de Buenos Aires, foi acusado pela promotoria pública de Alegrete em 1854, de ter praticado o crime de "homeastaria", isto é, trocou de identidade para permanecer no lado brasileiro.[231]

Em 1859, conforme Joaquim Antão Fernandes Leão, foi assassinado no 2.º distrito de Alegrete, denominado Paipasso, o tropeiro Serafim da Silva Santos, por dois correntinos que se refugiaram na Província de Corrientes na Argentina.

A fronteira neste caso foi utilizada duas vezes. Primeiro, para entrar e, posteriormente, para sair, representando uma dupla transgressão e proteção, situação essa muito comum na campanha, também para os sul-rio-grandenses. Dessa forma, muitos criminosos eram procurados tanto na Argentina, Uruguai, como na Província de São Pedro, o que aumentava mais ainda essa tensão no espaço da campanha oeste.

Os três fatos apresentados demonstram a presença dos platinos na campanha sul-rio-grandense em situações diversas, possuindo em comum, as fronteiras e suas constantes violações, além de apontarem para a duplicidade dessas fronteiras, enquanto espaço cultural e de subversão das ordens nacionais.

As fronteiras representavam uma única face entre a Província de São Pedro, o Uruguai e Argentina para a classe popular. Estava ocorrendo uma sucessão de combates individuais e silenciosos, pontuando, manchando e contrastando uma fronteira heróica, a partir de uma fronteira popular, ou seja, a fronteira como instrumento de resistência, alicerçada na tradição cultural do antigo espaço regional dos séculos XVII e XVIII.

---

[231] Cf. ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Sumários**. Porto Alegre. (processo 2.712, maço 78, estante 11).

# 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área da campanha oriental durante os séc. XVII e XVIII, não pode ser mais vista como uma “terra de ninguém”, uma “terra selvagem” ou um “espaço vazio” como vem apregoando ao longo dos anos a historiografia oficial sul-rio-grandense.

No processo de formação de um espaço regional na campanha colonial, à margem esquerda do rio Uruguai, subvertendo a lógica historiográfica da “terra de ninguém”, existiu uma pluralidade étnica composta pelos grupos Charrua, Chaná-Timbú, e Guarani que compôs esta paisagem social. Os guaranis deixaram marcas duradouras nesse espaço, possibilitando-nos identificar uma natureza modificada, por uma interferência constante e racional, diferenciando-se substancialmente dos dois outros grupos.

A partir da fundação da redução guaranítica de *Nuestra Señora de los Santos Reyes Magús* de Yapeyú, em 1626, a catequese, alicerçada pela atividade de apropriação inicial do gado selvagem das vacarias, proporcionou os fundamentos básicos para a constituição e a organização produtiva e social do território deste povo.

Na construção do espaço regional yapeyuano, os guarani-missioneiros enfrentaram um conjunto de adversidades. Inicialmente, desconheciam área da campanha oriental, pois não era o seu habitat natural. Sofreram as pressões dos bandeirantes paulistas e dos comerciantes espanhóis e portugueses. As tensões geradas pelo Tratado de Madri de 1750, moveram o enfrentamento com as Coroas Ibéricas na denominada Guerra Guaranítica (1754-1756). Os conflitos permanentes com os grupos Chaná-Timbú e Charrua foram também constantes. Concomitantemente, se dedicavam à atividade com o gado, inicialmente nas vacarias que era extremamente perigosa e, logo a seguir, nas estâncias missioneiras.

Foi neste contexto de oscilações internas e externas que um espaço integrado e articulado na campanha oriental que se configurou durante os séc. XVII e XVIII, possibilitando a construção de experiências econômicas e sociais e

culturais que perpassaram as fronteiras nacionais e os mercados internacionais, sedimentando uma única identidade, gaúcha, humanamente multifacetada.

Esta experiência significativa foi o surgimento das estâncias e dos postos yapeyuanos que representaram um salto técnico qualitativo relevante, rompendo com a estrutura das vacarias, e passando ao controle produtivo do gado. A estância colonial missioneira estruturou uma nova realidade econômica e social que se distinguiu, no contexto platino dos séc. XVII e XVIII, servindo de base fundamental para a estância capitalista que iria se consolidar no séc. XIX. Entretanto, esta estrutura não foi excludente, pois permitiu que os grupos Chaná-Timbú, Charrua, os contrabandistas, os changadores e os tropeiros espanhóis e portugueses subsistissem paralelamente nesse espaço, apesar dos conflitos, com os guaranis. Isso possibilitou contatos constantes que engendraram nesses grupos sociais indistintamente, aspectos em comum como liberdade, mobilidade por toda a área da campanha, em ambas as margens do rio Uruguai, sedimentando culturalmente uma memória espacial que só esse espaço regional possibilitaria. O espaço da campanha era um “espaço em comum” que possibilitou a reprodução econômica e social destes grupos.

Em 1768, com a expulsão jesuítica, o povo de Yapeyú possuía uma produção pecuária diversificada e significativa destacando-se em relação aos demais povos missioneiros. Foi esse grande atrativo econômico que levou os espanhóis a efetivarem a expulsão dessa ordem e, pois logo em seguida, reorganizarem esse espaço econômico e social, constituindo o departamento de Yapeyú, com jurisdição sobre La Cruz, São Borja e São Tomé e Yapeyú (sede). Administraram a riqueza ganadeira destes povos, principalmente o do povo de Yapeyú, pois desde a década de 10 do séc. XVIII, a campanha oriental era foco permanente de arreadas de gado para o abastecimento das estâncias espanholas situadas na margem ocidental do rio Uruguai.

A forma como as administrações laicas espanholas trataram esse espaço econômico foi de intensa exploração da riqueza ganadeira e da mão-de-obra indígena. O objetivo a partir de então era atender as exigências de um mercado externo, com a exportação de couros, sebos e graxas. Esta nova estrutura era completamente incompatível com a estrutura econômica do espaço regional yapeyuano, pois as demandas eram diferenciadas e, conseqüentemente, a

unidade social que as estâncias missioneiras tinham possibilitado para os yapeyuanos começou irreversivelmente a ser corrompida.

Em decorrência de tal reestruturação espanhola, começou, quase que imediatamente, a desagregação do espaço regional. A partir deste momento os guaranis foram se desarticulando progressivamente, ou seja, começaram a abandonar as estâncias, criando um "vácuo", um "espaço vazio" progressivamente que, se por um lado, facilitou as atividades exploratórias dos espanhóis, por outro, contribui para o avanço português sobre a área da campanha oriental. Apesar tais conseqüências, este espaço conseguiu subsistir e manter sua importância até o final do séc. XVIII.

As estâncias yapeyuanas foram os primeiros núcleos de organização econômica e social que vigoraram na campanha. Isso tanto no atual Estado do Rio Grande do Sul, como na República Oriental do Uruguai e Argentina, configurando nos séc. XVII e XVIII, a presença de um espaço integrado e alicerçado sem a presença de fronteiras geopolíticas. As atuais cidades uruguaias de Paisandú, Bela Unión e Belém, foram, nos períodos analisados, estâncias pertencentes ao povo de Yapeyú. Da mesma forma, a estância de Santa Ana de Yapeyú que se localizou nas imediações da atual cidade de Santana do Livramento, no Rio grande do Sul.

Na construção do espaço regional yapeyuano durante os séc. XVII e XVIII, ocorreu, concomitantemente a formação das fronteiras políticas no extremo sul do continente americano. Neste processo geopolítico, instaurado com a fundação da Colônia do Sacramento em 1680 e que se materializou nos conflitos entre espanhóis e portugueses durante esses séculos, as divergências territoriais entre essas duas metrópoles foram encaminhadas através dos Tratados de Madri, em 1750, e Santo Ildefonso, em 1777, onde se sobressaíram os espanhóis que conseguiram refrear o avanço português que estava ocorrendo no sentido leste para oeste, do litoral para o interior da campanha oriental.

A partir do séc. XIX, a área que pertencia à Espanha, conforme o Tratado de Santo Ildefonso (1777), começou rapidamente a ser ocupada pelos portugueses. Isso expressou a debilidade econômica e social do espaço regional yapeyuano que estava sendo reestruturado econômica e socialmente pelas administrações laico-espanholas. Dessa forma, ocorreu a ruptura desse espaço da campanha oriental. Formaram-se as fronteiras geopolíticas no extremo sul do continente sul-americano.

A conjuntura européia e platense contribuíram para que, durante o séc. XIX, os conflitos militares entre espanhóis e luso-brasileiros fossem intensos e fraturassem o espaço missioneiro definitivamente, remetendo para a sua divisão e a formação das fronteiras sulinas. A conquista dos Sete Povos Missioneiros pelos portugueses em 1801 projetou a expansão para abaixo do rio Ibicuí, caracterizando-se a partir de então uma intensa militarização dessa área, pois os planos luso-brasileiros incluíam toda a campanha, evidenciando-se com a invasão da Banda Oriental, em 1811, por Lécor e, logo a seguir, com os conflitos com Artigas e Rivera. Dessa forma os luso-brasileiros conseguiram conquistar durante os trintas primeiros anos do séc. XIX uma parcela territorial significativa do território missioneiro-espanhol que se estendeu inicialmente até o rio Arapey, ou seja, aproximadamente 48.000 km. Entretanto, essa hegemonia portuguesa nesta área foi seriamente ameaçada por Rosas e Oribe durante a década de 40 desse século, fazendo com a campanha se mantivesse como uma área de forte peso geoestratégico.

Nessa conquista territorial do espaço da campanha oriental, ocorreu a sua reestruturação que durante os primeiros vinte anos do séc. XIX caracterizou-se por uma administração militar, se assim podemos dizer. Com a derrota de Artigas, a guarda portuguesa da Conceição originou o povoado de Alegrete fixando em 1816 desde então na margem esquerda do rio Ibirapuitã. Somente em 1831, com o delineamento da fronteira do Império Brasileiro com a República Oriental do Uruguai a vila de Alegrete surgiu com força demarcando os limites fronteiriços no sul, além de servir de parâmetro organizacional, pois a partir de seus distritos originaram outros municípios sul-rio-grandenses como Uruguaiana, Quaraí, Rosário do Sul e Santana do Livramento.

Essa conquista e ocupação luso-brasileira utilizou-se das doações de sesmarias com o fundamento jurídico para dar posse às terras ocupadas na fronteira oeste sul-rio-grandense, onde, em decorrência da forte presença militar, favoreceu as ações dos estancieiros-militares que em detrimento de outros grupos sociais, se impuseram pela força e coerção, vindo a constituir os grandes latifúndios nesse espaço fronteiriço. A privatização da terra adquiriu o caráter concentrador e excludente que foi reforçado e reafirmado pela Lei de Terras de 1850.

No entanto, outro elemento que se articulou a essa estratégia das doações de sesmarias foi a privatização dos rebanhos existente na área da campanha oriental. A grande riqueza vacum que tinha sido alicerçada pelos guarani-missioneiros e que estava nesse momento sob o controle espanhol, era o fundamento econômico que articulado a formação das fronteiras e as doações de sesmarias, possibilitou estruturar a estância capitalista portuguesa a partir do séc. XIX, além de se apropriar das bases técnicas e tecnológicas construídas nos séculos anteriores.

Como essa reorganização espacial não estava acontecendo sobre uma "terra de ninguém", ocorreu uma "resistência silenciosa" por parte dos diversos grupos étnicos da campanha, como espanhóis, luso-brasileiros, Guarani-missioneiros, Charruas, Chaná-Timbu e escravos, que atuavam como peões e soldados, principalmente. Para eles, a área da campanha oeste continuava sendo referencial econômico, social e cultural, apesar de todo o processo de desestruturação do espaço regional yapeyuano iniciado em 1768. Essa resistência se deu de forma imbricada nesse processo de formação das fronteiras.

Assim, a fronteira política do Alegrete representou uma ruptura drástica e definitiva do antigo espaço missioneiro yapeyuano, constituindo-se, portanto, numa realidade espacial tangível, erguida a partir da conquista e pilhagem. A forma como o espaço foi organizado nos diz inicialmente da sua artificialidade. A apropriação militar da terra, a sua privatização e a dos rebanhos, a ascensão de uma classe social conservadora que dominava toda a estrutura administrativa, política e judicial, principalmente em nível local, se impôs e deixou a margem, à maioria da população. Essa classe social representava, em síntese, apenas o Estado Nacional Brasileiro que estava em vias de consolidação.

A reorganização do espaço regional foi questionada pela classe popular da campanha oeste, num enfrentamento silencioso através da violência e da criminalidade.

Integrando o processo de formação da fronteira sulina, ocorreu a organização do poder judiciário na Província de São Pedro, onde Portugal transferiu o seu aparato jurídico que em última instância serviu para legitimar e controlar essa nova organização, ou seja, protegê-la. Porém, essa estrutura no seu conjunto durante as três primeiras décadas do séc. XIX foi ineficiente no controle, na prevenção e na punição da violência e da criminalidade.

A estruturação do sistema judiciário, no Império Brasileiro, promoveu, o fortalecimento e a autonomia da classe proprietária estancieira. Este aparato judicial, em todos os seus aspectos constitutivos, mostrou nitidamente a forte concentração de poder e, conseqüentemente, a busca da dominação dos setores sociais, que ficaram a margem da terra e do gado e que, de uma ou de outra forma, estavam tencionando o Estado.

A justiça da Província de São Pedro não estava devidamente estruturada para enfrentar o grande número de crimes que se avultou no período. A justiça era morosa e os processos se arrastavam por anos, não possuindo a devida regularidade e, somando-se a esses fatos, as absolvições em massa de muitos criminosos reafirmava a ineficiência, a corrupção e, em síntese, a debilidade estrutural material e jurídica da justiça. Por outro lado, o sistema repressivo não fugiu dessa perspectiva. A polícia, por exemplo, na área da campanha era insuficiente para atender a um grande território e mal remunerada. Contribuía para que seus agentes, muitas vezes, desertassem, gerando um outro crime dentro do próprio sistema. A inexistência de um sistema prisional que fosse capaz de sujeitar e disciplinar as massas rurais da campanha foi outro elemento desse conjunto. Existiam cadeias incapazes, na sua grande maioria de servir como forma de “reeducação”, pois eram espaços que serviam apenas para retirar a liberdade e nada mais. As condições físicas e higiênicas inadequadas destes locais materializavam o que era o sistema na sua prática, isto é, um arremedo de justiça.

Por outro lado, às contradições dessa nossa nova estrutura desnudaram não só a realidade dominante, como descortinaram o retrato social da classe popular da campanha de uma forma perceptível. Podemos dizer que os violentos e criminosos tinham essencialmente uma vinculação com o campo, onde executavam as atividades com o gado nas estâncias sul-rio-grandenses. Paralelamente, existiam outros tipos de atividades em menores proporções, como a pequena agricultura e o comércio, mostrando-nos dizendo-nos de uma sociedade mais dinâmica. Esses grupos constituíram-se de Guaranis, Charruas, brancos e mestiços que, nesse momento, vagueavam, na sua grande maioria, pelos campos da fronteira, além da grande massa de escravos. Como ocupar todo este contingente populacional? Apesar dessa situação essa população rural estava fortemente marcada pelo conjunto dos seus costumes, como o jogo de cartas, o jogo do osso (ou tava), as carreiras, o consumo de bebidas, o que gerava

situações conflituosas que se afrontavam com a estrutura capitalista no campo. Assim, essa classe popular, alicerçada no conjunto de seus valores e tradições, conseguia subsistir nesse contexto de dominação, enfrentando os grandes estancieiros de forma violenta e criminosa.

O caráter geográfico e geopolítico era apontado como uma das causas da violência e da criminalidade na Província de São Pedro entre 1852 e 1864. Esta posição falseava, por sua vez, a conjuntura social do período, encobrindo as contradições presentes e latentes nesse espaço fronteiriço. As fronteiras políticas tratavam-se exclusivamente de uma realidade dos Estados nacionais, impostas violentamente por estes.

Ao mesmo tempo em que os luso-brasileiros conquistaram uma parte significativa da campanha oriental, durante as primeiras décadas do séc. XIX e, paralelamente, como já abordamos, privatizaram a terra e os rebanhos, a maioria da população participou de todo o processo de lutas de fronteiras. A partir do momento em que a fronteira sulina se estabilizou (1828) e se consolidou definitivamente em 1852, a classe popular percebeu que não participariam do acesso a terra e ao gado, ficando "órfãos" destas fronteiras. Dessa forma, a delimitação das fronteiras nacionais, que por obra de muitos não contemplava a maioria da população, estava sendo negada também de forma violenta e criminosa, mesmo que de maneira inconsciente pela população rural e pelos proprietários de terras.

Assim, a partir do período de 1852 a 1864, essa "memória coletiva" de liberdade e mobilidade, pois foi construído culturalmente através das atividades com o gado, desde o séc. XVII, se manifestou intensamente nas práticas violentas e criminosas do furto e roubo de gado, do contrabando, da fuga de escravos e da fuga de criminosos e desertores, pois estas situações estiveram encobertas pela fumaça dessas fronteiras de chumbo. No entanto, estas ganharam uma força expressiva neste período, pois se articularam às fronteiras políticas.

A classe popular da campanha oeste sul-rio-grandense, ao violar o espaço fronteiriço, nas circunstâncias acima mencionadas, utilizou-se das fronteiras políticas como mecanismo de resistência e defesa contra o próprio Império Brasileiro e os Estados do Uruguai e da Argentina. Essas transgressões indiscriminadas das fronteiras eram endêmicas, típicas dessa área da campanha.

A fronteira política para os setores populares da campanha oeste teve o significado de resistência social. Eles não reconheciam esses novos limites em decorrência de que, durante os séc. XVII e XVIII, o espaço da campanha conheceu um outro tipo de formação econômica e social, onde se formou uma memória coletiva espacial, em que essa área ainda era percebida como um espaço comum, um espaço regional. Esse padrão cultural, articulado com as fronteiras políticas sulina e com a violência e a criminalidade adquiriam esse expressivo significado de resistência social.

Os "crimes fronteiriços" do furto, do roubo de gado, do contrabando, e as fugas de escravos, as deserções e os assassinatos adquiriram, portanto, uma conotação expressiva e explosiva na campanha oeste sul-rio-grandense e, conseqüentemente, no município de Alegrete, pois estavam articulados com as fronteiras políticas, servindo como fuga e proteção. Isso representava que as transgressões nessa área passavam de simples crimes comuns para se tornarem crimes contra o Estado. Essa fronteira representava, porém, para a classe popular da campanha oeste sul-rio-grandense, assim como para os uruguaios e argentinos, o significado de resistência, pois esses também poderiam subsistir econômica e socialmente em ambos os lados da fronteira. Era o antigo espaço regional dos séc. XVII e XVIII que estava sedimentado como padrão cultural, sendo recuperado de maneira violenta e criminosa. Travam-se, portanto de respostas à estrutura econômica, social e geopolítica que foi imposta pelo Império Brasileiro, através de padrões culturais, como mobilidade e liberdade, numa "nova" fronteira popular.

# BIBLIOGRAFIA

## LIVROS


ABREU, João Capristano de. **Capítulos de História Colonial:** 1500-1800. 05. ed. Brasília: UnB, 1964.

AICARDI, Aníbal Abadie. **Portugueses y Brasileños hacia el Río de la Plata:un informe geopolítico (1816)**. Recife: Pool, 1977.

ARAUJO FILHO, Luiz. **O Município de Alegrete**. Alegrete: Irmãos Prumes: Livraria Coqueiro, 1908.

______. **O Município de Alegrete**. Porto Alegre: CORAG, 1985.

AREHALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

AVELAR, Nélio de Alcantara. **História Administrativa e Econômica do Brasil**. Brasília: MEC, 1970.

AXT-GUNTIR. **O Ministério Público no Rio Grande do Sul:** Evolução Histórica. Porto Alegre: Procuradoria Geral da Justiça, 2001. (Projeto Memória)

AZARA, Félix de. **Geografia Física y Esférica de las províncias del Paraguay y las Missiones Guaraníes**. Montevideo: [s.n.],1904.

______. **Memórias sobre o estado rural do Rio da Prata e otros informes**. Buenos Aires: [s.n.], 1943.

AZEVEDO, Thales de. **Gaúchos:** a Fisionomia Social do Rio Grande do Sul. 02. ed. Salvador: Progresso, 1958.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Rio Grande do Sul:** escravismo e abolição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

BANDECCHI, Brasil. **Origem do Latifúndio no Brasil**. São Paulo: Obelisco, 1964.

BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Philobilion, 1985.

BARBOSA, Fidélis. **História do Rio Grande do Sul**. 03. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

BARRÁN, José Pedro. **Historia de la sensibilidade en el Uruguay:** La "Cultura Bárbara" (1800-1860). Montevideo: Banda Oriental, 1990. t. 01-02.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **A província:** estudo sobre a descentralização no Brasil. 03. ed. São Paulo: Nacional, 1975.

BERND, Zilá; BAKOS, Margaret Marchiori. **O negro:** consciência e trabalho. 02. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

BLUMEDS, Teresa. **La Contabilidad en las Reducciones Guaranies**. Assunción: CEADUC, 1992.

BRITO, Severino de Sá. **Trabalhos e Costumes dos Gaúchos**. Porto Alegre: Globo, 1992.

BRUXEL, Arnaldo. **Os Trinta Povos Guaranis**. Porto Alegre: EST: Sulina, 1978.

BUENO, José Antonio Pimenta. **Direito público brasileiro e análise da constituição do Império**. Brasília: Senado Federal, 1978.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A Organização das Justiças na Colônia e no Império e a História da Comarca de Laguna**. Porto Alegre: Santa Terezinha, 1955.

______. **História da Igreja em Sant'Ana do Livramento**. Santana do Livramento: Edigraf, 1998.

______. **David Canabarro**: de tenente a general. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

CALLAGE, Roque et al. **Vocabulário sul-rio-grandense**. Porto Alegre: Globo, 1964.

CALMON, Pedro. **História da civilização brasileira**. São Paulo: Nacional, 1933.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. 02. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARNEIRO, Glauco. **História das Revoluções Brasileiras**. 02. ed. São Paulo: Ática, 1989.

CASTRO, Jeane Berrance de. **A Milícia Cidadã**: a Guarda Nacional de 1831 a 1850. Brasília: Nacional, 1977.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

CESAR, Guilhermino. **O Contrabando no Sul do Brasil**. Caxias do Sul: Educs, 1978.

______. **O Conde de Piratini e a Estância da Música:** Administração de um latifúndio rio-grandense em 1832. Porto Alegre: [Educs],1978.

______. **História do Rio Grande do Sul:** período colonial. 02. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

______. **Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul:** 1605-1801. 02. ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 1981.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública no Brasil**. Porto Alegre: ERUS, 1978.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (Orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47.

______. **Região e Organização Espacial**. 07. ed. São Paulo: Ática, 2002.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **Rio Grande do Sul:** latifúndio e identidade regional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

CRAWFORD, Leslie. **La Província Uruguaya de Tape**. Montevideo: Geosur, 1983.

DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. **Limites entre o Brasil e o Uruguai**. Rio de Janeiro: Gráfica de Material de Intendência, 1939.

______. **História do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

DONGHI, Túlio Halperin. **História da América latina**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1975.

DONNICI, Virgílio Luiz. **A Criminalidade no Brasil:** meio milênio de repressão. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

D'ORNANO, Paul Batiste. **Um Barão na Província:** apêndice do Relatório Geral, 1863. Tradução de Fúlvia Moretto. Porto Alegre: IEL: EDIPUCRS, 1996.

DREYS, Nicolau. **Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. Porto Alegre: IEL, 1961.

EDISON, Acri. **O Gaúcho:** usos e costumes. Porto Alegre: GRAFOSUL, 1985.

ESBOÇO Histórico da Organização da Polícia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Gráfica Imprensa Oficial, 1957.

FAORO, Raynundo. **Os Donos do Poder:** Formação do Patronato Político Brasileiro. 05. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. **Política e Segurança**. São Paulo: Alfa e Ômega, 1973.
FERRAND, Luis Arcos. **La cruzada de los Treita y Três**. Montevideo: [s.n., s.d.].

FERREIRA FILHO, Arthur. **História Geral do Rio Grande do Sul**. 05. ed. Porto Alegre: [s.n.], 1978.

______.**Revoluções e Caudilhos**. 03. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da Língua portuguesa.** 02. ed. rev. e amp. Rio de janeiro: Nova fronteira, 1986.

FLORES, Moacyr. **Colonialismo e Missões Jesuíticas**. 03. ed. Porto Alegre: EST, 1996.

______. **História do Rio Grande do Sul**. 02. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1988.

______. **Historiografia:** Estudos. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

FORTES, Amyr; WAGNER, João. **História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1963.

FORTES, João Borges. **Rio Grande de São Pedro:** Povoamento e Conquista. 02. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2001.

FORTES, João Pereira da Silva Borges. Discurso Parlamentar na Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1858. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (Org.) **Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1835-1889)**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado, 1998. v. 02.

FREITAS, Décio. **O Capitalismo Pastoril**. Porto Alegre: EST, 1980.

GANCHO, Cândida Vilares et al. **A posse da Terra**. São Paulo: Ática, 1991.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. Las Actividades Agropecuárias en el Marco de la Vida Econômica del Pueblo de Indios de Nuestra Señora de los Santos Reyes Magos de Yapeyú: 1768-1806. In: FLORESCANO, Enrique [Org.]. **Haciendas, latifundios, plantaciones en America Latina**. México: Siglo XXI, 1975.

______. **Economia, Sociedad y Regiones**. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1987.

GIULIANO, João Esboço. **Histórico da Organização da Polícia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Gráfica Imprensa Oficial, 1957.

GOLIN, Luiz Carlos. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de Região e sua Dimensão. In: CASTRO, Iná Elias de et. al. (Orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.
GUIMARÃES, Alberto **Passos:** Quatro Séculos de Latifúndio. 05. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia rio-grandense**. 02. ed. Porto Alegre: UFGRS, 1998.

HARNISCH, Wolgang Hoffmann. **O Rio Grande do Sul:** A terra e o Homem. Tradução de Reymundo Scheider e Archibaldo Severo. Porto Alegre: Globo, 1941.

HISTÓRIA Ilustrada do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Já Porto Alegre Editores, 1998.

HOBSBAWN, E. J. **Bandidos**. Tradução de Donalson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense, 1975.

______. **Rebeldes Primitivos:** estudos sobre as formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Tradução de Waltensir Dutra. 02. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1963. v. 01.

HÖRMEYER, Joseph. **O Rio Grande do Sul de 1850:** descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional. Tradução de Heinrich Bunse. Porto Alegre: DC Luzzato: EDUNI-SUL, 1986.

IANNI, Octávio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)**. Tradução de Dante de Laytano. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

JACQUES, João Cezimbra. **Ensaio sobre os costumes do Rio Grande precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica.** Porto Alegre: ERUS, 1979.

KERN, Arno Alvarez. **Missões:** uma utopia política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

KLACZKO, Jaime; RIAL, Juan. **Uruguay:** el pais urbano. Montevideo: Banda Oriental, 1981.

KLIEMANN, Luiza. **Rio Grande do Sul:** Terra e Poder: história da questão agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LACOMBE, Américo Jacobina; TAPAJÓS, Visconde. **História Administrativa do Brasil:** organização do Ministério da Justiça no Império. Brasília. Centro de Formação do Serviço Público, 1986.

LAYTANO, Dante de. **Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1983.

LAZZAROTTO, Danilo. **História do Rio Grande do Sul**. 04. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.

LIMA, Afonso Guerreiro. **Cronologia da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1928.

LIMA, Alcides. **História popular do Rio Grande do Sul**. 03. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil:** sesmarias e terras devolutas. 02. ed. Porto Alegre: Sulina, 1954.

LIMA, Solimar Oliveira. **Triste Pampa:** resistência e punição de escravos em fontes judiciais no Rio Grande do Sul (1818-1833). Porto Alegre: IEL: EDIPUCRS, 1997.

LINHARES, Maria Yeda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida:** uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campos, 1999.

LOPES NETO, João Simões. **Contos Gauchescos**. São Paulo: Martin Claret, 2001. (Coleção a obra prima de cada autor, 76).

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUGON, Clóvis. **A república “comunista” cristã dos guaranis (1610-1768)**. Tradução de Álvaro Cabral. 03. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LYNCH, John. **Juan Manuel de Rosas (1829-1852)**. 02. ed. Buenos Aires: Emecé, 1984.

MACEDO, João Heitor Silva. São Martinho, da guarda ao povoado: um perfil histórico-arqueológico sobre a formação da vila de São Martinho. In: QUEVEDO, Júlio (Org.). **Historiadores do novo século**. São Paulo: Nacional, 2001.

MACHADO, Carlos. **Historia de los orientales**. Montevideo: Banda Oriental, 1988. v. 01.

MAESTRI FILHO, Mário J. **O escravo gaúcho**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984.

______. Escravo Africano no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). **Rio Grande do Sul:** Economia e política. 02. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

MAFFESOLI, Michel. **Dinâmica da Violência**. São Paulo: Vértice, 1987.

MAGNOLI, Demétrio. **O que é Geopolítica**. 02. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
MARIANTE, Hélio Moro. **Crônica da Brigada Militar Gaúcha**. [S.I.]: Imprensa Oficial, 1972.

______. **A Idade do Couro no Continente D'El**. 02. ed. ver. e amp. Porto Alegre: IGTF, 1979.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1994.

MARQUES, Alvarino da Fontoura. **A Economia do Charque**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

______. **Episódio do ciclo do charque**. Porto Alegre: EDIGAL, 1987.

______. **Evolução das charqueadas rio-grandenses**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.

MASY, Rafael Carbonel de. **Estrategias de Desarrolo Rural en los Pueblos Guaraníes (1609-1767)**. Barcelona: Antoni Bosch, 1992.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e as Projeções do Poder**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

______. **Geopolítica e Destino**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1945.

______. **Geopolítica e Teoria de Fronteira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, **1990.**

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Tradução de Selena Benevides Viana. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

MEGGERS, Betty J. **América Pré-histórica**. Tradução de Eliana Teixeira de Carvalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MÉLO, José Luiz Bica. Reflexões conceituais sobre fronteiras. In: CASTELO, Iara Regina et al (Orgs.). **Fronteiras na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS: Fundação de Economia e Estatística, 1997. p. 68-74.

MICHAUD, Yves. **A Violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MIRANDA, Márcia E. **Continente de São Pedro:** Administração Pública do Período Colonial. Porto Alegre: CORAG, 2000.

MONGELÔS, Pedro. **Legislativo Municipal Alegretense:** perfil histórico. Alegrete: Capela Queimada, 1984.

MORAIS, Bismael Batista. **Direito e Polícia**: uma introdução a Polícia Judiciária. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

MOURA, Rosa. Dos espaços sem fronteiras às fronteiras dos espaços. In: CASTELO, Iara Regina et al. (Orgs.). **Fronteiras na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS e Fundação de Economia e Estatística, 1977. p. 68-74.

NEIRA, Luis; NICOLINI, Enrique Fernández. **Geografia y Historia del Uruguay**. Madrid: Cultural, 1996.

NEQUETE, Lenine. **O Poder Judiciário no Brasil a partir da independência ao Império**. [S.l.]: Sulina, 1973.

OLIVEIRA, José Manoel Cardoso de. **Actos Diplomáticos do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1997. t. 01.

ORNELLAS, Manoelito de. **Gaúchos e beduínos**. 02. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.

PEREGALLI, Henrique. **Como o Brasil ficou assim? Formação das fronteiras e tratados dos limites**. São Paulo: Global, 1982.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 02. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **Vida política no século XIX**. 03. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. **Anais da província de São Pedro**. 05. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

PINTO, Aníbal Barrios. **De Lãs Vaquerías al Alambrado:** contribución la historia rural Uruguaya. Montevideo: Nuevo Mund, 1967.

POMER, Leon. **Os conflitos na Bacia do Prata**. Tradução de Luiz Roberto Seabra Malta. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PONT, Raul. **Campos Realengos:** a formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul. 02. ed. Porto Alegre: Renascença, 1983. v. 01-02.

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais no Uruguai**. Rio de Janeiro: SPHAN, 1943. v. 03.

______. ______. Rio de Janeiro: SPHAN, 1954. v. 04.

QUEVEDO, Raul. **As Estâncias e as Charqueadas**. Porto Alegre: Globo, 1986.

RAMOS, Raimundo Fernandez. **Apuntes históricos sobre misiones**. Madrid: [s.n.], 1929.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. **A diplomacia marginal**: vinculações políticas entre Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904). Passo Fundo: UPF, 1999.

REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda. **Fronteiras e Guerras no Prata**. São Paulo: Atual, 1995.

______. **As raízes Históricas do Mercosul:** a Região Platina Colonial. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

REVELLO, José Torre. **Yapeyú (ensayo histórico)**. Buenos Aires: Ministerio da Educación: Instituto Nacional Sanmartiniano, 1958.

ROCHA FILHO, Romeu C. **Grandezas e Unidades de Medidas:** o sistema internacional de medidas. São Paulo: Ática, 1988.

ROMERO, José Luis. **Breve historia de la Argentina**. 07. ed. Buenos Aires: Abril, 1986.

RUBERT, Sarlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul:** época imperial (1822-1889) Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

RUIZ, Jorge Comadrán. **Evolución demográfica durante el período hispano (1535-1810)**. Buenos Aires: [s.n.], 1969.

RUSSOMANO, Victor. **História Constitucional do Rio Grande do Sul**. 02. ed. Assembléia Legislativa, 1979.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)**. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: EDUSP, 1974.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. **Rio Grande do Sul:** Aspectos das Missões (em tempo de despotismo esclarecido.) Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1991.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** técnica e espaço, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

______. **Por Uma Geografia Nova:** da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 03. ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.

SARMIENTO, Domingos. **Facundo:** civilização e barbárie no pampa argentino. Tradução de Aldyr Garcia Schlee. Porto Alegre: UFRGS: EDIPUCRS, 1996.

SEPP, Anton. **Meine rerse zuden Indianerm am Urugunay**. Rio de Janeiro: Publischer, 1941.

______.**Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos**. Tradução de Raymundo Schneider. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1980.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SILVA, Riograndino da Costa. **Notas à Margem da História do Rio grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1968.
SOARES, Sebastião Ferreira. **Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império Brasileiro (1820-1887)**. Rio de Janeiro: IPEA: INPES, 1977.

SOARES, Teixeira. **História da Formação das Fronteiras do Brasil**. 03. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1975.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil**. 03. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

______. **Narrativas Militares**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1959.

SOUZA, Irineu Evangelista de. **Correspondência política de Mauá no Rio da prata de 1850-1885**. São Paulo: Nacional, 1977.

TAPAJÓS, Vicente; LACOMBE. **História Administrativa do Brasil:** Organização e Administração do Ministério da Justiça no Império. Brasília: Centro de Formação do Servidor Público, 1986.

TESCHAUER, Carlos. **História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos**. Porto Alegre: Selbach, 1918-1922. v. 01-03.

THOMPSON, Edward. P. **A formação da classe operária inglesa.** Tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 01.

______. ______. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 02.

______. ______. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 03.

______. **Costumes em comum.** Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

______. **Senhores e Caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

______. Tradición, revuelta y conciencia de clase. In: **La Sociedad Inglesa del siglo XVIII:** lucha de clases sin clases? 02. ed. Barcelona: Crítica, 1984.

TORRONTEGUY, Teófilo O. V. **As Origens da Pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

TOSTA, Octavio. **Teorias Geopolíticas.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

TRINDADE, Miguel Jacques. **Alegrete do século XVII ao século XX**. Porto Alegre: Movimento, 1985. v. 01.

______. ______. Porto Alegre: Palloti, 1991. v. 02.
URICOECHEA, Fernando. **O Minotauro Imperial:** a Burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no Século XIX. São Paulo: DIFEL, 1978.

VARELA, Alfredo. **Rio Grande do Sul**: Descrição Physica e Econômica. Pelotas: Echenique, 1897.

VELLINHO, Moysés. **Capitania d'El' Rei**. 02. ed. Porto Alegre: Globo, 1970.

______. **Fronteira**. Porto Alegre: Globo, 1973.

______. **O Rio Grande e o Prata:** contrastes. Porto Alegre: IEL, 1962.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. Das guerras Cisplatinas às guerras contra Rosas e contra o Paraguai. In: **Enciclopédia Rio-grandense**. Porto Alegre: Sulina, 1968. v. 03.

______. **Enciclopédia Rio-grandense**. 02. ed. Porto Alegre: Sulina, 1968. v. 01. (O Rio Grande Antigo).

## TESES E DISSERTAÇÕES

FLORES, Élio Chaves. **Violência, discurso e ação política no Brasil meridional:** 1892-1923. Porto Alegre, 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

MARCONATO, Dirlei. **O Rio Grande do Sul e a Guerra Cisplatina (1825-1828)**. São Leopoldo, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

MEDRANO, Lilia Inês Zanotti de. **A Livre Navegação dos Rios Paraná e Uruguai:** uma análise do comércio brasileiro e argentino (1852-1889). São Paulo, 1989. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História. Universidade de São Paulo.

OSÓRIO, Helen. **Apropriação da Terra e Formação do Latifúndio no Prata Colonial**: **Rio Grande do Sul e Uruguai**. Porto Alegre, [19 -?]. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SIVOLELLA, Cristina Ângela Retta. **Ação do Império sobre o Prata nos meados do século XIX e os tratados de 1851**. Brasília, 1986. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História. Universidade de Brasília.

TEIXEIRA, Janaína. **As Repercussões do Movimento Artiguista na Sociedade Rio-grandense de 1814 a 1820**. São Leopoldo, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

**ANAIS**

BECKER, Ítala Irene Basile. Algumas informações sobre as Missões entre os primitivos habitantes da Banda Oriental do Uruguai. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 05., 1983, Santa Rosa. **Anais.** Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1983. p. 105-118.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. O espaço Missioneiro e a Geopolítica Pombalina. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 05., 1983, Santa Rosa. **Anais.** Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1983. p. 59-76.

CABEY, Juana Paris de; BECKER, Ítala Irene Basile. Os índios da Banda Oriental do Uruguai, os Charruas e Minuanos: seu movimento, abastecimento e assentamento. Sua relação com as frentes expancionistas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 02., 1977, Santa Rosa. **Anais.** Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1977. p. 61-74.

FLORES, Moacyr. A Colonização Espanhola e as Missões Jesuíticas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 05., 1983, Santa Rosa. **Anais.** Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1983. p. 48-57.

GONZÁLEZ, Luis Rodolfo Risoto; VARESE, Susana Rodrigues. Los Últimos Pueblos de Guaraníes en la banda Oriental del uruguay entre los Ãnos de 1820 y 1862. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 08., 1990, Santa Rosa. **Anais.** Santa Rosa: FFCL Dom Bosco,1990. p. 203-237.

LAYERENZA, Alicia J. P. Yapeyú y los trabajos de la Companhia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 08., 1990, Santa Rosa. **Anais.** Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1990. p. 245-250.

MAEDER, Ernesto, J. P. La Administración Económica de Missiones. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 08., 1990, Santa Rosa. **Anais.** Santa Rosa: FFCL, Dom Bosco, 1990.

MASY, Rafael Carbonel de. Organización Administrativa y Contabilidad em las Reduciones Guaraníes. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 06., 1985, Santa Rosa. **Anais.** Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1985. p. 133-150.

______. La Gênesis de las vaquerías de los Pueblos Tapes y Guaraníes de la Banda oriental del Uruguay a la Luz de Documentación Inédita. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 08., 1990, Santa Rosa. **Anais.** Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1990. p. 167-202.

MORÃES, Linda Cristina Degrazia Sarturi de. Um Exemplo da Historiografia Missioneira dos séculos XVII e XVIII. As Cartas do Pe. Antonio Sepp (1691-1770). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 06., 1985, Santa Rosa. **Anais.** Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1985. p. 279-290.

PALERMO, Stella Moris; BLASI Graciela. El Concepto de trabajo en las Reduciones. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 08., 1990, Santa Rosa. **Anais.** Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1990. p. 241-250.

POENITZ, Alfreddo J. E. La Última Etapa de Supervivencia de la Provincia Guaranítica de Missiones (1819-1827) In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 09., 1991, Santa Rosa. **Anais.** Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1991. p. 29-41.

______. La Dispersión de los Guaraníes Missioneros Hacia el Area meridional Segun Documentacíon de 1843. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 09., 1991, Santa Rosa. **Anais.** Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1991. p. 182-187.

REBÉS, Maria Isabel de. El trabajo Indígena: La Redución de Yapeyú y las Vaquerías. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 08., 1990, Santa Rosa. **Anais.** Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1990. p. 251-256.

VILLAR, Myrian R; BONI, Laura Susana. La Expulsión de los Jesuítas en los diez Misiones Ocidentales del rio Uruguay. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 05., 1983, Santa Rosa. **Anais.** Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1983. p. 232-250.

**ARTIGOS**

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. A formação da primeira rede de vilas no Rio Grande do Sul. **Estudos Iberos Americanos**. PUCRS. Porto Alegre, v. 06, n. 02, p. 149-167, Dez. 1980.

BECKER, Ítala Irene Basile. Lideranças indígenas no começo das reduções jesuíticas da província do Paraguai. **Pesquisa Antropológica**. UNISINOS. São Leopoldo, n. 47, 1992.

CAGGIANI, Ivo. **Cadernos de Sant'Ana**. Edigraf. Santana do Livramento, n. 01-11, 1995-1996.

ESCANDÓN, Juan de. História da transmigração dos Sete Povos Orientais. Tradução de Arnaldo Bruxel. **Pesquisa Histórica**. UNISINOS. São Leopoldo, n. 23, 1983.

MACEDÔNIA, Leonardo. Noticia sobre a organização política e administrativa e judiciária do Rio Grande do Sul. **Revista do Instituo Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, p. 159-167, abr./jun. 1943.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Sobre Fronteira e Liberdade: representações e práticas dos escravos gaúchos na Guerra do Paraguai. **Anos 90**. UFRGS. Porto Alegre, n. 09, p. 119-149, Jul. 1998.

NORONHA, Márcio Pizarro. Região, Identificações Culturais. **História:** debates e tendências. UPF. Passo Fundo, v. 01, n. 01, p. 23-37, Jun. 1999.

PADRÓS, Enrique Serra. A “Pax Britânia” e a Independência do Uruguai: Estado-tampão e balcanização do espaço platino. **Anos 90**. UFRGS. Porto Alegre, n. 05, p. 107-135, Jul. 1996.

PAWELS, José. Contribuição para o estudo dos conceitos de “limites” e “fronteira”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, p. 64-91, jan./jun. 1925.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Historiografia Gaúcha. **Anos 90**. UFRGS. Porto Alegre, n. 03, Mai. 1995.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional: dimensões teórico-conceituais. **História:** debates e tendências. UPF. Passo Fundo, v. 01. n. 01. p. 15-21, Jun. 1999.

REICHEL, Heloisa Jochims. Conflito e Violência na Campanha Platina: séculos XVIII e XIX. **Humanas**. UFRGS. Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 25-47, jan./jun. 1993.

SILVA, Rita de Cássia Lopes da. Breves. Considerações sobre a História da Pena no Direito Brasileiro. **Revista CESUMAR**. Centro de Ensino Superior de Maringá. Maringá, n. 03, p. 23-65, Out. 1998.

## DOCUMENTOS IMPRESSOS[232]

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. ANDRÉA, Francisco José de Souza Soares de. **Relatório do estado da província de São Pedro do Rio Grande do Sul apresentado ao Exmo. Sr. Conselheiro José Antonio Pimenta Bueno**. Porto Alegre, 06 mar. 1850. (A-7.04).

**______. Balanço de receita e despesa dos exercícios de 1855 a 1864**. Porto Alegre, 1855-1864. (F.04 e F.07).

[232] Convencionou-se nesta parte da Bibliografia utilizar o traço contínuo de seis espaços para substituir o nome da entidade coletiva na qual encontram-se os documentos impressos referenciados.

______. **Balanços definitivos da receita e despesa do exercício de 1855 a 1869**. Porto Alegre, 1855-1869. (F.040).

______. **Relatório do Presidente da Província à Assembléia Legislativa Provincial em 1847**. Porto Alegre, 1847.
______. BELO, Luís Alves Leite de Oliveira. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na abertura da Assembléia Legislativa Provincial**. Porto Alegre, 02 out. 1854.

______. ______. **Relatório do Vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul entregue ao Exmo. Sr. Barão de Muritiba**. Porto Alegre, 26 set. 1855. (A-7.03).

______. ______. **Relatório do Vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na abertura da Assembléia Legislativa Provincial**. Porto Alegre, 01 out. 1852. (A-7.02).

______. BUENO, José Antônio Pimenta. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1851**. Porto Alegre, 01 out. 1850. (A-7.02).

______. COELHO, Jeronymo Francisco. **Relatório apresentado pelo Presidente da Província na abertura da Assembléia Legislativa Provincial**. Porto Alegre, 15 dez. 1856. (A-7.03).

______. FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva. **Relatório apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na 1ª sessão da 8ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial**. Porto Alegre, [1858]. (A-7.06).

______. LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. **Relatório apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na 2ª sessão da 8ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial**. Porto Alegre, 1859. (A-7.06).

______. ______. **Relatório apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande na 1ª sessão da 9ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial**. Porto Alegre, 1860. (A-7.07).

______. MURITIBA. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na abertura da Assembléia Legislativa Provincial**. Porto Alegre, 01 out. 1855. (A-7.0).

______. ______. **Relatório entregue ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o presidente e comandante das armas conselheiro e general Jeronymo Francisco Coelho**. Porto Alegre, 28 abr. 1856. (A-7.03).

______. PIMENTEL, Espiridião Eloy de Barros. **Relatório apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na 2ª sessão da 10ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial**. Porto Alegre, 1863. (A-7.07).

______. ______. **Relatório apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na 1ª sessão da 11ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial**. Porto Alegre, 1864b. (A-7.08).

______. ______. **Relatório da administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul passado ao Exmo. Sr. 2.º Vice-presidente, o Comendador Patrício Correia da Câmara e com que este passou ao Exmo. Sr. Dr. João Marcelino de Souza Gonzaga**. Porto Alegre. 1864a. (A-7.08).

______. SINIMBÚ, Lins Vieira Cansanção de. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na abertura da Assembléia Legislativa Provincial**. Porto Alegre, 06 out. 1853. (A-7.03).

______. ______. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na abertura da Assembléia Legislativa Provincial**. Porto Alegre, 02 out. 1854. (A-7.03).

______. VASCONCELLOS, Francisco Diogo Pereira de. **Relatório do Ministério da Justiça apresentado a Assembléia Geral Legislativa, na 2.ª sessão da 10.ª legislatura**. Porto Alegre, 1858. (B-3.309).

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Revista do Arquivo Público**. Porto Alegre, n. 06, p. 336-337.160, Jun. 1922.

CAMARGO, Antonio Elautério. **Quadro Estatístico e Geográfico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: [s.n.], 1868.

FIÃO, José Antônio do Valle Caldre e. Discurso Parlamentar na Sessão de 01 de dezembro de 1854. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (Org.) **Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1835-1889)**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado, 1998. v. 01. p. 567-576.

GOMES, José Cândido. Discurso Parlamentar na Sessão de 14 de dezembro de 1859. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (Org.) **Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1835-1889)**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado, 1998. v. 01.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão territorial do Rio Grande do Sul**. 1996.

MENDONÇA, João Jacintho. Discurso Parlamentar na Sessão de 17 de outubro de 1855. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (Org.) **Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1835-1889)**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado, 1998. v. 02.

ROCHE, Jean. **L' Administration de la province do Rio Grande do Sul de 1829 a 1847**. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 1961.

VIEIRA, Silvestre Gonçalves Nunes. Discurso Parlamentar na Sessão de 09 de novembro de 1859. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (Org.) **Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1835-1889)**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado, 1998. v. 01. p. 388-393.

## DOCUMENTOS MANUSCRITOS[233]

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Santa Ana do Livramento em 22 de março de 1858 ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Ângelo Muniz da Silva Ferraz**. Porto Alegre, 22 mar. 1858. (lata 153, maço 213).

______. **Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Santa Ana do Livramento em 30 de junho de 1858 ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Ângelo Muniz da Silva Ferraz**. Porto Alegre, 30 jun. 1858. (lata 153, maço 213).

______. **Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Alegrete em 1858 ao Presidente da Província de Rio Grande de São Pedro, Ângelo Muniz da Silva Ferraz**. Porto Alegre, 1858. (lata 153, maço 213).

______. **Correspondência expedida pela Delegacia de Polícia de Alegrete em 30 de agosto de 1856 ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o Conselheiro Jeronymo Francisco Coelho**. Porto Alegre, 30 ago. 1856. (Polícia, maço 01).

______. COELHO NETO, Zeferino. **Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Alegrete em 1847 ao Presidente da Província, o Conselheiro Manoel Antonio Galvão**. Porto Alegre, 10 jul. 1847. (lata 101, maço 03, n. 496).

______. ______. **Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Alegrete em 1848**. Porto Alegre, 1848. (lata 515, maço 03, n. 515).

______. LIMA, Joaquim dos Santos Prado **Correspondência expedida pelo Delegado de Polícia de Alegrete em 1848 ao Presidente da Província Manuel Antonio Galvão**. Porto Alegre, 20 jan. 1848. (Polícia, maço 01).

---

[233] Convencionou-se nesta parte da Bibliografia utilizar o traço contínuo de seis espaços para substituir o nome da entidade coletiva na qual encontram-se os documentos manuscritos referenciados.

______. NORONHA, Galdino de Freitas. **Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Alegrete em 1857 ao Presidente da Província de Rio Grande de São Pedro, o Comendador Patrício Corrêa**. Porto Alegre, 1857. (lata 909, maço 05).

______. OLIVEIRA, Candido Baptista. **Reconhecimento topográfico do Império na Província de São Pedro.** Porto Alegre, 1850. (Coleção Varela, lata 82, maço 86).

______. ORTIZ FILHO, Olivério José. **Correspondência expedida pelo Delegado de Polícia de Alegrete em 1854 ao Presidente da Província, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú**. Porto Alegre, 02 jan. 1854. (Polícia, maço 01).

______. SILVA, Carlos Joaquim da. **Ata da eleição municipal para vereadores e juízes de paz do município de Alegrete em 11 de dezembro de 1856**. Porto Alegre, 11 mai. 1856. (lata 102, maço 05, n. 875a).

______. ______. **Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Alegrete em 1856 ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Jeronymo Francisco Coelho**. Porto Alegre, 1856. (lata 102, maço 05, n. 875).

______. SILVA COELHO, Libindo Nunes da. **Correspondência expedida em 22 de abril de 1854 ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú**. Porto Alegre, 22 abr. 1854. (Polícia, maço 01).

______. **Correspondência expedida em 15 de julho de 1854 ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú**. Porto Alegre, 15 jul. 1854. (Polícia, maço 01).

______. ______. **Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Alegrete em 1854 ao Presidente da Província de São Pedro do Rio grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú**. Porto Alegre, 1854. (lata 101, maço 04, n. 676, 676a).

______. ______ **Correspondência expedida pela Delegacia de Polícia de Alegrete em 1855 ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o Barão de Muritiba**. Porto Alegre, 29 out. 1855. (Polícia, maço 01).

______. SOUTO, José Veloso. **Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Alegrete em 1856 ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o Barão de Muritiba**. Porto Alegre, mai. 1856. (lata 102, maço 05, n. 863).

______. ______. **Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Alegrete em 1856 ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o Conselheiro Jeronymo Francisco Coelho**. Porto Alegre, mai. 1856. (lata 102, maço 05, n. 863).

______. SOUZA, José Maria. **Correspondência expedida pela Subdelegacia de Polícia do distrito do Caverá, município de Alegrete em 1856**. Porto Alegre, 1856a. (Polícia, maço 44, documentação avulsa).

______. ______. **Demonstrativo de animais realizado pela Subdelegacia de Polícia do município de Alegrete**. Porto Alegre, 1856b. (Polícia, documentação avulsa).

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Sumários**. Porto Alegre. (processo 2.864, maço 81, estante 11).

______. ______. Porto Alegre. (processo 2.712, maço 78, estante 11).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA DE ALEGRETE. PIERANTONI, Pedro. **Livro de Óbitos da Capela Curada de Nossa Senhora Aparecida de Alegrete de 1851 a 1858**. Alegrete, 1858.

______. SOUZA, José Paim Coelho de. **Livro de Batismo da Capela Curada de Nossa Senhora Aparecida de Alegrete**. Alegrete, 1822.

## ACERVOS PESQUISADOS

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre.

ARQUIVO PARTICULAR DE IVO CAGGIANI. Santana do Livramento.

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA DE ALEGRETE. Alegrete.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ALEGRETE. Alegrete.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre.

BIBLIOTECA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre.

BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS. São Leopoldo.

BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre.

## ANEXOS

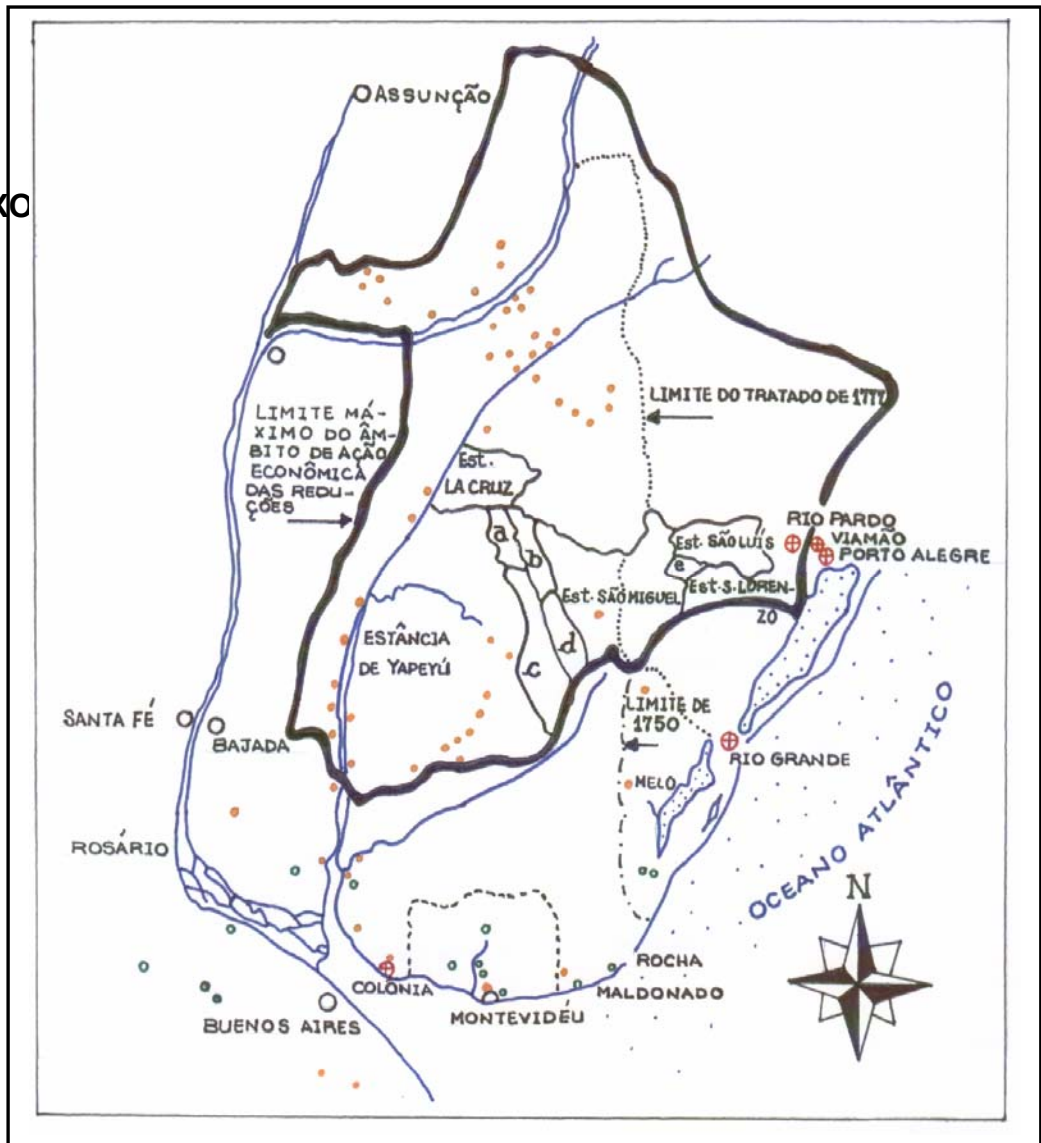
## ANEXO A – Território do povo de Yapeyú

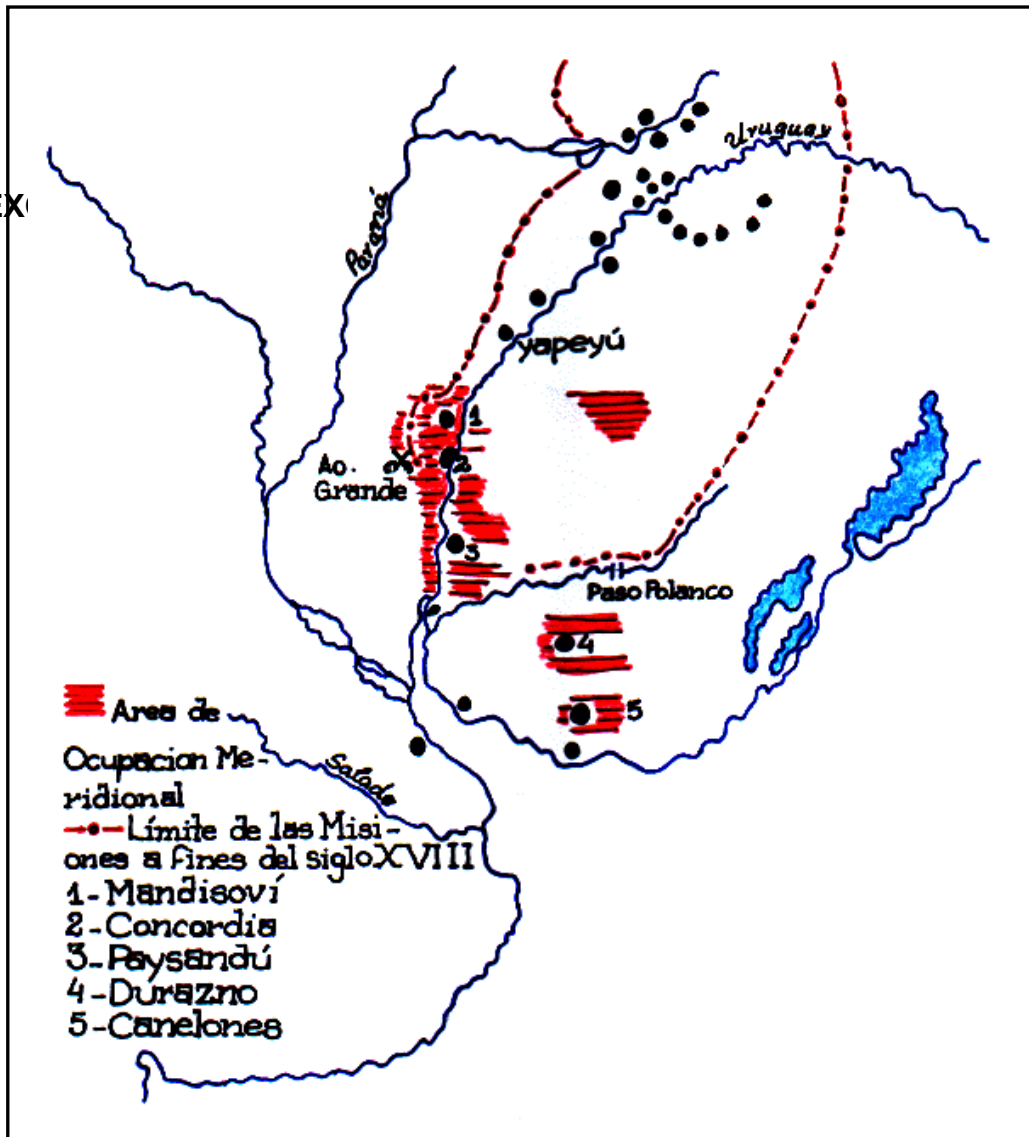
Fonte

Fonte: BECKER, 1983, p. 18.

**CHARRUA:** 1. Cattáneo e outros: 1701/02; 2. Céspedes: 1628; 3. Lozano: 1749/50, Azara: 1943; (sic) 4. A. y Lara: 1749 a 1756; 5.Sepp: 1691; 6. A. y Lara: 1749/50; 7. Duffo: 1716; 8. A. y Lara (Salaverry): 1750; 9. Mastrilli Duran: 1621/27.

**MINUANO:** 1. Inclan: 1721; 2. Pernetty: 1764; 3. Azara: 1730; 4. Ricco: 1743; 5. A. y Lara: 1746/50; 6. A. Y Lara: 1752/56; 7. Saldanha: 1787; A. y Lara: 1750/53 e 56; 8. Saldanha: 1777(mapa); 9. Saldanha: 1787 e 1803.

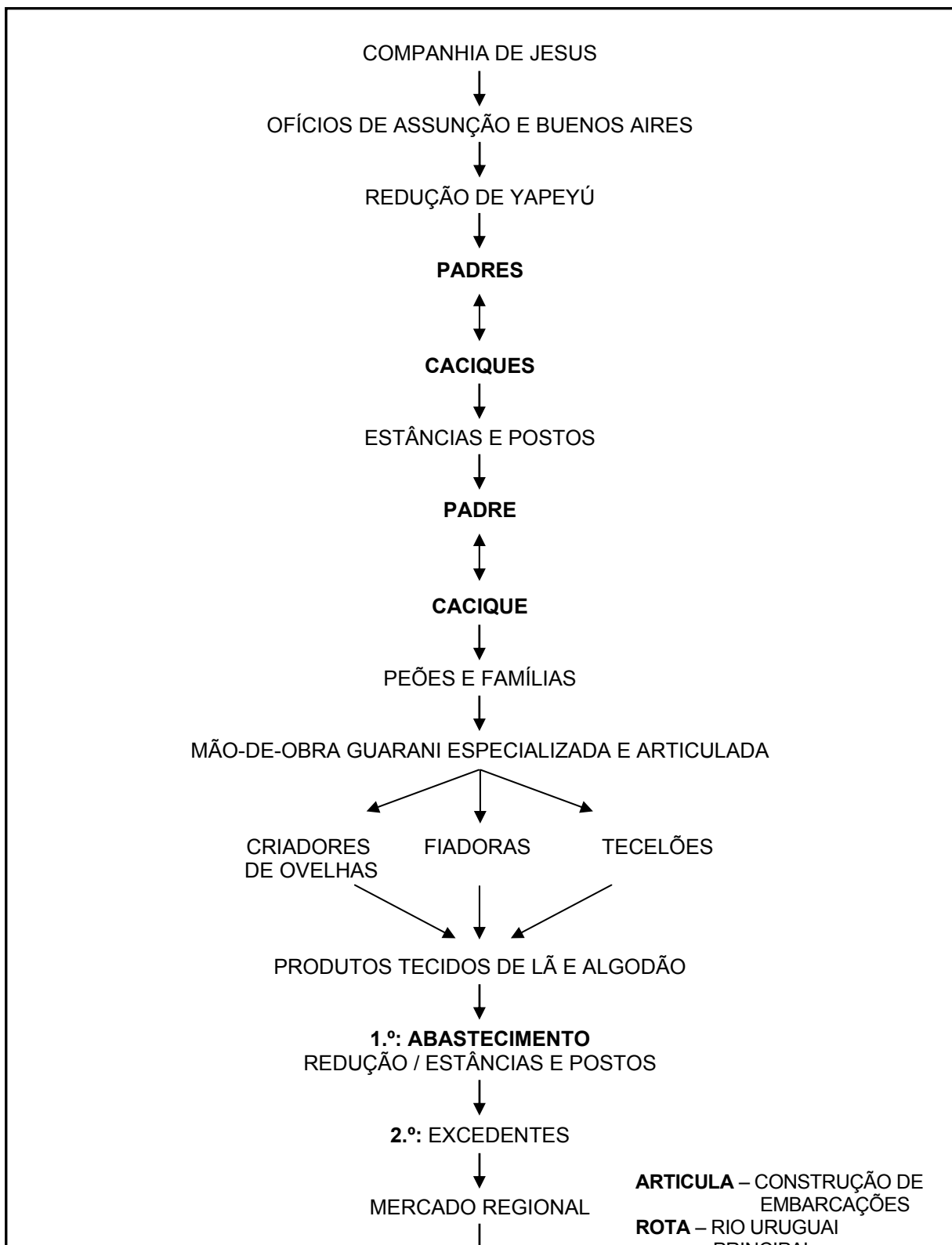
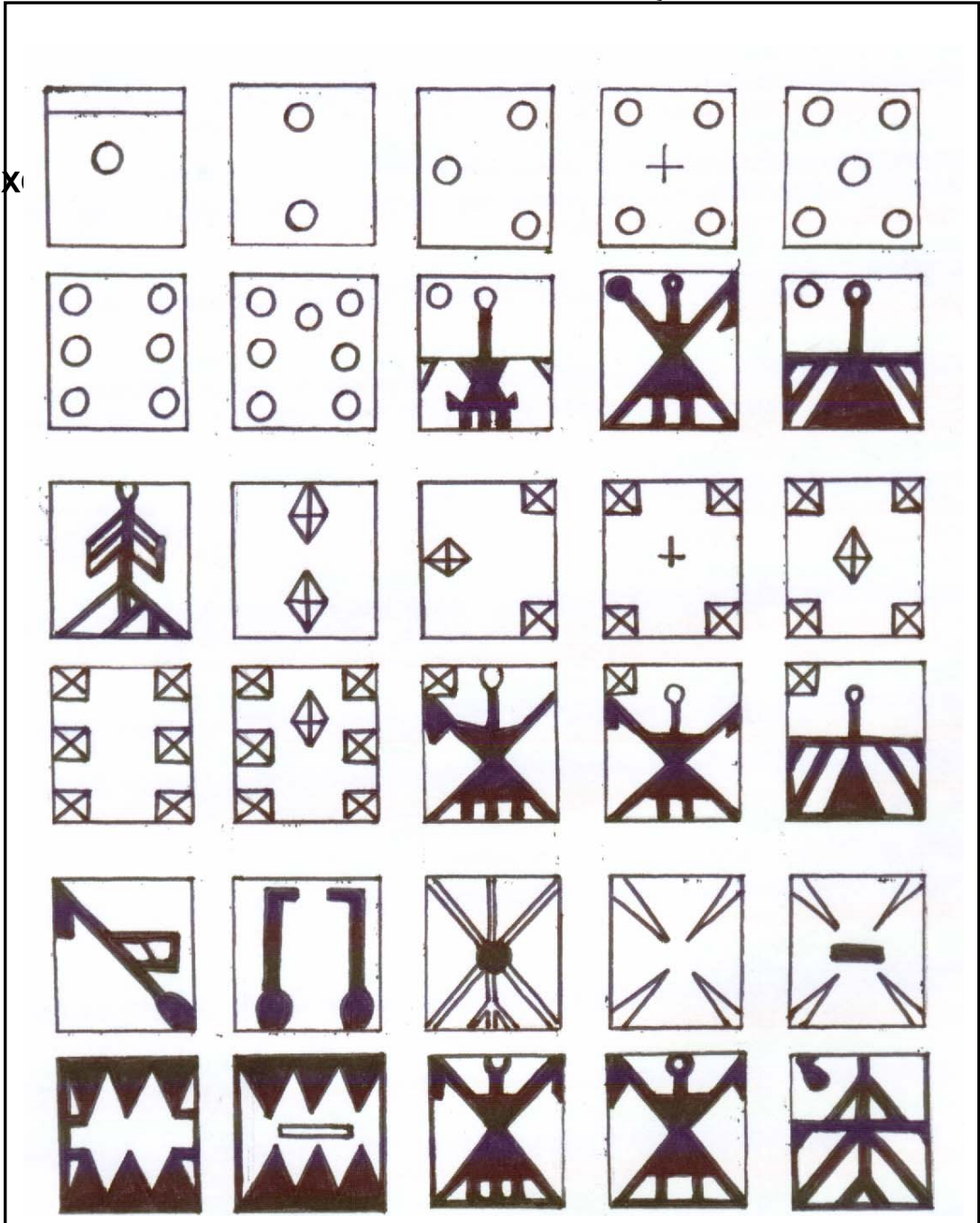
ANEXO

Fonte: KLACZKO, 1981. p. 23.

ANEX

Fonte: POENITZ, 1991. p. 187.

**ANEXO E – Inventário das plantações em 1768**

| Pueblo | Yerbal | Algodonal | Trigal | Cebadal |
|---|---|---|---|---|
| Yapeyú | 01 | 08 | 33 fanegas | 09 fanegas |
| La Cruz | 01 | 01 | - | - |
| Santo Tome | - | - | - | - |
| Concepción | 03 | 03 | - | - |
| San Javier | 03 | 04 | 04 trigales | 01 cebedal |
| San Carlos | 02 | 03 | 100 fanegas | 16 fanegas |
| San Jose | 02 | - | 291 fanegas | 65 fanegas |
| Santa Maria | 01 | 08 | 02 trigales | - |
| Aposteles | 04 | 07 | 05 trigales | 01 fanega |
| Martires | 07 | 13 | 03 trigales | 06 |
| **Totales** | **26** | **47** | | |

Fonte: Apud VILLAR, BONI, 1983, p. 244.

## ANEXO F – Organograma do trabalho Guarani

ANEX

Fonte: MACHADO et al., 1974. p. 131.